



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 582

Segunda-feira - 27 de Setembro de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos	2
Arroio Trinta.....	4
Biguaçu	4
Braço do Trombudo	5
Caçador.....	5
Campo Alegre	6
Canoinhas.....	13
Capinzal	30
Chapadão do Lageado	30
Concórdia	37
Coronel Martins.....	37
Forquilha.....	38
Fraiburgo.....	39
Garopaba.....	40
Garuva	40
Gaspar	40
Herval do Oeste	64
Imbituba	65
Irineópolis	66
Itapoá	69
Joaçaba	72
José Boiteux	75
Luzerna	76
Massaranduba.....	77
Meleiro	79
Porto Belo.....	79
Porto União.....	80
Rio do Sul.....	85
São Lourenço do Oeste.....	93
São Pedro de Alcântara.....	93
Schroeder	107
Tunápolis.....	132
Videira.....	133

Associações de Municípios

AMAI.....	155
AMURES	155

Água Doce

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 204/2010

PORTARIA Nº204/2010 de 20 de Setembro de 2010.

"CONCEDE ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO A FUNCIONARIO QUE MENCIONA."

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto artigo 72 incisos VIII da lei orgânica do Município e demais normas legais,

RESOLVE:

Art 1º Conceder a funcionária Kárin Ane Corso adicional de escolaridade em nível de especialização conforme lei complementar n 58/2009 artigo 112 e 113, e certificado anexo.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Água Doce, 20 de Setembro de 2010.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita Municipal

Edna F.L. V Bissani.
Diretor Rec. Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 136 de 22 de setembro de 2010.

Concede Licença para Tratamento de Saúde

SERGIO LUIZ SCHMITZ; Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do artigo 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, JULIANA VALÉRIA LERMEN STECKLING; ocupante do cargo de PROFESSORA; no Período de quinze (15) dias, á contar do dia 21 de setembro de 2010, conforme, atestado

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

médico expedido na mesma data desta Portaria; Dr Eduardo Silva Costa-11764.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, SC, 22 de setembro de 2010.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra
ALICE SCHWAMBACH
Responsável pelas Publicações.

Processo de Licitação N° 034/2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 034/2010
Modalidade: PREGÃO n° 013/2010

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a compra, de forma parcelada conforme as necessidades do município de material de construção civil, consoante disposições da Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 08:45 horas, do dia 08 de outubro de 2010 em sessão pública, na mesma dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal, em cada um dos itens da licitação. Íntegra do Edital encontra-se na página na no endereço: <http://www.altobelavista.sc.gov.br> e informações, pelo telefone (49) 3455-9022, ou, ainda pelo correio eletrônico: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista (SC), em 24 de setembro de 2010.
SÉRGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal.

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N° 121/2010

DECRETO N° 121/2010.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal n° 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal n° 1.237/2009 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 3.035.640,00 (Três milhões, trinta

e cinco mil e seiscentos e quarenta reais), e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo de forma a preservar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais estabelecidas, conforme Demonstrativo do Cumprimento das Metas de Arrecadação até o terceiro bimestre de 2010 em anexo a este Decreto:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.17.000000 - Iluminação Pública - R\$ 9.190,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.452.0007.2034	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	9.190,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	9.190,00

FONTE 0.1.47.000000 - Atendimento à Pessoa Idosa - R\$ 3.400,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0503.08.241.0006.2028	Atenção à População da 3ª Idade	3.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	3.400,00

FONTE 0.1.63.000000 - Manutenção do FMAS - R\$ 130,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0503.08.244.0006.2030	Manutenção do FMAS	130,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	130,00

FONTE 0.1.22.000014 - Aquisição de Material de Apoio Pedagógico - R\$ 60.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.361.0002.2009	Aquisição de Material de Apoio Pedagógico	60.000,00
4.4.90.00	Investimentos	60.000,00

FONTE 0.1.24.000015 - Implantação do Sistema de Esgoto - R\$ 1.100.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.17.511.0005.1017	Implantação do Sistema de Tratamento de Esgoto	1.100.000,00
4.4.90.00	Investimentos	1.100.000,00

FONTE 0.1.24.000016 - Pavimentação de Ruas - R\$ 281.840,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.451.0007.1022	Pavimentação de Ruas	281.840,00
4.4.90.00	Investimentos	281.840,00

FONTE 0.1.24.000020 - Sinalização Turística - R\$ 50.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.23.695.0007.1027	Sinalização Turística	50.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
4.4.90.00	Investimentos	20.000,00

FONTE 0.1.22.000005 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental - R\$ 14.200,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.361.0002.2010	Manut. Transp. Escolar - Ensino Fundamental	14.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	14.200,00

FONTE 0.1.22.000022 - Implantação de Acervo Bibliográfico nas Escolas - R\$ 30.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.361.0002.1004	Implantação de Acervo Bibliográfico nas Escolas	30.000,00
4.4.90.00	Investimentos	30.000,00

FONTE 0.1.24.000023 - Pavimentação de Ruas - R\$ 1.200.000,00		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR



0601.15.451.0007.1022	Pavimentação de Ruas	1.200.000,00
4.4.90.00	Investimentos	1.200.000,00

FONTE 0.1.24.000007 - Manutenção da Escola de Banda de Música - R\$ 40.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.13.391.0003.2017	Manutenção da Escola de Banda de Música	40.000,00
3.3.50.00	Transferência a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	20.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00

FONTE 0.1.24.000008 - Preservação e Desenv. do Patrimônio Cultural - R\$ 50.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.13.391.0003.1010	Preservação e Desenv. Patrimônio Cultural	50.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	40.000,00
4.4.90.00	Investimentos	10.000,00

FONTE 0.1.18.000001 - Remuneração de Profissionais do Magistério - R\$ 1.030,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.11.361.0002.2008	Manutenção do /ensino Fundamental	1.030,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.030,00

FONTE 0.1.83.000010 - Construção de Casas Populares - R\$ 60.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0503.16.481.0006.1019	Construção de Casas Populares	60.000,00
4.4.90.00	Investimentos	60.000,00

FONTE 0.1.58.000002 - Remuneração Dep. Bancários Vinculados - MDE - R\$ 100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.361.0002.2008	Manutenção do Ensino Fundamental	100,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	100,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.2.12.000000 - Manutenção da Vigilância Sanitária - R\$ 14.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.2020	Manutenção do FMS	14.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	14.000,00

FONTE 0.2.64.000039 - ASPS/ PSF - R\$ 15.750,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.2022	Ações de Saúde da Família	15.750,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	15.750,00

FONTE 0.2.64.000044 - Conv. SDR - Aquis. Equipamentos Unidade de Saúde - R\$ 50.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.2022	Aquisição Equipamentos Unidade de Saúde	50.000,00
4.4.90.00	Investimentos	50.000,00

FONTE 0.2.64.000041 - ASPS/Saúde Bucal - R\$ 3.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.2025	Saúde Bucal	6.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
4.4.90.00	Investimentos	1.000,00

FONTE 0.2.23.000043 - Ampliação Unidade de Saúde - R\$ 50.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.1015	Ampliação de Unidade de Saúde	50.000,00
4.4.90.00	Investimentos	50.000,00

Art. 2º As fontes de recursos da Unidade Gestora Ipreancarlos que não alcançaram as metas de arrecadação não serão objeto de limitação de empenho, sendo que o déficit apurado até o bimestre de referência está coberto pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurado no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 24 de setembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 120/2010

DECRETO Nº. 120/2010 de 23 de Setembro de 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 50.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0005.2.020-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 50.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 23 de Setembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 23 de Setembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Extrato do oitavo termo aditivo ao contrato Nº 103/2008

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Oitavo Termo Aditivo ao Contrato Nº 103/2008; Origem: Licitação nº 39/2008 - Concorrência; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: ESTEIO PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.; Objeto: execução de serviços de Terraplanagem,



Drenagem, Obras complementares e Pavimentação Asfáltica na Estrada Antônio Pedro Scherer, numa extensão de 3.893,74 metros do Município de Antônio Carlos; Valor do Contrato após Readequação: R\$ 1.681.754,96 (um milhão, seiscentos e oitenta e um mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos); Valor do Aditivo: R\$ 44.882,84 (quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta e quatro centavos); Valor Total do Contrato Aditivado: R\$ 1.726.637,80 (um milhão, setecentos e vinte e seis mil, seiscentos e trinta e sete reais e oitenta centavos).

Antônio Carlos, 23 de setembro de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Comunicado Audiência Pública

ASSUNTO: CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao princípio da transparência dos atos da administração e ao disposto no Artigo 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, CONVIDO Vossa Senhoria para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que agendamos com o Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Antônio Carlos para às 18:00 horas do dia 28 de setembro de 2010, a realizar-se no auditório da Câmara de Vereadores, com objetivo de discutirmos a LOA e apresentar e avaliar o cumprimento das metas fiscais e físicas estabelecidas para o 2º QUADRIMESTRE DE 2010.

A sua participação é muito importante.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato pregão nº 0018 2010 - material de expediente para a escola mun. Profª Jacy Falchetti

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0018/2010.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Aquisição de Material de Expediente, Material de Processamento de Dados e Material Elétrico e Eletrônico, para o Ensino Fundamental, da Escola Municipal Profª Jacy Falchetti, do Município de Arroio Trinta.

Regimento: Lei 10.520 e 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 08:45h do dia 08/10/2010.

Abertura dos Envelopes: Às 09:00h do dia 08/10/2010.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 24 de setembro de 2010.

CLÁUDIO SPRÍCIGO

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Licitação PE 018 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2010 - FMS

A Senhora Secretária de Saúde, Liliane Werner dos Santos, por delegação e competência (Decreto n.º 101, de 24 de julho de 2009), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade pregão eletrônico, com a finalidade de selecionar propostas objetivando aquisição de material permanente e equipamentos para uso das Unidades de Saúde, Vigilância Epidemiológica, Centro de Especialidades Odontológicas e Pronto-Atendimento do Município de Biguaçu. Recurso Federal, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 08:00h do dia 27/09/2010, às 14:00h do dia 13/10/2010;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia 13/10/2010, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico - Cidade Compras - www.cidadecompras.com.br.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

Telefone: (48) 3279- 8000 (ramais 8010, 8020 e 8035)

E-mail: pregao@bigua.sc.gov.br

Endereço: Praça Nereu Ramos, nº 90, Setor de Licitação, Biguaçu - SC.

Biguaçu, SC, 22 de Setembro de 2010.

JOSÉ CASTELO DESCHMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - Liliane Werner dos Santos

Secretária de Saúde

Publicação de Licitação PP 044 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 044/2010-FMS

OBJETO: Aquisição de leite em pó infantil para o programa DST/HIV/AIDS da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 08/10/2010 às 16:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279- 8020, 8023 e 8035.

Biguaçu, 22 de Setembro de 2010.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal



Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Dispensa de Licitação 50/2010

DISPENSA DE LICITAÇÃO 50/2010

Objeto: Constitui objeto da presente Dispensa de Licitação fornecimento de material e serviços de chapeação Micro Ônibus MDY 1200.

Dotação: item orçamentário 33.90.39.19 e 33.90.30.39

Valor: 5.110,50 (cinco mil cento e dez reais e cinquenta centavos).

Fundamento Legal: Artigo 24, da Lei 8.666/93, inciso IV.

Braço do Trombudo, em 24 de setembro de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 4.615

DECRETO nº 4.615, de 15 de setembro de 2010.

Revoga a Carta Convite nº 23/2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica revogado a Carta Convite nº 23/2010, emitido em 13/08/2010, processo de licitação nº 116/2010, pois não obteve-se as três propostas válidas nos termos da decisão nº 472/1999 do Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de setembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.616

DECRETO nº 4.616 de 15 de setembro de 2010.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, EMERSON SCHMIDT e ALCEU ZARDO, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação de uma área de terreno urbano com 10.251,00m² (dez mil, duzentos e cinquenta e um metros quadrados), matriculado sob o nº 12.239, pertencente a AMCH Comércio de Materiais

de Construção Ltda, localizado ao lado do Kartódromo, confrontando ao Norte e Oeste com Aeroclube de Caçador; ao Sul com Fábrica de Papel Primo Tedesco S/A e com a Prefeitura Municipal de Caçador; ao Leste com Ernesto Fernandes de Lara e apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de setembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.617

DECRETO nº 4.617 de 15 de setembro de 2010.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos EMERSON SCHMIDT, ALCEU ZARDO, Oscar Scolaro e Fernando Melotti, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação de uma área de terreno urbano com 30.000,00m² (trinta mil metros quadrados), de uma área maior de 116.940,50m² (cento e dezesseis mil, novecentos e quarenta metros e cinquenta decímetros quadrados), matriculado sob o nº 24.085, pertencente a Floriano Pupo Ribeiro, localizado na Fazenda Bom Sucesso, confrontando ao Norte; com uma estrada municipal, dividindo com José Figueroa, sucessor de Ismael Gonçalves do Nascimento e com a Rodovia SC 451; ao Sul e Oeste com a Rede Ferroviária Federal S/A; e ao Leste; com José Figueroa; e apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de setembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.618

DECRETO nº 4.618 de 15 de setembro de 2010.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, EMERSON SCHMIDT e ALCEU ZARDO, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação de dois imóveis pertencentes a União Federal; o primeiro constituído de um terreno urbano com 1.269,00m²



(um mil, duzentos e sessenta metros quadrados), matriculado sob o nº 17.025, localizado na Avenida Santa Catarina (Bem Estar Social), e o segundo, constituído de um terreno rural, medindo 588.659,18m2, localizado na EPAGRI, matriculado sob o nº 16.912; e apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de setembro de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Anulação PR 33-10 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 33/2010 - FMS
OBJETO: Anula-se o presente processo, por não ter comparecido ninguém, caracterizando uma licitação deserta.
Maiores Informações no Departamento de Licitações, Situado na Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador-SC, 20 de setembro de 2010.

LOELY BELLAVER
Secretaria Municipal de Saúde

Aviso Dispensa 05-10 - SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2010 - FMS
O FMS de Caçador-SC, torna público a DISPENSA de Licitação número 05/2010, para locação de imóvel de propriedade do Sr. PAULO SERGIO TOMBINI, localizado na Rua Sebastião Carneiro, nº 57, para funcionamento do CAPS AD, pelo período de 12 meses, valor total de R\$ 43.048,44, nos termos do Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador-SC, 23 de setembro de 2010.
LOELY BELLAVER
Secretaria Municipal de Saúde

Aviso Licitação CC 01-2010 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Concorrência nº 01/2010
TIPO: Melhor Oferta por Item
OBJETO: SELEÇÃO DE PERMISSONÁRIOS PARA OCUPAR E EXPLORAR, A TÍTULO PRECÁRIO, ATRAVÉS DE PERMISSÃO DE USO

DAS SALAS NÚMEROS 01 A 07 QUE COMPÕE O TERMINAL RODOVIÁRIO COMENDADOR SELVINO CARAMORI
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 03/11/2010.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 03/11/2010.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 24 de setembro de 2010.
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.632

LEI Nº 3.632 DE 23 DE SETEMBRO DE 2010

REDEFINE ZONA URBANA DO MUNICÍPIO
E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Redefine a Zona Urbana do Município de Campo Alegre para fins tributários, conforme o disposto no § 1º do Artigo 32 da Lei Complementar Federal nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Art.2º) Sem prejuízo do disposto na Lei Complementar Municipal n.º 37/06, a Zona Urbana do Município de Campo Alegre será descontinua e formada pelos 11 (onze) Perímetros Urbanos seguintes, todos constantes do Anexo Único, parte integrante desta Lei:

- I - Perímetro Urbano Central;
- II - Perímetro Urbano do Distrito de Fragosos;
- III - Perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo;
- IV - Perímetro Urbano de Campestre;
- V - Perímetro Urbano de São Miguel;
- VI - Perímetro Urbano do Parque Industrial I;
- VII - Perímetro Urbano do Faxinal;
- VIII - Perímetro Urbano da Zona de Turismo;
- IX - Perímetro Urbano de Rio Represo;
- X - Perímetro Urbano do Salto do Engenho;
- XI - Perímetro Urbano do Rio Represo Autódromo.

Art.3º) A área urbanizável do Município passa a ser definida no Anexo único da presente Lei.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n.º 3.620 de 21 de julho de 2010, incluindo-se seus anexos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de setembro de 2010.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal Em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina



Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/09/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício

ANEXO ÚNICO

I - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO CENTRAL:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano Central de Campo Alegre.

Município: Campo Alegre

Estado: Santa Catarina.

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano Central da Cidade de Campo Alegre tem início na confluência das Ruas Cél. Veríssimo de Souza Freitas e Cél. Bueno Franco, determinado Opp; deste ponto segue em linha reta na direção Sudoeste, medindo 163,30 metros até encontrar o ponto 01; deste ponto segue na direção Nordeste, medindo 116,00 metros até encontrar o ponto 02; deste ponto segue em linha reta na direção Noroeste, medindo 712,00 metros até encontrar o ponto 03, localizado na margem do Ribeirão Farias no cruzamento deste com a Rodovia Municipal CAM 060 que leva ao Rio Vermelho; deste ponto segue em linha reta na direção Norte, medindo 851,00 metros até encontrar o ponto 04, localizado a 300 metros do eixo da Rodovia SC-301 nas Terras de propriedade do Frigorífico Ahrens & Cia. Ltda; deste ponto segue na direção Oeste, medindo 857,00 metros por uma linha paralela à Rodovia SC-301 no sentido Campo Alegre □ São Bento do Sul sempre mantendo uma distância de 300,00 metros do eixo da mesma até o ponto 05, localizado na altura do cruzamento da Rodovia SC-301 com a Antiga Estrada Dona Francisca; deste ponto segue na direção Norte, medindo 300,00 metros até encontrar o ponto 06, localizado sobre o eixo da Rodovia SC-301, deste ponto segue na direção Oeste, medindo 186,00 metros sobre o eixo da mesma até encontrar o ponto 07, deste ponto segue na direção Noroeste, medindo 251,00 metros até encontrar o ponto 08; deste ponto segue na direção Nordeste, medindo 165,00 metros até encontrar o ponto 09; deste segue na direção Sudeste, medindo 217,00 metros até encontrar o ponto 10, localizado a 300,00 metros do eixo da Rodovia SC-301; deste ponto segue na direção Leste, medindo 1.451,00 metros por uma linha paralela à Rodovia SC-301 no sentido Campo Alegre □ Joinville, sempre mantendo uma distancia de 300,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 11, localizado no vértice desta linha com a linha que dista 200,00 metros do eixo da Rodovia Municipal CAM-080 Campo Alegre □ Avenquinha; deste ponto segue na direção Noroeste, medindo 365,00 metros por uma linha paralela à Rodovia Municipal CAM-080 Campo Alegre □ Avenquinha, sempre mantendo uma distância de 200,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 12; deste ponto segue na direção Nordeste, cruzando a Rodovia Municipal, medindo 400,00 metros até encontrar o ponto 13; deste ponto segue na direção Sudeste, medindo 842,00 metros por uma linha paralela a estrada em direção ao Trevo, sempre mantendo uma distancia de 200,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 14, localizado no vértice desta linha com a linha que dista 300,00 metros do eixo da Rodovia SC-301; deste ponto segue na direção Leste, medindo 1.172,00 metros por uma linha paralela à Rodovia SC-301 no sentido Campo Alegre □ Joinville, sempre mantendo uma distância de 300,00 metros do eixo a mesma até encontrar o ponto 15 localizado no vértice desta linha com a linha que dista 200,00 metros do eixo da Rodovia SC-427 sentido Campo Alegre □ ao Distrito de Bateias de Baixo; deste ponto segue na direção Nordeste, medindo 1.023,00 metros por uma linha paralela à Rodovia SC-427 sentido Campo Alegre ao Distrito de Bateias de Baixo, sempre mantendo uma distancia de 200,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 16; deste ponto deflete 94º à direita, medindo 180,00 metros até encontrar o ponto 17, localizado sobre a linha que delimi-

ta a faixa de Domínio da Rodovia SC-427; deste ponto segue por esta linha no sentido Norte Centro de Campo Alegre ao Distrito de Bateias de Baixo, por uma extensão de 2.150,00 metros, até encontrar o ponto 18, localizado na divisa das propriedades da Srª. Regina Colin Lenaza e Sr. Linzmeyer; deste ponto segue na direção Noroeste sobre a mesma divisa, medindo 513,00 metros até encontrar o ponto 19, localizado n[a margem esquerda do Rio São Miguel; deste ponto segue a jusante do referido Rio, medindo 457,00 metros até a ponte sobre a estrada que leva a localidade do Salto, deste ponto segue ainda pela jusante do Rio até encontrar o ponto 20, localizado a 250,00 metros da ponte sobre a estrada que leva a localidade do Salto e a 356,00 metros da ponte sobre a Rodovia SC-427, medidas estas efetuadas sobre o leito do Rio São Miguel; deste ponto segue na direção Nordeste, medindo 237,00 metros até o ponto 21, distante 200,00 metros do eixo da Rodovia SC-427; deste ponto segue na mesma direção, medindo 277,00 metros até encontrar o ponto 22 distante 100,00 metros do eixo da referida estrada; deste ponto segue ainda na mesma direção, medindo 700,00 metros por uma linha paralela a Rodovia SC-427, sempre mantendo uma distância de 100,00 metros do eixo da mesma, até encontrar o ponto 23; deste ponto deflete 89º à direita, cruzando a estrada, medindo 200,00 metros até encontrar o ponto 24; deste ponto deflete novamente 89º à direita, seguindo por uma linha paralela a Rodovia SC-427, sempre mantendo uma distância de 100,00 metros do eixo da mesma, até encontrar o ponto 25; deste ponto segue na direção Sudeste por uma linha reta, medindo 535,00 metros, cruzando a Rua Vitória Régia até encontrar o ponto 26; deste ponto segue na direção Sudoeste, medindo 743,00 metros por uma linha paralela à Rua Vitória Régia, sempre mantendo uma distancia de 100,00 metros do eixo da mesma, cruzando a Estrada do Saltinho e a Rodovia Municipal CAM 333, até encontrar o ponto 27; deste ponto segue por uma linha paralela à Rodovia Municipal CAM 333, sempre mantendo uma distancia de 100,00 metros do eixo da mesma, medindo 208,00 metros até encontrar o ponto 28, localizado na margem direita do Rio São Miguel, a 64,80 metros da ponte sobre a Rodovia SC-427; deste segue a montante do rio, por uma extensão de 408,60 metros até encontrar o ponto 29; deste segue na por uma linha reta na direção Sudoeste, medindo 281,00 metros, cruzando a Rede de Alta Tensão, até encontrar o ponto 30, localizado sobre a linha que delimita a Faixa de Domínio da Rodovia SC-427; deste ponto segue por esta linha na direção Sul, (Sentido Lageado □ Centro), por uma extensão de 306,20 metros até encontrar o ponto 31; deste ponto deflete à esquerda, seguindo na direção Leste, medindo 572,00 metros até encontrar o ponto 32, localizado na margem esquerda do Rio São Miguel; deste ponto segue a montante do Rio por uma extensão de 700,00 metros até encontrar o ponto 33, também localizado na margem esquerda do Rio; deste ponto segue na direção Oeste, medindo 789,00 metros até encontrar o ponto 34, localizado novamente sobre a linha que delimita a Faixa de Domínio da Rodovia SC-427; deste ponto segue por esta linha na direção Sul, Sentido Lageado □ Centro, por uma extensão de 266,50 metros até encontrar o ponto 35; deste ponto deflete à esquerda, seguindo na direção Leste, medindo 361,00 metros até encontrar o ponto 36, localizado sob a Rede de Alta Tensão; deste ponto segue na direção Sul, tendo a Rede como referência, medindo 175,90 metros até encontrar o ponto 37; deste ponto segue na direção Oeste medindo 221,15 metros margeando uma estrada particular, até encontrar o ponto 38; deste ponto continua ainda margeando a referida estrada, medindo 95,45 metros até encontrar o ponto 39; deste ponto segue na direção Noroeste, medindo 42,65 metros até encontrar o ponto 40; deste ponto segue na direção Oeste, medindo 70,00 metros até encontrar o ponto 41, localizado novamente sobre a linha que delimita a Faixa de domínio da Rodovia SC-427; deste ponto segue por esta linha na direção Sul, sentido Lageado □ Centro, por uma extensão de 197,00 metros até encontrar o ponto 42; deste ponto deflete à esquerda, seguindo na direção Leste, medindo 233,10 metros até encontrar o ponto 42a; deste ponto deflete à



direita, seguindo na direção Sul, medindo 49,96 metros até encontrar o ponto 42b; deste ponto deflete à esquerda, seguindo na direção Leste, medindo 6,00 metros até encontrar o ponto 43; deste ponto segue na direção Sul, medindo 115,00 metros até encontrar o ponto 44; deste ponto segue na direção Oeste, medindo 336,39 até encontrar o ponto 45, localizado novamente sobre a linha que delimita a Faixa de Domínio da Rodovia SC-427; deste ponto segue por esta linha na direção Sul, sentido Lageado □ Centro, por uma extensão de 775,00 metros até encontrar o ponto 46; deste ponto deflete à esquerda, seguindo na direção Sudeste, medindo 450,00 metros, cruzando a Rua das Nações até encontrar o ponto 47; deste ponto segue no sentido Sudoeste, por uma linha paralela a Rua das Nações, sempre mantendo uma distância de 50,00 metros do eixo a mesma, medindo 611,00 metros até encontrar o ponto 48, localizado na confluência da linha que esta a 50,00 metros do eixo da Rua das Nações, com a linha que esta a 100,00 metros do eixo da Rodovia SC-427; deste ponto segue na direção Leste, medindo 100,00 até encontrar ponto 49, que está localizado a 200,0 metros do eixo da Rodovia SC-427; deste ponto segue na direção Sudoeste, medindo 258,50 metros por uma linha paralela à Rodovia SC-427 no sentido Lageado □ Centro, sempre mantendo uma distância de 200,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 50, localizado no vértice desta linha com a linha que dista 300,00 metros do eixo Rodovia SC-301; deste ponto segue na direção Nordeste, medindo 578,00 metros por uma linha paralela à Rodovia SC-427 no sentido Campo Alegre □ Joinville, sempre mantendo uma distância de 300,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 51, deste ponto deflete à direita, seguindo na direção Sudeste, cruzando a Rodovia, medindo 600,00 metros até encontrar o ponto 52, deste ponto segue na direção Sudoeste, medindo 752,40 metros por uma linha paralela à Rodovia SC-427 sentido Campo Alegre □ Joinville sempre mantendo uma distância de 300,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 53, localizado na margem direita de um córrego sem denominação, a 113,00 metros da Ponte sobre a Estrada Dona Francisca e a 300,00 metros da Rodovia Estadual SC-301; deste ponto segue à jusante do referido córrego, cruzando a Estrada Dona Francisca, medindo 455,00 metros até encontrar o ponto 54, localizado na confluência da margem deste com a linha que dista 200,00 metros do eixo da Estrada Dona Francisca; deste ponto segue no sentido Leste, medindo 1045,00 metros por uma linha paralela a Estrada Dona Francisca, prosseguindo por uma linha paralela a Av. Dr. Getúlio Vargas, sempre mantendo uma distância de 200,00 metros do eixo das mesmas até encontrar o ponto 55, localizado no vértice da linha que dista 200,00 metros do eixo da Av. Dr. Getúlio Vargas com a linha que dista 200,00 metros da projeção da Rua Oldemar Duvoisin; deste ponto segue na direção Sudoeste, medindo 554,00 metros por uma linha paralela ao prolongamento da referida rua, sempre mantendo uma distância de 200,00 metros do eixo da mesma até encontrar o ponto 56, localizado na intersecção desta linha com o Rio do Turvo; deste ponto segue na direção Sudoeste, medindo 668,00 metros até encontrar o ponto 0pp, fechando assim a poligonal que determina o Perímetro Urbano do Município de Campo Alegre.

II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE FRAGOSOS:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Distrito de Fragosos.
Município: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina.

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Distrito de Fragosos tem origem no ponto situado na Rua Generoso Fragoso a 300 metros do cruzamento com a Rua Max Rudnick no sentido Avenquinha (a). Deste ponto o traçado em linha reta até um ponto situado na estrada do Rio Represo, a 480 metros do mesmo cruzamento (b). Deste mesmo ponto o traçado segue mesma inclinação de 90 graus com relação a rua em linha reta até um ponto

localizado a 1000 metros de distância (c), o traçado converge 90 graus em direção a Rua Raimundo Pereira de Lima por uma reta de 700 metros (d). Daí segue em sentido Oeste até um ponto (e), num riacho distante aproximadamente 200 metros da Rodovia SC-301; seguindo pelo riacho em sentido Sul, até sua nascente, no ponto (f), daí no sentido Nordeste, por uma linha seca e reta, numa distância aproximada de 200 metros, até um ponto (g) na estrada Boa Vista, daí no sentido Sudeste, pelo eixo da estrada, numa distância aproximada de 700 metros no ponto (h), onde encontra a nascente num riacho, afluente do rio da divisa; segue, no sentido Oeste, pelo leito do riacho até o ponto (i), onde encontra o rio de divisa daí seguindo à jusante do rio da divisa, no sentido Nordeste, até o ponto (j), distante 500 metros do eixo da Rodovia SC-301; daí, numa linha seca paralela, distante 500 metros do eixo da Rodovia SC-301, no sentido Norte, até o ponto (k), na Escola Municipal de Cordeiras, deste último para um ponto na Rua Antônio Basílio Rocha à 450 metros do cruzamento com a Rodovia o ponto (l), desde ponto segue no sentido Norte até o Rio Negro o ponto (m), e de lá segue pela margem deste até um ponto localizado a 100 metros a Leste da Rua Generoso Fragoso o ponto (n), deste ponto segue no sentido Sul paralelamente a Rua Generoso Fragoso, distando 100 metros dela até um ponto distante 1.150 metros o ponto (o), deste ponto o traçado converge à Nordeste, seguindo 600 metros até um ponto que dista 240 metros do ponto inicial deste poligonal o ponto (p) e deste último ponto o traçado une-se ao ponto inicial, fechado a poligonal.

III - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo.

Município: Campo Alegre

Estado: Santa Catarina.

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo tem início no ponto (P-01) situado a 166,00 metros do ponto (P-00) localizado na intercessão das rodovias: RM-010 com RM 303, seguindo com direção Oeste com uma linha de 100,00 metros do eixo da rodovia RM 010, até o ponto (P-02), seguindo distante do eixo da Rua Professor Rufino Blazkowski numa extensão de 100,00 metros, paralelamente, pelo lado esquerdo no sentido Nordeste, até o ponto (P-03) localizado no eixo da Rua Emilia Yong. Seguindo com a mesma medida por 270,00 metros até o ponto (P-04) localizado as margens do Rio Estiva seguindo em direção Norte, em uma linha de 282,00 metros, com ângulo de 130° no sentido Sul, até o ponto (P-05). Seguindo no sentido Leste, até encontrar a ponte sob a Rua Alexandre Telma no ponto (P-06). Seguindo no sentido Sul, por um córrego até encontrar-se com um riacho situado no ponto (P-07) a 40,00 metros da Rua José Wollner. Seguindo na direção Sudeste com uma linha de 43,00 metros pela margem esquerda até o ponto (P-08). Seguindo na direção leste em uma linha paralela distante 150,00 metros do eixo da Rua Professor Rufino Blazkowski. Seguindo em direção Nordeste, com uma linha de 224,00 metros até o ponto (P-09). Convergindo à esquerda num ângulo de 29° em uma linha de 424,00 metros Norte até o ponto (P-10), seguindo em direção Norte paralelo por 100,00 metros com o eixo da Rua João Pius Schindler até encontrar o Rio Estiva o ponto (P-11), segue margens do referido rio sentido Nordeste por 110,00 metros o ponto (P-12), de onde parte sentido Sudeste paralelo por 100,00 metros com a Rua João Pius Schindler em uma distância de 122,00 metros o ponto (P-13) converge em 92° ao Nordeste, até encontrar o Rio Bateias o ponto (P-14), seguindo no sentido Sudeste pela margem do Rio Bateias até a ponte situada sob a Rua Alice Lemos o ponto (P-15). Seguindo pelas margens do referido rio distante 84,00 metros da ponte sob a Rua Alice Lemos até o ponto (P-16) convergindo à direita num ângulo de 85° em uma linha paralela distante 100,00 metros do eixo da Rua Jacob Kmiecick até o ponto (P-17) seguindo



do no sentido Sudeste, com 100,00 metros do eixo da Rua João Pius Schindler, numa linha de 70,00 metros de extensão o ponto (P-18) prosseguindo a partir deste ponto, com a mesma metragem do eixo da Rua José Endler, numa linha de 493,00 metros de extensão até o ponto (P-19), convergindo para a esquerda com 154° no sentido Leste, numa linha de 254,00 metros de extensão até o ponto (P-20), convergindo à esquerda com 115° no sentido Nordeste numa linha de 133,00 metros de extensão até o ponto (P-21), seguindo para Sudeste num ângulo de 81°, numa linha de 500,00 metros de extensão até o ponto (P-22), fazendo ângulo à direita com 74°, no sentido Oeste, numa linha de 244,00 metros de extensão até o ponto (P-23) seguindo Oeste até o ponto (P-24), seguindo à esquerda no sentido Sul num ângulo de 75° em uma linha com 233,00 metros de extensão até o ponto (P-25), convergindo a direita no sentido Oeste, com 218,00 metros até o ponto (P-26) localizado na margem do Rio Água Verde. Seguindo pela margem do Rio Água Verde no sentido Sul, com 85,00 metros de extensão até o ponto (P-27) seguindo na direção Oeste num ângulo de 111°, numa linha com 505,00 metros de extensão até o ponto (P-28), convergindo à direita num ângulo de 84° no sentido Norte com uma linha de 466,00 metros de extensão seguindo paralelamente por 50,00 metros do eixo da Rua Júlia Pazda, até o ponto (P-29), convergindo à esquerda num ângulo de 126° no sentido Noroeste com uma linha de 396,00 metros de extensão até o ponto a 100,00 metros do eixo da Rua Professor Rufino Blazkowski, no ponto (P-30) deste ponto converge à esquerda com ângulo de 99° no sentido Sudeste, paralelo à Rua Professor Rufino Blazkowski, com 100,00 metros do eixo da referida Rua, até o ponto (P-31) convergindo à direita, num ângulo de 90° no sentido Oeste numa linha de 100,00 metros de extensão até o (P-01) ponto inicial, fechando a poligonal do Perímetro Urbano.

IV - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO CAMPESTRE:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Campestre.
Município: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina.

A poligonal que delimita o perímetro urbano do Setor Campestre, tem início no ponto Opp, localizado na intersecção da linha que delimita a Faixa de Domínio da Rodovia SC-301 com a margem direita da Rua Otto Zschoerper; deste ponto segue na direção Oeste, sobre a referida linha, medindo 263,00 metros, no sentido Campo Alegre □ São Bento do Sul, até encontrar o ponto 01; deste ponto segue na direção Sul, medindo 1.407,00 metros até encontrar o ponto 02; deste ponto com ângulo de 90°, segue na direção Leste, medindo 436,17 metros até encontrar o ponto 03; deste com ângulo de 90° 05" segue na direção Norte, medindo 1.509,47 metros, até encontrar o ponto 04, localizado sobre a linha que Delimita a Faixa de Domínio da Rodovia SC-301; deste segue sobre a referida linha na direção Oeste, medindo 200,49 metros, cruzando a Rua Otto Zschoerper até encontrar o ponto de partida Opp, fechando assim a poligonal.

V - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano de São Miguel.
Município: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina.

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano de São Miguel tem início na Estrada Dona Francisca no ponto da divisa da propriedade de Empreendimentos Turísticos Caminho dos Príncipes Ltda, a) seguindo até a Rodovia SC-301, cruzando-a e indo até um ponto localizado a 300 metros dela; b) deste ponto segue paralelamente a Rodovia SC-301, a 300 metros dela, no sentido Joinville até um ponto que está a 200 metros da Rodovia Municipal CAM-020; c)

deste ponto segue paralelamente a referida Rodovia até um ponto a 300 metros; d) deste ponto converge 84° em direção Oeste onde segue por 165 metros; e) converge 90° em direção Nordeste segue 165,20 metros em linha reta; f) converge 263° sentido Noroeste, segue por 99,32 metros em linha reta encontrando-se com o Rio São Miguel; g) e de lá, segue pelo Rio São Miguel até um ponto que dista 200 do eixo da Rodovia Municipal CAM-020; g1) deste segue em linha paralela a 200 metros do eixo da referida Rodovia por 432,00 m; g2) deste deflete 71°42'54" sentido Leste por 160,91 m até encontra novamente o rio São Miguel; g3) deste segue pelo rio São Miguel sentido SC-301 por 6,12 m; g4) deste deflete 100°31'5" sentido oeste por 150,95 m; g5) deste deflete 90° sentido Sul por 63,43 m; g6) deste deflete 130°27'56" sentido sudoeste por 37,86 m g7) deste deflete 127°2'40" por 14,89 m; deste deflete por 84°23'9" sentido sul por 18,02 m g8) deste deflete 92°37'33" sentido oeste por 9,68 m; g9) deste deflete 8549'48" sentido sul por 93,02m; g10) deste deflete 81°50'15" sentido oeste por 55,53 m; g11) deste deflete por 18°12'26" sentido sudoeste por 59,45m até encontrar um ponto a 200m da rodovia municipal CAM-020; h) deste segue paralela ao eixo da mesma rodovia até um ponto que dista 300 metros da Rodovia SC-301; i) deste ponto segue novamente paralelo à Rodovia SC-301, no sentido Joinville, distando 300 metros dela até um ponto a 200 metros após o Posto da Polícia Rodoviária Estadual; j) de lá converge para a Rodovia SC-301, cruzando-a e indo até um ponto a 300 metros da mesma; l) de lá segue paralela a Rodovia SC-301 no sentido Campo Alegre até o encontrar com o Rio dos Bugres; m) deste segue sentido a nascente do Rio dos Bugres até encontrar com a Rodovia Municipal CAM-428, conhecida como Estrada dos Bugres; n) deste segue paralelamente pela Rodovia Municipal CAM-428 por 45,03 metros até o marco '04' (E=679406.854 m e N=7103216.958 m) cravado na beira de servidão de passagem; o) Daí segue confrontando com Servidão de passagem com o azimuth de 210°14'16" e a distância de 23.85 m até o marco '19' (E=679402.782 m e N=7103194.989 m) cravado na beira da Servidão de passagem; p) deste com deflexão de 70°12'16" sentido leste por 18.69 metros; q) deste com deflexão de 102°28'30" sentido sul por 99.37 metros; r) deste com deflexão de 83°24'54" sentido oeste por 39.99 metros; s) deste com deflexão de 97°18'2" sentido norte por 68.92 metros; t) deste com deflexão de 137°15'34" sentido leste por 7.21 metros; u) deste com deflexão de 98°27'48" sentido oeste por 128.64 metros; v) deste com deflexão de 62°45'32" sentido norte por 45.85 metros até encontrar com a Rodovia Municipal CAM-428; x) segue pela Rodovia Municipal CAM-428 até a um ponto localizado a 300 metros do eixo da Rodovia SC-301; x1) deste segue, a 300 metros do eixo, paralela ao eixo da Rodovia SC-301 no sentido Campo Alegre por 1639,12 metros; x2) deste deflete 83°4'16" sentido sudoeste por 161,44 m; x3) deste deflete 90°12'52" sentido sudeste por 86,22 m; x4) deste deflete 89°34'9" sentido sudoeste por 1355,30 m; x5) deste deflete 83°26'40" sentido noroeste por 131,00 m; x6) deste segue defletindo sentido sudoeste por sete linhas quebras de 16,30, 39,37, 48,31, 26,34, 39,80, 50,37, e 45,63 m; x7) deste deflete 101°33'4" sentido noroeste por 137,06 m; x8) deste deflete 97°31'9" sentido nordeste por 664,31 m; x9) deste deflete 22°25'56" ainda sentido nordeste por 982,93 m até encontrar um ponto situado a 300 metros do eixo da Rodovia SC-301; z) e deste segue paralelamente ao eixo da Rodovia SC-301 até o ponto inicial da poligonal.

VI - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO PARQUE INDUSTRIAL I:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Parque Industrial I.
Município: Campo Alegre
Estado: Santa Catarina.

A poligonal que o Perímetro Urbano do Parque Industrial I, tem sua amarração na Rodovia Estadual SC-301, no Trevo de acesso a Cidade de Campo Alegre, por esta segue na direção este sen-



tido Campo Alegre □ São Bento do Sul, até a confluência com a Rua Francisco Bueno Franco, onde localiza-se o ponto 0pp; deste ponto segue na direção Sudeste, medindo 820,00 metros, até encontrar o ponto 01; deste ponto, deflete à esquerda na direção Nordeste, medindo 182,00 metros até encontrar o ponto 02; deste ponto deflete novamente a esquerda na direção Noroeste, medindo 578,00 metros até encontrar o ponto 03; deste ponto deflete novamente à esquerda na direção Noroeste medindo 355,00 metros de até encontrar o ponto 03; deste ponto deflete a esquerda na direção Sudoeste medindo 184,00 e 200,00 metros de frente para à Rodovia SC-301, cruzando a Rua Francisco Bueno Franco até encontrar o ponto de partida 0pp, fechando assim a poligonal.

VII - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO FAXINAL:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Faxinal.

Município: Campo Alegre

Estado: Santa Catarina.

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Faxinal, tem sua amarração na Rodovia SC-301, no Trevo de acesso a Cidade de Campo Alegre, deste segue pela Rodovia CAM 080, medindo aproximadamente de 3 Km até o entroncamento desta com a Rodovia CAM 477, onde inicia-se a referida poligonal no marco 0pp; deste segue pela margem esquerda da Rodovia CAM 080, por 706,51 até encontrar o ponto 01; deste com ângulo de 119° 01" segue na direção Noroeste medindo 417,00 metros até encontrar o ponto 02; deste com ângulo de 155° 56" segue ainda na direção Noroeste medindo 61,80 metros até encontrar o ponto 03 localizado na margem direita do Rio da Geada; deste corta Rodovia CAM 080, na direção Nordeste, seguindo à jusante do referido Rio, medindo 565,00 metros, até encontrar o ponto 04; deste com ângulo de 291° 53', segue no sentido Sudeste, medindo 153,80 metros, até encontrar o ponto 05; deste com ângulo de 99° 31", segue no sentido Nordeste pela margem esquerda da Estrada Mangueira Velha, medindo 72,30 metros, até encontrar o ponto 06; deste com ângulo de 69° 34", segue no sentido Nordeste, pela margem da mesma Estrada, medindo 67,45 metros até encontrar o ponto 07; deste com ângulo de 52° 12" segue na direção Nordeste, ainda pela margem da referida estrada, medindo 52,70 metros até encontrar o ponto 08, localizado na margem esquerda de um riacho sem denominação, deste segue à montante do referido riacho, medindo 36,74 metros, até encontrar o ponto 09; localizado a margem esquerda da estrada Mangueira Velha, deste segue pela margem da estrada Mangueira Velha, por 215,94 metros até encontrar o ponto 10; deste com ângulo de 85° 16' 21" segue sentido Sudeste, por 6,00 metros até encontrar o ponto 11; deste com ângulo de 92° 28' 25" segue sentido Sudoeste por 31,52 metros até encontrar o ponto 12; deste com ângulo de 139° 32' 02" segue sentido Sul por 168,01 metros até encontrar o ponto 13; deste com ângulo de 93° 30' 49" segue sentido Oeste por 113,52 metros até encontrar o ponto 14; segue pelo referido riacho, medindo 1.897,59 metros, até encontrar o ponto 15; deste com ângulo de 298° 06" segue pela margem esquerda da Estrada Geral da Avenquinha na direção Noroeste medindo 265,70 metros até encontrar o ponto de partida 0pp, fechando assim a poligonal.

VIII - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DA ZONA DE TURISMO:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano da Zona de Turismo.

Município: Campo Alegre

Estado: Santa Catarina.

a) Zona de Turismo do Rio Vermelho I - "A poligonal do Perímetro Urbano da Zona de Turismo tem as seguintes características e confrontações: fazendo frente para Estrada Rio Vermelho por 14

(quatorze) linhas quebradas, 53,95 metros, 30,91 metros, 29,22 metros, 42,63 metros, 21,00 metros, 26,60 metros, 60,18 metros, 36,67 metros, 62,49 metros, 79,87 metros, 100,31 metros, 102,48 metros, 97,41 metros e 30,90 metros; fundos com fundos com Herma Schwarz Heinzen por 4 (quatro) linha de 52,65 metros, 105,75 metros, 62,05 metros e 409,91 metros, lado esquerdo de quem olha do lote para a rua, por 05 (cinco) linhas quebradas, com Paulo Bartsch por 68,41 metros, 106,73 metros, 143,65 metros e com HACASA Administração e Empreendimentos Imobiliários S.A. por 110,55 metros, 216,81 metros e finalmente lado direito com a propriedade da Srª. Sônia Hildegard de Oliveira Willy Vasconcelos por doze linhas quebradas de 47,20 metros, 38,70 metros, 17,08 metros, 23,95 metros, 106,85 metros, 48,19 metros, 46,18 metros, 113,19 metros, 107,77 metros, 100,00 metros, 88,71 metros, 20,78 metros e ainda pelo lado direito com Paulo Harry Schmalz por 102,10 metros e 152,20 metros, totalizando uma área de 550.441,54 m² (quinhentos e cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e um metros e cinquenta e quatro décimos quadrados)".

b) Zona de Turismo do Rio Vermelho II - "Faz frente para a Estrada Rio Vermelho por 914,71m, fundos com a área de doação para rua, por 431,22m, lado esquerdo de quem olha do lote para a rua, com área de doação por 248,69m e, finalmente, lado direito com Maraci Mariel Duarte, por 584,65m, totalizando uma área de 302.275,06m² (trezentos e dois mil, duzentos e setenta e cinco metros e seis décimos quadrados)".

c) Zona de Turismo do Salto do Engenho - "Faz frente para Rodovia Municipal CAM - 080 por seis (06) linhas quebras de 73,99 metros, 23,36 metros, 20,82 metros, 58,22 metros, 89,01 metros, 61,38 metros, fundos com Rio da Geada por 762,47 metros, lado esquerdo de quem olha do lote para a rua com Adolar Kumd por 1.011,53 metros e finalmente lado direito com Ernestino Vidal de Souza por 667,68 metros".

d) Zona de Turismo do Villages Bela Vista - "Um terreno situado no Município de Campo Alegre, fazendo frente para o terreno de propriedade Sr. Ivo Romeu Pauli, por 201,10 metros, fundo novamente com terreno de propriedade Sr. Humberto Reiser por 202,25 metros, lado direito com terras de propriedade Sr. Davi Paulo e Sr. Osni Gorniack, por três linhas quebradas de 159,94 metros, 207,60 metros e 90,00 metros, lado esquerdo com terras de propriedade da Srª. Dilair Baum e Sr. Alvacir Hansen, por três linhas quebradas de 46,95 metros, 1612,42 metros e 249,10 metros, contendo a área de 92.498,82 m² (noventa e dois mil, quatrocentos e noventa e oito metros e oitenta e dois décimos quadrados)".

e) Zona de Turismo do Lageado I - Um terreno situado no Município de Campo Alegre, distante 918 metros da intersecção da Rua das Pedras com a Rodovia Municipal CAM-445 e fazendo frente para a Rodovia Municipal CAM-445, por três linhas quebradas de 116,94, 47,28, 30,73 metros, fundos com Rio Saltinho por doze linhas quebradas de 34,86, 20,40, 16,00, 33,03, 32,65, 24,56, 65,60, 18,65, 55,24, 31,83, 12,97, 18,28 metros e do lado direito de quem da rua olha para o terreno por 5 linhas quebrada de 30,00, 68,96, 43,05, 60,75, 75,86 metros e finalmente do lado esquerdo por 296,56 metros, totalizando uma área de 42157,80 m².

IX - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO RIO REPRESO

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano da Localidade do Rio Represo.

Município: Campo Alegre

Estado: Santa Catarina.



A poligonal que delimita o Perímetro Urbano da Localidade do Rio Represo tem início no eixo da Rua Francisco Zoellner sobre a linha que delimita os Municípios de Campo Alegre e São Bento do Sul, determinado Opp; por esta linha segue na direção Leste medindo 240,80 metros até encontrar o ponto 01; deste ponto segue na direção Norte medindo 249,60 metros até encontrar o ponto 02; deste ponto segue na direção Norte medindo 167,30 metros até encontrar o ponto 03; deste ponto segue na direção Oeste medindo 71,80 metros até encontrar o ponto 04; deste ponto segue pela margem direita da Rua Francisco Zoellner, a uma distância de 40,00 metros do eixo da via, na direção Norte medindo 244,40 metros até encontrar o ponto 05; deste ponto segue na direção Leste medindo 64,50 metros até encontrar o ponto 06; deste ponto segue na direção Sudeste medindo 36,70 metros até encontrar o ponto 07; deste ponto segue na direção Sudeste medindo 37,30 metros até encontrar o ponto 08; deste ponto segue na direção Leste medindo 127,50 metros até encontrar o ponto 09; deste ponto segue na direção Norte medindo 136,40 metros até encontrar o ponto 10; deste ponto segue na direção Oeste medindo 278,10 metros cruzando a Rua Francisco Zoellner até encontrar o ponto 11, localizado na margem esquerda da referida rua; deste ponto segue pela margem esquerda da Rua Francisco Zoellner na direção Sul, medindo 17,70 metros até encontrar o ponto 12; deste ponto segue na direção Oeste medindo 37,00 metros até encontrar o ponto 13; deste ponto segue na direção Sul pela margem esquerda da Rua Francisco Zoellner, a uma distância de 40,00 metros do eixo da referida rua, medindo 658,80 metros, até encontrar o ponto 14; deste ponto segue na direção Oeste medindo 126,30 metros até encontrar o ponto 15; deste ponto segue na direção Noroeste medindo 16,90 metros até encontrar o ponto 16; deste ponto segue na direção Noroeste medindo 39,50 metros até encontrar o ponto 17; deste ponto segue na direção Norte medindo 127,00 metros até encontrar o ponto 18; deste ponto segue na direção Oeste medindo 220,70 metros até encontrar o ponto 19; deste ponto segue na direção Sul medindo 115,00 metros até encontrar o ponto 20; deste ponto segue na direção Leste medindo 165,20 metros até encontrar o ponto 21; deste ponto segue na direção Sul medindo 112,00 metros até encontrar o ponto 22; deste ponto segue na direção Leste medindo 223,30m até encontrar o ponto Opp, fechando assim a poligonal que determina o Perímetro Urbano da Localidade do Rio Represo.

X - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO SALTO DO ENGENHO:

Poligonal que delimita o Perímetro Urbano da Localidade do Salto do Engenho

Município: Campo Alegre

Estado: Santa Catarina.

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano da Localidade do Salto do Engenho tem início no ponto de encontro entre o Rio Turvo e a Rodovia Municipal CAM-080 determinado Opp; a) deste segue sentido Leste margeando a Rodovia Municipal por sete linhas quebradas de 17.20 metros, 25.82 metros, 20.65 metros, 26.61 metros, 17.97 metros 46.06 metros e 43.66 metros e totalizando 197.97 metros; b) deste com deflexão de 79°29'46" sentido Sul por 161.90 metros; c) deste com deflexão sentido Oeste margeando o Rio Turvo por 43.00 metros, 48.60 metros, 62.10 metros, 62.38 metros, 22.21 metros, 37.80 metros, 20.05 metros até encontrar a Rodovia CAM -080; c) deste cruza para a margem esquerda do Rio Turvo; d) deste com deflexão de 90°54'28" sentido Sul, nascente do Rio Turvo e margeando o mesmo por 37.83 metros e 14.47 metros; d) deste com deflexão de 69°23'59" sentido Oeste por 30.67; e) deste com deflexão de 17°42'11" ainda sentido Oeste por 31.76 metros aonde encontra com a Rodovia Municipal CAM-080; f) deste segue margeando a Rodovia Municipal CAM-080 até encontrar o ponto Opp, fechando assim a poligonal, com área de 23.165,16 metros quadrados, que determina o

Perímetro Urbano da Localidade do Salto do Engenho.

XI - MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO RIO REPRESO AUTODROMO:

A poligonal que delimita o Perímetro Urbano do Rio Represo Autódromo tem início a um ponto distante 129,00 metros da intersecção da Rodovia Municipal CAM-360 com a Rodovia Municipal CAM-130, deste segue na direção Sul por 434,85 metros costeando a Rodovia Municipal CAM-130; deste deflete 96°32'24" na direção Oeste por 109,50 metros; deste deflete 78°52'48" na direção Norte por 922,80 metros margeando riacho sem nome; deste deflete 104°23'17" na direção Nordeste por 84,57 metros; deste deflete 100°9'11" sentido sudeste por 113,00 metros em curva; deste deflete 20°37'41" sentido sudoeste por 92,68 metros; deste deflete 92°47'18" sentido Leste por 17,17 metros; deste deflete 93°46'23" sentido Sul por 2,87 metros; deste deflete 36°35'55" sentido Sudeste por 183,17 metros em curva; deste deflete 28°4'28" sentido oeste por 64,65 metros; deste deflete 39°12'39" sentido sudoeste por 68,00 metros; deste deflete 54°43'21" sentido Sul por 40,28 metros; deste deflete 74°46'15" sentido até encontrar o ponto que deu início a esta poligonal.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/SC, 23 DE SETEMBRO DE 2010.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal Em Exercício

Portaria Nº 7.552

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 7.552 DE 21 DE SETEMBRO DE 2010

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO

SOBRE FÉRIAS A DIRETORA EXECUTIVA DO IPRECAL

A Prefeita Municipal em exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Diretora Executiva do IPRECAL - MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE, matrícula nº 366, referente ao período aquisitivo de 01 de outubro de 2009 à 30 de setembro de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de setembro de 2010.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/09/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício

Portaria Nº 7.553

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 7.553 DE 21 DE SETEMBRO DE 2010

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO



SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal em exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Motorista - CLÓVIS NENEVÊ, matrícula nº 000583, referente ao período aquisitivo de 07 de agosto de 2009 à 06 de agosto de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de setembro de 2010.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/09/2010
PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício

Portaria Nº 7.554

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 7.554 DE 21 DE SETEMBRO DE 2010
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO
SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal em exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Engenheiro Civil - LAÉRCIO TELLES, matrícula nº 000413, referente ao período aquisitivo de 05 de maio de 2008 à 04 de maio de 2009, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de setembro de 2010.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/09/2010
PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício

Portaria Nº 7.555

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 7.555 DE 21 DE SETEMBRO DE 2010

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Professora - SANDRA APARECIDA ANDRADE DE LIMA, matrícula nº 277, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 05 de setembro de 2005 à 05 de setembro de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de setembro de 2010.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/09/2010
PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício

Portaria Nº 7.557 DE 24 DE SETEMBRO DE 2010

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 7.557 DE 24 DE SETEMBRO DE 2010
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias a Agente Administrativo II - VIVIANE INÊS FERNANDES CALDAS SCHIAVENIN, matrícula nº 000540, referente ao período aquisitivo 02 de abril de 2009 à 01 de abril de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 28 de setembro de 2010 à 17 de outubro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 24 de setembro de 2010.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/09/2010
PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício



Resultado Leilão 21/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 21/2010, modalidade Leilão)

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dez, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se, às nove horas e trinta minutos, em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lílian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações deste Município, e Jefferson Jean Duvoisin, Leiloeiro Municipal, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 21/2010, modalidade Leilão, para procederem a venda de bem móvel inservíveis à Administração (veículo): 01 Veículo Fiat Uno Mille Fire, Flex, 1.0, "avariado", placa MFG 4858, 4 portas, ano/modelo 2007/2008, cor branca, 66CV, chassi nº 9BD15822786043221, certificado de registro no Detran nº 6935204430, número Renavan 940294648, cadastro patrimônio público nº 22398 do Fundo Municipal de Saúde. Inicialmente a Presidente da Comissão Permanente de Licitações declarou aberta a sessão, nominando os presentes, após explicou a forma que será conduzida a sessão, e passou ao credenciamento do único participante interessado em participar do Leilão.

CREDENCIADO:

Nome	CPF	Endereço	Telefone
Valdir Lux	351.206.069/20	Rua Pe. Horacio 00241, Vila Lenzi, Jaraguá do Sul -SC	(47) 3372-1762

Após o credenciamento e rubrica dos documentos, a Presidente passou a palavra ao Leiloeiro que passou a conduzir a sessão. O Critério de Julgamento é o requisito MAIOR LANCE, com lance mínimo fixado em R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) e assunção de despesas com a documentação do veículo, inclusive quanto a quitação de multas, conforme disposto no Edital. O Leiloeiro passou ao início dos lances. O único interessado credenciado ofereceu o lance único de R\$ 4.500,00, sendo declarado vendido o bem pelo Leiloeiro. O pagamento foi realizado em dinheiro, contra apresentação de recibo. O valor da venda será depositado, pelo Leiloeiro, na conta corrente nº 84.666-X, agência 1.715-9 no Banco do Brasil. A Chefe do Serviço de Patrimônio, Sra. Lílian Terezinha Bartsch acompanhará a transferência do veículo. A entrega do veículo somente será feita após transferência do veículo. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital nº 41/2010 convoca candidatos aprovados no concurso público previsto no edital nº 002/2007.

EDITAL Nº 41/2010

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Consti-

tuição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- Cédula de Identidade (RG);
- CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- Número de inscrição no PIS/PASEP;
- 1 Fotografia 3X4 recente;
- Comprovante de residência atual;
- Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do pro-



fissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 14 de setembro de 2010.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 41/2010

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

039 - MOTORISTA

MARIO LUCIANO HOLLOT

SERGIO MURILO MIGUEL

OSMAR TEIXEIRA DA SILVA

CLEVERSON SEBASTIÃO BUSKO

054 - SERVENTE

IVONE HOEPFENER

Editais nº 42/2010 convoca candidatos aprovados no processo seletivo previsto no edital nº 08/SMS/2010.

EDITAL Nº 42/2010

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 08/SMS/2010.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 08/SMS/2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 175/2010;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº 01/SMDSF/2010, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas, SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37,

inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

f) Cédula de Identidade (RG);

g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);

h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;

i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;

j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;

k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;

l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;

m) Número de inscrição no PIS/PASEP;

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual;

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do processo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os aprovados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 14 de setembro de 2010.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 42/2010

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: ODONTÓLOGO

AMANDA CRISTINA HOFFMANN DA SILVA



Edital nº 43/2010 convoca candidatos aprovados no concurso público previsto no edital nº 002/2007.

EDITAL Nº 43/2010

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- f) Cédula de Identidade (RG);
- g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual;
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 16 de setembro de 2010.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 43/2010

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

053 - PSICÓLOGO

FERNANDA BOLLMANN OLESKOVICZ

054 - SERVENTE FEMININO

ROSÂNGELA TRINOSKI CUSTÓDIO

Relatório de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre 2010

Município de CANOINHAS - Poder Executivo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	2.461.431,00	2.461.431,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	2.461.431,00	2.461.431,00
Interna	2.461.431,00	2.461.431,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	2.461.431,00	2.461.431,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	2.461.431,00	2.461.431,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	59.826.368,43	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	2.461.431,00	4,11
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	9.572.218,95	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.187.845,79	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	2.461.431,00	4,11

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

CANOINHAS, 16/09/2010

LEOBERTO WEINERT
Prefeito MunicipalARGOS JOSE BURGARDT
Secretário Mun de Adm e FinançasPEDRO TEODORICO ARAÚJO
Tec.Cont.CRC/SC 026649/O-6VANESSA LANGER
Controle Interno

Município de CANOINHAS - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	2.461.431,00	2.461.431,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	2.461.431,00	2.461.431,00
Interna	2.461.431,00	2.461.431,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	2.461.431,00	2.461.431,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	2.461.431,00	2.461.431,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	59.826.368,43	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	2.461.431,00	4,11
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	9.572.218,95	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.187.845,79	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	2.461.431,00	4,11

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

CANOINHAS, 16/09/2010

LEOBERTO WEINERT
Prefeito MunicipalARGOS JOSE BURGARDT
Secretario Mun de Adm e FinançasPEDRO TEODORICO ARAÚJO
Tec.Cont.CRC/SC 026649/O-6VANESSA LANGER
Controle Interno

Município de CANOINHAS - Poder Executivo
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2010

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	29.123.838,32	48,68
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	32.306.238,95	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	30.690.927,00	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-8.948.585,30	-14,96
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	71.791.642,12	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.161.801,05	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	2.461.431,00	4,11
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	9.572.218,95	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	4.187.845,79	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	11.157.757,08	8.794.175,59

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS
CANOINHAS, 16/09/2010

LEOBERTO WEINERT
Prefeito Municipal

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretario Mun de Adm e Finanças

PEDRO TEODORICO ARAÚJO
Tec.Cont.CRC/SC 026649/O-6

VANESSA LANGER
Controle Interno

Município de CANOINHAS - Poder Executivo
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2010

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	29.123.838,32	48,68
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	32.306.238,95	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	30.690.927,00	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-8.948.585,30	-14,96
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	71.791.642,12	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.161.801,05	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	2.461.431,00	4,11
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	9.572.218,95	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	4.187.845,79	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	11.157.757,08	8.794.175,59

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS
CANOINHAS, 16/09/2010

LEOBERTO WEINERT
Prefeito Municipal

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretario Mun de Adm e Finanças

PEDRO TEODORICO ARAÚJO
Tec.Cont.CRC/SC 026649/O-6

VANESSA LANGER
Controle Interno

Município de CANOINHAS - Poder Executivo
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	28.721.925,85	418.958,54
Pessoal Ativo	25.818.462,59	418.958,54
Pessoal Inativo e Pensionista	1.654.270,74	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.249.192,52	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	17.046,07	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	17.046,07	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	28.704.879,78	418.958,54
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	29.123.838,32	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	59.826.368,43	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	48,68	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	32.306.238,95	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	30.690.927,00	
FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CANOINHAS, 16/09/2010

LEOBERTO WEINERT
Prefeito Municipal

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretario Mun de Adm e Finanças

PEDRO TEODORICO ARAÚJO
Tec.Cont.CRC/SC 026649/O-6

VANESSA LANGER
Controle Interno

Município de CANOINHAS - Poder Executivo
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	28.721.925,85	418.958,54
Pessoal Ativo	25.818.462,59	418.958,54
Pessoal Inativo e Pensionista	1.654.270,74	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.249.192,52	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	17.046,07	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	17.046,07	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	28.704.879,78	418.958,54
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	29.123.838,32	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	59.826.368,43	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	48,68	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	32.306.238,95	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	30.690.927,00	
FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CANOINHAS, 16/09/2010

LEOBERTO WEINERT
Prefeito Municipal

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretario Mun de Adm e Finanças

PEDRO TEODORICO ARAÚJO
Tec.Cont.CRC/SC 026649/O-6

VANESSA LANGER
Controle Interno

Município de CANOINHAS - Poder Executivo
CAMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.857.878,97	0,00
Pessoal Ativo	1.724.025,82	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	133.853,15	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.857.878,97	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.857.878,97	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	59.826.368,43	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	3,11	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	35.895.821,06	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	34.101.030,01	
FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CANOINHAS, 23/09/2010

LEOBERTO WEINERT
Prefeito Municipal

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretario Mun de Adm e Finanças

PEDRO TEODORICO ARAÚJO
Tec.Cont.CRC/SC 026649/O-6

VANESSA LANGER
Controle Interno

23/09/2010 15:08:10



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	30.579.804,82	418.958,54
Pessoal Ativo	27.542.488,41	418.958,54
Pessoal Inativo e Pensionista	1.788.123,89	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.249.192,52	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	17.046,07	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	17.046,07	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	30.562.758,75	418.958,54
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	30.981.717,29	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	59.826.368,43	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	51,79	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	35.895.821,06	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	34.101.030,01	
FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CANOINHAS, 23/09/2010

LEOBERTO WEINERT
Prefeito Municipal

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretario Mun de Adm e Finanças

PEDRO TEODORICO ARAÚJO
Tec.Cont.CRC/SC 026649/O-6

VANESSA LANGER
Controle Interno

23/09/2010 15:11:25



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.223.211,03	2.076.731,79	4.343.943,63	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.223.211,03	2.076.731,79	4.343.943,63	0,00
Interna	2.223.211,03	2.076.731,79	4.343.943,63	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	11.685.031,29	14.954.888,83	13.292.528,93	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.568.906,36	12.470.111,61	13.320.894,39	0,00
Demais Haveres Financeiros	2.494.318,49	2.494.318,49	32.887,49	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	378.193,56	9.541,27	61.252,95	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-9.461.820,26	-12.878.157,04	-8.948.585,30	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	54.881.810,12	56.965.205,07	59.826.368,43	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	4,05%	3,65%	7,26%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-17,24%	-22,61%	-14,96%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	65.858.172,14	68.358.246,08	71.791.642,12	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	713.495,61	688.647,68	675.917,53	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	713.495,61	688.647,68	675.917,53	0,00
Previdenciárias	713.495,61	688.647,68	675.917,53	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	1.509.715,42	1.388.084,11	3.668.026,10	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	270.112,94	423.118,62	496.607,24	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.659.588,64	6.448.486,66	2.704.184,73	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Continua 1/2

16/09/2010 10:57:06



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

CANOINHAS, 16/09/2010

LEOBERTO WEINERT
Prefeito Municipal

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretario Mun de Adm e Finanças

PEDRO TEODORICO ARAÚJO
Tec.Cont.CRC/SC 026649/O-6

VANESSA LANGER
Controle Interno

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

16/09/2010 10:57:06



Município de CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.223.211,03	2.076.731,79	4.343.943,63	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.223.211,03	2.076.731,79	4.343.943,63	0,00
Interna	2.223.211,03	2.076.731,79	4.343.943,63	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	11.685.031,29	14.954.888,83	13.292.528,93	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.568.906,36	12.470.111,61	13.320.894,39	0,00
Demais Haveres Financeiros	2.494.318,49	2.494.318,49	32.887,49	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	378.193,56	9.541,27	61.252,95	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-9.461.820,26	-12.878.157,04	-8.948.585,30	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	54.881.810,12	56.965.205,07	59.826.368,43	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	4,05%	3,65%	7,26%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-17,24%	-22,61%	-14,96%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	65.858.172,14	68.358.246,08	71.791.642,12	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	713.495,61	688.647,68	675.917,53	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	713.495,61	688.647,68	675.917,53	0,00
Previdenciárias	713.495,61	688.647,68	675.917,53	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	1.509.715,42	1.388.084,11	3.668.026,10	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	270.112,94	423.118,62	496.607,24	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.659.588,64	6.448.486,66	2.704.184,73	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Continua 1/2

16/09/2010 10:57:06


DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

CANOINHAS, 16/09/2010

LEOBERTO WEINERT
Prefeito Municipal

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretario Mun de Adm e Finanças

PEDRO TEODORICO ARAÚJO
Tec.Cont.CRC/SC 026649/O-6

VANESSA LANGER
Controle Interno

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

16/09/2010 10:57:06



Município de CANOINHAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2010

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	54.881.810,12	56.965.205,07	59.826.368,43	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	12.073.998,23	12.532.345,12	13.161.801,05	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

CANOINHAS, 16/09/2010

LEOBERTO WEINERT
Prefeito Municipal

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretario Mun de Adm e Finanças

PEDRO TEODORICO ARAÚJO
Tec.Cont.CRC/SC 026649/O-6

VANESSA LANGER
Controle Interno

16/09/2010 10:58:22



Município de CANOINHAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2010

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	54.881.810,12	56.965.205,07	59.826.368,43	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	12.073.998,23	12.532.345,12	13.161.801,05	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

CANOINHAS, 16/09/2010

LEOBERTO WEINERT
Prefeito Municipal

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretario Mun de Adm e Finanças

PEDRO TEODORICO ARAÚJO
Tec.Cont.CRC/SC 026649/O-6

VANESSA LANGER
Controle Interno

16/09/2010 10:58:22



Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 079.2010

DECRETO Nº 079, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010

Estabelece preço público para os serviços de estacionamento rotativo controlado pago de veículos automotores em vias e logradouros públicos de que trata a Lei municipal nº 2.393, de 2002.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 10, XVIII, 58, V e XX e 72, I, "I" da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO a Lei municipal nº 2.393, de 23 de agosto de 2002, que cria áreas de estacionamento rotativo controlado pago de veículos automotores em vias e logradouros públicos e dá outras providências, em especial, o disposto no art. 2º do citado diploma;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º do Decreto nº 63, de 6 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei municipal nº 2.393, de 2002; e

CONSIDERANDO ainda o disposto no art. 3º do Decreto nº 64, de 12 de agosto de 2010, que dispõe sobre a conveniência da outorga da concessão para exploração do serviço público de que trata este Decreto;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os preços públicos a serem cobrados dos proprietários ou possuidores de veículos automotores, usuários dos serviços públicos das áreas de estacionamento rotativo controlado pago em vias e logradouros públicos no Município de Capinzal, conforme especificado no Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 22 de setembro de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

ANEXO ÚNICO

PREÇOS PÚBLICOS DOS SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO CONTROLADO PAGO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EM RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL DENOMINADO "ROTATIVO CAPINZAL - ÁREA AZUL"

ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO POR MODELO	VALOR DO CARTÃO DE 30min (R\$)	VALOR DO CARTÃO DE 1 hora (R\$)	VALOR DO CARTÃO DE 2 horas (R\$)
Motocicletas, motonetas e ciclomotores e veículos oficiais e militares	isento	isento	isento
Automóveis, veículos de passageiros e caminhonetes com capacidade de até dois mil quilos (2.000 kg)	0,50	0,75	1,25
Caminhão que estacionar fora das áreas reservadas para carga e descarga	1,00	1,50	2,50
Vaga para depósito ou permanência de contêiner (caçamba) de coleta de entulhos	R\$ 5,00 (cinco reais) por dia		

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 59/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 59/2010

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei nº 0458 de 18 de dezembro de 2009 e em conformidade com a Lei nº 0484 de 22.09.2010,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica anulado a importância R\$ 714.631,92 (setecentos e quatorze mil seiscentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos), das seguintes dotações do orçamento vigente:

03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento
 04 - Administração
 05 - Administração Geral
 122 - Administração Geral
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1006 - Aquisição de Moveis e Equipamentos R\$ 12.311,12

04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Administração
 07 - Organização Moderna e Administrativa
 122 - Administração Geral
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1008 - Aquisição de Equipamentos R\$ 2.250,00

04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Administração
 07 - Organização Moderna e Administrativa
 122 - Administração Geral
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1008 - Aquisição de Equipamentos R\$ 13.750,00

04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Secretaria da Fazenda
 04 - Administração
 07 - Organização Moderna e Administrativa
 122 - Administração Geral
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2004 - Treinamento de Pessoal..... R\$ 1.100,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1010 - Aquisição e Manutenção de Moveis e Equipamentos R\$ 20.000,00



05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 116- Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1010 - Aquisição e Manutenção de Moveis e Equipamentos R\$ 11.252,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1016 - Implantação de Hortas Escolares R\$ 10.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2009- Formação Continuada de Professores R\$ 22.671,80

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 116- Transferência de Convênios - Outros
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2009- Formação Continuada de Professores R\$ 1.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2011- Reestruturação do Plano de Carreira do Magistério... R\$ 10.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 110- Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2012- Cursos de Informática R\$ 12.550,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 11 - Educação para todos
 361 - Ensino Fundamental
 116- Transferência de Convênios - Outros
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2012- Cursos de Informática R\$ 5.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 1070 - Implantação de Unidades Demonstrativas de Produção R\$ 6.750,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura
 606 - Extensão Rural
 116- Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 1070 - Implantação de Unidades Demonstrativas de Produção R\$ 750,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 41 - Apoio e Fomento a Piscicultura
 606 - Extensão Rural
 116- Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 1074 - Aquisição de Equipamentos para Produção e Beneficiamento de Peixes - Piscicultura R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 41 - Apoio e Fomento a Piscicultura
 606 - Extensão Rural
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 1074 - Aquisição de Equipamentos para Produção e Beneficiamento de Peixes - Piscicultura R\$ 3.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 43 - Apoio e Fomento a Apicultura
 602 - Promoção da Produção Animal
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 1079 - Aquisição de Equipamentos para Produção de Mel e Subprodutos - Apicultura R\$ 4.500,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 43 - Apoio e Fomento a Apicultura
 602 - Promoção da Produção Animal
 116- Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 1081 - Aquisição de Equipamentos para Beneficiamento de Mel e Subprodutos R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 43 - Apoio e Fomento a Apicultura
 602 - Promoção da Produção Animal
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 1081 - Aquisição de Equipamentos para Beneficiamento de Mel e Subprodutos R\$ 4.500,00

07 - Secretaria da Agricultura
 01 - Divisão de Agricultura
 20 - Agricultura
 43 - Apoio e Fomento a Apicultura
 602 - Promoção da Produção Animal
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas



1082 - Implantação de Unidades Demonstrativas de Produção - Apicultu-
ra..... R\$ 4.500,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
47 - Hortas Familiares, Comunitárias e Escolares
606 - Extensão Rural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
1088 - Aquisição de Materiais, Ferramentas e Equipamentos para Instala-
ção de Viveiros- Hortas..... R\$ 7.500,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
47 - Hortas Familiares, Comunitárias e Escolares
606 - Extensão Rural
116- Transferência de Convênios - Outros
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
1088 - Aquisição de Materiais, Ferramentas e Equipamentos para Instala-
ção de Viveiros- Hortas..... R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
27 - Assistência aos Produtores Rurais
606 - Extensão Rural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2058 - Assistência Agronômica e Veterinária..... R\$ 1.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
27 - Assistência aos Produtores Rurais
606 - Extensão Rural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2058 - Assistência Agronômica e Veterinária..... R\$ 9.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
41 - Apoio e Fomento a Piscicultura
606 - Extensão Rural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2071 - Incentivo a Comercialização de Peixes e Derivados.. R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
43 - Apoio e Fomento a Apicultura
602 - Promoção da Produção Animal
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2072 - Incentivo a Comercialização de Produtos Apícolas ... R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
45 - Apoio e Fomento a Fruticultura
606 - Extensão Rural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2073 - Incentivo a Comercialização de Produtos Derivados da Produção
Frutífera R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
27 - Assistência aos Produtores Rurais
606 - Extensão Rural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2078 - Treinamento e Capacitação - Agricultura..... R\$ 2.500,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura
606 - Extensão Rural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2083 - Aquisição de Insumos Agrícolas para Implantação de Pastagens -
Ativ. Leiteira e Bovinocultura R\$ 2.500,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura
606 - Extensão Rural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2084- Manutenção dos Serviços de Inseminação Artificial... R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
41 - Apoio e Fomento a Piscicultura
606 - Extensão Rural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2087 - Aquisição de Insumos para a Piscicultura..... R\$ 1.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
45 - Apoio e Fomento a Fruticultura
606 - Extensão Rural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2088 - Aquisição de Equipamentos Insumos e Mudanças - Fruticultura R\$ 2.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
45 - Apoio e Fomento a Fruticultura
606 - Extensão Rural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2088 - Aquisição de Equipamentos Insumos e Mudanças - Fruticultura.....R\$ 1.500,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
45 - Apoio e Fomento a Fruticultura
606 - Extensão Rural
116- Transferência de Convênios - Outros
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2088 - Aquisição de Equipamentos Insumos e Mudanças - Fruticultura.....R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
47- Hortas Familiares, Comunitárias e Escolares
606 - Extensão Rural

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2090 - Aquisição de Insumos, Mudas de Hortaliças e de Plantas Medicinais - Hortas R\$ 3.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
02 - Divisão do D.M.E.R.
15 - Urbanismo
29 - Estradas Vicinais
452 - Serviços Urbanos
116- Transferência de Convênios - Outros
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
1055 - Sinalização Viária R\$ 2.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
02 - Divisão do D.M.E.R.
26 - Transporte
29 - Estradas Vicinais
782 - Transporte Rodoviário
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
1039 - Construção de Praças e Jardins, com Pavimentação e Ajardina-mento R\$ 16.077,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
02 - Divisão do D.M.E.R.
26 - Transporte
29 - Estradas Vicinais
782 - Transporte Rodoviário
116- Transferência de Convênios - Outros
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
1039 - Construção de Praças e Jardins, com Pavimentação e Ajardina-mento R\$ 8.750,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
02 - Divisão do D.M.E.R.
26 - Transporte
29 - Estradas Vicinais
782 - Transporte Rodoviário
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
1039 - Construção de Praças e Jardins, com Pavimentação e Ajardina-mento R\$ 5.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
02 - Divisão do D.M.E.R.
26 - Transporte
29 - Estradas Vicinais
782 - Transporte Rodoviário
116- Transferência de Convênios - Outros
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
1039 - Construção de Praças e Jardins, com Pavimentação e Ajardina-mento R\$ 10.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
01- Divisão do D. M. E. R.
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
451 - Infra-estrutura Urbana
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1054 - Construção de Calçadas na Avenida 29 de Novembro R\$ 7.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
01- Divisão do D. M. E. R.
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
451 - Infra-estrutura Urbana
116- Transferência de Convênios - Outros

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1054 - Construção de Calçadas na Avenida 29 de Novembro R\$ 7.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
01- Divisão do D. M. E. R.
15 - Urbanismo
31 - Urbanismo
451 - Infra-estrutura Urbana
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1054 - Construção de Calçadas na Avenida 29 de Novembro R\$ 2.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
01- Divisão do D. M. E. R.
15 - Urbanismo
33 - Pavimentação Asfáltica
451 - Infra-estrutura Urbana
116- Transferência de Convênios - Outros
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1060 - Pavimentação Asfáltica de Ruas e Serras R\$ 150.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
01 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
18 - Gestão Ambiental
25 - Proteção Ambiental
511 - Saneamento Básico Rural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2032 - Fiscalização Sanitária a Residências R\$ 7.500,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
01 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
18 - Gestão Ambiental
23 - Chapadão do Lageado Turístico
542 - Controle Ambiental
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1031 - Incentivo a Empreendimentos Turísticos R\$ 420,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
01 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
18 - Gestão Ambiental
23 - Chapadão do Lageado Turístico
541 - Preservação e Conservação Ambiental
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2056 - Implantação de Saneamento Básico nas Residências R\$ 5.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
01 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
18 - Gestão Ambiental
23 - Chapadão do Lageado Turístico
541 - Preservação e Conservação Ambiental
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2056 - Implantação de Saneamento Básico nas Residências R\$ 1.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
01 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
18 - Gestão Ambiental
23 - Chapadão do Lageado Turístico
541 - Preservação e Conservação Ambiental
116- Transferência de Convênios - Outros
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2056 - Implantação de Saneamento Básico nas Residências R\$ 1.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
01 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
18 - Gestão Ambiental



23 - Chapadão do Lageado Turístico
 541 - Preservação e Conservação Ambiental
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2057 - Incentivo a Implantação da Área de Reserva Legal nas Propriedades..... R\$ 12.500,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 01 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 18 - Gestão Ambiental
 23 - Chapadão do Lageado Turístico
 542 - Controle Ambiental
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1030 - Criação de Oficinas de Artesanato R\$ 1.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 01 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 18 - Gestão Ambiental
 23 - Chapadão do Lageado Turístico
 542 - Controle Ambiental
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1032 - Arborização de Vias Publicas..... R\$ 2.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 01 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 18 - Gestão Ambiental
 23 - Chapadão do Lageado Turístico
 542 - Controle Ambiental
 116- Transferência de Convênios - Outros
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1032 - Arborização de Vias Publicas..... R\$ 1.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 01 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 18 - Gestão Ambiental
 23 - Chapadão do Lageado Turístico
 542 - Controle Ambiental
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1033 - Criação de Mapas e Sinalização dos Pontos Turísticos R\$ 3.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 01 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
 18 - Gestão Ambiental
 23 - Chapadão do Lageado Turístico
 542 - Controle Ambiental
 116- Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1034 - Aquisição de Moveis e Equipamentos R\$ 1.500,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 35 - Melhor Idade
 241 - Assistência ao Idoso
 116- Transferência de Convênios - Outros
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1062 - Implantação de uma Academia..... R\$ 28.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 19 - Desenvolvimento Social
 244 - Assistência Comunitária
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2029 - Criação de Grupos de Mães, Idosos e Jovens R\$ 3.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 21 - Atenção a Criança
 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2030 - Manutenção/ Pessoal do Prog. de Erradicação do Trab.Infantil ...R\$ 5.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 19 - Desenvolvimento Social
 244 - Assistência Comunitária
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2053 - Implantação de Projetos Sociais..... R\$ 5.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 19 - Desenvolvimento Social
 244 - Assistência Comunitária
 116- Transferência de Convênios - Outros
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 2053 - Implantação de Projetos Sociais..... R\$ 10.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 35 - Melhor Idade
 241 - Assistência ao Idoso
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1062 - Implantação de uma Academia R\$ 5.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 35 - Melhor Idade
 241 - Assistência ao Idoso
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1062 - Implantação de uma Academia R\$ 2.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 35 - Melhor Idade
 241 - Assistência ao Idoso
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1063 - Aquisição De Moveis E Equipamentos - Melhor Idade R\$ 500,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 35 - Melhor Idade
 241 - Assistência ao Idoso
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
 1063 - Aquisição De Moveis E Equipamentos - Melhor Idade R\$ 2.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
 08 - Assistência Social
 19 - Desenvolvimento Social
 244 - Assistência Comunitária
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais



33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2051 - Realização de Conferencia R\$ 1.750,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
08 - Assistência Social
19 - Desenvolvimento Social
244 - Assistência Comunitária
116- Transferência de Convênios - Outros
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2051 - Realização de Conferencia R\$ 250,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
02 - Divisão do Fundo Habitação e Interesse Social
08 - Assistência Social
19 - Desenvolvimento Social
244 - Assistência Comunitária
116- Transferência de Convênios - Outros
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1026 - Construção de Casas Populares..... R\$ 1.500,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
02 - Divisão do Fundo Habitação e Interesse Social
08 - Assistência Social
19 - Desenvolvimento Social
244 - Assistência Comunitária
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1026 - Construção de Casas Populares..... R\$ 3.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
02 - Divisão do Fundo Habitação e Interesse Social
08 - Assistência Social
19 - Desenvolvimento Social
244 - Assistência Comunitária
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2054 - Implantação do Plano de Habitação de Interesse Social..... R\$ 20.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
02 - Divisão do Fundo Habitação e Interesse Social
08 - Assistência Social
19 - Desenvolvimento Social
244 - Assistência Comunitária
116- Transferência de Convênios - Outros
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1026 - Construção de Casas Populares..... R\$ 55.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
02 - Divisão do Fundo Habitação e Interesse Social
08 - Assistência Social
19 - Desenvolvimento Social
244 - Assistência Comunitária
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1026 - Construção de Casas Populares..... R\$ 10.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência
08 - Assistência Social
21 - Atenção a Criança
243 - Assistência a Criança e ao Adolescente
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2055 - Implantar e Implementar Políticas que Assegurem o Funcionamento do Eca R\$ 5.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
1096 - Ampliação e Reforma dos Postos de Saúde R\$ 25.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
1096 - Ampliação e Reforma dos Postos de Saúde R\$ 25.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
102 - Transferência de Convênios - Outros
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
1096 - Ampliação e Reforma dos Postos de Saúde R\$ 9.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2023 - Implantação de Métodos Contraceptivos..... R\$ 7.500,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
103 - Atenção Básica
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2023 - Implantação de Métodos Contraceptivos..... R\$ 2.500,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2026 - Execução e Manutenção do Programa Saúde da Família..... R\$ 30.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
103 - Atenção Básica
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2026 - Execução e Manutenção do Programa Saúde da Família..... R\$ 30.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2050 - Incentivo ao Cultivo e Utilização de Ervas Medicinais R\$ 3.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º desde Decreto, no valor de R\$ 714.631,92 (setecentos e quatorze mil seiscientos e trinta e um reais e noventa e dois centavos), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do orçamento vigente:

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde.....R\$ 100.000,00

06 - Secretaria de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
17 - Saúde para todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde.....R\$ 100.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
08 - Assistência Social
19 - Desenvolvimento Social
244 - Assistência Comunitária
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2028 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Social.R\$ 14.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
08 - Assistência Social
19 - Desenvolvimento Social
244 - Assistência Comunitária
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2028 - Manutenção/Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Social.R\$ 25.000,00

09- Secretaria do Desenvolvimento Social
01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
08 - Assistência Social
19 - Desenvolvimento Social
244 - Assistência Comunitária
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1027 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente..R\$ 5.000,00

03 - Secretaria de Administração e Planejamento
03 - Secretaria de Administração e Planejamento
04 - Administração
05 - Administração Geral
122 - Administração Geral
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento...R\$ 60.000,00

03 - Secretaria de Administração e Planejamento
03 - Secretaria de Administração e Planejamento
04 - Administração
05 - Administração Geral
122 - Administração Geral
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento...R\$ 39.381,92

04 - Secretaria da Fazenda
04 - Secretaria da Fazenda
04 - Administração
09 - Administração Financeira
123 - Administração Financeira
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2005 - Manutenção/Pessoal Gerenciamento e Controle da Secretaria..R\$ 98.000,00

04 - Secretaria da Fazenda
04 - Secretaria da Fazenda
04 - Administração
09 - Administração Financeira
123 - Administração Financeira
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2005 - Manutenção/Pessoal Gerenciamento e Controle da Secretaria..R\$ 38.750,00

04 - Secretaria da Fazenda
04 - Secretaria da Fazenda
04 - Administração
09 - Administração Financeira
123 - Administração Financeira
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
46.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2005 - Manutenção/Pessoal Gerenciamento e Controle da Secretaria..R\$ 27.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para todos
361 - Ensino Fundamental
115 - Transferência de Convênios - Educação
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2015 - Manutenção do Programa do Transporte EscolarR\$ 20.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para todos
361 - Ensino Fundamental
120 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2015 - Manutenção do Programa do Transporte EscolarR\$ 22.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para todos
361 - Ensino Fundamental
110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino FundamentalR\$ 35.500,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
11 - Educação para todos
361 - Ensino Fundamental
110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino FundamentalR\$ 50.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
27 - Assistência aos Produtores Rurais
606 - Extensão Rural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais



31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2063 - Manutenção/Pessoal da Secretaria, com Veículos para Assistência TécnicaR\$ 43.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
27 - Assistência aos Produtores Rurais
606 - Extensão Rural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2063 - Manutenção/Pessoal da Secretaria, com Veículos para Assistência TécnicaR\$ 5.000,00

07 - Secretaria da Agricultura
01 - Divisão de Agricultura
20 - Agricultura
27 - Assistência aos Produtores Rurais
606 - Extensão Rural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
2063 - Manutenção/Pessoal da Secretaria, com Veículos para Assistência TécnicaR\$ 27.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
02 - Divisão do D.M.E.R.
26 - Transporte
29 - Estradas Vicinais
782 - Transporte Rodoviário
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Direitas
1040 - Aquisição de EquipamentosR\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de setembro de 2010.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Adendo 001 ao edital de concorrência nº 11/2010 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
ADENDO 001 AO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 11/2010 - PMC

Objeto: Contratação de empresa(s) do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão-de-obra e equipamentos), para execução de obra(s) de construção de pórtico de entrada (Item 01), quiosques de churrasqueiras, fornos e banheiros (Item 02) no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, de acordo com o projeto básico constante no Anexo "D" do Edital.

O Município de Concórdia, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia, SC, torna público que o Edital e Projeto Básico foram ALTERADOS. Face ao acima exposto, e em obediência ao disposto no §4º, do artigo 21 da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, reabrem-se os prazos inicialmente estabelecidos nos itens 1.2 e 1.3 do Edital, para o recebimento e a abertura dos envelopes dos

interessados, os quais passam a ser o seguinte: o recebimento dos Envelopes nº 01 - DOCUMENTAÇÃO e nº 02 - PROPOSTA, contendo, respectivamente, a documentação de habilitação e a proposta de preço dos interessados, dar-se-á até às 08h15min do dia 29 de outubro de 2010. A abertura dos envelopes nº 01 - DOCUMENTAÇÃO e nº 02 - PROPOSTA, dar-se-á às 08h30min do dia 29 de outubro de 2010.

Informações complementares: o Edital, bem como Adendo em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Município de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2125.

Concórdia, SC, 23 de setembro de 2010.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de licitação modalidade pregão presencial Nº 113/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 113/2010 - PMC

Objeto: Aquisição de bolsas térmicas.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 08/10/2010.

Abertura: dia 08/10/2010, às 08h 30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 20 de setembro de 2010
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 162, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.

DECRETO Nº. 162, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.
ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

DECRETAR:

Art. 1º Fica alterada a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, do servidor Rafael Godoy, ocupante do cargo de Servente Geral, a partir de 01 de outubro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Parágrafo único - O servidor será remunerado pelo período de 40 horas semanais conforme descrito no Artigo 1º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 20 de setembro de 2010.

PEDRO KIELB

Prefeito Municipal em exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 75 DE 09 DE SETEMBRO DE 2010

DECRETO Nº. 75 DE 09 DE SETEMBRO DE 2010

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Inciso IV do artigo 12 e artigo 13, da Lei Municipal 1.403/2008;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 26.550,00 (Vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Educação

2011 Manutenção Centro de Educação Infantil

51 - 3350 - Aplicações Diretas..... R\$ 1.550,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde

1050 Aquisição Area, Construção.Ampliação e Reeq.Unid.Saude

3 - 4490 - Aplicações Diretas..... R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 26.550,00

Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 07 - Secretaria de Educação

2011 Manutenção Centro de Educação Infantil

52 - 3390 - Aplicações Diretas..... R\$ 1.550,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde

1050 Aquisição Area, Construção.Ampliação e Reeq.Unid.Saude

1 - 4490 - Aplicações Diretas..... R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 26.550,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de setembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 09 de setembro de 2010.

DIEGO PASSARELA

Secretário de Governo

Decreto Nº. 75 DE 09 DE SETEMBRO DE 2010

DECRETO Nº. 75 DE 09 DE SETEMBRO DE 2010

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Inciso IV do artigo 12 e artigo 13, da Lei Municipal 1.403/2008;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 26.550,00 (Vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Educação

2011 Manutenção Centro de Educação Infantil

51 - 3350 - Aplicações Diretas..... R\$ 1.550,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde

1050 Aquisição Area, Construção.Ampliação e Reeq.Unid.Saude

3 - 4490 - Aplicações Diretas..... R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 26.550,00

Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 07 - Secretaria de Educação

2011 Manutenção Centro de Educação Infantil

52 - 3390 - Aplicações Diretas..... R\$ 1.550,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde

1050 Aquisição Area, Construção.Ampliação e Reeq.Unid.Saude

1 - 4490 - Aplicações Diretas..... R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 26.550,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de setembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 09 de setembro de 2010.

DIEGO PASSARELA

Secretário de Governo

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 2426/2010

PORTARIA Nº 2.426, DE 24 DE SETEMBRO DE 2010.
Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0987/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 25 (vinte e cinco) para 33 (trinta e três) horas semanais a carga horária da servidora CAROLINA APARECIDA MENECHINI CHECHI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 983.563.489-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR, no período de 27 de setembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de setembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2427/2010

PORTARIA Nº 2.427, DE 24 DE SETEMBRO DE 2010.
Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0988/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 30 (trinta) para 35 (trinta e cinco) horas semanais a carga horária do servidor JOÃO LENON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 072.896.919-03, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR, no período de 27 de setembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de setembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2428/2010

PORTARIA Nº 2.428, DE 24 DE SETEMBRO DE 2010.
Nomeia agente político

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado,

inscrito no C.P.F sob o nº 027.546.959-07, na função pública de agente político de PROCURADOR ADJUNTO DO MUNICÍPIO, por 40 horas semanais, a partir de 01 de outubro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de setembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Pregão Presencial nº 0111/2010 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0111/2010 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0052/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de tecidos para uso nos Clubes de Mães, Clube de Idosos e demais grupos de artesanato da Secretaria de Ação Social deste município. Validade da Ata de Registro de Preços: Outubro a Dezembro de 2010. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 13/10/2010. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 24 de setembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial nº 0018/2010 - FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0018/2010 - FMS

Objeto: Aquisição de camisetas para distribuição aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde na divulgação da Campanha contra a AIDS que ocorrerá no dia 1º de dezembro nesta cidade. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 13/10/2010. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 23 de setembro de 2010.
NILCE PINZ
Secretária Municipal de Saúde

Resultado do Julgamento das Propostas de Preços - Tomada de Preços nº 0012/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0012/2010 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a execução de serviços de ampliação e reforma da Escola "Eurico Pinz", situada na Avenida Paulo Schirmer, no bairro São Miguel, nesta cidade de Fraiburgo-SC, com área total a ampliar de 330,06 m², quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, após decorrido in albis o prazo recursal previsto no art. 109, inc. I, "a" da Lei nº 8.666/93, restou classificada pela Comissão, com o MENOR PREÇO, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante:



CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA no valor de R\$ 194.497,87 (cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais e oitenta e sete centavos).

Fraiburgo(SC), 24 de setembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Errata nº. 01 ao extrato de Ata nº. 44/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

Errata nº. 01 ao extrato de Ata nº. 44/2010

No Aviso de Extrato de Ata nº. 44/2010, Processo nº. 19/2010; publicado no DOM dia 05/07/2010, onde se lê:

Ata nº. 44/2010; Processo nº. 19/2010; Contratante: Fundo Municipal de saúde de Garopaba; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de leites especiais, para distribuição as pessoas cadastradas no Programa Leite Especial, neste município; Contratada: Dimaci Material Cirúrgico Ltda.; Valor: 81.900,00; Contratada: Hospfar Indústria e Comercio de Produtos Hospitalares Ltda.; Valor: 600,00; Contratada: Medville Farmacêutica Ltda - EPP; Valor: 84.115,20; Contratada: Nutrifar Nutrição e Farmacêutica Ltda.; Valor: 13.802,40; Contratada: Rossane Serafim Matos - EPP; Valor: 2.850,00; Data da Assinatura: 24/06/2010.

Leia-se:

Ata nº. 44/2010; Processo nº. 19/2010; Contratante: Fundo Municipal de saúde de Garopaba; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de leites especiais, para distribuição as pessoas cadastradas no Programa Leite Especial, neste município; Contratada: Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda.; Valor: 81.900,00; Contratada: Hospfar Indústria e Comercio de Produtos Hospitalares Ltda.; Valor: 600,00; Contratada: Nutrifar Nutrição e Farmacêutica Ltda.; Valor: 51.662,40; Contratada: Rossane Serafim Matos - EPP; Valor: 3.990,00; Data da Assinatura: 24/06/2010.

Garuva

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação PMG Nº 041/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial PMG nº 041/2010

Tipo de julgamento: Menor Preço Por Item

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, com entrega de forma parcelada, para a manutenção do Ensino Fundamental, Educação Infantil (Pré-Escolar e Creche) e Educação de Jovens e Adultos.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: dia 13/10/2010 às 09:00h

A fase de lances varbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

Garuva, 24 de Setembro de 2010.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso do Pregão Presencial nº 5/2010 FME

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR

Aviso do Pregão Presencial nº 5/2010

OBJETO: Registro de Preços para transporte de atletas em competições esportivas. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços deverá ocorrer até as 9h do dia 07/10/2010. A ABERTURA do certame ocorrerá dia 07/10/2010 às 9h30min. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou no site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 24 de Setembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Aviso do Pregão Presencial nº 98/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 98/2010

OBJETO: Aquisição de ferramenta do tipo martelete rotativo e gerador de energia para manutenção da sinalização viária do município. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 14/10/2010, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 14/10/2010 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 24 de setembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 574/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 574/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AHC6341	8590002973	ADIR DUMS	7455/0	218 * I
AKI7591	8590014005	ELIOMAR JOSE BEBER	7455/0	218 * I
ANG7125	8590014010	VANILDE CASTANHA DOS SANTOS	7463/0	218 * II
BUA4471	8590011997	INGO KAISER	7455/0	218 * I
BVU4339	8590015784	PEDRO ALVES VALENTE	7463/0	218 * II
CBB7793	8590014029	MARCIO FRUET	7463/0	218 * II
CCA6552	8590013581	WALTER JORGE STEVAN	7455/0	218 * I
CHH2297	8590015477	MOACIR DUARTE	7455/0	218 * I
CNX5449	8590013379	ALCIDES JOSE DE SOUZA	7455/0	218 * I
CVH1825	8590017710	JOSE SARMENTO CARNEIRO	7455/0	218 * I
CVV4969	8590009088	ZENITA APARECIDA DOS SANTOS ORTIZ	7455/0	218 * I
GES1604	8590013192	RUFINO REGIS	7455/0	218 * I
IEA3075	8590013933	MONICA FERNANDES	7463/0	218 * II
IGR1593	8590013353	NEIVA MARIA SCHAUFELBERGER SCHULZ	7455/0	218 * I
IGR1593	8590013961	NEIVA MARIA SCHAUFELBERGER SCHULZ	7455/0	218 * I
LXC1488	8590016465	NEUSA ELIAS TOMAZ	7455/0	218 * I
LXM0108	8590016901	GISELE DE QUADROS	7463/0	218 * II
LXW3027	8590015755	JOSIEL NESI	7455/0	218 * I
LYI5091	8590014448	VALMIR DA CONCEICAO	7455/0	218 * I
LYI5538	8590013498	CID NEY DA COSTA	7455/0	218 * I
LYN7503	8590014275	ANTONIO CARLOS SANCAO	7455/0	218 * I
LZZ8705	8590015658	KARINA BIROLO TEIXEIRA ME	7455/0	218 * I
MAG6354	8590015365	CESAR DIAS BUENO	7463/0	218 * II
MAT8513	8590013565	ANGELA MARIA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MAT9639	8590017259	ADEMIR DA SILVEIRA GUIMARAES	7455/0	218 * I
MAV9549	8590016956	JUAREZ CAMARGO	7455/0	218 * I

MBB7548	8590013235	VALDEMAR CREMA BITENCOURT	7455/0	218 * I
MBK3589	8590003182	MAURI ANTONIO MOSER	7455/0	218 * I
MBY2899	8590015554	JOSE FERREIRA	7455/0	218 * I
MCF4755	8590012681	BERNARDETE DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MCM1033	8590012399	TERESINHA AMARO	7463/0	218 * II
MDE7323	8590013212	ERNESTO MARQUES	7455/0	218 * I
MED8952	8590014661	RUFINO VIANA DE ARAUJO SANTOS	7455/0	218 * I
MEW2021	8590011614	ARACELI MELRO	7455/0	218 * I
MFS5069	8590004452	FERNANDO BARBATTO	7463/0	218 * II
MFV4285	8590017047	NORIVAL VENTURELLI	7455/0	218 * I
MGM5576	8590015680	ANTONIO ILDEFONSO BARCELOS LOPES	7463/0	218 * II
MGS7655	8590013515	JOSE SETIMO GARCIA	7455/0	218 * I
MHF0182	8590013720	PATRICIA PRADO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
MHK5930	8590014867	IVANIO DA SILVA	7455/0	218 * I
MIM9911	8590017241	HUNTER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	7455/0	218 * I
MKT6999	8590012865	EDUARDO DE SOUZA HEINIG	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2010

EMERSON LUIS ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 506/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 8

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 506/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACA1664	8685003582	BENJAMIN CARDOSO	6050/3	208
ADD3606	8685009326	ADMILSO HORST	6050/3	208
ADE6783	8685004301	SOELI BLOTZ	6050/3	208
AFW9594	8685003816	VALDECIR NICOLETTI	6050/3	208
AGF5197	8685013324	PAMELLA TENSINI	6050/3	208
AGF8819	8685001163	RICARDO PARISOTTO	6050/3	208
AHU5770	8685009617	ROSANE REGINA SEEFELD WIRTH	6050/3	208
AJA1904	8685000879	JONAS DE OLIVEIRA CORREA	6050/3	208
AJC1527	8685005972	JOEL DA SILVA JUNIOR	6050/3	208
AJP0745	8685007306	ISMAEL ALVES DE OLIVIERA	6050/3	208
AJT4887	8685009239	ARLINDO FRANCISCO GROT	6050/3	208
AJU4240	8685007914	CRISTAL TURISMO E TRANSPORTES LTDA	6050/3	208
ALC9097	8685007469	PAULO CESAR GONCALVES DA SILVA	6050/3	208
AME6483	8685002948	IRAN LUIS DA SILVA	6050/3	208
AMF2726	8685007074	LUIZ MARCELO MAFRA	6050/3	208
AMR0403	8685005360	ISMAEL DOMINONI GOMES DE OLIVEIRA	6050/3	208
ARR3900	8685002352	ELIETE OLIVEIRA DOS SANTOS	6050/3	208
ASL0222	8685004811	MARCOS MATEUS DE SOUSA	6050/3	208
ASM0700	8685013781	CLAUDIR JOSE NIEDZWIESCKI	6050/3	208
AVF0808	8685010050	TAMINE ROBERTO EVARISTO	6050/3	208
BGD8751	8685001328	ANDERSON BENEVENUTTI SUAVE	6050/3	208
BVU4339	8685010921	PEDRO ALVES VALENTE	6050/3	208
CEM3588	8685009302	VALDEMAR ANTONIO RODRIGUES	6050/3	208
CEO7865	8685001743	CLEITO MACEDO DE OLIVEIRA	6050/3	208
CID5249	SF00047403	VALDOVINO CORREA	6050/3	208
CIU9014	8685009598	MAURO DONIZETE PERREIRA	6050/3	208

CLO4259	8685011024	ELISABETE WEEGE	6050/3	208
CON0621	8685001618	SILVIO CLEFFI	6050/3	208
CON0621	8685010462	SILVIO CLEFFI	6050/3	208
CQC9319	8685004741	ADRIANA MARTINS DE SOUZA	6050/3	208
CSU6022	8685002665	ILAIDE ALMEIDA FLORENTINO	6050/3	208
CWL2570	SF00044997	SHIRLEY HOENNICKE PEREIRA	6050/0	208
CXC7785	8685005068	ARLETE PESSIQUELLI DA SILVA	6050/3	208
CXE4298	8685000507	OSNI DE SOUZA E SILVA	6050/3	208
DAL7396	8685005046	IRACEMA SARTORIO LOUREIRO	6050/3	208
DAN2479	8685009945	MAURO VENERA JUNIOR	6050/3	208
DAY6313	8685010312	CARTUCHOS E TRAJES GASPAR LTDA ME	6050/3	208
DBK9636	8685005882	REGINALDO JOSE DE SOUZA	6050/3	208
DBP2262	8685008940	CLEITON BREANCINI	6050/3	208
DCE0302	8685012661	LEOMAR JOAO SEVERINO	6050/3	208
DEC9469	8685012848	LUZIA ELIZENA BIZATTO	6050/3	208
DID1862	SF00044721	VALDIRENE PASTA	6050/0	208
DKX1360	8685005534	FABIO LEANDRO MARIANO DA SILVA	6050/3	208
DMA3973	8685011660	TEODORA GEANESINI	6050/3	208
DPS2041	8685009017	OLIR ANTONIO ZAMBONI	6050/3	208
EGW4444	8685013789	RUDI VALDIR ANTUNES DE LIMA	6050/3	208
GWC9873	8685009393	VALTER ROBERTO MEDEIROS FILHO	6050/3	208
HOP2026	8685004572	MAURI MEINECKE	6050/3	208
HRY1278	8685000275	CAROLINA DOS SANTOS SETRAGNI	6050/3	208
ICB4735	8685009767	MOYSES VIDAL DE ALMEIDA	6050/3	208
IGZ3716	8685005090	ELOIR DO CARMO	6050/3	208
IHL6622	8685012483	JORGE FERREIRA PIMENTEL	6050/3	208
IIZ9356	8685010188	ZIEGFRIED SEIBEL	6050/3	208
ILA7750	8685013175	ADILSON ARNALDO DA SILVA	6050/3	208
ILL3890	8685003559	JACQUELINE SAMAGAIA	6050/3	208
JTG3251	8685010483	GIOVANE LUIZ GARAFFA	6050/3	208
KAB5025	8685007114	SERGIO JOSE CHIUCHI	6050/3	208
KBU0785	8685003206	OSMAR ATANASIO DOS SANTOS	6050/3	208
KBW0839	8685005864	VALDIR ZABEL	6050/3	208
KPC8669	8685008085	JEAN CARLOS DE FREITAS NETO	6050/3	208
KQZ5629	8685008722	TRANSSILVY TURISMO E CARGAS LTDA ME	6050/3	208
LBM5741	8685002582	JAQUELINE THEISS	6050/3	208
LNK9380	8685013486	ANDRE DE SOUZA	6050/3	208

LWR4983	8685005211	OSMAR DOS SANTOS	6050/3	208
LWR7683	8685001190	MARCELO THIESEN	6050/3	208
LWT3134	8685003297	ADENILSO DALMOLINI	6050/3	208
LWV0092	SF00045240	JACKSON AMESTOY FLORES	6050/0	208
LWV4267	8685008956	VENICIO DE SOUZA	6050/3	208
LXA5356	8685005116	SILVESTRE DIOMAR FELIX	6050/3	208
LXE5618	8685003990	ANTONIO SERGIO GARCIA	6050/3	208
LXG4610	8685004353	VALERIO PRANGE	6050/3	208
LXG9649	8685010276	WILSON LEITE BASTOS	6050/3	208
LXI1220	8685003429	PAULO FRANCISCO WILWERT	6050/3	208
LXI8068	8685001638	ONIVALDO IGNACZUK	6050/3	208
LXK4510	8685010980	FABIANA SAID KAESTNER	6050/3	208
LXK5482	8685008996	VALERIO PATRICIO	6050/3	208
LXO6840	SF00044700	ORIDES NOVAIS DOS SANTOS	6050/0	208
LXR5897	8685010588	MAIORAL CARGO LTDA EPP	6050/3	208
LXS5624	8685006633	MAURICIO JOSE AVI	6050/3	208
LXU3673	8685009904	JONAS LAMIM	6050/3	208
LXY3340	8685001210	CEZARIO BAILER	6050/3	208
LXZ9857	8685005584	ELIANE APARECIDA DE SOUSA CYBELL	6050/3	208
LYB9133	8685004061	LORIVAL CATTURANI	6050/3	208
LYD1491	8685001538	IRIVAN SESTREM	6050/3	208
LYG1822	8685001387	ANDELANI RODRIGUES SIMAO	6050/3	208
LYH2208	8685010467	SANDRO COSTA LOPES	6050/3	208
LYH4495	8685010612	MANOEL FRANCISCO BARBOSA NETO	6050/3	208
LYM1361	8685007224	NADIA ISABEL ROSSO ZIEM	6050/3	208
LYM7892	8685009475	DOUGLAS COSTA	6050/3	208
LYN5022	8685010719	MARCELO LUIZ DE ALMEIDA	6050/3	208
LYO5452	8685010566	NADYR DA SILVA FLORES	6050/3	208
LYP1824	8685009192	OSMAR SABEL	6050/3	208
LYT7628	8685001370	MARCIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA	6050/3	208
LYW6415	8685000568	NEUSA FUCKNER POLHEIM	6050/3	208
LYX1244	8685010451	MARCELO GEISER DURAN	6050/3	208
LZE7691	8685003881	ELOI SCHNEIDER	6050/3	208
LZE9713	8685002415	JOAO ANGELINO MIRANDA	6050/3	208
LZE9713	8685004517	JOAO ANGELINO MIRANDA	6050/3	208
LZF7580	8685011322	VALDEMIRO FRANCISCO	6050/3	208
LZF8546	8685010229	JOSE ISIDRO PEREIRA PEREIRA	6050/3	208

LZI2958	8685007162	FRANCISCO ANTONIO HEINZEN	6050/3	208
LZK6752	8685011698	ALEX MARCEL SILVA LOPES	6050/3	208
LZO2629	8685011448	HAMILTON DA SILVA MOTA	6050/3	208
LZP1364	8685010223	INES DOS SANTOS CASAS	6050/3	208
LZP3873	8685006151	LEANDRO FERREIRA GANG	6050/3	208
LZQ6583	8685010569	GENUIR FERRABOLI ME	6050/3	208
LZV3036	8685010900	NILTON SIMAS	6050/3	208
LZW0755	8685010366	ILMAR BENTO BATISTA	6050/3	208
LZW6611	8685003334	JANSEN E JANSEN DECORACOES E EVENTOS LTDA ME	6050/3	208
LZX0935	8685001778	GRAZIELA RAQUEL CIRPIANI DO NASCIMENTO	6050/3	208
LZX9854	8685001075	NABOR ELEUTERIO DE AZEVEDO	6050/3	208
MAB3305	8685001712	JUVINO CHAVES	6050/3	208
MAC2073	SF00045328	ELIZETE DOERNER	6050/0	208
MAC2751	8685008616	MAURI GARCIA	6050/3	208
MAG9959	8685002672	JOSE CRUZ	6050/3	208
MAH5021	8685010285	PAULA THOMAS	6050/3	208
MAI3635	8685009787	VOLNEI KUHL	6050/3	208
MAI7749	8685001577	LUCIA BOOS	6050/3	208
MAK3605	8685011033	RICARDO DAVID GREGORIO	6050/3	208
MAL0579	8685007338	MAURICIO BRICKI	6050/3	208
MAM4125	8685011722	ADOLPHO BRAULIO WOTROBA	6050/3	208
MAN2872	8685010950	EVERTON RODRIGO PALHEARINI	6050/3	208
MAN3538	8685005778	SUELI VIEIRA DOMINGUES	6050/3	208
MAO9522	8685010321	RAFAEL SCHWARTZ	6050/3	208
MAU2019	8685010880	SANDRO PEDRO DA SILVA	6050/3	208
MAW0186	8685000725	GAVEA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	6050/3	208
MAY0535	8685008377	TARCISIO RADUNTZ	6050/3	208
MBA5351	8685000895	RICARDO JOSE WERNER	6050/3	208
MBB1433	8685010890	ALESSANDRO DA SILVA	6050/3	208
MBB3062	SF00042441	ZILDO GONCALVES DOS SANTOS	6050/0	208
MBB7805	8685009839	JOSIAS CAETANO	6050/3	208
MBE0467	8685001426	ADEMAR GOEDERT	6050/3	208
MBE9004	8685004200	EDSON RODRIGO MATANA	6050/3	208
MBF6562	8685004957	JOAO WESTERLON	6050/3	208
MBH3899	8685003492	ANTONIO DE AVILA	6050/3	208
MBI0016	8685002318	ISRAEL JOSE APOLINARIO	6050/3	208
MBI8326	8685009165	MARA CRISTINA DE LIMA	6050/3	208

MBM8230	8685010789	ROGERIO LANA	6050/3	208
MBP3944	8685010251	VASLOG TRANSPORTES LTDA - EPP	6050/3	208
MBQ0100	8685005460	CIRO ODEBRECHT	6050/3	208
MBT4499	8685009847	LUCIANO ANDRE COELHO	6050/3	208
MBU9700	8685007960	EDITE ALVES ALONSO LACERDA	6050/3	208
MCC2258	8685003149	MARCELO ALVES	6050/3	208
MCF4652	8685013543	HILDEFONSO HEINRICH	6050/3	208
MCF7968	8685005273	JOSE IRANES PORTAL	6050/3	208
MCI8758	8685010869	MOACIR SZCZYGEL	6050/3	208
MCI9215	8685010790	JOAO FRONZA	6050/3	208
MCK0896	SF00047355	PAULO ROBERTO RIBEIRO	6050/3	208
MCL1055	8685005774	WILSON ZABEL	6050/3	208
MCL1263	8685008147	JEAN FELIPE DOS SANTOS	6050/3	208
MCL1787	8685001231	GINO ANTONIO CEMIN	6050/3	208
MCL7485	8685003963	JOEL JOSE STOLF	6050/3	208
MCM0180	8685003354	TERESA CRISTINA SCHLOSSER	6050/3	208
MCM5167	8685009462	BARBARA FRANCIELY OSTROWSKI	6050/3	208
MCO1930	8685004629	ROGERIA DOS SANTOS	6050/3	208
MCO6452	8685010195	FRANCIELLY SAMARA SAGAS DA CUNHA	6050/3	208
MCP0306	8685010275	PATRICIA JUSTINA PORTO DE ARAUJO	6050/3	208
MCP7284	8685010027	DULCEMAR KOERICH	6050/3	208
MCP8524	8685008717	JOSIANE REINERT	6050/3	208
MCR5851	8685010782	MARCO ANTONIO ALBINO	6050/3	208
MCS0014	8685005384	ARNALDO DA COSTA	6050/3	208
MCS6959	8685004294	ANDREIA ROSSARI	6050/3	208
MCT1290	8685002957	MARCELO SOIBER	6050/3	208
MCT7161	8685010926	NILSO DE ALMEIDA	6050/3	208
MCV6182	SF00034565	BLUTOUR PASSEIOS E TRANSLADOS LTDA ME	6050/0	208
MCV8607	8685001078	VILSON VIEBRANTZ	6050/3	208
MCX6520	8685004817	MONTELLI E CIA LTDA	6050/3	208
MCZ4169	8685004221	VALMIR JUNIOR BORGES RODRIGUES	6050/3	208
MDC5129	8685000492	IVAN ROBERTO NETTO	6050/3	208
MDC9329	8685009234	RAFAEL EMILIO WISINTAINER	6050/3	208
MDD5212	8685007556	SAMUEL LUCHESE	6050/3	208
MDG4521	8685011500	MARIA CONCEICAO JORGE GUEDERT	6050/3	208
MDG6943	8685011712	JANDIR JOSE CHRISTOFF	6050/3	208
MDH1030	8685003350	ERIANI BAMBINETTI RODRIGUES	6050/3	208

MDH1849	8685010273	ARMANDO HEIL	6050/3	208
MDI0810	8685010802	IVAN CARLOS MACHADO	6050/3	208
MDJ1510	8685010442	SONIA IVONETE FACCHINI	6050/3	208
MDN8458	8685007688	AMELIA DO SOCORRO DA SILVA STAINIK	6050/3	208
MDO3604	8685008572	NEUSA VALMIRA DOS SANTOS STAHELIN	6050/3	208
MDP1753	8685011250	LEANDRO GROSS	6050/3	208
MDP3480	8685002719	MIGUEL WILVOCK	6050/3	208
MDR4807	8685000499	GABRIELA DA CUNHA MENDES PEREIRA	6050/3	208
MDR7228	8685002433	AURELIO LEANDRO MARTINHO	6050/3	208
MDS5711	8685009940	ANDERSON RODRIGO SANTO	6050/3	208
MDS7481	8685009407	LARISSA GOMES DA SILVA VASCONCELLOS	6050/3	208
MDT8463	8685005130	MARIA CRISTINA DA SILVA	6050/3	208
MDU3909	8685003600	MARLENE DE OLIVEIRA CATAPAN	6050/3	208
MDW3119	8685013626	ERB INFORMATICA LTDA	6050/3	208
MDW6996	8685010284	ELETRO TECNICA SCHEIDT LTDA	6050/3	208
MDX5038	SF00044968	IRIS MONIA STECKELBERG	6050/0	208
MDX8267	SF00044399	CARMEN LUCIA DE SOUZA	6050/0	208
MDZ2789	8685004117	DULITEX INDUSTRIA E COMERCIO DE FIOS LTDA ME	6050/3	208
MDZ7814	8685010185	MAICKSON DOROW	6050/3	208
MEB1175	SF00047362	SHEILA PIERITZ BRITTO	6050/3	208
MEB2547	8685003164	BERNARDETE KLOCH GRIPPA ME	6050/3	208
MEB3972	8685010309	FABIA MARA WILBERT ISENSEE	6050/3	208
MEC2824	8685004421	RAFAELA GONCALVES	6050/3	208
MEC4825	8685007655	PAULO CORREA	6050/3	208
MED9998	8685005510	MARCOS ANTONIO PEREIRA	6050/3	208
MEE0198	8685011379	TEREZINHA STOLF	6050/3	208
MEE2126	8685004750	PAULO RAIMUNDO DA SILVA	6050/3	208
MEE3385	8685003967	JACKSON JOEL ULLMANN	6050/3	208
MEI0696	8685004659	NELSON ARNOLD	6050/3	208
MEI6783	8685007712	SCHRADER COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	6050/3	208
MEK7500	8685010233	EVERSON MARINHO DE MELO	6050/3	208
MEK7500	8685011522	EVERSON MARINHO DE MELO	6050/3	208
MEL1170	8685011405	ANE BERNADETE KROTH WUNSCH	6050/3	208
MET1114	8685007905	THIAGO FORTUNATO FERNANDES	6050/3	208
MET4453	8685010009	LUCIANO DORNELES DO AMARAL	6050/3	208
MET7873	8685005246	VALMIR NOVAS	6050/3	208
MEU4915	8685003475	THIAGO CANZIANI PICCOLI	6050/3	208

MEU7006	8685010162	EDEGAR GANDOLFI	6050/3	208
MEW1567	8685013214	EDSON LUCHTENBERG	6050/3	208
MEW5827	8685006156	JOSILENE MIRANDA	6050/3	208
MEX2653	8685011417	MADALENA NASCIMENTO BRUDA	6050/3	208
MEY6420	8685010791	NILTON ALEXANDRE MASALAI	6050/3	208
MFB2434	8685002559	ALEXANDRE BAILONE ALVARES LEITE	6050/3	208
MFD2830	8685010376	VALDOMIR ROBERTO VIEIRA	6050/3	208
MFE6173	8685012733	BRAZ REIS E SILVA	6050/3	208
MFE9958	8685004111	RAUL GUSTAVO GUIRADO	6050/3	208
MFF3583	8685010003	SCHRADER COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	6050/3	208
MFF8553	8685012653	MARCOS PAULO VARGAS	6050/3	208
MFG5913	8685010882	EMERSON FERNANDES DA SILVA CONFECÇOES ME	6050/3	208
MFH5114	8685011457	JOAO TODT	6050/3	208
MFI4959	8685010621	IRINEU CEZAR GOMES	6050/3	208
MFJ3087	8685011713	MALCI VIEIRA DA SILVA	6050/3	208
MFR2518	8685001224	ARNO GOEDERT	6050/3	208
MFS9399	8685004764	FERNANDO AUGUSTO KELLER SILVA	6050/3	208
MFS9605	8685010543	HERCILIO SCHMIDT	6050/3	208
MFY4762	8685009009	MAURICIO BORGES	6050/3	208
MFY8680	SF00050688	MARA RUBIA KRUTZSCH	6050/3	208
MGA5678	8685001259	SANDRO RAFAEL HWIZDALECK	6050/3	208
MGC2782	8685013790	ASPLAN ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	6050/3	208
MGC6721	8685005965	EDUARDO GONCALVES	6050/3	208
MGD0845	8685009664	THELMA CRISTINA FIGUEIREDO DA SILVA COSTA	6050/3	208
MGD0920	8685002121	CLAUDETE LAUS	6050/3	208
MGH9124	8685010993	TERESA MACHADO	6050/3	208
MGL0041	8685007076	MARCIO LUIS BUETTGEN	6050/3	208
MGM0032	8685007452	LASARO PAULO REINERT DOS SANTOS	6050/3	208
MGM3067	8685010771	PAULO ROBERTO DA SILVA	6050/3	208
MGU9353	8685012627	PEDRO MARTINS JUNIOR	6050/3	208
MGW5112	8685007530	MULTI CONSTRUÇOES LTDA	6050/3	208
MGX5302	8685007618	ELEZIO HILLESHEIM	6050/3	208
MHP5732	8685012743	ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA	6050/3	208
MHY1070	8685006217	SERGIO ANTUNES DA SILVA	6050/3	208
MIG6630	8685005679	GERCINO ANGELO DA SILVA NETO	6050/3	208
MJA0011	8685003355	LUCY DO CARMO BATSCHAUER PIZZOLATTI	6050/3	208
MJE9220	8685005498	IVANI HEINEMANN	6050/3	208

MJJ0120	8685011676	JORGE ELCI MOURA DA FONTOURA	6050/3	208
MJR1234	8685013637	POSTO PATINHO FEIO VEICULOS LTDA	6050/3	208
MJS1818	8685008952	PAULO JOSE SOUSA	6050/3	208
MMB6680	8685002218	MARIO BOLLMANN	6050/3	208
MSV8540	8685004079	ADELINO DE JESUS BUENO DA LUZ	6050/3	208
MTP4278	8685008490	VILSON DAROS	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2010

EMERSON LUIZ ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N.685 508/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 4

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 508/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACK5317	8685011674	ZOLMIR CARDOZO	6050/3	208
AEQ7363	8685010541	SUZA CLEIA CARLIM	6050/3	208
AHF4220	8685007392	DARIO CAMARGO DE FRANCA	6050/3	208
AIG4583	8685010137	SIMAO FERREIRA DOS SANTOS	6050/3	208
AIP0043	8685011391	MARILDE TEREZINHA NARDELLI	6050/3	208
AJN5858	8685011172	JULIANA LUCY WEITGENANT CARDOSO	6050/3	208
AJV7530	8685007148	ADILSON GUTZ	6050/3	208
AKG8516	8685011697	SILVANA CRISTINA SAPELLI	6050/3	208
APA0681	8685002312	RAFAEL ZUCHI	6050/3	208
APA0681	8685008233	RAFAEL ZUCHI	6050/3	208
BHE5675	8685007963	ARGEU RODRIGUES FRANCA	6050/3	208
BOB3468	8685004966	MARLON LEANDRO DOS SANTOS	6050/3	208
BVB5150	8685012245	JANETE MATIELLO	6050/3	208
BVP3582	8685004568	GRAZIELA MARIANA FARIAS	6050/3	208
BVU4339	8685010202	PEDRO ALVES VALENTE	6050/3	208
CBD0211	8685010961	JUAREZ CORREA DE SOUZA JUNIOR	6050/3	208
CFI5114	8685013527	DIONEI DA COSTA	6050/3	208
CMU4821	8685004102	DIAN CARLOS CAMARGO	6050/3	208
DDH5796	8685012937	ALEXANDRE LUIZ PREBIANCA	6050/3	208
DLA7832	8685004384	ORLANDO SALVADOR	6050/3	208
IBD2348	8685012825	ELZIRA SCHMIDT	6050/3	208
IHF4894	8685006787	RONALDO CASSARIL	6050/3	208
IJR1895	SF00045341	NICOLE LOUISE SAINOVICH	6050/0	208
ILK0393	8685009094	JULIANA SANTOS BITTENCOURT EPP	6050/3	208
JPF8797	8685014406	VANIA SOUZA PAZA	6050/3	208
KEE9110	8685009782	ALFREDO MEYER FILHO	6050/3	208

KML4557	SF00049829	JOAO RAFAEL CAETANO	6050/3	208
LIW1484	8685000631	RAQUEL FELISBERTO BRAZ	6050/3	208
LWY6016	8685003168	CELSE DARTORA	6050/3	208
LXA4090	8685010639	JUCELINO VERGINIO DOS SANTOS	6050/3	208
LXE8964	8685005215	EVALDO AUGUSTO PORTELA	6050/3	208
LXH3047	8685007317	ADIBERT KLUG	6050/3	208
LXI7700	8685004208	MARCELO CARLOS ROTH	6050/3	208
LXM3886	8685010466	NELSON KOMOLH	6050/3	208
LXN3052	8685008655	LUIZ CARLOS AMORIM	6050/3	208
LXO7000	8685009308	OSMAR ADELINO SOARES	6050/3	208
LXQ8057	8685011543	AMAURO BORGES	6050/3	208
LXV2604	8685005248	BERNARDO ANUNZIATO GUERRA	6050/3	208
LXW2538	8685011962	SANDRA FIGUEIREDO	6050/3	208
LXZ9966	8685004743	TRANSPORTE GELSLEIHTER LTDA	6050/3	208
LYD8868	8685010302	CLEBER DA SILVA NEVES	6050/3	208
LYH3349	8685004978	ARMANDO ZIMMER	6050/3	208
LYK5218	8685009689	VILMAR GONCALVES	6050/3	208
LYK9169	8685009250	MARCIO KREPSKY	6050/3	208
LYL9439	8685010265	CRISTIANO MARCOS DA ROSA	6050/3	208
LYO0105	8685006265	EVORI DA SILVA SA	6050/3	208
LYR8016	8685007647	JOSE DOS PASSOS SOUZA LEANDRO	6050/3	208
LYW3886	8685008848	ADEMAR GOEDERT	6050/3	208
LYW9232	8685011557	T.S.L TRANSPORTES E REPRESENTACOES LTDA ME	6050/3	208
LYX8057	8685011151	MARCIANO DE JESUS	6050/3	208
LYZ9389	8685004751	DENIS DOS SANTOS	6050/3	208
LZB8139	8685013614	SIMONE REGINA BENACI	6050/3	208
LZK0181	8685011211	VIVIANE GARCIA	6050/3	208
LZO5267	8685008896	EMERSON EVARISTO	6050/3	208
LZX9577	8685011628	ALCIDES ROSA DA SILVA	6050/3	208
MAD7781	8685006980	VALMIR KOCH	6050/3	208
MAE4108	8685007062	CLAUDIA BACCA DE MELO	6050/3	208
MAJ4581	8685007686	SERGIO MARCOS HENING	6050/3	208
MAL2245	8685006336	JEANETE HELFSTEIN CRISTE PIRES	6050/3	208
MAO6806	8685005583	AGOSTINHO ROCCA	6050/3	208
MAT0081	8685007750	JULIANA PATRICIA ZIMMERMANN DESCHAMPS	6050/3	208
MBA0729	8685004776	MARCIO GOLL	6050/3	208
MBA0729	8685005605	MARCIO GOLL	6050/3	208

MBF8407	8685010476	VILSANA APARECIDA MENDES CAPELETTI	6050/3	208
MBH7633	8685013483	EDSON MARTINS	6050/3	208
MBI8470	8685005373	GENESIO VENTURA	6050/3	208
MBJ2259	8685011935	DORALICIO NICOLETTI	6050/3	208
MBP3836	8685007744	FABIO JONCEK	6050/3	208
MBT5089	8685009978	LUCIANO STOEBERL	6050/3	208
MBU9320	8685009654	LEANDRO DENIR BECKER	6050/3	208
MBY8874	8685012057	NILDA SCHNEIDER	6050/3	208
MBZ9003	8685003663	FLAVIO HUBNER	6050/3	208
MCB0244	8685010391	NELVI STRELOW GUCKERT	6050/3	208
MCC4105	8685002901	HAMILTON CRUZ	6050/3	208
MCC9298	8685010280	TACIANE SANI	6050/3	208
MCH3211	8685006902	IVONY GESSNER DE ASSIS	6050/3	208
MCJ5802	8685006357	ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA	6050/3	208
MCL8214	8685005361	NADIA REGINA GOIS	6050/3	208
MCO0300	8685004355	JOSE JUSTIMIANO	6050/3	208
MCQ0727	8685009112	MOACIR BITTENCOURT	6050/3	208
MCR3965	8685004576	ADRIANO GAMBIRAZI	6050/3	208
MCW1889	8685006796	GEOVANE DOS SANTOS	6050/3	208
MCX1784	8685010189	SILVIO TRANSPORTES E COMERCIO LTDA ME	6050/3	208
MCX7073	8685009049	RESTAURANTE E CHOPERIA BARRA SUL LTDA	6050/3	208
MCY2042	8685008807	TRANSPORTES RAIKE LTDA ME	6050/3	208
MDF3764	8685008016	ADRIANA CECILIA RUCHINSKI ME	6050/3	208
MDY8648	8685009930	VALFRIDO WEIDGENAND	6050/3	208
MDZ8659	8685004300	RAFAEL RICARDO JUNKES	6050/3	208
MEC8082	8685008478	JACKELINI BIANCHINI PHILIPPI	6050/3	208
MEI1179	8685009154	ADRIANO ANTONIO DA SILVEIRA MINEIRO	6050/3	208
MEV8338	8685008595	EDEMAR ADELINO SOARES	6050/3	208
MEV8338	8685008869	EDEMAR ADELINO SOARES	6050/3	208
MFM6762	8685003421	MARCOS CAMARGO	6050/3	208
MFM6762	8685007831	MARCOS CAMARGO	6050/3	208
MFO9540	8685007891	ADRIANA DOS SANTOS	6050/3	208
MFS6623	8685005531	INACIO JOSE MARCOLLA	6050/3	208
MFS6623	8685008660	INACIO JOSE MARCOLLA	6050/3	208
MGC3629	8685011603	MAIKON ALVES SCHOTTEN	6050/3	208
MGH6581	8685005419	EVERTHI COMERCIO DE COURO LTDA	6050/3	208
MGI0449	8685007895	SIMONE BRAUZA CORREA	6050/3	208

MGN4869	8685006511	ROBERTA MARTINS DOS ANJOS	6050/3	208
MGN8818	8685009589	EME CONSULTORES ESPELIZADOS LTDA	6050/3	208
MGP1043	8685007456	SAUL PINHEIRO	6050/3	208
MGY2062	8685011545	MARIA SALETE FANTONI	6050/3	208
MGZ4350	8685005164	ELIALDO MACIEL CUNHA	6050/3	208
MHO8833	8685011789	JOSE CARLOS FERREIRA	6050/3	208
MIH8888	8685007734	RONALDO JANSSON JUNIOR	6050/3	208
MJC6370	8685011815	SCHAEFER ENTREGAS RAPIDAS LTDA ME	6050/3	208
MJE3500	8685005664	MARIA JACIRA DEMMER	6050/3	208
MJE8980	8685008502	NELSON COSTA JUNIOR	6050/3	208
MJF4440	8685007883	PEDRO PAULO SCHRAMM	6050/3	208
MLV6699	8685007283	ADILSON DOS SANTOS	6050/3	208
MUE6030	8685011410	SEBASTIAO WANDERLEY OLIVO BONFIM	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2010

EMERSON LUIZ ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 573/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 590 573/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AJY9653	8590017131	MARCELUS SILVEIRA FARIA	7455/0	218 * I
ALA4250	8590018125	LEO DA SILVA	7455/0	218 * I
ANV1450	8590018153	MARCIEL JOSE GALVAN	7455/0	218 * I
CFI2255	8590019330	JEFERSON JOSE ROMANOSKI	7455/0	218 * I
CZK9801	8590018721	JEFERSON FERNANDO RETORE	7455/0	218 * I
DTC3474	8590018792	SILVIO DE ANDRADE	7455/0	218 * I
IEJ4979	8590015898	INDIANARA FRANCIELLY SCARANTO	7463/0	218 * II
LYJ1398	8590019047	FRANCISCO ANTONIO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LYK3512	8590018950	ANA APARECIDA BONA	7455/0	218 * I
LYP2855	8590018779	ODIRLEI GOULART	7455/0	218 * I
LYP4880	8590018708	ANA KARINE PACHECO	7455/0	218 * I
LZH4280	8590018890	JOSE CARLOS DA SILVA	7455/0	218 * I
LZQ0474	8590018615	MARCIO NEI FILAGRANA	7455/0	218 * I
MAO6533	8590018622	GEAN CARLO CARDOSO	7455/0	218 * I
MAO8935	8590018673	GELASIO TONHOLI	7455/0	218 * I
MAU9683	8590016838	CRISTIANO ANDRE SEIDER	7455/0	218 * I
MBE7343	8590019068	OSMAR MATHIAS SPENGLER	7455/0	218 * I
MBL6000	8590018658	RODRIGO DONINI	7455/0	218 * I
MBS5122	8590016163	PAULO ROBERTO MORASKI	7455/0	218 * I
MBW1081	8590019057	MARLENE BARATTO	7455/0	218 * I
MCF9783	8590018158	VANILDA APARECIDA CORREA SOFKA	7455/0	218 * I
MCP6356	8590018464	DAIANE DE AGUIAR MULLER	7455/0	218 * I
MCR1313	8590018696	GISELA KOEHLER ME	7455/0	218 * I
MFB2475	8590018610	JEFFERSON FLORIANO	7455/0	218 * I
MFO9015	8590018080	JAQUELINE WARMELING	7455/0	218 * I
MFZ0055	8590018700	VR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	7455/0	218 * I

MGB1638	8590018520	STANIEL OLIVEIRA JAGUSZEWSKI E JANIEL OLIVEIRA JAGUS	7455/0	218 * I
MGK1254	8590018065	ANAMARIA PEIXOTO MUELLER WEICKERT	7463/0	218 * II
MGP6929	8590017173	MELANIA APARECIDA IORA	7455/0	218 * I
MGY7679	8590018607	PAULINO ANDRIETI	7455/0	218 * I
MHJ1746	8590018674	MARIA CLAUDETE DE ANDRADE	7455/0	218 * I
MHQ3695	8590018111	MARINES JAQUES DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2010

EMERSON LUIS ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 575/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 590 575/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MBV7431	8590018026	ELENIR FATIMA RAIMUNDI MARTINS DOS REIS	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2010

EMERSON LUIS ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 505/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 685 505/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AIM4593	8685014738	RICARDO LEAL DA SILVA	6050/3	208
AJG5556	8685015443	HERMES FRANCISCO VECCHI	6050/3	208
AJQ7852	8685015671	EVALDO DA SILVA FILHO	6050/3	208
AKA4488	8685015294	DAISY FERREIRA ANDRE	6050/3	208
ANG3230	8685014561	VERA LUCIA DE OLIVEIRA	6050/3	208
AZF0090	8685014493	ARGIMIRO DORVAL CORREA	6050/3	208
BIP0895	8685014644	RALF MARCOS EHMKE	6050/3	208
CLC9452	8685015704	FERNANDO DA SILVA REPHE	6050/3	208
CNM5570	8685015484	REPRESENTACOES E TRANSPORTES ROWEDER LTDA - ME	6050/3	208
CON0621	8685015523	SILVIO CLEFFI	6050/3	208
CZZ4111	8685015544	TURISBLU TURISMO LTDA ME	6050/3	208
GZW3204	8685014623	GUSTAVO LUIS DEMMER	6050/3	208
IBA6004	8685015318	MARCIO MUELLER	6050/3	208
KJG8114	8685015632	ELIAS CARLINI	6050/3	208
KOV0895	8685015422	SERGIO MURILO KRIEGER	6050/3	208
KUL7864	8685015508	FABIO VINICIUS SOARES MARCAL	6050/3	208
LNZ3599	8685015146	JULIO CESAR FERNANDES TRANS ME	6050/3	208
LWT9220	8685015474	CRISTIANO SANTOS GARCIA	6050/3	208
LWT9220	8685015613	CRISTIANO SANTOS GARCIA	6050/3	208
LXB1227	8685015636	DORVAL RODOLFO PAMPLONA	6050/3	208
LXD0380	8685015296	BERNADETE FLORENTINA CARDOSO	6050/3	208
LXJ8996	8685015590	CLAUDETE DE SOUZA	6050/3	208
LXR6140	8685015609	ANDRE ROBERTO HASSE	6050/3	208
LYJ3610	8685015668	GISELLE MELLIES BORGES	6050/3	208
LYV8786	8685015304	IVANA APARECIDA DALPIAZ BORGES	6050/3	208
LZA9802	8685015350	FABIANO DENZER	6050/3	208

LZA9802	8685015542	FABIANO DENZER	6050/3	208
LZB9109	8685015460	MARIA APARECIDA COSTA GONCALVES	6050/3	208
LZM0382	8685015388	ANTONIO LAMIM	6050/3	208
LZN2621	8685015667	SANDIL ANTONIO BIDO	6050/3	208
LZP2673	8685015683	ISRAEL TRINDADE	6050/3	208
LZZ3075	8685015371	FABRICA DE MEIAS CATARINENSE	6050/3	208
MAC9890	8685015757	VALMOR BORBA	6050/3	208
MAM3403	8685014727	LEANDRO PAULO BURKHARDT	6050/3	208
MBD4531	8685014530	NEWTON CESAR DA SILVA BONATTO	6050/3	208
MBD6384	8685015755	SALESIO SIMON JUNIOR	6050/3	208
MCB2251	8685014326	ISMAEL GREIN	6050/3	208
MCB8428	8685015753	VALDEMAR DE AMORIM	6050/3	208
MCD2978	8685014330	KLAUS MARTIN FUCHS	6050/3	208
MCG0637	8685014636	ILDO SCHLOSSER	6050/3	208
MCG2201	8685014677	ANDRE DOMINGOS GOETZINGER	6050/3	208
MCH8857	8685015642	ACAO SOCIAL E CIDADIA	6050/3	208
MCQ7619	8685014600	LEONEL NIENOW	6050/3	208
MCS3696	8685014837	DAISY TEREZINHA DONINI	6050/3	208
MCW0940	8685014795	CHARLES WILLIAN KAUDER	6050/3	208
MCW1000	8685015635	RAFAEL TIAGO DOS SANTOS	6050/3	208
MCY7033	8685015334	MARCELO DE OLIVEIRA NASCIMENTO	6050/3	208
MCZ3299	8685014607	MOTORES TREVO LTDA	6050/3	208
MDC5129	8685014583	IVAN ROBERTO NETTO	6050/3	208
MDH1673	8685015646	BERGANTIN DISTR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	6050/3	208
MDL8994	8685015731	CRISTIANO DUMA	6050/3	208
MDN3113	8685014773	DANIELA DE LIMA	6050/3	208
MDZ7018	8685014488	CAMILA JOSEANE CORREA	6050/3	208
MEO4714	8685015783	TARCIZO ORSI E CIA LTDA ME	6050/3	208
MEV4366	8685015265	RUI BITTENCOURT	6050/3	208
MEV4366	8685015298	RUI BITTENCOURT	6050/3	208
MEX2029	8685015424	PATRICIA FELIX ALIGLERI	6050/3	208
MEX9723	8685015119	APARECIDA ALVES CABRAL DE SOUZA	6050/3	208
MFA2352	8685014815	MANOEL VERENCIO ALVES	6050/3	208
MFA7018	8685014453	ADRIANO DE FARIAS	6050/3	208
MFC8992	8685014594	JAIR BARNI	6050/3	208
MFD2614	8685015399	LETICIA DE SOUZA	6050/3	208
MFD7612	8685014703	SAMUEL DE SOUZA	6050/3	208

MFE2880	8685015421	CLEOMAR JOSE HENDGES	6050/3	208
MFF0249	8685015756	TATIANE ROXADELLI	6050/3	208
MFK3877	8685015758	IGREJA EVANGELICA VIDA ETERNA	6050/3	208
MFR9570	8685015509	GILMAR MARIO CECCATO	6050/3	208
MGF6225	8685015469	PIERRE GROTTI	6050/3	208
MGH3611	8685015063	SCHRADER COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	6050/3	208
MGJ0275	8685014543	CARLOS CESAR DE SENA	6050/3	208
MGP4204	8685015215	INGOMAR KRIESER	6050/3	208
MGV8754	8685015464	LUCIMARI MENDES DE ALMEIDA	6050/3	208
MHI5959	8685014555	MARIO ROGERIO THIVES	6050/3	208
MHQ0994	8685014585	SILVINA ESTHER DANESE DE CENTRONI	6050/3	208
MHX6654	8685014630	EDER WILLIAM GUGELER GRAHL	6050/3	208
MHX9070	8685015745	LEANDRO CARLOS DA SILVA	6050/3	208
MIV0710	8685015308	SIMONE DEFREYN PACKER	6050/3	208
MJD5700	8685015709	LIGIA TRENTINI BUZZI	6050/3	208
MMA2310	8685014504	ADEMAR LUIZ GONZAGA	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2010

EMERSON LUIZ ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 685 507/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 685 507/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAN5738	8685016065	NILTON DE SOUZA SOARES	6050/3	208
AKI6352	8685015220	SERGIO THEIS	6050/3	208
AMF0407	8685016078	VALDECIR FARIAS	6050/3	208
ANG7125	8685015136	VANILDE CASTANHA DOS SANTOS	6050/3	208
CAI7430	8685016018	CELSO CUSTODIO MACIEL	6050/3	208
CHS9349	8685015259	MARCELO SCHULZ	6050/3	208
CHY0435	8685015818	SEBASTIAO TRIUMPHO NETO	6050/3	208
COS5727	8685015788	JOSE HENRIQUE ASSINI	6050/3	208
DTZ1724	8685015949	FERNANDO LIRA	6050/3	208
IMT2973	8685015373	ANA PAULA DA SILVA FONSECA	6050/3	208
JDS2396	8685015242	JOAO ALVARO SANTOS BANDEIRA	6050/3	208
LXN0910	8685016058	ANTONIO AUGUSTO ISENSEE NETO	6050/3	208
LXR5866	8685015086	PATRICIO RODRIGO PEREIRA	6050/3	208
LYP5463	8685015737	ALESSANDRO CARLOS NEVES	6050/3	208
LZC5402	8685015036	RUI ANTONIO DA SILVA	6050/3	208
LZH2688	8685012920	CLEITON ZABEL	6050/3	208
LZP2673	8685016005	ISRAEL TRINDADE	6050/3	208
MDM1506	8685015550	MARINES CHORNA GONCALVES ALBANI	6050/3	208
MDO4883	8685013206	LUIZ EDUARDO MANNRICH	6050/3	208
MDP7814	8685015258	HILARIO MERICO JUNIOR	6050/3	208
MDX4756	8685015221	CLAODOMIR DAL MASO	6050/3	208
MDZ6573	8685015673	NILTON RODRIGUES	6050/3	208
MEZ6979	8685015187	HELSON LEMBECK	6050/3	208
MFC1696	8685015120	JOSIANE BALLUTA CABRAL	6050/3	208
MFE4129	8685015180	PAULO CESAR BATTISTI	6050/3	208
MGN6433	8685015503	LUCIO LEDRA	6050/3	208

MHG7092	8685015064	HAMILTON MARINHO DE MELLO JUNIOR	6050/3	208
MHS9125	8685013606	JOSE MAFRA	6050/3	208
MIA9264	8685015199	RODRIGO AVILA OLIVEIRA	6050/3	208
MIJ6200	8685015699	STELIO KOEPP	6050/3	208
MKF9000	8685015935	ADEMIR KILIAM DE PAULA	6050/3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2010

EMERSON LUIZ ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

SAMAE - GASPAR**Portaria nº 82/2010 - SAMAE**

PORTARIA Nº. 82 DE 20 DE AGOSTO DE 2010

COLOCA A DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL O SERVIDOR EDSON HERMÍNIO FACHINI

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Colocar à disposição, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, o servidor EDSON HERMÍNIO FACHINI, ocupante do cargo efetivo de Eletricista, com 40 horas semanais no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de agosto de 2010, revogadas disposições em contrário.

Gaspar (SC), em 20 de agosto de 2010.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Portaria nº 87/2010 - SAMAE

PORTARIA Nº. 87 DE 21 DE SETEMBRO DE 2010

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE DIOGO FELIPE JANSEN

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º - Torna sem efeito a nomeação de DIOGO FELIPE JANSEN, nomeado para o cargo de Operador de Bomba, Nível ASE VI, ref. 17, pela Portaria nº 86 de 14 de setembro de 2010, haja vista a desistência da vaga, de acordo com a Declaração que fica fazendo parte integrante deste ato.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 21 de setembro de 2010.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Portaria nº 88/2010 - SAMAE

PORTARIA Nº 88/2010 DE 23 DE SETEMBRO DE 2010

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 002/2010

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.146 de 15 de outubro de 2009, e no com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº

002/2010 instaurada para apurar possíveis responsabilidades de servidores na ausência de execução de conserto de vazamento na rede de distribuição de Água na ETA II, bairro Bela Vista causando a falta de água na localidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de setembro de 2010

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Portaria nº 89/2010 - SAMAE

PORTARIA Nº 89/2010 DE 23 DE SETEMBRO DE 2010

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 004/2010

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.146 de 15 de outubro de 2009, e no com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 004/2010 instaurada para apurar responsabilidade pela retirada de equipamento obrigatório do Caminhão Ford 200, placa LZU 5097 de propriedade do SAMAE

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de setembro de 2010

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato Dispensa de Licitação nº 43/2010 - SAMAE

E X T R A T O

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 43/2010

OBJETO: Aquisição de equipamentos para laboratório visando a promoção de melhorias no Laboratório da ETA I - Centro.

CONTRATADO: HEXIS CIENTÍFICA S.A. (53.276.010/0001-10).

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 7.380,00 (sete mil, trezentos e oitenta reais).

DATA VIGÊNCIA: 22/09/2010.

DATA VENCIMENTO: 31/12/2010.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº. 8666/93.

Gaspar(SC), em 22 de setembro de 2010.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N° 796/2010

PORTARIA N° 796/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao servidor LUIZ DIAS RODRIGUES (Matr. 177), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Téc. de Edificações e Manutenção, Nível/Referência - 3/E, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 3/F, 40 horas semanais, a partir de 01 de março de 2009, conforme dispõe a Lei Complementar N° 0191/2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Setembro de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 797/2010

PORTARIA N° 797/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao servidor CLEIMAR PIOVESAN (Matr. 11), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro, Nível/Referência - 12/L, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 12/M, 40 horas semanais, a partir de 01 de março de 2009, conforme dispõe a Lei Complementar N° 0191/2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Setembro de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 798/2010

PORTARIA N° 798/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional à servidora MARINEIDE PENSIN VALMORBIDA (Matr. 1074), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 1/B, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 1/C, 40 horas semanais, a partir de 02 de junho de 2010, conforme dispõe a Lei Complementar N° 0191/2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Setembro de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 799/2010

PORTARIA N° 799/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional à servidora LURDES RECALCATTI FACCIN (Matr. 437), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 1/F, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 1/G, 40 horas semanais, a partir de 01 de setembro de 2010, conforme dispõe a Lei Complementar N° 0191/2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Setembro de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 800/2010

PORTARIA N° 800/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao servidor JOÃO ELSON FERREIRA (Matr. 353), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 1/E, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 1/F, 40 horas semanais, a partir de 08 de setembro de 2010, conforme dispõe a Lei Complementar N° 0191/2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Setembro de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria N° 801/2010

PORTARIA N° 801/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao servidor ARLINDO ALCIDES SANTINI (Matr. 352), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo



de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 1/E, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 1/F, 40 horas semanais, a partir de 08 de setembro de 2010, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 0191/2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Setembro de 2010.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 0024/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0072/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2010
UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
TIPO: Menor preço por Item

OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de consumo e medicamentos para uso nas Unidades de Saúde do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14:00 horas do dia 08/10/2010.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 11,90 (onze reais e noventa centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, onde poderão retirá-lo, mediante identificação, endereço, número de telefone, fac-símile e/ou e-mail e CNPJ ou CPF, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 24 de setembro de 2010.

ADAIR JOSÉ CERON
Gestor do Fundo

Extrato Termo Aditivo 006/2010

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO TERMO ADITIVO 006/2010

PL 0049/2010 TP 001/2010 - Contrato 031/2010
Contratante : Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC
Contratada: Viga Pavimentação e Obras Ltda.
Objeto: Prorrogar prazo de vigência do contrato original por 60 dias - Vigência: 28.09.2010 á . 26.11.20120
Base Legal: Artigo 65, Inciso I, alínea "a" da Lei 8.666/93:

Herval d'Oeste em 24 de setembro de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

FELIPE RAMOS D'AGOSTINI
Contratado

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria DGP/SEAGP N.º 308/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 308, de 23 de setembro de 2010.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor, VALDEMIR MANOEL TOMAZ, Operador de Máquinas, inscrito no CPF sob o n.º 144.804.509-63, admitido em 14 de maio de 1970, contrato nº 550, referente aos quinquênios dos períodos devidos, com fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição
2000 a 2005	08.09.2010 a 06.12.2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de setembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 23 de setembro de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Cancelamento de Dispensa 65/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica cancelado o Processo Licitatório nº 168/2010, na modalidade de Dispensa nº 65/2010, por motivo de interesse público da Administração Municipal.

Imbituba, 27 de setembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES

Ato da Presidência nº 40/10

Ato da Presidência nº 40/10

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 32ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 27 de setembro de 2010 (Segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.



PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/ Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
126	PL nº 3.967/10	13/08/2010	Poder Exe- cutivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2011 e adota outras providências.	Ordinário	2ª	2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 23 de setembro de 2010.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente

LUIZ CLÁUDIO CARVALHO DE SOUZA
Vice-Presidente

ELÍSIO SGROTT
Primeiro-Secretário

ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Segundo-Secretário

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar N° 049/2010 de 22/09/2010.

"ALTERA VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DO MUNICÍPIO - GRUPO MAGISTÉRIO, BEM COMO DO QUADRO DE EMPREGO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Fica ampliada a quantidade de vagas estabelecidas no Anexo I da Lei Complementar n.º 03/1999 - Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta Municipal, no Grupo Magistério I - Atividades de Nível Superior, e Anexo I da Lei Complementar nº 035/2007 nos seguintes cargos:

Anexo I da Lei Complementar n.º 03/1999
(Ampliação)

Grupo	Quantidade	Categoria Funcional	Vencimento Inicial (em R\$)	Habilitação
Magistério	02	Professor de Arte	1.251,30 (40 h / Sem)	Portador do Diploma de Curso Superior de Licenciatura Plena na área de atuação

Anexo I da Lei Complementar nº 035/2007 (Ampliação)

Grupo	Quantidade	Categoria Funcional	Vencimento Inicial (em R\$)	Habilitação
I	01	Agente Comunitário da Saúde	485,48 + Abono (44 h / Sem)	Portador do Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental.

Art. 2º - As vagas ampliadas por esta Lei serão preenchidas a medida da necessidade, conveniência e interesse público, além da disponibilidade financeira e orçamentária do Município.

Art. 3º - Em razão das alterações de que trata esta Lei, o Anexo I da Lei Complementar n.º 003/1999 e Anexo I da Lei Complementar nº 035/2007, passam a vigorar de acordo com a relação constante do ANEXO UNICO, parte integrante desta Lei.

Art. 4º - Os recursos decorrentes da execução desta Lei serão oriundas do orçamento geral do Município de cada exercício

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 22 de setembro de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 2034/2010

DECRETO Nº 2.034/2010, DE 13 DE SETEMBRO DE 2010.
"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL URBANO PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 8º, inciso VII e VIII, 65, inciso VII, e, 87, inciso I, alínea "i", todos da Lei Orgânica do Município, combinados com as disposições estabelecidas no Art. 6º, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

DECRETA

Art. 1º - Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA para fins de desapropriação, amigável ou não, nos termos do artigo 5º alínea "M", do Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/1941, um imóvel urbano, de propriedade do Espólio JOSÉ CSUCHINSKI, constante de 01 (um) lote(s) de terreno urbano sob o nº 222 (duzentos e vinte e dois), que compõe a quadra nº 44 quarenta e quatro situado no quadro urbano do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, com área de 864,00 m² (oitocentos e sessenta e quatro metros quadrados), com benfeitorias, com as seguintes confrontações: frente com 24,00 metros com a Rua Santa Catarina; fundos com 24,00 metros com o lote nº 221; lado esquerdo, com 36 metros com a Rua Goiás; e finalmente lado direito com 36,00 metros com o lote nº 223; com transcrição no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União sob o nº 25.098, às fls. 79 do Livro 3-R, com inscrição



imobiliária nº 01.01.044.024.001 e cadastrado sob o nº 718.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior, em caso de desapropriação amigável, poderá ser adquirido pelo Poder Executivo Municipal, através de escritura pública de compra e venda.

Art. 3º - A aquisição de que trata esta Lei é feita com dispensa de licitação, com base no artigo 24, Inciso X, da Lei nº 8.666/93, em razão de que as necessidades de instalação e localização condicionada à sua escolha.

Art. 4º - O imóvel objeto deste Decreto destina-se exclusivamente à construção de um Centro Administrativo.

Art. 5º - Segundo Laudo de Avaliação Pericial de Imóvel Urbano, elaborado por profissional Engenheiro Cartográfico, de acordo com as normas técnicas da ABNT, o valor do imóvel para fins de desapropriação, amigável ou não, é de R\$ 42.190,74 (quarenta e dois mil cento e noventa reais e setenta e quatro centavos).

Art. 6º - As despesas com a plena execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas a serem consignadas no orçamento vigente.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis/SC, em 13 de setembro de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Decreto nº2038/10

Decreto n.º 2.038 / 10

Regulamenta a taxa de coleta de lixo no Município de Irineópolis e outras providências.

Wanderlei Lezan, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 249, inciso III, c/c artigo 250, parágrafo único e da Lei Municipal n.º 185 de 17/12/73 - (Código Tributário Municipal) e ainda nos termos da Lei Municipal n.º 1.009 de 14 de dezembro de 2000,

D E C R E T A :

Art. 1.º - Fica regulamentado a cobrança dos serviços de coleta de lixo do Município de Irineópolis, assim discriminada:

I - Os serviços de coleta de lixo serão cobrados tomando-se por base 1,3% (um vírgula três por cento) da UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, cobrados na seguinte modalidade:

a) Os serviços de coleta de lixo na área central e de expansão urbana do Município será cobrado mediante o número de coletas mensais, sendo que o município arcará com 50% (cinquenta por cento) deste tributo, e o contribuinte com o percentual equivalente (50%);

b) A coleta dos serviços de lixo serão definidos em número de 08 (oito) coletas mensais nas áreas centrais e 04 (quatro) coletas idênticas nas áreas de expansão urbana;

II - Os serviços de coleta de entulho de natureza orgânica ou de construção civil serão cobrados com uma alíquota fixa correspondente a 5% (cinco por cento) da Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFRM);

Parágrafo 1º - A taxa a que se refere este artigo será cobrada anualmente em número de 09 (nove) parcelas mensais, com vencimento todos os dias 15 dos meses de abril à dezembro.

Parágrafo 2º - O contribuinte que desejar poderá quitar a taxa de coleta de lixo em conta única com desconto de 30% (trinta por cento) do valor devido anualmente, com vencimento em 15 de abril.

Art. 2.º - O Município poderá mediante convênio, acerto ou ajuste com as concessionárias de serviços públicos ou privadas promover a cobrança mensal nas respectivas faturas.

Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor a partir de 01.01.2011, revogadas as demais disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 1.114/00, de 22 de dezembro de 2000.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Município de Irineópolis, 17 de setembro de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Contrato Nº 14/2010 - FMS

CONTRATO N.º 014/2010

Contrato de Prestação de Serviço de Internet Banda Larga, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Sitsc Informática Ltda - EPP.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de julho, 1080, em Irineópolis - SC, neste ato representada pela Senhora Nilda Edite Banhuki Galvão, no exercício do Cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, inscrita no CPF sob o n.º 054.059.019-38 de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Sitsc Informática Ltda EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, situado na Rua Vidal Ramos, nº 655, sala 306, Centro, Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.944.427/0004-00, neste ato representada por seu responsável legal, Sr. Eduardo Chi Tse Wei, portador da cédula de identidade n.º 3.692.833-6 - SSP-PR, inscrito no CPF sob n.º 875.343.809-44, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento contratual é a prestação de serviços de acesso ao CONTRATANTE à rede de computadores Internet, com acesso via rádio (banda larga) nas dependências do SAMU.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Franquia de transferência ilimitada .

PARAGRAFO SEGUNDO - No valor estão incluídas todas as despesas necessárias para execução dos serviços, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários e demais tributos que venham a incidir sobre a execução do objeto deste termo contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma direta, não podendo a contratada, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA executará os serviços objeto do presente instrumento contratual de forma ininterrupta, inclusive durante Sábados, Domingos e Feriados.



PARÁGRAFO SEGUNDO - Os serviços ora contratados, poderão sofrer alterações, interrupções ou cancelamentos por motivos alheios a vontade da CONTRATADA, dos quais são exemplos:

- a) Falhas no fornecimento de energia elétrica por tempo superior ao suportado pelos equipamentos da CONTRATADA;
- b) Decisão governamentais que alterem a legislação ou a forma de exercício da atividade da CONTRATADA;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

Pelos serviços prestados a CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA o valor de R\$ 70,00 (setenta reais), perfazendo um total de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) no período do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - No valor estão incluídas todas as despesas necessárias para a sua execução, incluindo encargos trabalhistas e demais tributos que venham a incidir sobre o objeto deste termo contratual.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento dos serviços executados durante o mês, será efetuado até o décimo dia do mês subsequente, mediante apresentação da competente nota fiscal ou fatura, que deverá obrigatoriamente conter o número do Contrato que a originou, especificando os serviços executados mês de referência.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias: Projeto Atividade: 2037 - Manutenção do SAMU - 3.3.90.00.00.00.00.0252 e 3.3.90.00.00.00.00.00.0251, do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, para o Exercício de 2010.

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIO DE AJUSTE

O Preço contratado não sofrerá reajuste durante sua vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato, nas condições avençadas, e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;
 - b) Dar a CONTRATADA condições necessárias a regular execução do contrato;
 - c) Cumprir todas as orientações e procedimentos técnicos especificados pela CONTRATADA;
 - d) Fornecer as normas, diretrizes e informações necessárias para que os serviços sejam desempenhados de acordo com as condições e peculiaridades dos locais a serem atendidos pelo provedor;
- PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do presente contrato;
- b) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- c) Responsabilizar-se pela boa qualidade dos serviços executados;
- d) Realizar os serviços com pessoal, seus empregados, devidamente capacitados e registrados segundo as normas da Lei ou ter-

ceiros devidamente contratados e habilitados pela CONTRATADA;

CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL.

Pela inexecução total ou parcial, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as sanções previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que em caso de multa, esta corresponderá a 5% sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA NONA - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido conforme o previsto nos Artigos 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de Direito Público aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de Protocolo. Nenhuma outra Forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será contada de 01 de outubro de 2010 até 31 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pelo CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Porto União, Estado do Santa Catarina, como o único competente para dirimir dúvidas ou questões acaso surgidas, oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em quatro vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das



testemunhas abaixo.

Irineópolis (SC), 23 de setembro de 2010.
Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
Contratante

Sitesc Informática Ltda
EDUARDO CHI TSE WEI
Contratada

Testemunhas:
José Osnir Cardoso Rômulo Antonio Azambuja
CPF: 494.718.649-68 CPF: 007.962.919-93

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata de Sessão Pública - Convite nº 20/2010

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	23/09/2010	Horário: 15h:00m
Licitação /Modalidade	CONVITE	Nº 20/2010 PROC. Nº 094/2010

OBJETO:

Aquisição e transporte de 500 sacos (de 25 kg cada) de restaurador de pavimentos (tapa buracos), conforme especificações constante no anexo I do edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, mural público municipal, no dia 14/09/2010 a fim de ampla divulgação. Das empresas convidadas as quais foram: PAVIXISTO IND. E COM. DE REPARO PARA PAVIMENTO ASFÁLTICO LTDA, CNPJ/MF: 06.296.633/0001-75, BUCHHOLTZ E CIA LTDA, CNPJ/MF: 76.486.810/0001-61, CONSWORLD COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ/MF: 81.354.262/0001-17. Protocolaram envelopes as empresas: PAVIXISTO IND. E COM. DE REPARO PARA PAVIMENTO ASFÁLTICO LTDA, CNPJ/MF: 06.296.633/0001-75 - Protocolo nº 000000146, BUCHHOLTZ E CIA LTDA, CNPJ/MF: 76.486.810/0001-61 Protocolo nº 000000145, CONSWORLD COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ/MF: 81.354.262/0001-17- Protocolo nº 000000144. Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes e analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, que após análise destas habilitações foi constatado que apenas as Empresas: PAVIXISTO IND. E COM. DE REPARO PARA PAVIMENTO ASFÁLTICO LTDA, CNPJ/MF: 06.296.633/0001-75, BUCHHOLTZ E CIA LTDA, CNPJ/MF: 76.486.810/0001-61 estavam de acordo com edital portanto consideradas HABILITADAS, e a empresa CONSWORLD COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA foi considerada INABILITADA por não apresentar os itens nº 2.2.6 (certidão da negativa estadual), e o item nº 2.2.7 (alvará funcionamento).

Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA das empresas habilitadas, que foi achada conforme. Portanto para o objeto licitado foi vencedora a Empresa: PAVIXISTO IND. E COM. DE REPARO PARA PAVIMENTO ASFÁLTICO LTDA, com o

valor total de R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais), e em segundo lugar a empresa BUCHHOLTZ E CIA LTDA com o valor total de R\$ 8.750,00 (oito mil setecentos e cinquenta reais) observando que o valor estimado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos desta licitação era de R\$ 9.083,34 (nove mil e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos). Cientes os licitantes do resultado supra, fica o mesmo notificado e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ISABELA R. DUTRA POHL
MEMBRO

FERNANDA CRISTINA ROSA
MEMBRO

Ata de Sessão Pública - Tomada de Preço nº 12/2010

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DE JULGAMENTO DE RECURSOS INTERPOSTOS POR LICITANTE

Data	22/01/2010	Horário: 09h:30m
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO	Nº 012/2010 PROC. Nº 77/2010

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimentos de materiais de construção para a conclusão e ampliação da nova sede da Prefeitura Municipal de Itapoá localizado pelo Lote B1 - Rua 960, conforme projeto arquitetônico e memorial descritivo, ART, planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010, para análise e julgamento do recurso interposto pela licitante Empresa Angra Engenharia Ltda, inscrita no CNPJ 08.586.571/0001-61, na licitação acima identificada. Aberta a sessão o Sr. Presidente procedeu a leitura das peças recursais, onde o recorrente apresentou as suas razões para a solicitação de: a) que seja determinada a apresentação da certidão negativa da receita federal, no ato da assinatura do contrato; b) caso não seja concedido o prazo de 02 dias úteis prorrogáveis por igual período, conforme disposto o art. 43 da Lei 123/2006, iniciando tal prazo somente após o julgamento do presente recurso administrativo; e, c) Na hipótese de não ser esse o entendimento de Vossa Senhoria, requer-se desde já a remessa deste recursos e das razões à Autoridade Superior, em seus regulares efeitos, para conhecimento e posterior deliberação, com fulcro no Art. 109, § 4º da Lei 8.666/93. Examinado dos os recursos de que se cogita, a Comissão, por unanimidade de seus membros, resolveu manter a decisão recorrida, o que se fez com base nas seguintes ponderações: Considerando o tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, no que se refere a REGULARIDADE FISCAL, cumpre esclarecer que a CPL adotou os critérios do parágrafo 1º do artigo 43:

" Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito. E emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa". E ainda, combinando esta decisão com o parágrafo 2º do artigo



15 da Lei Municipal 301/2010 de 29 de junho de 2010:

" § 2º Entende-se o termo "declarado vencedor" de que trata o parágrafo anterior, o momento imediatamente posterior à fase de habilitação, no caso da modalidade pregão, e nos demais casos, no momento posterior ao julgamento das propostas, aguardando-se os prazos para regularização fiscal para a abertura da fase recursal".

Salientando que o referido prazo, previsto na LC 123 bem como na Lei Municipal 301, foi estritamente observado CPL ao dar ciência ao requerente do resultado do certame através da ata devidamente protocolizada pelo requerente. Portanto diante da manutenção da decisão: indeferimento do requerido; o Sr. Presidente da Comissão, como era de rigor, determinou a remessa do processo licitatório ao Sr. Secretário de Administração Carlito Joaquim Custodio Junior, para que o mesmo aprecie o recurso interposto e profira a final a competente decisão. Em seguida a sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA C. ROSA
MEMBRO

ISABELA R. DUTRA POHL
MEMBRO

Ata de Sessão Pública de Licitação - Pregão nº 38/2010

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 038/2010
PROCESSO 093/2010

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e dez, às 10h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, reuniram-se a Pregoeira Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA conforme Decreto nº 1108/2010, e a Equipe de apoio, composta por Isabela R. Dutra Pohl, conforme Decreto nº 1146/2010, e a membro "ad hoc" Carlito Joaquim Custódio Júnior, e os para os procedimentos inerentes a Sessão de Pregão em epigrafe, conforme Edital respectivo e seus anexos. O Pregoeiro deu início a sessão esclarecendo aos presentes o que segue:

1. Primeiramente realizou-se o credenciamento dos representantes presentes, a saber:

1 - Empresa:	LAGARTA EQUIPAMENTO LTDA
CNPJ:	85.518.900/0001-88
Representante:	Marcio Barbosa Ferreira
CI. RG:	3.577.312-6/PR
Horário:	08H:22m
Protocolo:	00000144

2. Iniciado a fase de credenciamento analisados os documentos e foi achado conforme.

3. Em seguida foi aberto o envelope de proposta da empresa credenciada que foi achada conforme, e anunciado seu valor em voz alta, que foi classificada da seguinte forma: a Empresa LAGARTA EQUIPAMENTO LTDA cotou o valor de R\$ 243.000,00 (duzentos e quarenta e três mil reais), ou seja, 18 (dezoito) parcelas de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mensais.

4. Dando seguimento ao certame passou-se a fase de lances a Pregoeira o advertiu que se inicia-se a fase de lance de forma coerente, e o representante da empresa LAGARTA EQUIPAMENTO LTDA ofertou o lance de R\$ 13.250,00 mensal, e foi solicitado

pela pregoeira que baixasse o valor, e ele ofereceu o lance de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), e ele pronunciou-se que não poderia baixar o valor, pois já estava no seu limite, mas a Pregoeira solicitou ao representante baixasse o valor para R\$ 12.000,00 (doze mil reais), pois este foi o valor ofertado pela empresa da licitação anterior "SÓ ROLOS LOCAÇÕES DE ROLOS LTDA"; e o representante alegou que não podia mais baixar o valor pois foi aumentado no edital por determinação da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, alguns requisitos que o impedem de baixar o valor pois tomará prejuízos e não poderá cumprir o contrato com a Prefeitura, pois houve o aumento da garantia (dobrado), na manutenção do equipamento (que não existia), mas pela insistência da Pregoeira chegou ao valor de R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais).

5. Chegando ao seguinte resultado classificatório: foi vencedora a empresa LAGARTA EQUIPAMENTO LTDA com o valor mensal de R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais) mensais; observado pelo pregoeira que o valor orçado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos era de R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais).

6. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa vencedora da fase de lances, que visto por todos os presentes foi achado conforme.

7. Nada mais havendo, digno de nota, encerra-se a presente que vai assinada por todos os presentes.

Encerramento às 11h00m.

Itapoá, 23 de setembro de 2010.

FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
MEMBRO "ad hoc"

ISABELA R. DUTRA POHL
MEMBRO

Licitante:

EMPRESA: LAGARTA EQUIPAMENTO LTDA
NOME: Marcio Barbosa Ferreira

Ata de Sessão Pública de Licitação - Pregão nº 28

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 028/2010
REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2010
PROCESSO 075/2010

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e dez, às 09h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, reuniram-se a Pregoeira Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA conforme Decreto nº 1108/2010, e a Equipe de apoio, composta por Isabela R. Dutra Pohl e Ricardo Ribeiro Haponiuk, conforme Decreto nº 1146/2010, para os procedimentos inerentes a Sessão de Pregão em epigrafe, conforme Edital respectivo e seus anexos. O Pregoeiro deu início a sessão esclarecendo aos presentes o que segue:

1. Primeiramente realizou-se o credenciamento do representante presente a saber:

1 - Empresa:	VIEIRA & ALVES AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME
CNPJ:	10.361.620/0001-00
Representante:	HENRIQUE ALVES DA SILVA
CI. RG:	1075435337
Horário:	08h:12m
Protocolo:	000143

2. Iniciado a fase de credenciamento analisados os documentos e foi achado conforme.

3. Em seguida foi aberto o envelope de proposta da empresa credenciada que foi achada conforme, e anunciado seu valor em voz



alta de desconto de 4% (quatro) por cento.

4. Dando seguimento ao certame passou-se a fase de lance pelo representante da empresa que solicitado pela pregoeira que baixasse o valor ofertou 5% (cinco) por cento, e a pregoeira insistiu que baixasse mais um pouco e o representante da empresa chegou a 5,1% (cinco, um por cento).

5. Portnato com estas considerações chegou-se ao seguinte resultado classificatório: fica registrado o preço da empresa VIEIRA & ALVES AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME com o maior desconto global de 5,1 % (cinco, um por cento); observado pelo pregoeira que o valor orçado pela Secretaria de Administração e Finanças pelo maior desconto de 5% (cinco por cento) .

6. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa vencedora da fase de lances, que vistado por todos os presentes foi achada conforme depois de confirmada via internet a autenticidade da Habilitação item 6.6. nº g) Alvará de funcionamento de empresa, e o item nº h) Certificado de registro da empresa junto a Embratur.

7. Neste ato também foi constatado que a empresa apresentou vencida a certidão de regularidade junto ao fundo de garantia e tempo de serviço (FGTS) com data de 15/09/2010, e conforme requerido pelo representante da empresa foi concedido ao mesmo o teor da Lei complementar nº 123/2006 conforme Art.42 § 1º estipulando o prazo de 02 (dois) dias para apresentação da regularidade fiscal vencida, ou seja até 27/09/2010, que acaso não ocorra será aplicado o parágrafo § 2º da referida Lei. Conforme se deprende a seguir:

§ 1o Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2o A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1o deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8. Questionado pela pregoeira se o representante da empresa tinha alguma a alegar ou reclamar, o representante da empresa manifestou-se que nada tinha a declarar.

9. Nada mais havendo, digno de nota, encerra-se a presente que vai assinada por todos os presentes.

Encerramento às 10h28m.

Itapoá, 22 de setembro de 2010.

FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL

RICARDO RIBEIRO HAPONIUK
MEMBRO

ISABELA R.DUTRA POHL
MEMBRO

Licitantes:
EMPRESA: VIEIRA & ALVES AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME
NOME: HENRIQUE ALVES DA SILVA

Despacho de Julgamento - Tomada de Preço nº 12/2010

DESPACHO DE JULGAMENTO

PROCESSO	TOMADA DE PREÇO	Nº 012/2010 PROC. Nº 77/2010
Licitante	Empresa Angra Engenharia Ltda, inscrita no CNPJ 08.586.571/0001-61.	

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimentos de materiais de construção para a conclusão e ampliação da nova sede da Prefeitura Municipal de Itapoá localizado pelo Lote B1 - Rua 960, conforme projeto arquitetônico e memorial descritivo, ART, planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

Através de petição temporaneamente apresentada, a licitante epigrafada solicita insurge-se contra determinação da CPL e pede dilação de prazo para apresentação de documentos.

Considerando que a CPL não reconsiderou a sua decisão.

Considerando que o pedido inserido no processo acima descrito, uma vez que as alegações do requerente baseada no artigo 42 da LC 123/2006 não procedem, conforme parecer 460 o eminente jurista Dr. Joel De Menezes Niebuhr:

" Vale ressaltar que nesse panorama que a LC 123/06 só confere a possibilidade de saneamento de vícios a posteriori em relação à documentação de regularidade fiscal. Exclui -se portanto, a possibilidade de complementação da documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira. É isso que se extrai da leitura do próprio artigo 42 da supracitada lei. Confira-se: Artigo 42 - Nas licitações públicas, a comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. Restringida a hipótese de supressão de falhas ou inconformidade à documentação de regularidade fiscal, cumpre esclarecer o prazo e o procedimento que deve ser respeitado para materializar o tratamento diferenciado concedido em lei. De acordo com o § 1º do art. 43 da LC 123/06.

Considerando ter sido este o encaminhamento dado pela CPL, ou seja, respeitar o artigo 43 da LC 123.

Considerando que o artigo 15 da Lei Municipal 301/2010 foi atendido.

Considerando o interesse público inserido no processo, onde o objeto está acima descrito, visto as condições precárias que se encontra as instalações da sede atual do município, cuja estrutura física chega aos extremos de incorrer em acidentes por deterioração. Instalações precárias de banheiros que não possuem distinção privativa de homem e mulher e muito menos de público e funcionários.

Considerando a atual dificuldade na melhoria das instalações tecnológicas.

Considerando que a referida empresa já participou de outro certame e tendo sido inabilitada por motivo semelhante, tendo sido convocada a apresentar nova documentação não se manifestou e nem apresentou os documentos necessários, criando um histórico negativo em participação de certames licitatórios.

As considerações tecidas e os percuientes fundamentos apresentados pela Comissão de Licitação, tanto para proferir a decisão requerida quanto para mantê-la, mostram com meridiana clareza que nenhuma ilegalidade foi cometida, o ordenamento legal vigente foi sem sombra de dúvida respeitado ao extremo.

De sorte que, adotando as razões apresentadas, indefiro a solicitação da requerente, abrindo o prazo para a interposição de recurso previsto na lei 8666/93

Itapoá, 23 de setembro de 2010
CARLITO JOAQUIM CUSTODIO JUNIOR
Secretario de Administração e Finanças



Despacho de Remessa de Processo - Tomada de Preço nº 12/2010

DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO

À

Secretaria de Administração e Finanças

Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO	Nº 012/2010 PROC. Nº 77/2010
-----------------------	-----------------	---------------------------------

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimentos de materiais de construção para a conclusão e ampliação da nova sede da Prefeitura Municipal de Itapoá localizado pelo Lote B1 - Rua 960, conforme projeto arquitetônico e memorial descritivo, ART, planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

Segue o presente processo para que haja a competente deliberação de V.Exa., no que concerne ao recurso interposto pela licitante Empresa Angra Engenharia Ltda, inscrita no CNPJ 08.586.571/0001-61.

Outrossim esclarecemos que a decisão hostilizada no recurso citado, encontra-se amiúde na Ata de Reunião havida em 17/09/2010, às 9:30 horas, bem assim que a Comissão manteve a mesma, considerando improcedentes as razões recursas, o que se fez segundo os fundamentos explicitados na ata de Reunião Reservada ocorrida em 23/09/2010, às 9:30 horas.

Itapoá, 22 de setembro de 2010

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO

Presidente da Comissão de Licitação

Pregão nº 36/2010 - Aquisição Equipamentos de Informática

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2010

REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2010

PROCESSO Nº 086/2010

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS, do tipo Menor Preço por item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 4728/05, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 08h:00m estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário e que às 08h:30m, do dia 08 de outubro de 2010, na sala do Setor de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame, que Constitui objeto da presente licitação a Aquisição de equipamentos de informática para as Unidades Básicas de Saúde e Núcleos de Apoio à Saúde da Família, conforme especificações do Anexo V do Edital. Para aquisição na íntegra do Edital através do site da Prefeitura Municipal no endereço eletrônico www.itapoa.sc.gov.br.

Itapoá, 24 de setembro de 2010.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial

Pregão nº 37/2010 - Aquisição equipamentos de informática

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2010

REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2010

PROCESSO Nº 092/2010

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 4728/05, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 10h:00m estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário e que às 10h:30m, do dia 08 de outubro de 2010, na sala do Setor de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame, que Constitui objeto da presente licitação a Aquisição de equipamentos de informática para as Secretarias de Administração e Finanças e Educação, conforme especificações do Anexo V do Edital. Para aquisição na íntegra do Edital através do site da Prefeitura Municipal no endereço eletrônico www.itapoa.sc.gov.br.

Itapoá, 24 de setembro de 2010.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial

Joaçaba**PREFEITURA MUNICIPAL****Aplicação de Penalidade nº 2/2010 - Luciano Cazella ME**

APLICAÇÃO DE PENALIDADE Nº 2/2010 - LUCIANO CAZELLA - ME

Considerando a caracterização do inadimplemento contratual pelo não atendimento ao disposto nas especificações do objeto, relativas aos itens 04 e 17 do Processo de Licitação nº 19/2010 - Edital PP nº 12/2010;

Considerando o Ofício nº 367/2010, datado de 10 de agosto de 2010, que cientificou esta empresa quanto às sanções previstas; Considerando que não houve regularização por parte desta empresa acerca das falhas apontadas,

O Município de Joaçaba, com fulcro no disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, concomitantemente, com o disposto no subitem 11.1 do Edital PP nº 12/2010, bem como, ao disposto no art. 78, I e II da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

a. Penalizar a empresa LUCIANO CAZELLA - ME, CNPJ nº 07.664.735/0001-69, a qual fica impedida de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar do recebimento deste e, conseqüentemente, fica descredenciada por igual período;

b. Proceder à RESCISÃO do Contrato nº 551/2010/PMJ.

Atenciosamente,

RAFAEL LASKE

Prefeito

Aplicação de Penalidade nº 3/2010 - Mariluz Brun Cazella

Considerando a caracterização do inadimplemento contratual pelo não atendimento ao disposto nas especificações do objeto, relativas aos itens 04 e 17 do Processo de Licitação nº 19/2010 - Edital PP nº 12/2010;



Considerando o Ofício nº 368/2010, datado de 10 de agosto de 2010, que cientificou esta empresa quanto às sanções previstas; Considerando que não houve regularização por parte desta empresa acerca das falhas apontadas, O Município de Joaçaba, com fulcro no disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, concomitantemente, com o disposto no subitem 11.1 do Edital PP nº 12/2010, bem como, ao disposto no art. 78, I e II da Lei 8.666/93, RESOLVE:

a. Penalizar a empresa MARILUZ BRUN CAZELLA, CNPJ nº 85.233.732/0001-84, a qual fica impedida de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar do recebimento deste e, conseqüentemente, fica descredenciada por igual período;

b. Proceder à RESCISÃO do Contrato nº 552/2010/PMJ.

Atenciosamente,
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Contrato 510/2010/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 510/2010/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARLDI LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 376/2009, celebrado em 13 de novembro de 2009, proveniente do Processo de Licitação nº 112/2009, instaurado pelo Edital PP nº 68/2009, homologado no dia 13 de novembro de 2009, que tem como objeto o fornecimento pela CONTRATADA, de óleo diesel, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital PP nº 68/2009, destinado às máquinas, caminhões e equipamentos pertencentes à frota municipal, que serão utilizados na revitalização das rodovias municipais, em conformidade com o Termo de Convênio nº 12.200/2009 firmado com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional (SDR) de Joaçaba, onde se adita a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR, nos seguintes termos: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR: O saldo do contrato original fica revisado em 4,9% sobre 94,65% do custo total de aquisição do óleo diesel, conforme planilha em anexo, passando o valor do litro de R\$ 1,78 para R\$ 1,86 a contar desta data, em atendimento ao disposto na cláusula quarta do contrato original e ao requerimento da CONTRATADA, em conformidade com o parecer da Assessoria Jurídica do Município e de acordo com o art. 65, alínea "d" da Lei 8.666/93. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 19/02/2010.

Termo de Rescisão 643/2010/PMJ - Contrato 551/2010/PMJ

TERMO DE RESCISÃO Nº 643/2010

CONTRATO Nº 551/2010/PMJ

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO, celebrado pelo MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) e a empresa LUCIANO CAZELLA - ME, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, na cidade de Joaçaba (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL, relativo ao contrato nº 551/2010/PMJ firmado com a empresa LUCIANO CAZELLA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.664.735/0001-69, estabelecida na Rua Martinho Lutero, nº 488, Sala 02, Bairro Cruzeiro do Sul, no Município de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, conforme

cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica rescindido, com fundamento no artigo 78, incisos I e II da Lei nº 8.666/93, o Contrato nº 551/2010/PMJ, celebrado com a CONTRATADA na data de 19 de abril de 2010, proveniente do Processo de Licitação nº 19/2010-PMJ, instaurado através do Edital PP nº 12/2010-PMJ, homologado no dia 19 de abril de 2010, cujo objeto era a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Joaçaba, de acordo com o Calendário Escolar 2010 da Secretaria Municipal de Educação e em dias especialmente marcados para atividades que incluam a participação de alunos, em conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir da data de publicação do extrato do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

Joaçaba (SC), 24 de setembro de 2010.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

Termo de Rescisão 644/2010/PMJ - Contrato 552/2010/PMJ

TERMO DE RESCISÃO Nº 644/2010

CONTRATO Nº 552/2010/PMJ

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO, celebrado pelo MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) e a empresa MARILUZ BRUN CAZELLA, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, na cidade de Joaçaba (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL, relativo ao contrato nº 551/2010/PMJ firmado com a empresa MARILUZ BRUN CAZELLA, inscrita no CNPJ sob o nº 85.233.732/0001-84, estabelecida na Rua Martinho Lutero, nº 488, Sala 02, Bairro Cruzeiro do Sul, no Município de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica rescindido, com fundamento no artigo 78, incisos I e II da Lei nº 8.666/93, o Contrato nº 552/2010/PMJ, celebrado com a CONTRATADA na data de 19 de abril de 2010, proveniente do Processo de Licitação nº 19/2010-PMJ, instaurado através do Edital PP nº 12/2010-PMJ, homologado no dia 19 de abril de 2010, cujo objeto era a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Joaçaba, de acordo com o Calendário Escolar 2010 da Secretaria Municipal de Educação e em dias especialmente marcados para atividades que incluam a participação de alunos, em conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir da data de publicação do extrato do presente instrumento.



CLÁUSULA TERCEIRA

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

Joaçaba (SC), 24 de setembro de 2010.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES

Pauta Conselho de Contribuintes

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES

PAUTA DA SESSÃO N° 41/2010

O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES, nomeado pelo Decreto n° 3.567 de 16 de abril de 2010, torna público que de acordo com o artigo 10 de seu Regimento Interno, realizará Sessão Ordinária no dia 04 de outubro de 2010, segunda-feira, com início às 08h30min, nas dependências da Câmara de Vereadores de Joaçaba (SC), a fim de deliberar dos seguintes assuntos:

1 Leitura, discussão e aprovação da Ata n° 57 de 13 de setembro de 2010.

2 Leitura, discussão e votação do Processo n°115.634 em nome de BRUNO FERNANDO BRANCO, conforme relatório do Conselheiro VALDENIR MENEGAT.

3 Encerramento da Sessão e convocação da seguinte.

JOAÇABA(SC), em 23 de setembro 2010.

GRACIELA GLASENAPP

Secretária do CMC

PLASS

Nomeia presidente e secretário de urna para eleições do PLASS

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) - PLASS

Av. XV de Novembro, 378 - Centro

89600-000 - Joaçaba - SC

Fone/Fax: 49 - 3527-8804

E-mail - plass@joacaba.sc.gov.br

RESOLUÇÃO 005/2010

JULIO CESAR BISSANI, presidente do Conselho de Administração do PLASS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Resolução n° 04/2010 de 16 setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo para comporem as mesas receptoras de votos na eleição para a escolha dos membros do Conselho de Administração do PLASS, para o biênio 2010/2012 representantes dos servidores públicos municipais, a ser realizada no dia 30 de setembro de 2010, das 07h30min às 17h30min conforme Edital de Convocação de 25 agosto de 2010.

Urna Fixa - Sala do PLASS: Presidente - Ivone Zanata

Secretário - Ana Brasil Siviero

Urna Fixa - Sec. De Obras: Presidente - Luciane Rossetti

Secretário - José Antonio Martins

Urna Fixa - SIMAE: Presidente - Andreia Tussi

Secretário - Adones Marciano

Urna Fixa - CERT: Presidente - Arlene Maria Ferri

Secretário - Juçara Edith Stefanos Rossen

Urna Fixa - Creche CEIME: Presidente - Neivete Antunes de Oliveira

Secretário - Rosemeri Salete Chiamulera

Urna Fixa - Sec. De Saúde: Presidente - Sulany de Fátima Welter

Secretário - Sonia maria Pozza

Urna Itinerante - PLASS: Presidente - Juliana Kusnier

Secretário - João Antonio Zardo

Joaçaba (SC), 22 de setembro 2010

JULIO CESAR BISSANI

Presidente do Conselho de Administração do PLASS

José Boiteux**PREFEITURA MUNICIPAL****Ata do Registro de Preço do Processo Licitatório nº 40/2010**

Ata do Registro de Preço do Processo Licitatório nº 40/2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSE BOITEUX**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2010****Número do Registro de Preços: 7/2010****Data do Registro: 13/09/2010****Válido até: 13/09/2011****Objeto da Compra:** Referente ao registro de preço para o fornecimento de 60.000 (Sessenta mil) litros de óleo diesel para o consumo da frota municipal do Município de José Boiteux.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Óleo Diesel (02-01-0002)	LT	SAFRA DIESEL LTDA (1375)	Petrobras Distribuid	1,9200	1

JOSE BOITEUX, 13 de Setembro de 2010.

Luiz Gustavo Lunelli
Diretor de Compras-----
José Luiz Lopes - Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1254

DECRETO Nº 1254 de 20 de setembro de 2010.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA"

NORIAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art. 19 da Lei nº 877 de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em favor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até 31 de agosto de 2010, na Fonte 70 - Gestão do SUS, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 70 - Gestão do SUS.....R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 10.000,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC) 20 de setembro de 2010.

NORIAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1255

DECRETO Nº 1255 de 20 de setembro de 2010.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 877 de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente, na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 64 - Atenção Básica.....R\$ 80.000,00

TOTAL ANULADO.....R\$ 80.000,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 64 - Atenção Básica.....R\$ 80.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 80.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 20 de setembro de 2010.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Extrato de Portaria 104

EXTRATO DE PORTARIA
2010

Portaria nº 104/10 de 20/09/10 - "Atribui carga horária suplementar a servidora que especifica" (Atribui carga horária suplementar de mais 20 horas semanais à Professora ELMA CECÍLIA ETGES, Professora II, 20 horas semanais, no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, em substituição a Professora VARNEI BARCARO, em licença para tratamento de saúde, em conformidade com o art.13 e §§, da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, a partir de 20 de setembro de 2010, até o retorno da titular, ou 17 de dezembro de 2010, o que ocorrer antes).

Extrato de Portaria 105

EXTRATO DE PORTARIA
2010

Portaria nº 105/10 de 22/09/10 - "Promove servidora que especifica" (ADILEES BEAL, Agente Administrativo, Classe "A", Nível 02, Grupo II - ANO, para a Classe "B", do mesmo Nível e Grupo, a partir de 01/10/10).

CÂMARA DE VEREADORES

Resolução Nº 07/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA

RESOLUÇÃO Nº 07/2010 de 13 de setembro de 2010.

"ACRESCE O ARTIGO "110A" e SEÇÃO "I" AO CAPÍTULO "XI" DO TÍTULO "II" DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, SC, CRIANDO E DISCIPLINANDO AS SESSÕES TEMÁTICAS DA CÂMARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANDRÉ MUNZLINGER, Presidente da Câmara de Vereadores de Luzerna, SC, dentro de suas atribuições descritas no artigo 17, inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e EU promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º. Fica acrescido o Artigo 110A, bem como a Seção I ao Capítulo XI do Título II do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, o qual vigorará com a seguinte redação:

"Seção I
DAS SESSÕES TEMÁTICAS



Artigo 110A - Qualquer Vereador poderá indicar, através de requerimento verbal ou escrito, apresentado ao Plenário da Câmara, tema específico para a realização de Sessão Temática, destacando nele a relevância e necessidade de discussão do tema proposto, as dificuldades específicas locais que se relacionam com o tema proposto e as pessoas, que sugere, sejam convidadas para fazer uso da palavra na referida Sessão.

§1º - Os demais vereadores poderão destacar outras especificidades e motivos que justifiquem a realização da referida Sessão além da relevância, necessidade, dificuldades locais e pessoas indicadas para os debates.

§2º - Aprovado o requerimento, definir-se-á a data da realização da referida Sessão, preferencialmente junto à data da última sessão ordinária de cada mês, cabendo à Mesa Diretora o encaminhamento dos convites e os preparativos para sua realização;

§3º - No convite, constarão obrigatoriamente:

I - Os motivos que ensejaram a realização da Sessão Temática, de modo que os convidados possam se preparar previamente para a referida Sessão, trazendo documentos, registros e apontamentos que julgarem necessários;

II - A solicitação de encaminhamento, à Câmara de Vereadores, de resumo da exposição a ser feita pelo convidado durante a referida Sessão, com antecedência mínima de uma semana da solenidade, até a Sessão Ordinária anterior, de modo que os vereadores possam preparar seus questionamentos.

§4º - Na data da referida Sessão, abertos os trabalhos na forma Regimental, sucessivamente farão uso da palavra as pessoas convidadas, na ordem previamente estabelecida pela Mesa Diretora, por até 15 (quinze) minutos, sem interrupção;

§5º - Após o uso da palavra por todos os convidados, o Presidente da Sessão disponibilizará a palavra aos Vereadores presentes, na ordem de sua inscrição, por tempo determinado de no máximo 05 (cinco) minutos, os quais formularão indagações pertinentes, cabendo ao convidado, dentro deste tempo, responder às indagações;

§6º - Fica garantido o direito de todos os Vereadores formularem pelo menos uma pergunta;

§7º - Após o uso da palavra pelos Vereadores, o Presidente da Sessão possibilitará que qualquer um dos presentes na Sessão, até o limite de 05 (cinco) pessoas, previamente inscritos antes do início da mesma, por tempo determinado de no máximo 03 (três) minutos, possam formular indagações, cabendo ao convidado a resposta;

§8º - Fará constar da Ata específica da Sessão as discussões realizadas e as propostas de ações práticas que visem o aperfeiçoamento municipal relacionado com o tema em debate na Sessão Temática, a qual será colocada em discussão e votação na sessão seguinte;

§9º - Qualquer documento apresentado durante a Sessão Temática será anexado à referida Ata;

§10 - Cópia da Ata será encaminhada ao Poder Executivo Municipal para análise das discussões e providências.

Art. 2º. Os demais artigos do Regimento Interno da Câmara permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data da Publicação.

Luzerna (SC), 13 de setembro de 2010.

ANDRÉ MUNZLINGER

Presidente da Câmara de Vereadores

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA

JUSTIFICATIVA RESOLUÇÃO Nº. 07/2010

Nobres Vereadores:

Submetemos a Excelsa apreciação da Colenda Casa a Resolução nº 07/2010, de 13 de setembro de 2010, que ACRESCE O ARTIGO

"110A", BEM COMO A SEÇÃO "I" AO CAPÍTULO "XI" DO TÍTULO "II" DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, SC, CRIANDO E DISCIPLINANDO AS SESSÕES TEMÁTICAS DA CÂMARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

É flagrante a necessidade de se estabelecerem regras para a realização das Sessões Temáticas, uma vez que naquelas já realizadas no corrente ano (Trânsito, Obras e Saúde), poderiam ter ocorrido debates mais profícuos se houvesse ocorrido à observância de tais regras, tanto introdutórias quanto incidentais aos debates, que, por meio da presente Resolução, busca-se a definição.

Diante do acima exposto, contamos com a especial atenção dos Nobres Edis na aprovação deste Projeto de Resolução Legislativo, dada a sua relevância para o resultado das futuras Sessões Temáticas realizadas pela Câmara de Vereadores de Luzerna.

Cordialmente.

ANDRÉ MUNZLINGER

Presidente da Câmara de Vereadores

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

PARECER JURÍDICO RESOLUÇÃO Nº 07/2010

1. O Projeto de Resolução nº. 07/2010, de 13 de setembro de 2010, acresce o Artigo "110A", bem como a Seção "I" ao Capítulo "XI" do Título "II" do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do município de Luzerna, SC, criando e disciplinando as sessões temáticas da Câmara e dá outras providências.

2. O inciso I do Artigo 17 da LOM estabelece que compete privativamente à CVM a elaboração de seu Regimento Interno.

3. O inciso V do Parágrafo 2º do Artigo 73 do Regimento Interno da Câmara assevera ser necessária a presença de dois terços dos Vereadores para que a Câmara delibere sobre matéria que verse sobre interesse particular, como é o caso.

4. Inexiste, até o momento, no Regimento Interno da Câmara, referência legislativa que instrua a realização das referidas Sessões Temáticas, bem como os procedimentos a serem adotados durante o curso das mesmas.

5. Desta forma, sendo juridicamente possível a alteração, não havendo contrariedade a legislação aplicável, meu parecer é pela aprovação do Projeto de Resolução.

SMJ, este é meu parecer.

Luzerna, SC, 13 de setembro de 2010.

DAVÍ ANTONIO CERON

Asesor Jurídico da CVM de Luzerna

OAB/SC 13753

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 2033

DECRETO Nº. 2033 DE 22 DE SETEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito em Exercício do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO
0201 - GABINETE DO PREFEITO
0201.004.122.0040.2005 - Assessoria Jurídica do Gabinete
0201 - 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO
0201 - GABINETE DO PREFEITO
0201.004.122.0040.2005 - Assessoria Jurídica do Gabinete
0201 - 31901600 - Outras despesas variáveis - Pessoal Civil
0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 22 de Setembro de 2010.
ARMINDO SÉSAR TASSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no expediente na data supra
MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2034

DECRETO Nº. 2034 DE 22 DE SETEMBRO DE 2010
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito em Exercício do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação Infantil
0501 - 44905200 - Equipamento e Material Permanente
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos -EducaçãoR\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação Infantil
0501 - 31900400 - Contratações por Tempo Determinado
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos -EducaçãoR\$ 30.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 22 de Setembro de 2010.
ARMINDO SÉSAR TASSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no expediente na data supra
MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2035

DECRETO Nº. 2035 DE 23 DE SETEMBRO DE 2010
Abre Créditos Suplementares

O Prefeito em Exercício do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 76.000,00 (Setenta e seis mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2032 - Manutenção da Farmácia Básica
0602 - 33903200 - Material de Distribuição Gratuita
0602 - 32355 - Transferência de Convênios Estado - Saúde
R\$ 56.000,00
0602 - 36701 - Farmácia Básica..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2009.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 23 de Setembro de 2010.
ARMINDO SÉSAR TASSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no expediente na data supra
MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2036

DECRETO Nº. 2036 DE 23 DE SETEMBRO DE 2010
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito em Exercício do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
0304.004.123.0042.2012 - Manutenção dos Serviços de Tesouraria
0304 - 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
0304.004.123.0042.2012 - Manutenção dos Serviços de Tesouraria
0304 - 33903000 - Material de Consumo
0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00
0304 - 33903600 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
0304 - 10000 - Recursos Ordinários..... R\$ 1.000,00
0304 - 44905200 - Equipamento e Material Permanente
0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00



Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 23 de Setembro de 2010.
ARMINDO SÉSAR TASSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no expediente na data supra
MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Justificativa de Dispensa de Licitação n.º 055/2010 JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 055/2010

CREDOR: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI.
ENDEREÇO: BR 101 km 412, S/N, CIDADE ALTA - ARARANGUA/SC.
CNPJ: 83.052.191/0019-91.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL, CONFORME PLANO ANUAL DE TRABALHO (PAT) A SER EXECUTADO DE OUTUBRO DE 2010 A MARÇO DE 2011.

VALOR: R\$ 24.700,00 (vinte e quatro mil e setecentos reais).
BASE LEGAL: Inciso VIII do artigo 24, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

JUSTIFICATIVA: A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DO PRESENTE OBJETO DESTE PROCESSO LICITATORIO JUSTIFICA-SE PELA NOTORIA ESPECIALIZAÇÃO, EXPERIÊNCIA E TRABALHO DE PESQUISA NO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO NA EXTENSÃO RURAL, ALÉM DE SE TRATAR DE UMA EMPRESA PÚBLICA QUE INTEGRA A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL E QUE FOI CRIADA PARA PRESTAR ESTE TIPO DE SERVIÇOS ESPECÍFICO, E TAMBÉM SENDO QUE O PREÇO ESTA DE CONFORMIDADE COM O VALOR DE MERCADO DO FUNDAMENTO LEGAL ART. 24. INCISO VIII DA LEI 8.666/93 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Meleiro, 15 de setembro de 2010.
JAQUELINE MARTINS WALNIER
Presidente da Comissão de Licitações

Fica homologado o presente processo licitatório na data supra.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Contrato n.º. 093/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 093/2010
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: LIGA ATLETICA DOS MUNICIPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM NO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL DE MELEIRO E NO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL SUÍÇO DE MELEIRO.

Valor: R\$ 13.661,50
Vigência: Início: 03/09/2010 Término: 31/12/2010.
Data da assinatura: 03 de setembro de 2010

Contrato n.º. 094/2010

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º. 094/2010
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL, CONFORME PLANO ANUAL DE TRABALHO (PAT) A SER EXECUTADO DE OUTUBRO DE 2010 A MARÇO DE 2011.
Valor: R\$ 24.700,00
Vigência: Início: 01/10/2010 Término: 31/03/2011.
Data da assinatura: 22 de setembro de 2010.

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Municipal nº 1.842/2010

LEI MUNICIPAL Nº 1.842/2010

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a dar isenção tributária a Sociedade Educacional Porto das Águas Ltda., e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a isentar do recolhimento do Imposto Sobre Serviços - ISS, a Sociedade Educacional Porto das Águas Ltda., Entidade de Ensino Superior, Mantenedora da Faculdade Porto das Águas, inscrita no CNPJ sob o nº 07.596.437/0001-89, localizado na Avenida Governador Celso Ramos, nº 1.499, Perequê, neste Município.

Art. 2º A referida isenção do empreendimento especificado no artigo 1º, será pelo período específico de 05 (cinco) anos, sendo baseada a isenção na Lei Municipal nº 857/95, que cria incentivos fiscais a empresas estabelecidas no Município de Porto Belo.

Art. 3º A isenção autorizada nos termos do artigo 1º é específica, temporária e improrrogável.

Art. 4º Em contrapartida a Sociedade Educacional Porto das Águas Ltda., concederá aos alunos formados na rede pública Municipal e Estadual do Ensino Médio localizados na circunscrição deste Município, que comprovem por intermédio do historio escolar, três ou mais anos de efetiva frequência nas redes de Ensino no Município de Porto Belo, Bolsa de Estudos no percentual de 20% (vinte por cento) do valor total da mensalidade para os Cursos de Ensino Superior ofertados pela empresa beneficiada.

Parágrafo Único. Para fazer jus a bolsa de ensino constante do caput do artigo 4º, o aluno deverá comprovar renda familiar não superior a três vezes o salário mínimo nacional.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.



Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 24 dias do mês de setembro de 2010.
ALBERT STADLER
PREFEITO

Aviso Concorrência Pública 003/2010

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2010

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E DE VARRIÇÃO; COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE; TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE PRODUTOS QUÍMICOS, TÓXICOS, E PERIGOSOS CLASSE I DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO.

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 10:00 hs do dia 29/10/2010, na Sala de Reuniões do Centro Administrativo "Prefeito Antonio Stadler Filho", sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213.

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou através do site www.portobelo.sc.gov.br.

AOILTO MOTTA PORTO
Secretário de administração

Porto Belo SC, 27 de setembro de 2010.

Julgamento PRG 28/2010

Pregão Presencial nº 021/2010

Julgamento da impugnação

Diante do recurso feito pela empresa Astra Informática Ltda. contra o ato que inabilitou a empresa, a Comissão Permanente de Licitação constituída pelo Decreto Municipal nº. 796/10, prolata sua decisão nos seguintes termos:

I - Relatório

Aos 22/06/2010 foi publicado o edital de licitação Pregão Presencial nº 021/2010, objetivando a aquisição de computadores para a Escola Básica Olinda Peixoto. No dia 06/07/2010 foi aberta a sessão para apresentação da documentação de habilitação, momento em que a recorrente, não se fazendo presente, deixou de apresentar o documento previsto no item IV-8 inserido em um terceiro envelope nos termos da observação, qual seja a declaração em formulário próprio que está em situação regular perante o INSS e FGTS;

Diante da desqualificação a empresa Astra Informática Ltda. apresentou recurso administrativo, via fax, pugnando pela sua habilitação alegando, em suma, que o documento faltante estava dentro do envelope.

Passa-se a decidir:

II - Fundamentação
a) Preliminarmente

Preliminarmente, não merece ser conhecido o recurso da empresa Astra Informática Ltda., pelo fato de não ter manifestado seu interesse em recorrer na própria sessão de julgamento, conforme

reza o art.4º, XVIII da Lei 10520/2002 e item X.2 do edital, razão pela qual, deixo de analisar o mérito do que fora impugnado.

III - Dispositivo

Posto isso, não conheço do recurso por intempestivo, mantendo-se os termos do processo licitatório.

Intime-se e após, prossigam-se os atos.

Porto Belo/SC 14/07/2010.
MARCO AURÉLIO PEREIRA
Pregoeiro Oficial

Suspensao Abertura PRG 28/2010

AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA
PREGÃO PRESENCIAL 28/2010

Em razão da necessidade de alterações do Edital, acatando aos pedidos de impugnações fica SUSPENSADA a abertura do PRG 28/2010, marcada para às 10:00 hs do dia 27/09/2010, até posterior republicação do Edital com as alterações pertinentes.

Porto Belo, 24 de setembro de 2010.

AOILTO MOTTA PORTO
Secretário de Administração

MARCO AURELIO PEREIRA
Pregoeiro

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Justificativa de Dispensa de Licitação ref. Processo Licitatório 069/2010

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ref. Processo Licitatório 069/2010

Dispensa de Licitação n.º 004/2010

Caracterização da Situação: O município pretende contratar empresa para construção do Monumento em Homenagem a Prudente Britto, primeiro morador de Porto União, na (Praça Matriz) sito a Rua Gal Bormann, Porto União SC.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de empresa para construção do Monumento em Homenagem a Prudente Britto (Praça Matriz) sito a Rua Gal Bormann,, incluindo material e mão de obra, visto que a praça foi totalmente reestruturada, conforme projeto e orçamento anexo ao aludido processo.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Serro Construções de Obras Especiais Ltda, visto que foi a que apresentou menor preço, conforme orçamentos anexo.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado R\$ 13.219,71 (treze mil, duzentos e dezenove reais e setenta e um centavos) estando portanto, dentro do valor de mercado.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

0200 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Unidade 0208 - Séc Municipal de Transportes e Obras

Atividade 1009 - Construção e Instalação de Prças, parques e Jardins

Elemento - 449051-100 Obras e Instalações

Cód 148



Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 20 de julho de 2010.
CLAUDIO MICHALIZYN
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 321/2010

Justificativa de Dispensa de Licitação ref. Processo Licitatório 076/2010

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Ref. Processo Licitatório 076/2010
Dispensa de Licitação n.º 006/2010

Caracterização da Situação: O município pretende contratar empresa de arquitetura/engenharia para elaboração e execução do Projeto Paisagístico da Praça Hercílio Luz, bem como, o projeto do Contestado, sito a Av Getúlio Vargas, esquina com a Rua Prudente de Moraes, no Município de Porto União.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de empresa, para elaboração e execução dos Projeto Paisagístico Praça Hercílio Luz, mais o projeto Praça do Contestado, sito a Av Getúlio Vargas, esquina com a Rua Prudente de Moraes, no Município de Porto União.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Habitar Construções e Reformas, visto que foi a que apresentou menor preço, conforme orçamentos anexo.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado R\$ 14.200,00 (quatorze mil e duzentos reais) estando portanto, dentro do valor de mercado.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:
ORGÃO 0200 - Poder Executivo
Unidade 0207 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Projeto 1009 - Construção Instalação, Parques e Jardins
Elemento - 449051-100 Obras e Instalações
Cód 148

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 10 de setembro de 2010.
CLAUDIO MICHALIZYN
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 321/2010

Justificativa de Dispensa de Licitação ref. Processo Licitatório 076/2010

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Ref. Processo Licitatório 076/2010
Dispensa de Licitação n.º 006/2010

Caracterização da Situação: O município pretende contratar empresa de arquitetura/engenharia para elaboração e execução do Projeto Paisagístico da Praça Hercílio Luz, bem como, o projeto do Contestado, sito a Av Getúlio Vargas, esquina com a Rua Prudente de Moraes, no Município de Porto União.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de empresa, para elaboração e execução dos Projeto Paisagístico Praça Hercílio Luz, mais o projeto Praça do Contestado,

sito a Av Getúlio Vargas, esquina com a Rua Prudente de Moraes, no Município de Porto União.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Construtora Habitar Ltda, visto que foi a que apresentou menor preço, conforme orçamentos anexo.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado R\$ 14.200,00 (quatorze mil e duzentos reais) estando portanto, dentro do valor de mercado.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:
ORGÃO 0200 - Poder Executivo
Unidade 0207 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Projeto 1009 - Construção Instalação, Parques e Jardins
Elemento - 449051-100 Obras e Instalações
Cód 148

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 10 de setembro de 2010.
CLAUDIO MICHALIZYN
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 321/2010

Justificativa de Dispensa de Licitação ref. ao Processo Licitatório 082/2010

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Ref. Processo Licitatório 082/10
Dispensa de Licitação n.º 007/2010

Caracterização da Situação: O município pretende adquirir um ônibus com lotação para 44 passageiros, ano 98, cor prata, destinado a uso dos Grupos da terceira Idade.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a aquisição de um ônibus usado para uso dos Grupos de Terceira Idade.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Cia Carris Portoalegrense, na medida em que se trata de empresa publica apresentando as melhores condições de e preços.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado R\$ 65.479,00 (sessenta e cinco mil quatrocentos e setenta e nove reais) dentro do valor de mercado.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:
ORGÃO 0200 - Poder Executivo
Unidade 0209 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Projeto 2026 - Man. Da Secretaria de Desenvolvimento Social
Elemento - 449052-100 - Equipamento e Material Permanente
Cód 66

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 13 de setembro de 2010.
CLAUDIO MICHALIZYN
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 321/2010



Justificativa de Dispensa de Licitação ref. Processo Licitatório 073/2010**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ref. Processo Licitatorio 073/2010
Dispensa de Licitação n.º 005/2010

Caracterização da Situação: O município pretende contratar empresa para implementação do projeto Turismo Fronteira do Contestado, em Porto União SC.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, a contratação de empresa para implementação, do Projeto "TURISMO FRONTEIRA DO CONTESTADO", compreendendo a execução das seguintes atividades:

Módulo I: Participação em Feiras e Exposições
Módulo II: Consultoria em Gestão Empresarial
Módulo III: Capacitação
Módulo IV: Material Promocional
Módulo V: Fampress
Módulo VI: Acompanhamento e monitoramento do projeto

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Sebrae Serviço de Apoio as Micro Empresas de Santa Catarina - SEBRAE SC, posto que é a Instituição brasileira incumbida estatutariamente da pesquisa do ensino e desenvolvimento institucional em todo Brasil.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) estando portanto, dentro do valor de mercado.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.º:

0200 - Poder Executivo
Unidade 0211 - Séc Municipal de Industria e Comercio
Atividade 2023 - Manutenção da Secretaria da Industria e Comercio
Elemento - 335041-100 Contribuições
Cód 110

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 27 de julho de 2010.
CLAUDIO MICHALIZYN
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 321/2010

Processo Licitatório 004/2010 FUNREBOM Homologação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 004/2010 Funrebom
Pregão presencial 004/2010 Funrebom
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa Hoffmann & Cia Ltda.

Porto União SC, 20 de setembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 028/2010 EDUCAÇÃO Homologação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 028/2010 Educação

Pregão Presencial 015/2010
Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa Cansa Têxtil Ind. E Com Ltda, Frai Vest Industria Comercio de Vestuário Ltda, Novo Tempo Ind e Com de Art. Escolares Ltda.

Porto União SC, 20 de setembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 029/2010 EDUCAÇÃO Homologação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 029/2010 Educação
Pregão Presencial 016/2010
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa Dipar Dist. Pap e Revistas Ltda, Luis Kaminski ME, Bernadete Castilho de Oliveira ME.

Porto União SC, 22 de setembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 078/2010 Homologação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 078/2010
Pregão Presencial 046/2010
Termo de Homologação
Homologo o processo licitatorio e adjudico a empresa Terraplana-gem e Prestadora de Serviços Excel Ltda.

Porto União SC, 21 de setembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 144/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 144/2010
Partes: Município de Porto União e Companhia Carris Portoalegrense
Objeto: fornecimento de um ônibus usado, com capacidade para 44 passageiros.
Valor total: 65.479,00 (sessenta e cinco mil quatrocentos e setenta e nove reais)
Vigência: 60 (sessenta) dias
Base legal : art 24 inciso VIII da lei 8.666/93
Porto União SC, 22 de setembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Companhia Carris Portoalegrense
Contratada

Extrato de Contrato 004/2010 CULTURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 004/2010 Cultura
Primeiro Termo aditivo ao contrato de fornecimento 004/2009 Cultura.
Partes: Município de Porto União e Representações Woldan Ltda
Clausula Primeira: Do valor contratual



Adita-se em 25% (vinte e cinco) por cento sobre o valor total contratado.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 10 de setembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Representações Woldan Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 005/2010 FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 005/2010 FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e Hoffmann & Cia Ltda.

Objeto: fornecimento de 01(um) motor de popa e 01 (uma) embarcação.

Valor total: R\$ 13.000,00 (treze mil reais)

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal Pregão 004/2010 Funrebom e lei 10.542/02.

Porto União SC, 20 de setembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Hoffmann & Cia Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 063/2010 EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 063/2010 Educação

Partes: Município de Porto União e Unitoner Com de Copiadoras Ltda ME

Objeto: 100.000 (cem mil) fotocópias monocromáticas (preto e branco)

Valor total: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência: 01 de setembro 2011 ou a retirada total do material lícitado.

Base legal Pregão 045/2010 e lei 10.542/02.

Porto União SC, 02 de setembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Unitoner Com de Copiadoras Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 064/2010 EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 064/2010 Educação

Partes: Município de Porto União e FraiVest Ind e Comercio de Vestuário Ltda.

Objeto: confecção de uniformes escolares itens 05 e 06 do edital

Valor total: R\$ 11.368,10 (onze mil, trezentos e sessenta e oito reais e dez centavos)

Vigência: 40 (quarenta dias).

Base legal Pregão 015/2010 e lei 10.542/02.

Porto União SC, 20 de setembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Frai Vest Ind e Com de Vestuário Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 065/2010 EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 065/2010 Educação

Partes: Município de Porto União e Novo Tempo Ind e Com de Artigos Escolares Ltda.

Objeto: confecção de uniformes escolares itens 01, 03, 07, 08, 09, 11 do edital

Valor total: R\$ 87.847,00 (oitenta e sete mil, oitocentos e quarenta e sete reais)

Vigência: 40 (quarenta dias).

Base legal Pregão 015/2010 e lei 10.542/02.

Porto União SC, 20 de setembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Novo Tempo Ind e Com de Artigos Escolares Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 066/2010 EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 066/2010 Educação

Partes: Município de Porto União e Cansan Têxtil Ind e Com Ltda.

Objeto: confecção de uniformes escolares item 02 do edital

Valor total: R\$ 18.892,80 (dezoito mil, oitocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)

Vigência: 40 (quarenta dias).

Base legal Pregão 015/2010 e lei 10.542/02.

Porto União SC, 20 de setembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Cansan Têxtil Ind e Com Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 067/2010 EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 067/2010 Educação

Primeiro Termo aditivo ao contrato 210/2009

Partes Município de Porto União e Reunidas Turismo SA

Cláusula Primeira: Prorroga-se para mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 21 de setembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Reunidas Turismo SA

Contratada

Extrato de Contrato 119/2010

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 119/2010

Partes: Município de Porto União e Serro Construções de Obras Especiais Ltda.

Objeto: construção do monumento em homenagem a Prudente de Brito, primeiro morador de Porto União.

Valor total: R\$ 13.219,71 (treze mil duzentos e dezenove reais e setenta e um centavos)

Vigência: 90 (noventa) dias.



Base legal art 24 inciso I da Lei 8.666/93.

Porto União SC, 28 de julho de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Serro Construções e Obras Especiais Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 137/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 137/2010
Primeiro Termo aditivo ao contrato 222/2009
Partes: Município de Porto União e Bitur Transportadora Turística Ltda.
Clausula Primeira: Do Valor
Adita-se ao aludido contrato superior 25 % (vinte e cinco) por cento, sobre o valor total contratado.
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 03 de setembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Bitur Transportadora Turística Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 138/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 138/2010
Partes: Município de Porto União e Construtora Habitar Ltda
Objeto: contratação de empresa de engenharia para elaboração e execução do Projeto de Paisagismo da praça Hercílio Luz, bem como o Projeto do Contestado.
Valor total: 14.200,00 (quatorze mil e duzentos reais)
Vigência: 20 de março de 2011
Base legal : art 24 inciso I da lei 8.666/93
Porto União SC, 21 de setembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Construtora Habitar Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 139/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 139/2010
Segundo Termo Aditivo ao contrato 209/2009
Partes: Município de Porto União e Vivo SA
Clausula Primeira: Da Vigência
Prorroga-se para mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior, conforme clausula décima segunda do contrato superior.
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 20 de setembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Vivo SA
Contratada

Extrato de Contrato 140/2010

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 140/2010
Primeiro Termo Aditivo ao contrato 100/2010
Partes: Município de Porto União e Carlos Kiyomitu Makiyama Serviços EPP
Clausula Primeira: Da Vigência
Prorroga-se para mais 90 (noventa) dias o aludido contrato superior, conforme clausula décima segunda do contrato superior.
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 20 de setembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Carlos Kiyomitu Makiyama Serviços EPP
Contratada

Termo Aditivo nº 001 ao Termo de Outorga de Uso nº 002/2009 e Termo de Compromisso nº 002/2009

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Termo aditivo n ° 01 ao termo de Outorga de Permissão de Uso 002/2009 e Termo de Compromisso 002/2009
Partes: Município de Porto União e Cíntia Camila Antunes
Clausula Primeira- Valor da Permissão Uso
O valor mensal da permissão de Uso passa a ser de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais)
Clausula Segunda - Da vigência
Prorroga-se o aludido termo de compromisso para mais 12 (doze) meses, conforme clausula décima terceira.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas que a este deu origem.

Porto União SC, 26 de agosto de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Cíntia Camila Antunes
Permissionaria

Termo Aditivo nº 01 de Outorga de Permissão de Uso 001/2009 e Termo de Compromisso 001/2009

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Termo aditivo n ° 01 ao termo de Outorga de Permissão de Uso 001/2009 e Termo de Compromisso 001/2009
Partes: Município de Porto União e Joana Afonso
Clausula Primeira- Valor da Permissão Uso
O valor mensal da permissão de Uso passa a ser de R\$ 695,88 (seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos)
Clausula Segunda - Da vigência
Prorroga-se o aludido termo de compromisso para mais 12 (doze) meses, conforme clausula décima terceira.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas que a este deu origem.

Porto União SC, 24 de abril de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Joana Afonso
Permissionaria

Ata de Registro de Preços 016/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 016/2010

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de setembro do ano de 2010, autorizado junto ao Processo Licitatório 078/2010, Pregão Presencial 046/2010, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n° 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR E O DETENTOR DA ATA:

1 Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Terraplenagem e Prestadora de Serviços Excel Ltda ME, CNPJ/MF n° 02.624.929/0001-17, estabelecida a Rua Hungria, n° 55 sala, bairro das Nações, cidade de Fraiburgo, estado de Santa Catarina CEP 89.580-000, representada por sua sócia administradora Sra. Lurdes de Jesus Rodrigues da Silva.

Registro de Preços para contratação de serviços de horas máquinas trabalhadas, conforme segue:

1.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
01	2.000	Horas	Prestação de serviços de horas máquinas trabalhadas de Retro-escavadeira, sendo equipamento com no máximo 10 (dez) anos de uso	69,90	139.800,00

1.2 Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Presencial 046/2010, juntamente com seus anexos e a proposta.

1.3 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano a contar da sua assinatura.

1.4 O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 046/2010

1.5 O prazo para execução dos respectivos serviços será o estabelecido no item 2 do Edital de Pregão Presencial, inclusive nas condições estabelecidas pelo Detentor da Ata de Registro de Preços, de cada pedido de fornecimento.

1.6 Os valores devidos pela Prefeitura, 50% (cinquenta) por cento, serão pagos no mês subsequente a prestação dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal, onde deverá estar mencionada o número do processo Licitatório, sendo que os restantes 50% (cinquenta) por cento serão pagos pelo produtor diretamente com a empresa

1.7 Os preços registrados serão confrontados periodicamente (trimestralmente), com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR

1.8 - As despesas decorrentes na execução dos serviços relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta dos serviços executados.

1.9 - Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal firmar para um o 8.666/93 e suas alterações.

2.0 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei

n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.1 - O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.2 - O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão presencial 046/2010.

2.3 - Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão Presencial 046/2010, com os termos adotados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.4 - As questões oriundas desta e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.5 - Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Renato Stasiak Prefeito Municipal de Porto União e pela Senhora Lurdes de Jesus Rodrigues da Silva, qualificada preambulamente, representando a detentora e testemunhas.

Prefeito Municipal Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL**Deceto nº 1413/10**

DECRETO Nº 1.413, de 22 de setembro de 2010.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2010-REGISTRO DE PREÇOS-FMS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 1049/09, o resultado do Pregão Presencial N.º 046 de 16/09/2010, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS, CIRURGICA JAW COM.MED.HOSP.LTDA, ANGEOMED COM.DE PROD.MEDICO HOSPITALAR LTDA, ESPECIALISTA PROD.PARA LABORATORIO LTDA, DIMASTER COM. DE PROD.HOSPITALARES LTDA, DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA, AGLON COM.E REPRESENTAÇÕES LTDA, HOSPFAR IND.E COM.DE PRODUTOS HOSP.LTDA e 1000 MEDIC DISTR.IMP.EXP. DE MEDICAMENTOS LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

17 de setembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal



MIRIAN UNBEHAUN SILVA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde
Vlrm

ANEXO AO DECRETO N° 1.413/2010

Pregão Presencial nº 046/10 de 06.09.2010-FMS

Objeto da Licitação: Registro de Preços para aquisição de 58 (cinquenta e oito) itens de medicamentos especiais e não padronizados para a Sec. de Saúde.

Preço: por item

Participantes: NUNESFARMA DISTR. DE PROD.FARMACEUTICOS LTDA, MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS, CIRURGICA JAW COM.MED.HOSP.LTDA, ANGEOMED COM.DE PROD.MEDICO HOSPITALAR LTDA, ESPECIALISTA PROD.PARA LABORATORIO LTDA, DIMASTER COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA, DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA, AGLON COM.E REPRESENTAÇÕES LTDA, HOSPFAR IND.E COM.DE PRODUTOS HOSP.LTDA e 1000 MEDIC DISTR.IMP.EXP.DE MEDICAMENTOS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedores os licitantes CIRURGICA JAW COM.DE MAT.MED.HOSP.LTDA no item 041; MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS nos itens 002, 003, 004, 006, 008, 014, 016, 017, 029, 034, 045,048,050,057 e 058; ANGEOMED COM.DE PROD.MEDICO HOSPITALAR LTDA nos itens 022,023,030,036,055 e 056; ESPECIALISTA PROD.PARA LABORATORIO LTDA nos itens 013,026,027 e 032; DIMASTER COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA no item 025; DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA nos itens 005,009,011,012,024,031, 033,039,040,051 e 054; AGLON COM. E REPRES.LTDA no item 047; HOSPFAR IND.E COM.DE PRODUTOS HOSP.LTDA nos itens 001,010,015,018 e 035; 1000 MEDIC DISTR.IMP.EXP.DE MEDICAMENTOS LTDA nos itens 007, 019, 020, 021, 028, 037, 038, 042, 043, 044,046,049,052 e 053.

Decreto nº 1405/10

DECRETO N° 1.405, de 15 de setembro de 2010.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5.020, de 15 de setembro de 2010.

Art. 1º - Fica anulada a importância parcial de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), da seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.047	Projeto Time Mais Saúde		
3.0.0.0.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.0.0.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.9.0.00.0.1.0066.54	Aplicações Diretas	R\$	45.000,00
	Total	R\$	45.000,00

Art.2º - Em contrapartida a anulação do crédito especial constante no artigo primeiro, abre-se crédito especial no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
-------	--------------------------	--	--

40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.047	Projeto Time Mais Saúde		
4.0.0.0.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.0.0.00	INVESTIMENTOS		
4.4.9.0.00.0.1.0066.54	Aplicações Diretas	R\$	45.000,00
	Total	R\$	45.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de setembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto nº 1406/10

DECRETO N° 1.406, de 15 de setembro de 2010.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE N° 006/2010-FMAS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1048/09, o resultado da Carta Convite N.º 006 de 01/09/2010, do Fundo Municipal de Assistência Social, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante PERFEITA ESTRUTURAS METÁLICAS E CONSTRUÇÕES LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1402/10.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de setembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Vlrm

ANEXO AO DECRETO N° 1.406/2010

Carta Convite nº 006/10 de 01.09.2010-FMAS

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para construção de salas de atividades, estacionamento e reforma dos sanitários do CSU Bairro Boa Vista-Fundo Municipal de Assistência Social.

Preço: global

Participantes: PERFEITA ESTRUTURAS METÁLICAS E CONSTRUÇÕES LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante PERFEITA ESTRUTURAS METÁLICAS E CONSTRUÇÕES LTDA.



Decreto nº 1407/10

DECRETO Nº 1.407, de 17 de setembro de 2010.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2010."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 1049/09, o resultado do Pregão Presencial N.º 097 de 06/09/2010, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes JBS S.A., THOMAS COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA-ME e TOP COMERCIAL LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

17 de setembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.407/2010

Pregão Presencial nº 097/10 de 06.09.2010

Objeto da Licitação: Aquisição de 05 (cinco) itens de carnes bovina, de frango, salsicha e caldo de peixe para atender alunos da Rede Municipal de Ensino-Setor de Merenda Escolar-Sec. de Educação.

Preço: por item

Participantes: JBS S.A., THOMAS COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA-ME, TOP COMERCIAL LTDA, SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL e HÉLIO ODAIR ISRAEL ME..

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedores os licitantes: JBS S.A. nos itens 001 e 002; THOMAS COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA-ME no item 005 e TOP COMERCIAL LTDA nos itens 003 e 004.

Decreto nº 1408/10

DECRETO Nº 1.408, de 17 de setembro de 2010.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2010."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 1049/09, o resultado do Pregão Presencial N.º 098 de 06/09/2010, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do

licitante SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA-ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

17 de setembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.408/2010

Pregão Presencial nº 098/10 de 06.09.2010

Objeto da Licitação: Aquisição de leite integral pasteurizado tipo C, para atender alunos da Rede Municipal de Ensino-Setor de Merenda Escolar-Sec. de Educação.

Preço: por item

Participantes: TOP COMERCIAL LTDA e SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA-ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedor o licitante SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA-ME.

Decreto nº 1409/10

DECRETO Nº 1.408, de 17 de setembro de 2010.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2010."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Leiloeiro, nomeado pelo Decreto nº 1049/09, o resultado do Pregão Presencial N.º 098 de 06/09/2010, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA-ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

17 de setembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.408/2010

Pregão Presencial nº 098/10 de 06.09.2010

Objeto da Licitação: Aquisição de leite integral pasteurizado tipo C, para atender alunos da Rede Municipal de Ensino-Setor de



Merenda Escolar-Sec. de Educação.

Preço: por item

Participantes: TOP COMERCIAL LTDA e SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA-ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Leiloeiro declarou vencedor o licitante SUPERMERCADO PRINCESA ISABEL LTDA-ME.

Decreto nº 1410/10

DECRETO Nº 1.410 de 20 de setembro de 2010.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ESPECIAL DE MAGISTÉRIO À SRA NIRCE MOJE"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas no Inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 142 da Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003, artigo 4º §1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "a" c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por tempo de contribuição - especial de magistério à Sra. NIRCE MOJE, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.221.740-9 e CPF nº 419.574.239-00, matrícula nº 1595401, domiciliada e residente na Estrada Boa Esperança, 5734, Bairro Fundo Canoas em Rio do Sul - SC, no cargo de Professora, nível 3 classe A, com proventos integrais e adicionais de 27%, a partir de 1º de outubro de 2010.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

20 de setembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto nº 1411/10

DECRETO Nº 1.411, de 20 de setembro de 2010

"CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SR. SOLON SOUZA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas no Inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 142 da Lei Complementar nº 099 de 24/04/2003, artigo 4º inciso I e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "a" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e inciso I, §1º do artigo 40 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por invalidez ao servidor Sr. Solon Souza, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 92.517-9 e CPF nº 049.486.969-00, matrícula nº 31534/01, domiciliado e residente na Rua Guilherme Gemballa, 620, Bairro Jardim América em Rio do Sul - SC, no cargo de Radiologista/

Odontológico, nível 70, faixa 71, com proventos integrais e adicional de 3%, a partir de 1º de outubro de 2010.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

20 de setembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto nº 1412/10

DECRETO Nº 1.412, de 22 de setembro de 2010.

"HOMOLOGA RESULTADO DOS PROCESSOS SELETIVOS Nºs. 006 e 007/2010"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e da Lei nº. 3.796 de 26/06/2002,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam homologados os resultados dos Processos Seletivos nºs. 006 e 007/2010, em conformidade com o disposto no respectivo Edital de Processo Seletivo datado de 23 de agosto de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

22 de setembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto nº 1414/10

DECRETO Nº 1.414, de 22 de setembro de 2010.

"ALTERA TARIFA PARA O SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Termo de Prorrogação de Contrato de Concessão, de 08 de julho de 1999,

DECRETA:

Art. 1º - A Tarifa para o Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, fica fixado em R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos), a partir do dia 29 de setembro de 2010, no município de Rio do Sul.

Art. 2º - O passe de estudante, instituído pela Lei Municipal n.º 2.830/93, será de R\$ 1,20 (um real e vinte centavos), para os estudantes devidamente identificados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

22 de setembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ANDRÉ DA LANÇA MARCON

Secretário Adjunto de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
Vlrn

Portaria Nº 0538/RH

PORTARIA Nº 0538/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar Nº 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 01/09/2010 a 30/09/2010, concedida através da Portaria nº 0354/RH de 14/06/2010, a servidora municipal NIRCE MOJE, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível 3, classe "A".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de Setembro de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Tas

Portaria Nº 0539/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar Nº 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 29/08/2010 a 27/10/2010, concedida através da Portaria nº 0394/RH de 01/07/2010, a servidora municipal BELMARLI DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível I, classe "A".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de Setembro de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Tas

Portaria Nº 0540/RH

PORTARIA Nº 0540/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar Nº 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 01/09/2010 a 20/09/2010, concedida através da Portaria nº 0454/RH de 02/08/2010, a servidora municipal ERIVONETE COSTA LUCIO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de Setembro de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Tas

Portaria Nº 0541/RH

PORTARIA Nº 0541/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar Nº 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 27/08/2010 a 25/09/2010, concedida através da Portaria nº 0469/RH de 06/08/2010, a servidora municipal JUREMA KOEHLER HERING, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, nível 30, faixa 33.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de Setembro de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Tas

Portaria Nº 0542/RH

PORTARIA Nº 0542/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar Nº 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 29/08/2010 a 27/09/2010, concedida através da Portaria nº 0489/RH de 19/08/2010, a servidora municipal MARISTELA DE MELO ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, nível 40, faixa 41.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de Setembro de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Tas



Portaria N° 0543/RH

PORTARIA N° 0543/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 25/08/2010 a 23/09/2010, a servidora municipal SILVIA VIGNOLA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de Setembro de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Tas

Portaria N° 0544/RH

PORTARIA N° 0544/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 01/09/2010 a 10/09/2010, concedida através da Portaria nº 0350/RH de 14/06/2010, ao servidor municipal LUIZ GONZAGA MAÇANEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, nível 40, faixa 41.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de Setembro de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Tas

Portaria N° 0545/RH

PORTARIA N° 0545/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 01/09/2010 a 30/09/2010, concedida através da Portaria nº 0490/RH de 19/08/2010, a servidora municipal REGINA BAZZANI KRETZER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de Setembro de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Tas

Portaria N° 0546/RH

PORTARIA N° 0546/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 145 ao 150, da Lei Complementar N° 099/2003 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 31/07/2010 a 28/10/2010, concedida através da Portaria nº 0427/RH de 15/07/2010, ao servidor municipal IVO BECKER, ocupante do cargo de provimento efetivo Marroeiro, nível 20, faixa 21.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de Setembro de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Tas

Portaria N° 0548/RH

PORTARIA N° 0548/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 13 "A", da Lei Complementar nº. 159/2006, conceder Promoção Funcional, sem mudança de área, mediante apresentação de certificado de curso de Pós-Graduação "Lato Sensu", Especialização em Orientação, Supervisão e Gestão Pública Escolar Democrática, (Protocolo nº. 122551/2010), à servidora municipal ALCIONE CERONI RUCKERT, matrícula nº. 25097/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "A", promovendo-a para o Nível III, Classe "A", a partir de 03/09/2010, com efeito financeiro a partir da mesma data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de setembro de 2010

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Portaria N° 0549/RH

PORTARIA N° 0549/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 13 "A", da Lei Complementar nº. 159/2006, conceder Promoção Funcional, sem mudança de área, mediante apresentação de certificado de curso de



Pós-Graduação "Lato Sensu", especialização em Metadisciplinaridade em Educação Infantil, Inclusiva e Anos Iniciais, (Protocolo nº. 122577/2010), à servidora municipal BEATRIZ NECKEL, matrícula nº. 23302/03, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "A", promovendo-a para o Nível III, Classe "A", a partir de 06/09/2010, com efeito financeiro a partir da mesma data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de setembro de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N° 0550/RH

PORTARIA N° 0550/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 13 "A", da Lei Complementar nº. 159/2006, conceder Promoção Funcional, sem mudança de área, mediante apresentação de certificado de curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Alfabetização e Letramento: Educação Infantil e Séries Iniciais, (Protocolo nº. 122541/2010), à servidora municipal ISOLENE ODORIZZI DE ALMEIDA, matrícula nº. 27138/04, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "A", promovendo-a para o Nível III, Classe "A", a partir de 02/09/2010, com efeito financeiro a partir da mesma data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de setembro de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N° 0532/RH

PORTARIA N° 0532/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Estágio Probatório do servidor municipal AIRTON CARLOS DAHMER, matrícula nº. 34932/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III, nível 40, faixa 41, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 22/08/2007 a 01/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de agosto de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N° 0533/RH

PORTARIA N° 0533/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Pre-

feitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Estágio Probatório da servidora municipal ISOLENE ODORIZZI DE ALMEIDA, matrícula nº. 27138/04, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível II, classe "A", por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 02/05/2007 a 01/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de agosto de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N° 0547/RH

PORTARIA N° 0547/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Estágio Probatório do servidor municipal IVO RONALDO WESSNER, matrícula nº. 35210/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III, nível 40, faixa 41, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 01/03/2007 a 18/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de setembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N° 0551/RH

PORTARIA N° 0551/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Estágio Probatório da servidora municipal ELI REGINA BECHTOLD, matrícula nº. 24260/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, nível III, classe "A", por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 18/09/2002 a 22/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de setembro de 2010.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N° 0552/RH

PORTARIA N° 0552/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,



RESOLVE:

Art. 1º .Com fundamento ao disposto no Art. 68 da Lei Complementar nº 099/2003, regulamentado pelo Decreto nº 210/2003 e Lei Complementar nº 165/2007 e, solicitação protocolada sob o nº 121321/2010, conceder Auxílio Escolar, na forma de bolsa de estudo, para frequentar curso a nível de terceiro grau, ao servidor municipal GILSON RODRIGUES MATOS, matrícula nº 35256/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, nível 40, faixa 41.

Art. 2º O Auxílio será concedido a partir do mês de junho de 2010, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de setembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Portaria Nº. 0553/RH

PORTARIA Nº. 0553/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Estágio Probatório da servidora municipal DULCINEIA SCHNEIDER SEDREZ DEMETRIO, matrícula nº. 23353/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, nível III, classe "A", por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 25/02/2002 a 23/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de setembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Pauta de Julgamento Nº 013/2010

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 013/2010

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 06 de outubro de 2010, às 08hs00, no plenário da Câmara Municipal, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para julgamento dos seguintes processos:

Número do protocolo: Protocolo Nº 120960/2010

Nome do Recorrente: Ana Salete de Menezes

Nº do Processo: 010/2010

Procurador: Yúri Stüp

Relatora: Cons Khellen Kühl Della Santos

Número do protocolo: Protocolo Nº 120962/2010

Nome do Recorrente: Ana Salete de Menezes

Nº do Processo: 011/2010

Procurador: Yúri Stüp

Relatora: Cons Khellen Kühl Della Santos

Número do protocolo: Protocolo Nº 120964/2010

Nome do Recorrente: Ana Salete de Menezes

Nº do Processo: 012/2010

Procurador: Yúri Stüp

Relatora: Cons Khellen Kühl Della Santos

Número do protocolo: Protocolo Nº 120966/2010

Nome do Recorrente: Ana Salete de Menezes

Nº do Processo: 013/2010

Procurador: Yúri Stüp

Relatora: Cons Khellen Kühl Della Santos

Número do protocolo: Protocolo Nº 120968/2010

Nome do Recorrente: Ana Salete de Menezes

Nº do Processo: 014/2010

Procurador: Yúri Stüp

Relatora: Cons Khellen Kühl Della Santos

Número do protocolo: Protocolo Nº 120969/2010

Nome do Recorrente: Walter Carlos Seyfferth

Nº do Processo: 015/2010

Relatora: Cons Francini Bianca Cipriani

Número do protocolo: Protocolo Nº 120970/2010

Nome do Recorrente: Walter Carlos Seyfferth

Nº do Processo: 016/2010

Relatora: Cons Francini Bianca Cipriani

Número do protocolo: Protocolo Nº 120971/2010

Nome do Recorrente: Walter Carlos Seyfferth

Nº do Processo: 017/2010

Relatora: Cons Francini Bianca Cipriani

Número do protocolo: Protocolo Nº 120972/2010

Nome do Recorrente: Walter Carlos Seyfferth

Nº do Processo: 018/2010

Relatora: Cons Francini Bianca Cipriani

Número do protocolo: Protocolo Nº 120973/2010

Nome do Recorrente: Walter Carlos Seyfferth

Nº do Processo: 019/2010

Relatora: Cons Francini Bianca Cipriani

Número do protocolo: Protocolo Nº 120283/2010

Nome do Recorrente: Idoina Conti Fronza

Nº do Processo: 026/2010

Relatora: Cons Khellen Kühl Della Santos

Número do protocolo: Protocolo Nº 120287/2010

Nome do Recorrente: Joel Fronza

Nº do Processo: 027/2010

Relatora: Cons Khellen Kühl Della Santos

Rio do Sul, 23 de setembro de 2010.

LEONICE WITTE

Secretária geral do CMC

CÂMARA DE VEREADORES

Portaria Nº 549/10

PORTARIA Nº 549, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010

O Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o Artigo 13, da Lei Complementar nº 099, de 24/04/2003, resolve:



NOMEAR:

DALTON LIZ CAVALCANTI para exercer, a partir desta data, o cargo de provimento em Comissão, Assessor Parlamentar - Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Rio do Sul, 14 de setembro de 2010.

DIONÍSIO MAÇANEIRO
Presidente da Câmara

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.898, DE 24 DE SETEMBRO DE 2010.

LEI Nº 1.898, DE 24 DE SETEMBRO DE 2010.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Permissão de Uso de bem móvel que identifica à Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas Setor 2 do Distrito de Presidente Juscelino e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Permissão de Uso, a título gratuito, pelo período de 05 (cinco) anos, à Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas Setor 2 do Distrito de Presidente Juscelino, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 11.382.344/0001-29, do seguinte bem de propriedade do Município:

I - Trator agrícola, marca Massey Ferguson 292/4 818A; P2978130; série 292-252135; Monobloco nº000T292408C014585; modelo MF 292/4; eixo dianteiro 4x4; rotação nominal do motor 2200rpm; 4 cilindros; 4.100cm³; direção tipo hidrostática; motor 105cv turbo aspirado; estrutura contra capotamento e toldo; transmissão 12x4; embreagem dupla; levante hidráulico 3200kg; potência 540/1000; tanque combustível 190lts; fabricação nacional; ano 2008; com registro patrimonial nº 5196, avaliado em R\$ 96.990,00 (noventa e seis mil, novecentos e noventa reais);

Art. 2º A manutenção, guarda, combustíveis e operadores decorrentes da utilização do equipamento serão de exclusiva responsabilidade da permissionária, que responderá por todo e qualquer dano decorrente da utilização do mesmo.

Art. 3º A permissionária poderá cobrar dos agricultores pelas horas/máquinas prestadas, desde que respeitados os preços praticados na região.

Art. 4º A restituição do bem ao Município poderá se dar a qualquer tempo, bastando que a parte interessada comunique a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cujo bem deverá ser entregue em condições ideais de uso.

Art. 5º O respectivo Termo de Permissão de uso firmado regulará o uso do bem de que trata esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 24 de setembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº324/2010

DECRETO Nº324/2010

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 558/09.

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação abaixo:

04.01.12.361.4-2006 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 28.613,88

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas..... R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0005 - Aplicações Diretas..... R\$ 17.383,63
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0005 - Aplicações Diretas..... R\$ 1.230,25

Suplementa:

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas..... R\$ 10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0004 - Aplicações Diretas..... R\$ 18.613,88

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 23 de setembro de 2010.

ERNEI JOSE STAHELIN
Prefeito Municipal

Decreto Nº325/2010

DECRETO Nº325/2010

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 558/09:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) por conta do Superávit Financeiro na dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.04-2.008 -Func. e Manutenção da Educação Infantil R\$ 22.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0121 - Aplicações Diretas..... R\$ 22.000,00

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

06.01.13.392.06.2.014 - Func. e Manutenção da Cultura R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0121- Aplicações Diretas..... R\$ 10.000,00
08 - ENCARGOS GERAIS

08.01.28.845.24.2.021 - Contribuição ao Pasep R\$ 3.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0121- Aplicações Diretas..... R\$ 3.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 23 de setembro de 2010.
ERNEI JOSE STAHELIN
Prefeito Municipal

Decreto N°326/2010

DECRETO N°326/2010

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 558/09:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por conta do Superávit Financeiro na dotação abaixo identificada:

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.06.2.014 - Func. e Manutenção da Cultura R\$ 9.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0121- Aplicações Diretas..... R\$ 9.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 24 de setembro de 2010.
ERNEI JOSE STAHELIN
Prefeito Municipal

Decreto N° 323/2010

DECRETO N° 323/2010

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 6º da Lei 558/09.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício anterior na dotação abaixo identificada:

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.6.2014 - Func.e Manutenção da Cultura..... R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.01.00000 - Aplicações Diretas..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 22 de setembro de 2010.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Portaria 07/2010

PORTARIA 07/2010

Concede aposentadoria por Invalidez ao servidor Itamar Luiz de Souza e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal e Artigo 26 da Lei Complementar Municipal nº 15 de 30 de março de 2000.

RESOLVE:

Art. 1.º- CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ á servidora ITAMAR LUIZ DE SOUZA, matrícula funcional nº 1082, detentor do cargo de provimento efetivo Motorista I, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, com carga horária de trabalho de 40 horas semanais, com proventos mensais proporcionais a 9.764/12.775 dias, no valor de R\$ 688,00 (Seiscentos e oitenta oito reais), de acordo com a média das contribuições nos termos da Lei Federal nº 10.887, de 18 de Junho de 2004, a ser custeada pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Pedro de Alcântara(INSPA).

Art. 2.º-Declarar a vacância do cargos acima especificado, na forma prevista do art. 30, inciso VI, da Lei complementar 005 de 16 de maio de 1997 -Estatuto dos Servidores do Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 3.º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,produzindo seus efeitos a contar de 01/09/2010, revogando-se todas as disposições em contrário.

Art. 4.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de setembro de 2010.
ERNEI JOSÉ STAHELIN ARISTEU JORGE NASCIMENTO
Prefeito Municipal Diretor Executivo do INSPA

Portaria 08/2010

PORTARIA 08/2010

Concede aposentadoria por Invalidez a servidora Selma Santos Reitz e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal e Artigo 26 da Lei Complementar Municipal nº 15 de 30 de março de 2000.

RESOLVE:

Art. 1.º- CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ á servidora SELMA SANTOS REITZ, matrícula funcional nº 1005, detentora do cargo de provimento efetivo trabalhador braçal, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, com carga horária de trabalho de 40 horas semanais, com proventos mensais proporcionais a 8.950/10.950 dias, no valor de R\$ 643,62 (Seiscentos e quarenta e três reais e sessenta e dois centavos).



ta tres reais e sessenta dois centavos), de acordo com a média das contribuições nos termos da Lei Federal nº 10.887, de 18 de Junho de 2004, a ser custeada pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Pedro de Alcântara (INSPA).

Art. 2.º- Declarar a vacância do cargos acima especificado, na forma prevista do art. 30, inciso VI, da Lei complementar 005 de 16 de maio de 1997 -Estatuto dos Servidores do Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 3.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 01/09/2010, revogando-se todas as disposições em contrário.

Art. 4.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de setembro de 2010.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN ARISTEU JORGE NASCIMENTO
Prefeito Municipal Diretor Executivo do INSPA

Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 46/2010

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n.º 46/2010
(art. 25, caput e inciso III, da Lei n.º 8.666/1993)

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000, torna público que realizará contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, regida pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal e por este EDITAL, em conformidade com as condições que seguem:

1- Nos termos do art. 25, caput e inciso III, da Lei n.º 8.666/1993, inexigível é a licitação para contratação da Banda OS FUTURISTAS - Os Futuristas Gravações e Comércio de Discos - para a 10ª Oktobertanz, a se realizar nos dias 25 e 26 de setembro neste Município de São Pedro de Alcântara/SC.

2- O serviço será prestado nos dias 25/09/2010 no período noturno e 26 no período, com a apresentação da Banda no pavilhão central da festa.

3- O valor total será de R\$ 8.850,00 (oito mil oitocentos e cinquenta reais).

4- Para atendimento ao preceito do art. 26 da Lei n.º 8.666/1993, expõe-se o que segue:

4.1- Para a assinatura do contrato, a Banda contratada deverá apresentar, além de cópia de seu contrato social, prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de seu domicílio e CND's FGTS e INSS.

5- O recurso para pagamento da Banda contratada advém da dotação n.º _____

6- No mais, a presente contratação, na modalidade Inexigibilidade de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de setembro de 2010.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Contrato de prestação de serviço n.º 103/2010

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 103/2010

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito

no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado LAUDIR GARCIA, residente e domiciliado a Servidão Valdemiro da Silva, Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/SC, inscrito no CPF sob n.º 027.669.989-00, Pis/Pasep n.º 127.801.947.25, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto à prestação de serviço a confecção de uma bicicleta para 10ª Oktobertanz.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido na cláusula primeira, o valor de R\$ 835,00 (oitocentos e trinta e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será do dia de 21/09/10 a 27/09/10.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma. São Pedro de Alcântara/SC, 21 de setembro de 2010.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA LAUDIR GARCIA
ERNEI JOSÉ STAHELIN Contratado
Prefeito Municipal

Contrato de prestação de serviço n.º 104/2010

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 104/2010

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado JOSÉ SERGIO FLORES, inscrito no CPF sob n.º 033.622.039-14, Pis/Pasep: 134.93966.72-4, residente a Rua José Matias Junkes, s/n.º, São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:



CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto a confecção de vinte e três placas decorativas em madeira, com a identificação dos municípios para 10º Oktobertanz.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 605,00 (seiscentos e cinco reais)

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato é de 21/09/2010 a 24/09/2010.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de setembro 2010.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA JOSÉ SERGIO FLORES

ERNEI JOSÉ STÄHELIN Contratado
Prefeito Municipal

Contrato de prestação de serviço n.º 105/2010

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 105/2010

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado HAMILTON REGINALDO EVENTOS, com sede a rua Dona Corola, nº 586, Serraria, São José - SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.741.111/0001-02, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1 Este contrato tem como objeto a locação de equipamentos de som para o evento da Oktobertanz, que será realizada nos dias 25 e 26/09/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será nos dias 25 e 26/09/2010.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma. São Pedro de Alcântara/SC, 22 de setembro de 2010.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA HAMILTON REGINALDO EVENTOS

ERNEI JOSÉ STAHELIN Contratado
Prefeito Municipal

Contrato de prestação de serviço n.º 107/2010

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 107/2010

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado PEDRO CLASEN, inscrito no CPF sob nº 222.822.899-00, RG 551.291, PIS/Pasep:116.78911.17-2 residente a rua Victor Meireles, nº 567- AP. 102 - bloco D, Kobrasol, São José - SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1 Este contrato tem como objeto a cobertura fotográfica da 10º Oktobertanz, que será realizada nos dias 25 e 26/09/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 1.160,00 (mil cento e sessenta reais).



CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será nos dias 25 e 26/09/2010.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma. São Pedro de Alcântara/SC, 23 de setembro de 2010.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA PEDRO CLASEN
ERNEI JOSÉ STAHELIN Contratado
Prefeito Municipal

Contrato Nº 106/2010

CONTRATO Nº 106/2010

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado o Sr. Reginaldo de Freitas Corrêa, inscrito no CPF sob nº. 863.675.369-49, portador do RG: 2.789.161, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto à prestação de serviço para o evento da 10ª Oktobertanz, a eletricidade na parte externa dos galpões, iluminação dos pátios, bem como instalação com dez projetores para melhoria da iluminação pública na Rua João Pering.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será no período de 25/09/10 a 26/09/10.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima

citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº. 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma. São Pedro de Alcântara/SC, 22 de setembro de 2010.

CONTRATANTE CONTRATADO



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 44/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA

CNPJ: 01.613.101/0001-09
 Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 1
 C.E.P.: 88125-000 - São Pedro de Alcantara - SC

NEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 44/2010 - IL

Processo Administrativo: 44/2010
 Processo de Licitação: 44/2010
 Data do Processo: 10/09/2010

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, ERNEI JOSÉ STAHELIN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 44/2010
 b) Licitação Nr.: 44/2010-IL
 c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
 d) Data Homologação: 21/09/2010
 e) Data da Adjudicação: 21/09/2010 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação inexigível é a licitação para contratação da Banda OKTOBERTANZKAPELLE - Associação Pequeno Músico - para a 10ª Oktobertanz, a se realizar nos dias 25, 26 de setembro neste Município de São Pedro de Alcântara/SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)			
	<u>Qtidade</u>	<u>Descto (%)</u>	<u>Preço Unitário</u>	<u>Total do Item</u>
<u>BANDA OKTOBERTANZKAPELLE-ASSOCIAÇÃO O PEQUENO MUSI (7987)</u>				
1 CONTRATAÇÃO DA BANDA OKTOBERTANZKAPELLE	1,00	0,0000	4.820,00	4.820,00
			Total do Fornecedor:	4.820,00
			Total Geral:	4.820,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

São Pedro de Alcantara, 21 de Setembro de 2010.

 ERNEI JOSÉ STAHELIN
 PREFEITO MUNICIPAL



CONTROLE DA ORIGEM E DOS INVESTIMENTOS COM ENSINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
CONTROLE DA ORIGEM E DOS INVESTIMENTOS COM ENSINO
4º BIMESTRE DE 2010

1- BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS			
Receitas Oriundas de Impostos			Arrecadação até o mês
1.1- IPTU			186.404,91
1.2- ITBI			47.462,54
1.3- ISS			211.703,95
1.4- FPM			2.537.725,06
1.5- IRRF			49.729,06
1.6- ITR			1.079,09
1.7- ICMS EXPORTAÇÃO			7.414,96
1.8- ICMS			1.106.940,52
1.9- IPVA			173003,02
1.10- IPI EXPORTAÇÃO			23.042,43
1.11- Dívida Ativa de Impostos			46.998,34
1.12 – Multas e Juros de Mora			3.017,49
TOTAL:			4.394.521,37
2- ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO			
Especificação			Acumulado até o mês
2.1- 25 %das Receitas Oriundas de Impostos			1.098.630,34
2.2- Cota Parte do FUNDEF			535.316,20
2.3- Convênios			128.980,49
2.4 – Superávit Financeiro de Convênios Vinculados à Educação			57.799,25
2.5 – Rendimento de Aplicação Financeira			2.249,88
TOTAL:			1.822.976,16
3- APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1- Contribuição ao Fundef	769.841,06	769.642,63	(198,43)
3.2- Professor em Efet. Exerc.	321.189,72	485.457,46	164.267,74
3.3- Ensino Fundamental	542.915,76	434.081,52	(108.834,24)
3.4 - Convênio	189.029,62	106.520,03	(82.509,59)
TOTAL	1.822.976,16	1.795.701,64	(27.274,52)

OBS: 1- Este formulário deverá ser publicado bimestralmente Art. 72 da Lei de diretrizes e Bases.

2- O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art.69 da lei de Diretrizes e Bases.

26,27% APLICADO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

São Pedro de Alcântara, 10 de setembro de 2010.

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO



CONTROLE DA ORIGEM E DOS INVESTIMENTOS COM SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
CONTROLE DA ORIGEM E DOS INVESTIMENTOS COM SAÚDE
4º BIMESTRE DE 2010

1- BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS

Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação até o mês
1.1- IPTU	186.404,91
1.2- ITBI	47.462,54
1.3- ISS	211.703,95
1.4- FPM	2.537.725,06
1.5- IRRF	49.729,06
1.6- ITR	1.079,09
1.7- ICMS EXPORTAÇÃO	7.414,96
1.8- ICMS	1.106.940,52
1.9- IPVA	173.003,02
1.10- IPI EXPORTAÇÃO	23.042,43
1.11- Dívida Ativa de Impostos	46.998,34
1.12 – Multas e Juros de Mora	3.017,49
TOTAL:	4.394.521,37

2- ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE

Especificação	Acumulado até o mês
2.1- 15% das Receitas Oriundas de Impostos	659.178,20
2.2-Recursos do PAB, PSF, PACS etc.	314.106,30
2.3- Convênios da Saúde	0,00
2.4 – Superávit Financeiro de Convênios Vinculados a Saúde PAB, PSF, etc.	294.184,27
2.5 – Rendimento de Aplicação Financeira PAB, PSF, PACS etc.	12.307,55
TOTAL:	1.279.776,32

3- APLICAÇÃO

Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1- Ações Básicas de Saúde - Próprios	659.178,20	706.476,24	47.298,04
3.2- Ações Básicas de Saúde, PAB, PSF, PACS etc.	620.598,12	237.511,49	(383.086,63)
3.3- Ações Básicas de Saúde - Convênios	0,0	0,00	0,00
TOTAL:	1.279.776,32	943.987,73	(335.788,59)

São Pedro de Alcântara , 10 DE SETEMBRO DE 2010

16,08% APLICADO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. M. DE SAÚDE



DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.631.045,00	12.014.842,00	1.390.780,13	7.617.560,59	1.840.447,86	4.487.199,01	96,39	37,35	7.527.642,99
Legislativa	300.000,00	300.000,00	43.486,39	185.847,43	44.675,59	183.388,98	3,94	61,13	116.611,02
Ação Legislativa	300.000,00	300.000,00	43.486,39	185.847,43	44.675,59	183.388,98	3,94	61,13	116.611,02
Administração	1.282.850,15	1.297.850,15	155.151,96	646.482,10	177.938,93	591.157,45	12,70	45,55	706.692,70
Administração Geral	1.282.850,15	1.297.850,15	155.151,96	646.482,10	177.938,93	591.157,45	12,70	45,55	706.692,70
Segurança Pública	16.300,00	16.300,00	2.940,38	3.524,89	636,38	1.220,89	0,03	7,49	15.079,11
Defesa Civil	16.300,00	16.300,00	2.940,38	3.524,89	636,38	1.220,89	0,03	7,49	15.079,11
Assistência Social	130.216,00	161.786,00	9.869,12	56.617,96	11.067,72	52.117,79	1,12	32,21	109.668,21
Assistência ao Idoso	14.152,00	14.152,00	1.303,07	5.303,26	2.010,87	5.303,26	0,11	37,47	8.848,74
Assistência à Criança e ao Adolescente	93.564,00	125.134,00	8.566,05	51.314,70	9.056,85	46.814,53	1,01	37,41	78.319,47
Assistência Comunitária	22.500,00	22.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.500,00
Previdência Social	589.000,00	589.000,00	13.925,04	49.931,09	13.865,28	49.871,33	1,07	8,47	539.128,67
Previdência do Regime Estatutário	589.000,00	589.000,00	13.925,04	49.931,09	13.865,28	49.871,33	1,07	8,47	539.128,67
Saúde	1.557.285,60	1.798.451,60	232.437,33	1.002.594,85	229.609,92	894.991,58	19,23	49,76	903.460,02
Atenção Básica	1.557.285,60	1.798.451,60	232.437,33	1.002.594,85	229.609,92	894.991,58	19,23	49,76	903.460,02
Educação	1.680.718,70	1.733.749,70	241.089,08	1.107.981,68	267.595,32	998.662,50	21,45	57,60	735.087,20
Alimentação e Nutrição	69.924,00	69.924,00	9.078,35	37.166,00	9.385,75	32.912,91	0,71	47,07	37.011,09
Ensino Fundamental	1.118.076,14	1.169.411,14	154.926,84	702.219,07	175.811,46	626.098,86	13,45	53,54	543.312,28
Educação Infantil	473.218,56	474.914,56	74.363,89	359.796,61	79.678,11	330.850,73	7,11	69,67	144.063,83
Educação de Jovens e Adultos	19.500,00	19.500,00	2.720,00	8.800,00	2.720,00	8.800,00	0,19	45,13	10.700,00
Cultura	334.000,00	305.030,00	18.173,00	77.110,10	10.753,60	56.273,05	1,21	18,45	248.756,95
Difusão Cultural	334.000,00	305.030,00	18.173,00	77.110,10	10.753,60	56.273,05	1,21	18,45	248.756,95
Urbanismo	612.000,00	662.000,00	242.077,93	453.675,06	110.104,80	288.805,67	6,20	43,63	373.194,33
Infra-Estrutura Urbana	50.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Serviços Urbanos	562.000,00	657.000,00	242.077,93	453.675,06	110.104,80	288.805,67	6,20	43,96	368.194,33
Saneamento	10.000,00	10.000,00	37,00	1.349,80	1.349,80	1.349,80	0,03	13,50	8.650,20
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	10.000,00	37,00	1.349,80	1.349,80	1.349,80	0,03	13,50	8.650,20
Gestão Ambiental	355.000,00	355.000,00	21.778,97	55.409,83	23.647,98	50.706,09	1,09	14,28	304.293,91
Preservação e Conservação Ambiental	355.000,00	355.000,00	21.778,97	55.409,83	23.647,98	50.706,09	1,09	14,28	304.293,91
Agricultura	310.944,50	310.944,50	30.554,00	129.686,46	37.173,32	108.645,01	2,33	34,94	202.299,49
Extensão Rural	310.944,50	310.944,50	30.554,00	129.686,46	37.173,32	108.645,01	2,33	34,94	202.299,49
Comércio e Serviços	72.500,00	72.500,00	1.321,79	21.152,77	5.334,59	20.518,77	0,44	28,30	51.981,23
Turismo	72.500,00	72.500,00	1.321,79	21.152,77	5.334,59	20.518,77	0,44	28,30	51.981,23

Continua 1/3

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.631.045,00	12.014.842,00	1.390.780,13	7.617.560,59	1.840.447,86	4.487.199,01	96,39	37,35	7.527.642,99
Transporte	2.018.730,05	4.056.730,05	342.059,67	3.662.037,43	867.189,92	1.029.889,67	22,12	25,39	3.026.840,38
Transporte Rodoviário	2.018.730,05	4.056.730,05	342.059,67	3.662.037,43	867.189,92	1.029.889,67	22,12	25,39	3.026.840,38
Desporto e Lazer	127.500,00	127.500,00	13.424,94	77.810,13	17.051,18	73.251,42	1,57	57,45	54.248,58
Desporto Comunitário	127.500,00	127.500,00	13.424,94	77.810,13	17.051,18	73.251,42	1,57	57,45	54.248,58
Encargos Especiais	110.000,00	110.000,00	22.453,53	86.349,01	22.453,53	86.349,01	1,85	78,50	23.650,99
Serviço da Dívida Interna	35.000,00	35.000,00	6.329,80	24.538,62	6.329,80	24.538,62	0,53	70,11	10.461,38
Transferências	75.000,00	75.000,00	16.123,73	61.810,39	16.123,73	61.810,39	1,33	82,41	13.189,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	124.000,00	108.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	192.850,00	213.399,00	40.798,13	168.369,53	40.552,65	168.124,05	3,61	78,78	45.274,95
Administração	40.000,00	40.000,00	4.017,60	19.598,46	4.017,60	19.598,46	0,42	49,00	20.401,54
Administração Geral	40.000,00	40.000,00	4.017,60	19.598,46	4.017,60	19.598,46	0,42	49,00	20.401,54
Assistência Social	6.250,00	6.250,00	850,54	3.384,57	850,54	3.384,57	0,07	54,15	2.865,43
Assistência à Criança e ao Adolescente	6.250,00	6.250,00	850,54	3.384,57	850,54	3.384,57	0,07	54,15	2.865,43
Saúde	37.500,00	48.134,00	12.041,59	47.774,98	11.912,96	47.646,35	1,02	98,99	487,65
Atenção Básica	37.500,00	48.134,00	12.041,59	47.774,98	11.912,96	47.646,35	1,02	98,99	487,65
Educação	61.600,00	71.515,00	15.976,73	69.226,27	15.859,88	69.109,42	1,48	96,64	2.405,58
Ensino Fundamental	36.600,00	42.965,00	11.492,59	41.698,63	11.375,74	41.581,78	0,89	96,78	1.383,22
Educação Infantil	25.000,00	28.550,00	4.484,14	27.527,64	4.484,14	27.527,64	0,59	96,42	1.022,36
Cultura	5.000,00	5.000,00	508,76	676,63	508,76	676,63	0,01	13,53	4.323,37
Difusão Cultural	5.000,00	5.000,00	508,76	676,63	508,76	676,63	0,01	13,53	4.323,37
Urbanismo	13.000,00	13.000,00	3.367,89	10.949,74	3.367,89	10.949,74	0,24	84,23	2.050,26
Serviços Urbanos	13.000,00	13.000,00	3.367,89	10.949,74	3.367,89	10.949,74	0,24	84,23	2.050,26
Gestão Ambiental	3.750,00	3.750,00	688,87	2.424,08	688,87	2.424,08	0,05	64,64	1.325,92
Preservação e Conservação Ambiental	3.750,00	3.750,00	688,87	2.424,08	688,87	2.424,08	0,05	64,64	1.325,92
Agricultura	8.750,00	8.750,00	1.510,14	6.225,73	1.510,14	6.225,73	0,13	71,15	2.524,27
Extensão Rural	8.750,00	8.750,00	1.510,14	6.225,73	1.510,14	6.225,73	0,13	71,15	2.524,27
Comércio e Serviços	1.000,00	1.000,00	0,00	560,05	0,00	560,05	0,01	56,01	439,95
Turismo	1.000,00	1.000,00	0,00	560,05	0,00	560,05	0,01	56,01	439,95

Continua 2/3

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	192.850,00	213.399,00	40.798,13	168.369,53	40.552,65	168.124,05	3,61	78,78	45.274,95
Transporte	16.000,00	16.000,00	1.836,01	7.549,02	1.836,01	7.549,02	0,16	47,18	8.450,98
Transporte Rodoviário	16.000,00	16.000,00	1.836,01	7.549,02	1.836,01	7.549,02	0,16	47,18	8.450,98
TOTAL (III) = (I + II)	9.823.895,00	12.228.241,00	1.431.578,26	7.785.930,12	1.881.000,51	4.655.323,06	100,00	38,07	7.572.917,94

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SAO PEDRO DE ALCANTA, 24/09/2010

ERNEI JOSE STAHELIN	ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM	MARIA DELENE S. JUNKES	MICHELE MAIA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC/SC 19469	SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJ.	CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.553.895,00	9.553.895,00	2.265.562,25	23,71	6.599.979,06	69,08	2.953.915,94
RECEITAS CORRENTES	8.068.895,00	8.068.895,00	1.515.562,25	18,78	5.349.979,06	66,30	2.718.915,94
RECEITA TRIBUTARIA	607.605,00	607.605,00	277.582,62	45,68	532.830,75	87,69	74.774,25
IMPOSTOS	569.000,00	569.000,00	273.049,49	47,99	495.300,46	87,05	73.699,54
TAXAS	38.605,00	38.605,00	4.533,13	11,74	37.530,29	97,22	1.074,71
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	315.000,00	315.000,00	66.138,96	21,00	266.800,59	84,70	48.199,41
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	175.000,00	175.000,00	29.178,29	16,67	114.009,90	65,15	60.990,10
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	140.000,00	140.000,00	36.960,67	26,40	152.790,69	109,14	-12.790,69
RECEITA PATRIMONIAL	268.070,00	268.070,00	94.838,62	35,38	259.545,15	96,82	8.524,85
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	268.070,00	268.070,00	94.838,62	35,38	259.545,15	96,82	8.524,85
RECEITA DE SERVIÇOS	7.000,00	7.000,00	1.000,00	14,29	3.847,52	54,96	3.152,48
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.623.396,00	6.623.396,00	1.040.279,37	15,71	4.175.338,11	63,04	2.448.057,89
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.506.221,00	6.506.221,00	1.007.030,94	15,48	4.101.697,39	63,04	2.404.523,61
Transf. de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00	0,00	-30,00
Transf. de Conv.	117.175,00	117.175,00	33.248,43	28,38	73.610,72	62,82	43.564,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	247.824,00	247.824,00	35.722,68	14,41	111.616,94	45,04	136.207,06
Multas e Juros de Mora	61.758,00	61.758,00	776,76	1,26	3.017,49	4,89	58.740,51
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60.580,00	60.580,00	18.816,21	31,06	21.739,25	35,89	38.840,75
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	60.486,00	60.486,00	8.320,99	13,76	46.998,34	77,70	13.487,66
RECEITAS DIVERSAS	65.000,00	65.000,00	7.808,72	12,01	39.861,86	61,33	25.138,14
RECEITAS DE CAPITAL	1.485.000,00	1.485.000,00	750.000,00	50,51	1.250.000,00	84,18	235.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.445.000,00	1.445.000,00	750.000,00	51,90	1.250.000,00	86,51	195.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.445.000,00	1.445.000,00	750.000,00	51,90	1.250.000,00	86,51	195.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	270.000,00	270.000,00	45.239,36	16,76	174.163,03	64,50	95.836,97
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	270.000,00	270.000,00	45.239,36	16,76	174.163,03	64,50	95.836,97
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	270.000,00	270.000,00	45.239,36	16,76	174.163,03	64,50	95.836,97
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	270.000,00	270.000,00	45.239,36	16,76	174.163,03	64,50	95.836,97
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	9.823.895,00	9.823.895,00	2.310.801,61	23,52	6.774.142,09	68,96	3.049.752,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	9.823.895,00	9.823.895,00	2.310.801,61	23,52	6.774.142,09	68,96	3.049.752,91
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	9.823.895,00	9.823.895,00	2.310.801,61	23,52	6.774.142,09	68,96	3.049.752,91
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.053.346,00	—	—	64.118,07	—	—
Superávit Financeiro	—	1.053.346,00	—	—	64.118,07	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	9.631.045,00	2.383.797,00	12.014.842,00	1.390.780,13	7.617.560,59	1.840.447,86	4.487.199,01	37,35	7.527.642,99
DESPESAS CORRENTES	6.026.889,56	586.179,19	6.613.068,75	996.546,66	3.954.315,34	985.837,35	3.558.016,68	53,80	3.055.052,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.275.146,67	-76.209,14	3.198.937,53	529.509,61	2.116.760,24	534.277,58	2.106.119,74	65,84	1.092.817,79
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.747.742,89	662.388,33	3.410.131,22	467.037,05	1.837.555,10	451.559,77	1.451.896,94	42,58	1.958.234,28
DESPESAS DE CAPITAL	3.480.155,44	1.813.617,81	5.293.773,25	394.233,47	3.663.245,25	854.610,51	929.182,33	17,55	4.364.590,92
INVESTIMENTOS	3.449.155,44	1.813.617,81	5.262.773,25	387.903,67	3.638.706,63	848.280,71	904.643,71	17,19	4.358.129,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	31.000,00	0,00	31.000,00	6.329,80	24.538,62	6.329,80	24.538,62	79,16	6.461,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	124.000,00	-16.000,00	108.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	192.850,00	20.549,00	213.399,00	40.798,13	168.369,53	40.552,65	168.124,05	78,78	45.274,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	192.850,00	20.549,00	213.399,00	40.798,13	168.369,53	40.552,65	168.124,05	78,78	45.274,95
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	9.823.895,00	2.404.346,00	12.228.241,00	1.431.578,26	7.785.930,12	1.881.000,51	4.655.323,06	38,07	7.572.917,94

Continua 2/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	9.823.895,00	2.404.346,00	12.228.241,00	1.431.578,26	7.785.930,12	1.881.000,51	4.655.323,06	38,07	7.572.917,94
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.118.819,03	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	9.823.895,00	2.404.346,00	12.228.241,00	1.431.578,26	7.785.930,12	1.881.000,51	6.774.142,09	38,07	7.572.917,94

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 412.778,60

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SAO PEDRO DE ALCANTA, 24/09/2010

ERNEI JOSE STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
CONTADORA CRC/SC 19469

MARIA DELENE S. JUNCKES
SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.

MICHELE MAIA DA SILVA
CONTROLE INTERNO

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº1.793/2010

LEI Nº1.793/2010

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento anual para o exercício de 2011, será elaborado segundo as diretrizes de que trata esta Lei.

Art. 2º O Orçamento anual abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, os Fundos Municipais da: Saúde, Assistência Social, Infância e Adolescência, estes como unidades gestoras independentes, além do Fundo de Habitação de Interesse Social de Schroeder, Fundo Municipal de Saneamento Básico e o Fundo Municipal de Proteção dos Direitos do Consumidor, estes como unidades orçamentárias pertencentes ao orçamento geral do município.

Art. 3º A manutenção das atividades, bem como a conservação e recuperação de bens públicos, terão prioridades sobre as ações de expansão e novas obras.

Art. 4º Os investimentos com duração superior a 12(doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contempladas no Plano Plurianual.

Art. 5º Os projetos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos, especialmente aqueles que exijam contrapartida do município;

Art. 6º Fica o Município autorizado a conceder transferência de recursos financeiros ao:

I – Fundo Municipal da Saúde;

II – Fundo Municipal da Infância e Adolescência;

III – Fundo Municipal da Assistência Social;

IV – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

V – Fundo Municipal de Saneamento Básico;

VI - Fundo Municipal de Proteção dos Direitos do Consumidor.

Art. 7º O Poder Executivo promoverá estudos, sempre que necessário, visando introduzir modificações na administração tributária do Município para:

I – Adequar o Código Tributário Municipal ao Sistema Tributário Nacional;

II – Manter o cadastro imobiliário do município atualizado, dotando-o de informações que assegurem a justiça fiscal nos lançamentos de impostos sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana;

III – Utilizar a Contribuição de Melhoria como instrumento financiador de obras municipais, principalmente no que se refere à

pavimentação de ruas;

IV – Rever critérios de cobrança de taxas, para adequá-las ao custo real dos serviços que constituem os respectivos geradores;

V – Executar a cobrança da Dívida Ativa.

VI – Promover reajuste do IPTU e Unidade Fiscal Municipal;

Art. 8º Na elaboração da proposta orçamentária, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal, observar-se-á:

I – A despesa fixada não será superior à receita estimada;

II – Na estimativa das receitas serão considerados os valores efetivamente arrecadados nos exercícios de 2007, 2008, 2009 e a tendência do presente exercício, acrescidos da inflação e crescimento econômico projetados para 2011, recursos de convênios advindos de projetos devidamente encaminhados ao governo Estadual e Federal;

III – O pagamento dos serviços da dívida de pessoal e encargos e a manutenção das atividades terão prioridades sobre as ações de expansão;

Art. 9º Na elaboração da proposta orçamentária para 2011, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas no Plano Plurianual de Aplicação, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

Art. 10. O chefe do Poder Executivo estabelecerá a programação financeira, promovendo o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação acompanhado do cronograma de execução da despesa.

§ 1º As metas de arrecadação da receita serão baseadas na previsão de arrecadação das receitas correntes e de capital. As receitas de capital serão compostas por alienação de ativos e da soma dos valores constantes nos projetos encaminhados ao governo Estadual e Federal para realização de obras e investimentos.

§ 2º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado o total da receita efetivamente arrecadada bem como a despesa realizada no exercício, além do resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observando-se a vinculação da destinação de recursos.

§ 3º Na execução do orçamento, se ficar evidenciado que a receita arrecadada poderá ficar abaixo da programação da despesa, o Poder Executivo adotará medidas para limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observando-se a destinação de recursos, nas seguintes situações:

I – Contrapartidas para projetos ou atividades vinculados a convênios, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que não iniciadas;

III – Centralização do uso de veículos e maquinários, reduzindo o gasto com combustível;

IV – Redução do uso de telefones e energia elétrica nos ambientes de fácil luminosidade;

V – Promoção de estudos com os diversos setores da municipali-



dade para implementar outros mecanismos capazes de garantir o equilíbrio das contas públicas.

Art. 11. As metas fiscais das receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública, de que trata o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000, estão identificados através de Anexos, que farão parte integrante desta lei, de acordo com a seguinte especificação:

ANEXO I – Metas Anuais para os exercícios de 2010, 2011, 2012, em valores correntes e constantes;

ANEXO II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

ANEXO III - Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

ANEXO IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

ANEXO V - Origem e aplicação dos Recursos obtidos com a alienação de ativos;

ANEXO VI – Avaliação da Situação Financeira e atuarial do RPPS;

ANEXO VII – Estimativa e Compensação de renúncia da receita;

ANEXO VIII – Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado;

ANEXO IX – Demonstrativo de Riscos Fiscais e providências.

ANEXO X – Prioridades e metas para fixação das receitas;

ANEXO XI – Prioridades e metas para fixação das despesas.

Art. 12. De acordo com Lei específica o Município fica autorizado a aplicar o regime de adiantamento aos servidores municipais para despesas de viagem, participação em cursos, seminários, bem como outros eventos de interesse municipal;

Art. 13. Não serão concedidos adiantamentos:

I – A responsável por dois adiantamentos;

II – A responsável com prazo de prestação de contas vencido;

III – A responsável que dentro do prazo fixado, deixar de atender a notificação para regularizar prestação de contas;

Art. 14. Somente serão concedidos repasses financeiros a título de subvenção, auxílios, contribuições às entidades legalmente constituídas e que não apresentarem pendências junto à fazenda municipal ou prestações de contas em atraso.

Art. 15. Não serão concedidos repasses financeiros a entidades responsáveis por dois adiantamentos consecutivos sem apresentar prestação de contas do repasse anterior.

Art. 16. As entidades que pretendem receber repasses financeiros do município devem apresentar ao executivo municipal projeto de execução das despesas a serem realizadas, contendo descrição de sua aplicação bem como o levantamento dos custos para execução do projeto.

Art. 17. As entidades que receberem repasses financeiros do município terão prazo de até 60 dias da data do recebimento dos recursos para prestação de contas, ficando sujeito à devolução dos recursos caso não seja comprovada a devida aplicação conforme

descrição no artigo anterior.

Art. 18. O Município de Schroeder, fica autorizado mediante lei específica, reformular o plano de cargos e salários, corrigindo ou aumentando a remuneração dos servidores municipais.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei Orçamentária Anual.

Art. 19. Dentro das necessidades, fica o município autorizado a realizar Concurso Público Municipal de acordo com o Artigo 37, Inciso II, da CF de 1988.

Art. 20. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, desde que em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. As contratações de mão-de-obra cujas atividades ou funções não estão relacionadas no Plano de Cargos do Município não serão consideradas como substituição de servidores.

Art. 21. As despesas com pessoal e encargos sociais, não poderão exceder o limite estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000, adotando-se as seguintes medidas caso a despesa ultrapasse os limites:

I – Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – Eliminação das despesas com horas extras;

III – Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V – Pedido de Demissão Incentivada, conforme lei específica;

Art. 22. A proposta orçamentária do Poder Legislativo, deverá ser elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Executivo até 30 dias antes do encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento Geral do Município.

Art. 23. Na elaboração do Orçamento Geral do Município, serão observadas as diretrizes específicas de que trata esta Lei.

Art. 24. As despesas com manutenção e o desenvolvimento do ensino e Saúde observarão o limite mínimo fixado na Constituição Federal do Brasil.

Art. 25. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 26. O orçamento assegurará recursos destinados à Reserva Orçamentária, não superior a 10% (dez por cento) da despesa fixada.

Art. 27. A abertura de créditos suplementares será assegurada pela Lei Orçamentária até o limite de 50% (cinquenta por cento) da despesa fixada.

Art. 28. O Poder Executivo fica autorizado a remanejar através de Decreto as dotações de um elemento para outro dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, bem como realizar

suplementações orçamentárias com recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente e superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 29. Os recursos oriundos de convênio não previstos no orçamento, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fonte de recursos para créditos adicionais suplementares de projeto e atividades, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 30. O projeto de lei da proposta orçamentária deverá ser devolvido ao Executivo para sanção antes do término do exercício financeiro, até o encerramento da sessão legislativa.

Art. 31. O Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito, observando os limites de capacidade de endividamento do Município, em conformidade com as exigências fixadas pelo Banco Central do Brasil e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 32. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio

com os governos Federal, Estadual e municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 33. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 11 de maio de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2011

DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

REFERÊNCIA: 2011

LRF, art. 4º, § 1º R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2011			2012			2013		
	Valor Corrente (Com Inflação) (a)	Valor Constante (Sem Inflação)	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (Com inflação) (b)	Valor Constante (Sem inflação)	% PIB (c/PIB) x 100	Valor Corrente (com inflação) (c)	Valor Constante (Sem inflação)	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	32.612.046,50	31.207.700,00		34.242.648,83	32.768.085,00		35.954.781,27	34.406.489,25	
Receitas Financeiras ou Não Primárias	216.837,50	207.500,00		227.679,38	217.875,00		239.063,34	228.768,75	
(-) Operação de Crédito	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
(-) Rendimento de Aplicação Financeira	195.937,50	187.500,00		205.734,38	196.875,00		216.021,09	206.718,75	
(-) Alienação de Ativos	20.900,00	20.000,00		21.945,00	21.000,00		23.042,25	22.050,00	
Total das Receitas Primárias (I)	32.395.209,00	31.000.200,00		34.014.969,45	32.550.210,00		35.715.717,93	34.177.720,50	
Despesa Total	32.612.046,50	31.207.700,00		34.242.648,83	32.768.085,00		35.954.781,27	34.406.489,25	
Despesas Financeiras ou Não primárias	635.131,18	607.781,03		362.436,80	346.829,47		289.751,54	277.274,20	
(-) Juros e Amortização da Dívida Interna	635.131,18	607.781,03		362.436,80	346.829,47		289.751,54	277.274,20	
Total das Despesas Primárias (II)	31.976.915,32	30.599.918,97		33.880.212,03	32.421.255,53		35.665.029,73	34.129.215,05	
Resultado Primário (I – II)	418.293,18	400.281,03		134.757,42	128.954,47		50.688,20	48.505,45	
Resultado Nominal	-375.672,12	-359.494,85		-336.634,82	-322.138,58		-327.085,02	-313.000,02	
Dívida Pública Consolidada	687.580,68	657.971,94		413.645,86	395.833,36		152.395,84	145.833,34	
Ativo Disponível	1.254.000,00	1.200.000,00		1.316.700,00	1.260.000,00		1.382.535,00	1.323.000,00	
Haveres Financeiros	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Total da Dívida Consolidada Líquida	-566.419,32	-542.028,06		-903.054,14	-864.166,64		-1.230.139,16	-1.177.166,66	

FONTE: IPCA – Banco Central do Brasil

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Os valores Correntes foram calculados conforme Boletim FOCUS divulgado pelo Banco Central. Sendo previsto índice de 4,5% para cada ano.

O Ativo Financeiro de 2007 foi de R\$1.396.225,87, 2008 R\$1.653.548,24 e de 2009 R\$2.667.602,72. Estimou-se o Ativo Financeiro para



2011 em R\$1.200.000,00.

Em relação à Receita Orçada R\$6.176.000,00 (Seis milhões, cento e setenta e seis mil reais) tratam-se da expectativa de recebimento de recursos financeiros federais e estaduais devido a projetos encaminhados para a realização de obras e investimentos.

Em relação à Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida foram considerados os valores relativos ao parcelamento da Dívida com a CELESC, BADESC e o BNDES 2011: R\$657.971,94, 2012: R\$395.833,36 e 2013 R\$145.833,34.

Do somatório geral das primárias constam valores relativos a projetos encaminhados ao governo federal e estadual, cujos pedidos encontram-se protocolados juntos aos respectivos órgãos, de acordo com a seguinte programação

PROJETOS ENCAMINHADOS	RECURSOS	F = Federal E= Estadual TM = Transf.Municípios	CONTRAPARTIDA	TOTAL
EDUCAÇÃO				
Construção de CEI – Schroeder I	500.000,00	F	100.000,00	600.000,00
Aquisição de Mobília Escolar	100.000,00	F	10.000,00	110.000,00
CULTURA				
Casa da Cultura	200.000,00	F	50.000,00	250.000,00
Schroederfest	150.000,00	E	50.000,00	200.000,00
ESPORTES				
Estádio Municipal Cláudio Tomasselli	50.000,00	E	33.000,00	83.000,00
Ginásio dos Imigrantes	75.000,00	E	20.000,00	95.000,00
Stand de Tiro	59.000,00	E	108.000,00	167.000,00
Construção de canchas de bocha	200.000,00	F	50.000,00	250.000,00
OBRAS				
Pavimentação asfáltica	1.000.000,00	F	1.000.000,00	2.000.000,00
Pavimentação asfáltica	1.000.000,00	E		1.000.000,00
Prevenção e preparação para desastres	500.000,00	F	12.000,00	512.000,00
Construção de Ponte Schroeder/São João			400.000,00	400.000,00
TURISMO				
Alargamento da Estrada Macaquinho	50.000,00	E	15.000,00	65.000,00
SANEAMENTO				
Sistema de Abastecimento de água	300.000,00	F	100.000,00	400.000,00
Implantação de sistema esgoto e ETE	500.000,00	F	300.000,00	800.000,00
SAÚDE				
Aquisição de 02 veículos	115.000,00	E	40.000,00	155.000,00
Aquisição de Equipos + material odontológico	16.500,00	E	5.000,00	21.500,00
Ampliação Unidade de saúde III	138.000,00	E	100.000,00	238.000,00
Construção de Unidade de Saúde para ESF IV	165.000,00	E	50.000,00	215.000,00
Aquisição de odontomóvel	100.000,00	F	10.000,00	110.000,00
Aparelhos para atividade física	40.000,00	F	10.000,00	50.000,00
Aparelho Raio X	100.000,00	F	50.000,00	150.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Construção de CRAS/CREAS	400.000,00	F	100.000,00	500.000,00
Mobília para CRAS/CREAS			30.000,00	30.000,00
Promoção e Defesa Pessoa Idosa	50.000,00	F	5.000,00	55.000,00
Aquisição de veículo	27.500,00	E	24.500,00	52.000,00
HABITAÇÃO				
Aquisição de terrenos casas populares	100.000,00	F	70.000,00	170.000,00
CRIANÇA E ADOLESCENTE				
Construção de Centro de Atendimento a Criança	200.000,00	E	60.000,00	260.000,00
Aquisição de Veículo	40.000,00	E	12.000,00	52.000,00
Mobília			15.000,00	15.000,00
TOTAL	6.176.000,00		2.829.500,00	9.005.500,00

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2011

DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

REFERÊNCIA: 2011

LRF, art. 4º, § 1º R\$1,00

	2011			2012			2013		
	Valor Corrente (Com Inflação) (a)	Valor Constante (Sem Inflação) (b)	% PIB (c/PIB) x 100	Valor Corrente (Com inflação) (b)	Valor Constante (Sem inflação) (c)	% PIB (c/PIB) x 100	Valor Corrente (com inflação) (c)	Valor Constante (Sem inflação) (c)	% PIB (c/PIB) x 100
ESPECIFICAÇÃO									
Receita Total	32.612.046,50	31.207.700,00		34.242.648,83	32.768.085,00		35.954.781,27	34.406.489,25	
Receitas Financeiras ou Não Primárias	216.837,50	207.500,00		227.679,38	217.875,00		239.063,34	228.768,75	
(-) Operação de Crédito	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
(-) Rendimento de Aplicação Financeira	195.937,50	187.500,00		205.734,38	196.875,00		216.021,09	206.718,75	
(-) Alienação de Ativos	20.900,00	20.000,00		21.945,00	21.000,00		23.042,25	22.050,00	
Total das Receitas Primárias (I)	32.395.209,00	31.000.200,00		34.014.969,45	32.550.210,00		35.715.717,93	34.177.720,50	
Despesa Total	32.612.046,50	31.207.700,00		34.242.648,83	32.768.085,00		35.954.781,27	34.406.489,25	
Despesas Financeiras ou Não primárias	635.131,18	607.781,03		362.436,80	346.829,47		289.751,54	277.274,20	
(-) Juros e Amortização da Dívida Interna	635.131,18	607.781,03		362.436,80	346.829,47		289.751,54	277.274,20	
Total das Despesas Primárias (II)	31.976.915,32	30.599.918,97		33.880.212,03	32.421.255,53		35.665.029,73	34.129.215,05	
Resultado Primário (I – II)	418.293,18	400.281,03		134.757,42	128.954,47		50.688,20	48.505,45	
Resultado Nominal	-375.672,12	-359.494,85		-336.634,82	-322.138,58		-327.085,02	-313.000,02	
Dívida Pública Consolidada	687.580,68	657.971,94		413.645,86	395.833,36		152.395,84	145.833,34	
Ativo Disponível	1.254.000,00	1.200.000,00		1.316.700,00	1.260.000,00		1.382.535,00	1.323.000,00	
Haveres Financeiros	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
Total da Dívida Consolidada Líquida	-566.419,32	-542.028,06		-903.054,14	-864.166,64		-1.230.139,16	-1.177.166,66	

FONTE: IPCA – Banco Central do Brasil

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Os valores Correntes foram calculados conforme Boletim FOCUS divulgado pelo Banco Central. Sendo previsto índice de 4,5% para cada ano.

O Ativo Financeiro de 2007 foi de R\$1.396.225,87, 2008 R\$1.653.548,24 e de 2009 R\$2.667.602,72. Estimou-se o Ativo Financeiro para 2011 em R\$1.200.000,00.

Em relação à Receita Orçada R\$6.176.000,00 (Seis milhões, cento e setenta e seis mil reais) tratam-se da expectativa de recebimento de recursos financeiros federais e estaduais devido a projetos encaminhados para a realização de obras e investimentos.

Em relação à Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida foram considerados os valores relativos ao parcelamento da Dívida com a CELESC, BADESC e o BNDES 2011: R\$657.971,94, 2012: R\$395.833,36 e 2013 R\$145.833,34.

Do somatório geral das primárias constam valores relativos a projetos encaminhados ao governo federal e estadual, cujos pedidos encontram-se protocolados juntos aos respectivos órgãos, de acordo com a seguinte programação

PROJETOS ENCAMINHADOS	RECURSOS	F = Federal E = Estadual TM = Transf. Municípios	CONTRAPARTIDA	TOTAL
EDUCAÇÃO				
Construção de CEI – Schroeder I	500.000,00	F	100.000,00	600.000,00
Aquisição de Mobília Escolar	100.000,00	F	10.000,00	110.000,00
CULTURA				
Casa da Cultura	200.000,00	F	50.000,00	250.000,00
Schroederfest	150.000,00	E	50.000,00	200.000,00
ESPORTES				
Estádio Municipal Cláudio Tomaselli	50.000,00	E	33.000,00	83.000,00
Ginásio dos Imigrantes	75.000,00	E	20.000,00	95.000,00
Stand de Tiro	59.000,00	E	108.000,00	167.000,00



Construção de canchas de bocha	200.000,00	F	50.000,00	250.000,00
OBRAS				
Pavimentação asfáltica	1.000.000,00	F	1.000.000,00	2.000.000,00
Pavimentação asfáltica	1.000.000,00	E		1.000.000,00
Prevenção e preparação para desastres	500.000,00	F	12.000,00	512.000,00
Construção de Ponte Schroeder/São João			400.000,00	400.000,00
TURISMO				
Alargamento da Estrada Macaquinho	50.000,00	E	15.000,00	65.000,00
SANEAMENTO				
Sistema de Abastecimento de água	300.000,00	F	100.000,00	400.000,00
Implantação de sistema esgoto e ETE	500.000,00	F	300.000,00	800.000,00
SAÚDE				
Aquisição de 02 veículos	115.000,00	E	40.000,00	155.000,00
Aquisição de Equipos + material odontológico	16.500,00	E	5.000,00	21.500,00
Ampliação Unidade de saúde III	138.000,00	E	100.000,00	238.000,00
Construção de Unidade de Saúde para ESF IV	165.000,00	E	50.000,00	215.000,00
Aquisição de odontomóvel	100.000,00	F	10.000,00	110.000,00
Aparelhos para atividade física	40.000,00	F	10.000,00	50.000,00
Aparelho Raio X	100.000,00	F	50.000,00	150.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Construção de CRAS/CREAS	400.000,00	F	100.000,00	500.000,00
Mobília para CRAS/CREAS			30.000,00	30.000,00
Promoção e Defesa Pessoa Idosa	50.000,00	F	5.000,00	55.000,00
Aquisição de veículo	27.500,00	E	24.500,00	52.000,00
HABITAÇÃO	100.000,00	F	70.000,00	170.000,00
Aquisição de terrenos casas populares	100.000,00	F	70.000,00	170.000,00
CRIANÇA E ADOLESCENTE				
Construção de Centro de Atendimento a Criança	200.000,00	E	60.000,00	260.000,00
Aquisição de Veículo	40.000,00	E	12.000,00	52.000,00
Mobília			15.000,00	15.000,00
TOTAL	6.176.000,00		2.829.500,00	9.005.500,00

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2011

DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

REFERÊNCIA: 2011

LRF, art. 4º, § 2º, inciso I R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2009	% PIB	Metas Realizadas em 2009	% PIB	Variação	
	(a)		(b)		Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	26.125.300,00		19.405.390,29		-6.719.909,71	-26
Receitas Não Primárias	288.500,00		160.254,21		-128.245,79	-44
(-) Operações de Crédito	150.000,00		0,00		-150.000,00	-100
(-) Rendimento de Aplicações Financeiras	68.500,00		160.254,21		94.454,21	138
(-) Alienação de Ativos	70.000,00		0,00		-70.000,00	-100
Receitas Não-Financeiras (I)	25.836.800,00		19.245.136,08		-6591.663,92	-26
Despesa Total	26.125.300,00		18.391.335,81		-7.733.964,19	-30
Despesas Não Primárias	205.000,00		666.819,11		461.819,10	225
(-) Juros e Amortização da Dívida Interna	205.000,00		666.819,11		461.819,10	225
Despesas Não-Financeiras (II)	25.920.300,00		17.724.516,70		-8.195.783,30	-32



Resultado Primário III = (I – II)	-83.500,00		1.520.619,38		1.604.119,38	-1921
Resultado Nominal	-195.734,05		-1.473.972,28		-1.278.238,23	652
Dívida Pública Consolidada	594.900,75		595.680,12		779,37	0
Ativo Disponível	960.000,00		2.667.602,72		1.707.602,72	178
Haveres Financeiros	0,00		0,00		0,00	0
(-) Restos a Pagar Processados	0,00		0,00		0,00	0
Dívida Consolidada Líquida	-365.099,25		-2.071.922,60		-1.706.823,35	467

FONTE: Balanço Geral do Município de Schroeder

Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00		0,00			
Despesas Primárias por PPP (V)	0,00		0,00			
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00		0,00			

FONTE:

PPP – Parcerias Público-Privadas

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO III
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS
TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2011

DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

REFERÊNCIA: 2011

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2008	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Receita Total	24.506.694,38	27.165.086,94		30.155.565,00		32.612.046,50		34.242.648,83		35.954.781,27	
Receitas Primárias - Não-Financeiras (I)	23.419.572,78	26.871.074,64		28.931.412,50		32.395.209,00		34.014.969,45		35.715.717,93	
Despesa Total	24.506.694,38	27.165.086,94		30.155.565,00		32.612.046,50		34.242.648,83		35.954.781,27	
Despesas Primárias Não-Financeiras (II)	24.344.641,58	26.951.927,94		29.445.487,50		31.976.915,32		33.880.212,03		35.665.029,73	
Resultado Primário (III) (I – II)	-925.068,80	(80.853,30)		-514.075,00		418.293,18		134.757,42		50.688,20	
Resultado Nominal	-295.248,95	(203.524,27)		510.684,06		-375.672,12		-336.634,82		-327.085,02	
Dívida Pública Consolidada	230.634,80	594.900,75		605.358,88		687.580,68		413.645,86		152.395,84	
Dívida Consolidada Líquida	-301.284,17	-403.307,25		-126.141,12		-566.419,32		-903.054,14		-1.230.139,16	

A Variação da Receita Total ocorre devido a valores de projetos encaminhados ao governo estadual e federal para realização de obras e investimentos.

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2008	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Receita Total	23.591.350,00	26.125.300,00		28.857.000,00		31.207.700,00		32.768.085,00		34.406.489,25	
Receitas Não-Financeiras (I)	22.509.350,00	25.836.800,00		27.642.500,00		31.000.200,00		32.550.210,00		34.177.720,50	
Despesa Total	23.591.350,00	26.125.300,00		28.857.000,00		31.207.700,00		32.768.085,00		34.406.489,25	
Despesas Não-Financeiras (II)	23.435.350,00	25.920.300,00		28.177.500,00		30.599.918,97		32.421.255,53		34.129.215,05	
Resultado Primário (I – II)	(926.000,00)	(83.500,00)		(535.000,00)		400.281,03		128.954,47		48.505,45	
Resultado Nominal	(315.116,54)	(195.734,05)		488.692,88		-359.494,85		-322.138,58		-313.000,02	
Dívida Pública Consolidada	230.634,80	594.900,75		579.290,80		657.971,94		395.833,36		145.833,34	
Dívida Consolidada Líquida	(281.416,58)	(365.099,25)		(120.709,20)		-542.028,06		-864.166,64		-1.177.166,66	

FONTE: IPCA – Banco Central do Brasil e IGPM 2006(4,6%), 2007(4,5%), 2008(3,88%), 2009 (3,98%); 2010 (3,94%) e 2011(3,84%)

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IV
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2007 A 2009
2011

DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

REFERÊNCIA: 2011

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III R\$1,00



PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009	%	2008	%	2007	%
Patrimônio / Capital	14.924.856,15		13.784.129,31		10.339.449,79	
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	14.924.856,15		13.784.129,31		10.339.449,79	

Fonte: Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Schroeder

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009	%	2008	%	2007	%
Patrimônio / Capital	0,00		0,00		0,00	
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	0,00		0,00		0,00	

FONTE:

O Município de Schroeder não possui Regime Previdenciário sendo regido pela Consolidação das Leis do Trabalho

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO V

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2011

DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
REFERÊNCIA: 2011			
LRF, art. 4º, § 2º, inciso III R\$ 1,00			
RECEITAS REALIZADAS	2009 (a)	2008 (b)	2007 (c)
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	35.000,00	15.000,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	35.000,00	15.000,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	35.000,00	15.000,00
Alienação de Bens Imóveis			
Saldo do Exercício Anterior			2.959,42
Rendimento de Aplicações financeiras	901,97	1.971,53	129,19
TOTAL	901,97	36.971,53	18.088,61
DESPESAS LIQUIDADAS	2009 (d)	2008 (e)	2007 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	47.159,29	0,00	3.043,05
DESPESAS DE CAPITAL	47.159,29	0,00	3.043,05
Investimentos	47.159,29	0,00	3.043,05
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	47.159,29	0,00	3.043,05
	(g) + (a-d)+(h)	(h) = (b-e)+(i)	(i) = (c-f)
TOTAL	5.759,77	52.017,09	15.045,56
FONTE: Balanço Geral Consolidado do Município de Schroeder			



MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO VI
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2011

DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

TABELA 1 - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

REFERÊNCIA: 2011

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a R\$1,00

	2007	2008	2009
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Contribuições Previdenciárias			
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS			
Receita Patrimonial			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens			
Outras Receitas de Capital			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS			
Contribuição Patronal do Exercício			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
REPASSES PREVIDENCIÁRIO PARA COBERTURA DE DÉFICIT			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			
	2005	2006	2007
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS			
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Correntes			
Compensação Previdenciária de aposentadorias RPPS e RGPS			
Compensação Previdenciária de Pensões RPPS e RGPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I-II)			
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS			
FONTE:			

DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

TABELA I1 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

REFERÊNCIA: 2011

LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a R\$1,00

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID. Valor (b)	DESPESAS PREVID. Valor (c)	RESULTADO PREVID. Valor (d) = (a+b-c)	REPASSE RECEBIDO P/ COBERTURA DE DÉFICIT RPPS (e)

FONTE:

A Prefeitura Municipal de Schroeder não possui Regime Próprio de Previdência Social, sendo regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT



MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO VII
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2011

DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

REFERÊNCIA: 2011

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V R\$1,00

SETOR/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2011	2012	2013	
TOTAL					-
FONTE:					

Não há Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita do Município de Schroeder.

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO VIII
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2011

DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

REFERÊNCIA: 2011

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V R\$1,00

EVENTO	Valor Previsto 2011
Aumento Permanente da Receita	31.207.700,00
(-) Transferências Constitucionais	14.784.000,00
(-) Transferências do FUNDEB	3.095.000,00
(-) Aplicações Financeiras	187.500,00
(-) Transferências de Recursos Vinculados	3.224.000,00
(-) Operações de Crédito	0,00
(-) Alienação de Bens	20.000,00
(-) Transferência de recursos financeiros para realização de obras/Investimentos	6.176.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.721.200,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	3.721.200,00
Impacto de Novas DOCC (IV)	2.174.578,38
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	1.546.621,62

Programa	Folha	Manutenção	Total
PESSOAL			
Contratação de Profissionais no Setor de Educação	1.471.117,44		1.471.117,44
Contratação de Pessoal Saúde	520.472,29		520.472,29
Contratação de Pessoal Assistência Social	104.988,65		104.988,65
Manutenção de Escolas em decorrência de ampliação		30.000,00	30.000,00
Manutenção de Unidade de Saúde IV		30.000,00	30.000,00
Manutenção de CRAS		18.000,00	18.000,00
TOTAL GERAL	2.096.578,38	78.000,00	2.174.578,38

O demonstrativo expressa a elevação das despesas obrigatórias de caráter continuado em decorrência de aumento de pessoal no setor da educação, saúde e assistência social, além de despesas com manutenção em decorrência de ampliação de unidades escolares, centro de saúde e construção de Centro de Referência de Assistência Social. Verifica-se saldo positivo da receita no valor de R\$1.546.621,62. O aumento da receita está pautado na reavaliação da planta de valores mobiliária, efetiva fiscalização dos tributos municipais, atualização cadastral de contribuintes e índice inflacionário.



MUNICÍPIO DE SCHROEDER
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO IX
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2011

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

REFERÊNCIA: 2011

LRF, art. 4º, § 3º R\$1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Despesas relativas a despesas inesperadas causadas por calamidade pública como enchentes, vendavais e outros fatores de risco a municipalidade.			
Decisão Judicial referente Ações Trabalhistas			
		Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL	50.000,00	TOTAL	50.000,00
FONTE:			

ANEXO X – DAS RECEITAS

RECEITA	
PREFEITURA	2011
Projeção de Inflação	
TOTAL IPTU	1.022.000,00
IPTU 60%	613.200,00
IPTU 25%	255.500,00
IPTU 15%	153.300,00
TOTAL IRRF	60.000,00
IRRF 60%	36.000,00
IRRF 25%	15.000,00
IRRF 15%	9.000,00
TOTAL ITBI	250.000,00
ITBI 60%	150.000,00
ITBI 25%	62.500,00
ITBI 15%	37.500,00
TOTAL ISS	645.000,00
ISS 60% -	387.000,00
ISS 25%	161.250,00
ISS 15%	96.750,00
Taxa Fiscalização Sanitária	66.000,00
Taxa de Funcionamento Estabelecimento	50.000,00
Taxa de aprovação de projetos	29.000,00
Taxa de cemitérios	10.000,00
Taxa de limpeza pública (lixo)	600.000,00
Outras Taxas de Prestação de serviços	220.000,00
Contribuição de Melhoria	600.000,00
COSIP – Iluminação Pública	571.000,00
Remuneração Depósitos Bancários FUNDEB	13.000,00
Remuneração Depósito Bancários CIDE	500,00
Remuneração Outros Depósitos Bancários	150.000,00
Outras Receitas Agropecuárias	70.000,00
Abastecimento de Água	1.700.000,00
Religamento de água	30.000,00
Outros Serviços - águas	5.000,00
Multa águas	15.000,00
TOTAL FPM	7.560.000,00
Fundo de Participação dos Municípios 80%	6.048.000,00
Fundo de Participação dos Municípios 5%	378.000,00
Fundo de Participação dos Municípios 15%	1.134.000,00
Dedução FPM – FUNDEB	(1.512.000,00)
TOTAL ITR	16.000,00
ITR 80%	12.800,00
ITR 5%	800,00
ITR 15%	2.400,00
Dedução ITR – FUNDEB	(3.200,00)
Recursos Hídricos	118.000,00
Recursos Minerais	2.000,00
Fundo Especial	80.000,00
Salário Educação	320.000,00
TOTAL PNAE	135.000,00
PNAE – Ensino Fundamental	78.000,00
PNAE – Centros de Educação Infantil	22.000,00
PNAE – Pré-escolares	35.000,00
TOTAL PNATE	19.000,00
PNATE – Ensino Médio	12.000,00
PNATE – Ensino Fundamental	7.000,00
TOTAL ICMS/DESONERAÇÃO	48.000,00
ICMS/DESONERAÇÃO 80%	38.400,00
ICMS/DESONERAÇÃO 5%	2.400,00
ICMS/DESONERAÇÃO 15%	7.200,00
Dedução ICMS/DESONERAÇÃO – FUNDEB	(9.600,00)
TOTAL ICMS	5.800.000,00
ICMS 80%	4.640.000,00

ICMS 5%	290.000,00
ICMS 15%	870.000,00
Dedução ICMS - FUNDEB	(1.160.000,00)
TOTAL IPVA	1.200.000,00
IPVA 80%	960.000,00
IPVA 5%	60.000,00
IPVA 15%	180.000,00
Dedução IPVA - FUNDEB	(240.000,00)
TOTAL IPI	160.000,00
IPI 80%	128.000,00
IPI 5%	8.000,00
IPI 15%	24.000,00
Dedução IPI – FUNDEB	(32.000,00)
CIDE	40.000,00
TOTAL FUNDEB	3.095.000,00
FUNDEB 60%	1.857.000,00
FUNDEB 40%	1.238.000,00
Outras Transferências da União FEX	80.000,00
Convênio Estado Educação TOTAL	140.000,00
Transporte Escolar Ensino Médio	100.000,00
Transporte Escolar Ensino Fundamental	40.000,00
SSP-GERAL	50.000,00
SSP – Policia Civil	16.250,00
SSP – Policia Militar	16.250,00
SSI	17.500,00
TOTAL CONVÊNIOS CRECHE	95.000,00
Convênio Creche Girassol	50.000,00
Convênio Creche Cristiane Zerbin	45.000,00
Multa vigilância Sanitária	1.500,00
TOTAL MULTA IPTU	8.000,00
Multa IPTU 60%	4.800,00
Multa IPTU 25%	2.000,00
Multa IPTU 15%	1.200,00
TOTAL MULTA ITBI	2.000,00
Multa ITBI 60%	1.200,00
Multa ITBI 25%	500,00
Multa ITBI 15%	300,00
TOAL MULTA ISS	8.000,00
Multa ISS 60%	4.800,00
Multa ISS 25%	2.000,00
Multa ISS 15%	1.200,00
Multa Outros Tributos	20.000,00
TOTAL MULTA DIVIDA ATIVA IPTU	80.000,00
Multa Dívida Ativa IPTU - 60%	48.000,00
Multa Dívida Ativa IPTU – 25%	20.000,00
Multa Dívida Ativa IPTU – 15%	12.000,00
TOTAL MULTA DÍVIDA ATIVA ITBI	1.000,00
Multa Dívida Ativa ITBI – 60%	600,00
Multa Dívida Ativa ITBI – 25%	250,00
Multa Dívida Ativa ITBI – 15%	150,00
TOTAL MULTA DA ISS	8.000,00
Multa Dívida Ativa ISS – 60%	4.800,00
Multa Dívida Ativa ISS – 25%	2.000,00
Multa Dívida Ativa ISS – 15%	1.200,00
Multa Dívida Ativa Fiscalização Sanitária	1.000,00
Multa Dívida Ativa Contribuição Melhoria	10.000,00
Multa Dívida Ativa – Outros Tributos	50.000,00
Outras Restituições	50.000,00
TOTAL DIVIDA ATIVA IPTU	130.000,00
Receita Dívida Ativa IPTU - 60%	78.000,00
Receita Dívida Ativa IPTU - 25%	32.500,00
Receita Dívida Ativa IPTU - 15%	19.500,00
TOTAL DA ITBI	1.000,00
Receita Dívida Ativa do ITBI – 60%	600,00



Receita Dívida Ativa do ITBI – 25%	250,00
Receita Dívida Ativa do ITBI – 15%	150,00
TOTAL DA ISS	12.000,00
Receita Dívida Ativa ISS – 60%	7.200,00
Receita Dívida Ativa ISS - 25%	3.000,00
Receita Dívida Ativa ISS - 15%	1.800,00
Receita Dívida Ativa Contribuição Melhoria	40.000,00
Receita Dívida Ativa Outros tributos	100.000,00
Outras Receitas	10.000,00
Alienação de Bens Móveis	20.000,00
Transferência Convênio – Educação	600.000,00
Transferência Convênio – Cultura	350.000,00
Transferência Convênio - Esportes	384.000,00
Transferência Convênio Infra-estrutura	2.500.000,00
Transferência Convênio– Turismo	50.000,00
Transferência Convênio– Saneamento	800.000,00
RECEITAS CORRENTES	25.597.000,00
DEDUÇÃO FUNDEB	2.956.800,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	22.640.200,00
RECEITA DE CAPITAL	4.704.000,00
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	27.344.200,00
RECEITA SAÚDE	
TOTAL IRRF	125.000,00
IRRF – 60%	75.000,00
IRRF – 25%	31.250,00
IRR – 15%	18.750,00
TOTAL ISS	5.000,00
ISS – 60%	3.000,00
ISS – 25%	1.250,00
ISS – 15%	750,00
Outras Taxas de Prestação de Serviços	500,00
Remuneração Depósitos Bancários	20.000,00
Programa ESF – PACS	210.000,00
Programa ESF – PSF	384.000,00
Programa ESF - Saúde Bucal	72.000,00
PAB	270.000,00
Vigilância Epidemiológica	35.000,00
Prevenção de Doenças (Academias)	40.000,00
Recursos NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família	104.000,00
SUS – Vigilância Sanitária	10.000,00
SUS – Farmácia Básica	80.000,00
SUS – Média e Alta Complexidade	136.000,00
SUS – Sala Estabilização/Pronto atendimento	432.000,00
Estado – Farmácia Básica	70.000,00
Estado – Média e Alta Complexidade	10.000,00
Estado – ESF	60.000,00
Outras Restituições	1.000,00
Outras Receitas	1.000,00
Transferências Convênio – Saúde	674.500,00
RECEITAS CORRENTES	2.065.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	674.500,00
TOTAL DAS RECEITAS	2.740.000,00
RECEITA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
TOTAL IRRF	1.000,00
IRRF – 60%	600,00
IRRF – 25%	250,00
IRRF – 15%	150,00
TOTAL ISS	500,00
ISS – 60%	300,00
ISS – 25%	125,00

ISS – 15%	75,00
Outras Taxas de Prestação de Serviços	500,00
Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00
Piso Básico de Transição	54.000,00
Média Complexidade	45.000,00
Bolsa Família	7.000,00
Transferência Abrigos para Crianças	20.000,00
Transferências CRAS	96.000,00
Outras Restituições	500,00
Outras Receitas	500,00
Outras Transferências da União	50.000,00
Transferências Convênio União Habitação	100.000,00
Transferências Convênio – Assistência Social	427.500,00
RECEITAS CORRENTES	276.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	527.500,00
TOTAL DAS RECEITAS	803.500,00
RECEITA FIA	
TOTAL IRRF	500,00
IRRF – 60%	300,00
IRRF – 25%	125,00
IRRF – 15%	75,00
TOTAL ISS	500,00
ISS – 60%	300,00
ISS – 25%	125,00
ISS – 15%	75,00
Remuneração de Depósitos Bancários	3.000,00
Transferências de Instituições Privadas	70.000,00
Transferências de Pessoas	5.000,00
Outras Restituições	500,00
Outras Receitas	500,00
Transferências Convênios FIA	240.000,00
RECEITAS CORRENTES	80.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	240.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	320.000,00



TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS

PROJETOS ENCAMINHADOS	RECURSOS	F = Federal E= Estadual	CONTRAPARTIDA	TOTAL
EDUCAÇÃO				
Construção de CEI – Schroeder I	500.000,00	F	100.000,00	600.000,00
Aquisição de Mobília Escolar	100.000,00	F	10.000,00	110.000,00
CULTURA				
Casa da Cultura	200.000,00	F	50.000,00	250.000,00
Schroederfest	150.000,00	E	50.000,00	200.000,00
ESPORTES				
Estádio Municipal Cláudio Tomasselli	50.000,00	E	33.000,00	83.000,00
Ginásio dos Imigrantes	75.000,00	E	20.000,00	95.000,00
Stand de Tiro	59.000,00	E	108.000,00	167.000,00
Construção de canchas de bocha	200.000,00	F	50.000,00	250.000,00
OBRAS				
Pavimentação asfáltica	1.000.000,00	F	1.000.000,00	2.000.000,00
Pavimentação asfáltica	1.000.000,00	E		1.000.000,00
Prevenção e preparação para desastres	500.000,00	F	12.000,00	512.000,00
Construção de Ponte Schroeder/São João			400.000,00	400.000,00
TURISMO				
Alargamento da Estrada Macaquinho	50.000,00	E	15.000,00	65.000,00
SANEAMENTO				
Sistema de Abastecimento de água	300.000,00	F	100.000,00	400.000,00
Implantação de sistema esgoto e ETE	500.000,00	F	300.000,00	800.000,00
SAÚDE				
Aquisição de 02 veículos	115.000,00	E	40.000,00	155.000,00
Aquisição de Equipos + material odontológico	16.500,00	E	5.000,00	21.500,00
Ampliação Unidade de saúde III	138.000,00	E	100.000,00	238.000,00
Construção de Unidade de Saúde para ESF IV	165.000,00	E	50.000,00	215.000,00
Aquisição de odontomóvel	100.000,00	F	10.000,00	110.000,00
Aparelhos para atividade física	40.000,00	F	10.000,00	50.000,00
Aparelho Raio X	100.000,00	F	50.000,00	150.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Construção de CRAS/CREAS	400.000,00	F	100.000,00	500.000,00
Mobília para CRAS/CREAS			30.000,00	30.000,00
Promoção e Defesa Pessoa Idosa	50.000,00	F	5.000,00	55.000,00
Aquisição de veículo	27.500,00	E	24.500,00	52.000,00
HABITAÇÃO				
Aquisição de terrenos casas populares	100.000,00	F	70.000,00	170.000,00
CRIANÇA E ADOLESCENTE				
Construção de Centro de Atendimento a Criança	200.000,00	E	60.000,00	260.000,00
Aquisição de Veículo	40.000,00	E	12.000,00	62.000,00
Mobília			15.000,00	15.000,00

**ANEXO XI
PRIORIDADES E METAS PARA FIXAÇÃO DAS DESPESAS****0 - OPERAÇÕES ESPECIAIS**

- 01. Amortização da dívida com o BADESC;
- 02. Juros amortização da dívida com o BADESC;
- 03. Amortização de dívida com a CELESC;
- 04. Juros amortização da dívida com a CELESC;
- 05. Amortização Dívida BNDES (PROVIAS);
- 06. Juros Amortização da dívida com o BNDES.

01 - GABINETE DO PREFEITO

- 7. Aquisição de veículo para o gabinete do prefeito;
- 8. Manutenção do gabinete do prefeito.
- 9. Manutenção do Fundo Municipal de Proteção dos Direitos do Consumidor.

02 - GABINETE DO VICE-PREFEITO

- 10. Manutenção do gabinete do vice-prefeito.

03 - GESTÃO MUNICIPAL

- 11. Construção de refeitório;
- 12. Instalação de elevador no prédio da Prefeitura Municipal;
- 13. Aquisição de equipamentos de informática;
- 14. Aquisição de veículo;
- 15. Realização de Concurso Público;
- 16. Revisão de Plano de Cargos e Salários;
- 17. Contratação de pessoal;
- 18. Distribuição de uniformes aos servidores;
- 19. Contribuição a Associação de Servidores Municipais;
- 20. Contribuição a AMVALI, FECAM, CNM e demais associações legalmente constituídas;
- 21. Contribuição ao PASEP;
- 22. Cursos de capacitação aos servidores.
- 23. Manutenção do Setor de Gestão, Informática e Protocolo;
- 24. Manutenção do Setor de Recursos Humanos;
- 25. Manutenção do Setor Licitações, Compras, Convênios e Contratos;
- 26. Manutenção do Setor de Contabilidade, Patrimônio e Finanças;
- 27. Manutenção do Setor de Tributos e Fiscalização.

05 - EDUCAÇÃO PARA TODOS

- 28. Escola Municipal Rui Barbosa: Aquisição de terreno para ampliação do espaço físico, construção de uma sala de aula e depósito de materiais, reforma da unidade escolar, cobertura da quadra de esportes e implantação de parque infantil;
- 29. Escola Municipal Professora Clarice Lange Jacobi: Construção de quadra de esportes, construção de área coberta entre as salas de aula, construção de 02 salas de aula;
- 30. Escola Municipal Professora Vali Jorck Voigt: Reforma e pintura da unidade escolar;
- 31. Escola Municipal Professor Santos Tomaselli: Construção de quadra coberta;
- 32. Escola Municipal Professora Sarita Beck Rezende: Elevação e pintura do muro, aquisição de terreno para ampliar salas de aula;
- 33. Escola Municipal Professor Emílio da Silva: Reestruturação da cobertura, construção de central de gás;
- 34. Jardim de Infância Abelhinha Feliz: Construção de uma sala de aula, pintura de quadra de esportes.
- 35. Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho: Construção de uma sala de aula, ampliação e reforma de refeitório;
- 36. Jardim de Infância Branca de Neve: Reforma completa;
- 37. Jardim de Infância Pequeno Príncipe: Reforma completa;
- 38. Centro de Educação Infantil Cristiane Inês Zerbini: Drenagem

- do pátio escolar, construção de 02 salas de aula e retificação do solário;
- 39. Centro de Educação Infantil Girassol: Aquisição de novos brinquedos para parque infantil;
- 40. Construção de Centro de Educação Infantil em Schroeder I;
- 41. Aquisição de microônibus;
- 42. Aquisição de veículo para Secretaria de Educação;
- 43. Aquisição de 02 motocicletas;
- 44. Fornecimento de merenda escolar;
- 45. Ofertar transporte escolar;
- 46. Equipamentos de informática e eletro-eletrônicos;
- 47. Aquisição de mobília escolar;
- 48. Estudar proposta de municipalização da educação de 6ª a 9ª séries;
- 49. Ampliação do quadro de profissionais da educação (professores, serventes, pessoal técnico e administrativo);
- 50. Subvenções à APAE;
- 51. Convênios SENAI/SENAC/SOCIESC e outras instituições de ensino;
- 52. Auxílio a estudantes através de bolsas de estudos;
- 53. Manutenção do Ensino Fundamental;
- 54. Manutenção dos Pré-Escolares Municipais;
- 55. Manutenção dos Centros de Educação Infantil.

06 - CULTURA VIVA

- 56. Aquisição de computadores;
- 57. Acervo bibliográfico;
- 58. Equipamentos do cinema nos bairros;
- 59. Resgate histórico do Município;
- 60. Traje do grupo folclórico;
- 61. Festival da canção;
- 62. Manutenção dos grupos de teatro;
- 63. Manutenção do grupo folclórico;
- 64. Manutenção da banda;
- 65. Eventos culturais;
- 66. Realização de Schroederfest;
- 67. Construção de um palco alternativo;
- 68. Aquisição de um imóvel para a casa da cultura;
- 69. Aquisição de instrumentos musicais para banda e fanfarra;
- 70. Material para as aulas de educação musical;
- 71. Projetos de iluminação (canhões de luz e lâmpadas);
- 72. Contribuição financeira para entidades legalmente constituídas;
- 73. Aquisição de figurinos para teatro;
- 74. Aquisição de uniformes para a banda municipal e fanfarra;
- 75. Criação da Fundação Municipal da Cultura;
- 76. Decoração natalina envolvendo ruas do município e prédios públicos municipais;
- 77. Manutenção do setor de cultura.

07 - ESPORTE E LAZER

- 78. Manutenção do setor esportivo através de aquisição de material de expediente, limpeza/higiene, material esportivo, informática, compra de mobília, aquisição de implementos como base, suporte e tabela de basquete, postes de voleibol, traves, materiais de atletismo, canoagem e aparelho de som;
- 79. Manutenção e ampliação das atividades do calendário esportivo e estudantil do município; (campeonatos, torneios, jogos, festivais) assim como: arbitragem, premiação, material esportivo, transporte e demais itens necessários para a realização dos eventos;
- 80. Manutenção e ampliação das atividades esportivas das categorias de base, bem como descentralização das ações;
- 81. Apoio na representação do município por atletas, equipes esportivas e ou entidades quando da participação em competições, incluindo: transporte, alimentação, estadia, uniformização;
- 82. Apoio na promoção de eventos esportivos e de lazer dos mais



diversos ramos;

83. Formalização de convênios e contribuição financeira às entidades/ sociedades/ associações, legalmente constituídas;
84. Contratação de profissionais de Educação Física para realizar atividades técnicas nas diversas modalidades;
85. Capacitação dos profissionais do setor esportivo;
86. Manter parceria com governo federal e estadual no projeto "Segundo Tempo" e "Recreio nas férias";
87. Viabilizar estudo para desenvolver sistema de gestão compartilhada do esporte e do lazer;
88. Promover a realização de um evento que atenda simultaneamente as entidades comunitárias (associações, sociedades, clubes, 3ª idade, grupos familiares e de jovens, empresas e grupos organizados), proporcionando jogos diferenciados dos atuais (jogos de mesa, bolão, corridas, outros) englobando assim atividades esportivo-culturais e de lazer;
89. Construção de áreas/espacos de lazer nos bairros e assim melhorar e implantar locais para prática esportiva e lazer (parques infantis, campos/quadras poliesportivas e praças);
90. Reforma do alambrado e do gramado, instalação do processo de drenagem. Iluminação e arquibancada no Estádio Municipal Cláudio Tomaselli;
91. Ampliação do Ginásio de Esportes "Dos Imigrantes";
92. Desenvolver ações de apoio aos "trilheiros" e eventos de "mountain bike" e bicicross.
93. Incentivo para construção de pista para corrida de moto para realização de eventos;
94. Construção de cancha de bocha oficial e reestruturação de stand de tiro, incluindo lanchonete, sanitários e vestiários;
95. Aquisição de Motocicleta;
96. Construção de pistas de skate nos bairros;
97. Reforma do ginásio de esportes Alfredo Pasold;
98. Construção de pavilhão de eventos.

08 - SCHROEDER EM AÇÃO

99. Construção de galerias de águas pluviais;
100. Abertura da Avenida dos Imigrantes;
101. Construção rotatória Ponte Trindade;
102. Construção abrigos para passageiros de ônibus;
103. Construção de garagem para frota municipal;
104. Construção de ponte Schroeder – Jaraguá (São João);
105. Construção de capela mortuária;
106. Construção da rampa para manutenção e lavagem da frota municipal;
107. Construção de passarela na Ponte Jaraguá;
108. Construção de rotatória no acesso ao Bairro São João;
109. Aquisição de saibro e seixo;
110. Recapeamento asfáltico da Rua Marechal Castelo Branco;
111. Alargamento, retificação, ensaibramento e patrolamento de ruas não pavimentadas do município, conforme a necessidade;
112. Pavimentação asfáltica de diversas ruas através de convênios e contribuição de melhoria;
113. Ampliação e manutenção da rede de iluminação pública;
114. Construção de calçada defronte escola municipal Frida Hein Krause e Sarita Beck Rezende
115. Prevenção e preparação para desastres relacionados ao meio ambiente;
116. Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

09 - CORPO DE BOMBEIROS E SEGURANÇA

117. Convênio com a Polícia Civil e Militar através da Secretaria de Segurança Pública;
118. Convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários;
119. Construção de sede para bombeiros voluntários;
120. Incentivo ao programa "Bombeiro Mirim";
121. Monitoramento de ruas por câmera de vigilância;
122. Aquisição de radar móvel;

123. Ampliação e conserto das placas de sinalização de trânsito e faixas de pedestres;
124. Instalação de hidrantes nos bairros.
125. Redutor de velocidade próximo às escolas;
126. Manutenção do Setor de Segurança;

10 - APOIO A AGRICULTURA

127. Construção de Centro de Informações Turísticas e "Casa do Agricultor";
128. Distribuição de sementes e mudas de plantas;
129. Serviços de Retroescavadeira e Trator de Esteiras;
130. Curso de capacitação para agricultores;
131. Contribuição a associações agrícolas;
132. Assistência Técnica e Extensão Rural;
133. Convênio com Instituto Grade – combate ao maruim;
134. Apoiar a implementação e expansão da agricultura familiar;
135. Elaboração de projetos voltados ao aperfeiçoamento dos territórios rurais;
136. Programa de distribuição de calcário;
137. Aquisição de rotativa;
138. Manutenção da Secretaria de Agricultura.

11 - INCENTIVO AO TURISMO

139. Promover acesso as áreas turísticas e incentivar a instalação de pousada e hotel fazenda;
140. Infraestrutura na prainha – área de lazer;
141. Promoção e participação de feiras e eventos para divulgação do turismo – marketing turístico;
142. Construção de rampa para asa delta, pista de caiaque, ciclismo e corredor de acesso à visitaçao de Usina Hidroelétrica Bracinho;
143. Aprimorar projeto de sinalização turística;
144. Construção de mirante público;
145. Melhoramento de estrutura física para campeonatos de canoagem e outros;
146. Abertura, alargamento e ensaibramento da Rua Macaquinho/ Rio de Julho;
147. Padronização de calçadas e arborização de ruas;
148. Promoção do evento: Circuito Expedição Schroeder Natureza Viva;
149. Realização de concurso de jardins;
150. Manutenção do Setor de Turismo.

12 - INCENTIVO A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

151. Contrato com SEBRAE;
152. Convênio com ACIAS;
153. Viagens empresariais;
154. Viabilizar estudo de incentivo fiscal, bem como aquisição, permuta ou intermediação de negociação de terrenos para instalação de novas indústrias;
155. Auxiliar através de serviços de terraplenagem e outros serviços pertinentes à instalação de indústrias;
156. Revisão do Plano Diretor, adequando área industrial conforme a necessidade;

13 - ÁGUA PARA TODOS

157. Ampliação de Rede Adutora de Água Tratada;
158. Implantação da Nova Estação de Tratamento de Água;
159. Ampliação da rede de captação de água;
160. Ampliação de Reservatórios (2 X 500 m3);
161. Equipamentos e material permanente;
162. Laboratório de Águas e Efluentes;
163. Modernização dos Controles Operacionais;
164. Equipamentos para Controle de Perdas;
165. Recadastramento de usuários;
166. Programa de Gestão da Qualidade e Ambiental;



167. Programa de Capacitação e Treinamento;
168. Manutenção da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental.

14 - CIDADE LIMPA

169. Manutenção dos Serviços de Coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares;
170. Apoio na implantação de cooperativa de reciclagem de lixo.

15 - SANEAMENTO É SAÚDE

171. Detalhamento de Projeto de esgotamento sanitário;
172. Implantação do Sistema de Esgoto de Schroeder (30% rede);
173. Implantação Estação de Tratamento de Esgotos (50% tratamento);

16 - SAÚDE

174. Atendimento de pessoas portadoras de DST/HIV/AIDS;
175. Atendimento de grupo de gestantes, através de palestras em grupo, com equipe multidisciplinar, visita à maternidade, atendimento das necessidades sociais de gestantes;
176. Programa controle de tuberculose;
177. Programa de controle da hanseníase;
178. Programa de controle da hipertensão arterial;
179. Programa de controle de diabetes;
180. Ações de saúde da criança e adolescente;
181. Ações de Vigilância Sanitária
182. Ações de saúde da mulher;
183. Atendimento de grupo de gestantes;
184. Humanização do Pré-Natal e nascimento;
185. Programa de Saúde do trabalhador;
186. Programa de Combate a Dengue e Controle de Vetores;
187. Programa de Atenção à Saúde do Idoso;
188. Desenvolvimento de ações educativas e curativas através do Programa de Controle do Tabagismo e seus Fatores de Risco de Câncer;
189. Programa Planejamento familiar;
190. Ações em Vigilância e Prevenção de Agravos não-transmissíveis, através de formação de grupos de Atividade Física;
191. Implementações de ações para efetivação do Pacto de Saúde, pela vida, de Gestão e em Defesa do SUS;
192. Atenção Básica Ampliada através de atendimento e procedimentos da tabela Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS);
193. Fornecimento de medicamentos especiais e de farmácia básica;
194. Ações para divulgação das ações do SUS;
195. Convênio com clínicas de tratamento de dependência química;
196. Manter convênio com SESC para serviços de Saúde e Odontologia;
03 dentista, 02 auxiliares consultório dentário (3 meses);
197. Manter convênio com hospitais para realização de cirurgias eletivas com contrapartida do município;
198. Manter convênio e credenciamento de Serviços de Diagnóstico por imagem como: Raio X, ecografias, tomografias, ressonância magnética, consultas especializadas, fisioterapia, mamografia, exames patológicos;
199. Manter o Consórcio CIS/AMUNESC para a compra de consultas, exames e procedimentos de R\$ 0,60 a R\$ 1,00/mês/habitante;
200. Consórcio Intermunicipal CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas);
201. Aquisição de veículos: 01 ambulância, 01 veículo para transporte;
202. Aquisição de motocicleta;
203. Aquisição de instrumentais odontológicos;
204. Aquisição de materiais educativos para odontologia;

205. Aquisição de computadores nos consultórios odontológicos;
206. Aquisição e manutenção para oxigenoterapia contínua para pacientes com indicação médica;
207. Aquisição de equipamento de Raio X em todos os consultórios odontológicos;
208. Aquisição de Equipamentos ultrassonografia odontológico;
209. Aquisição de equipamentos de ultrassonografia;
210. Aquisição de odontomóvel;
211. Aquisição e manutenção de aparelhos para atividades físicas;
212. Aquisição de mobílias e material permanente para as Unidades de Saúde e Centro de Atendimento Especializado (CAE);
213. Aquisição de equipamentos eletrônicos para as Unidades de Saúde;
214. Aquisição de equipamentos médicos e hospitalares para as Unidades de Saúde;
215. Aquisição de 01 Equipamento e material odontológico;
216. Aquisição de aparelho de Raio X para pronto atendimento através de convênio estadual;
217. Aquisição de material educativo e de divulgação para epidemiologia e para o setor de doenças e agravos não transmissíveis;
218. Construção de abrigos para os carros da saúde nas Unidades Básicas de Saúde;
219. Ampliação da Unidade de Saúde (Equipe Saúde da Família III);
220. Implementação de escovódromo nas unidades sanitárias de saúde bucal;
221. Implementação do grupo de Saúde Mental
222. Projeto a nível federal no combate a violência;
223. Capacitação para os conselheiros municipais da saúde com recursos municipais;
224. Contratação de profissionais da saúde, conforme necessidade;
225. Pronto Atendimento/Sala de Estabilização: 02 médicos 40h, 03 enfermeira 40h, 03 técnicos de enfermagem, 01 motorista, 01 zeladora;
226. Manutenção convênio com o SAMU;
227. Atendimento através do odontomóvel nas escolas para demanda escolar e comunitária;
228. Aquisição de material de expediente;
229. Aquisição de vacina contra gripe para crianças até 5 anos;
230. Conferência da Saúde;
231. Manutenção da Secretaria de Saúde.

17 - SAÚDE DA FAMÍLIA

232. Curso introdutório para profissionais de Equipes da Saúde da Família;
233. Construção de Unidade Básica de Saúde e alamedeiro para atender Equipe de Saúde da Família IV, no bairro Schroeder III;
234. Contratação de assessoria, educação permanente e continuada através de capacitação para equipes de Saúde da Família, através de incentivo estadual e aquisição de material permanente para as equipes Saúde da Família e Saúde Bucal;
235. Atendimento através do Programa Saúde da Família, incluindo agentes comunitários e saúde bucal.
236. Aquisição de veículo para atender ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

18 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

237. Aluguel de Centro de Referência de Assistência Social;
238. Construção de Centro de Referência e Assistência Social;
239. Construção de Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
240. Aquisição de veículo;
241. Aquisição de mobília para Assistência Social;
242. Aquisição de equipamentos eletrônicos;
243. Implantação e Implementação da rua da cidadania;
244. Implantação do ticket alimentação;



245. Manutenção do programa Bolsa Família;
 246. Recurso para implementação do BPC (Benefício da Prestação Continuada) na escola;
 247. Ampliar programa de educação para o trabalho (PET);
 248. Ampliar grupo de idosos/famílias/projeto escuta – interatividade;
 249. Manutenção do grupo de dança dos idosos;
 250. Manutenção e ampliação atendimento oficina de Skate;
 251. Projetos de Capacitação e Geração de Renda: Panificação, Cooperativa de reciclagem lixo entre outros conforme necessidade social;
 252. Capacitação continuada;
 253. Realização de campanhas de cunho educativo;
 254. Realização de fóruns, conferências municipais e capacitação conselhos municipais;
 255. Ampliação de equipe técnica conforme a necessidade;
 256. Repasse de recursos financeiros na forma de lei específica, para entidades não governamentais;
 257. Concessão de benefícios eventuais definidos conforme lei municipal e critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal da Assistência Social;
 258. Reforma do Centro de Múltiplo Uso;
 259. Ações sócio educativas com crianças, adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiência e suas famílias;
 260. Implantação do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e Pro jovem em parceria com o governo federal;
 261. Manter convênio através de contribuição ou consórcio intermunicipal voltado ao atendimento à Criança e ao Adolescente;
 262. Manutenção do Setor de Assistência Social;

19 – HABITAÇÃO

263. Aquisição de terreno para andamento do projeto Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), com recursos federais e contrapartida municipal;
 264. Contrapartida municipal para a construção de casas em parceria com o estado;
 265. Desenvolver projeto de apoio à provisão habitacional de interesse social;

20 - CRIANÇA E ADOLESCENTE

266. Construção de centro de atendimento a criança e ao adolescente;
 267. Aquisição de mobília;
 268. Aquisição de equipamentos;
 269. Contratação de 01 motorista e 01 zeladora;
 270. Contratação de 05 Conselheiros Tutelares;
 271. Repasse de recursos financeiros na forma de lei específica, para entidades não governamentais que desenvolvam projetos/programas com foco na criança/adolescência;
 272. Financiamento de programas/projetos que tenham como público alvo crianças e adolescentes;
 273. Incentivar a ampla divulgação dos direitos da criança e adolescente, bem como dos serviços oferecidos pelo município com ênfase neste segmento;
 274. Capacitação de recursos humanos que atuem com a criança e o adolescente, formação/atualização de conselheiros (governamentais e não governamentais) e usuários;
 275. Incentivo a participação de crianças e adolescentes nas oficinas pedagógicas;
 276. Financiamento das conferências municipais dos direitos da criança e do adolescente;

21 - CÂMARA DE VEREADORES

277. Construção de sede;
 278. Aquisição de mobília;
 279. Manutenção da câmara de vereadores.

Lei Nº1.811/2010

LEI Nº1.811/2010

DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DAS RUAS NºS173, 174 E 175.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a aprovar a regularização das vias especificadas abaixo:

RUA	REQUERENTE	Valor Venal R\$/m² do Terreno	EXTEN- SÃO	GABARITO		
				LEITO	PASSEIO Lado esquerdo	PASSEIO Lado direito
173	Daniel Hertel	0,08	494,20m	10,00m	2,00m	2,00m
174	Daniel Hertel	0,08	140,00m	10,00m	2,00m	2,00m
175	Daniel Hertel	0,08	56,00m	10,00m	2,00m	2,00m

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 21 de setembro de 2010.

FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.
 ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
 Chefe de Gabinete

Lei Nº1.812/2010

LEI Nº1.812/2010

SUPLEMENTA E ANULA ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de R\$91.500,00 (Noventa e um mil e quinhentos reais) para reforço do programa abaixo especificado, constante da Lei Orçamentária nº1.757/2009 de 16 de outubro de 2009:

01	- CÂMARA MUNICIPAL
01.01	- CÂMARA DE VEREADORES
01.01.01.031.0021.2.059	- MANUT. DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
3.3.1.90.11.00.00	- Vencimentos Vantagens Fixas Pessoal
R\$ 73.350,00	
3.3.1.90.13.00.00	- Obrigações Patronais..... R\$ 18.150,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo



anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01 - CÂMARA MUNICIPAL
01.01 - CÂMARA DE VEREADORES
01.01.01.031.0021.1.010- CONSTRUÇÃO DE SEDE PRÓPRIA PARA CÂMARA
4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações R\$ 91.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder , 21 de setembro de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.695/2010, de 22 de setembro de 2010.

PORTARIA Nº. 3.695/2010, de 22 de setembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Maria de Lourdes Soares Ricardo , a partir desta data, em virtude seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de setembro de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.696/2010, de 23 de setembro de 2010.

PORTARIA Nº. 3.696/2010, de 23 de setembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando que o Poder Executivo Municipal promoveu Concurso Público para provimento de vagas na Administração Geral do Município, e que todos os candidatos aprovados no respectivo concurso já foram convocados e empossados;

Considerando que mesmo com a convocação e posse de todos os aprovados no Concurso Público nº. 001/2009, ainda restam vagas a serem preenchidas no quadro da Administração Geral do Município, em virtude do elevado número de demissões de profissionais

desse quadro, até o presente momento;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2010/SECEL/PMS, destinado ao provimento dos cargos vagos na estrutura da Administrativa Pública Municipal, entre eles, o de Professor, bem como o Decreto Municipal nº. 2.124/2010, de 02 de julho de 2010, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Priscila aparecida rigo, para exercer o cargo de Professor A (Educação Infantil), percebendo o nível salarial nº. 001 - Magistério (Nível 153), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2010 - SECEL/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de setembro de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 3.697/2010, de 23 de setembro de 2010.

PORTARIA Nº. 3.697/2010, de 23 de setembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Josiane Aparecida Bonetti.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008, a partir desta data.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 23 de setembro de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.
ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Aviso de pregão presencial registro de preços Nº 78/2010 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201.
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER/ SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2010 - PMS

PROCESSO Nº. 154/2010-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para conserto, montagem, balanceamento, geometria e cambagem para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento Gestão e Finanças; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 08 de outubro de 2010 às 08h45min.

Abertura do Processo: 08 de outubro de 2010 às 09h

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 27 de setembro de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Aviso de pregão presencial registro de preços Nº 79/2010 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201.
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER/ SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2010 - PMS

PROCESSO Nº. 155/2010-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais esportivos, implementos e troféus para atender as necessidades do Setor de Esporte da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 07 de outubro

de 2010 às 08h45min.

Abertura do Processo: 07 de outubro de 2010 às 09h

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 27 de setembro de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Aviso de pregão presencial registro de preços Nº 80/2010 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201.
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER/ SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2010 - PMS

PROCESSO Nº. 156/2010-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado para suprir as necessidades das Unidades de Saúde, CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Conselho Tutelar da Secretaria de Saúde e Assistência Social e PROCON da Prefeitura de Schroeder (SC), ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de outubro de 2010 às 08h45min.

Abertura do Processo: 13 de outubro de 2010 às 09h

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 27 de setembro de 2010.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de contrato registro de preço Nº. 64/2010-FMS

EXTRATO DE CONTRATO REGISTRO DE PREÇO Nº. 64/2010-FMS

Processo de licitação nº. 41/2010-FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 24/2010-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.



Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrições	Qdte.	Unid.	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
01	Termômetro digital infravermelho Infantil Auricular mede a temperatura instantaneamente através de sensor infravermelho. Sua precisão é comprovada clinicamente, emite beeps, memória das 9 últimas medições e visor digital. Design anatômico, leve e compacto com 6 funções em um único aparelho. Termômetro de testa, de ouvido infravermelho, temperatura ambiente, cronômetro e relógio/visor com data. Dispensa uso de capa higiênica; embalagem unitária; Escala da temperatura: 34-42, 2°C/F; resolução: 0,1C/F; precisão: +-0,2° C/F; resultado em apenas 1 segundo.	05	Unidade	98,93	494,65
06	Aparelho para tricotomia: material plástico, descartável, cabo anatômico, embalagem individual 02 (duas) lâminas paralelas afiadas e capa protetora para as lâminas.	50	Unidade	0,44	22,00
VALOR R\$ TOTAL					516,65

Valor: R\$ 516,65 (quinhentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos).

Data da Assinatura: 24/09/2010 - Vigência: 24/09/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de contrato registro de preço nº. 66/2010-FMS

EXTRATO DE CONTRATO REGISTRO DE PREÇO Nº. 66/2010-FMS

Processo de licitação nº. 41/2010-FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 24/2010-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratado: EXPRESSÃO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.314.098/0001-38, estabelecida na Avenida Procópio Gomes, nº. 1510, Bairro Bucarein, na cidade de Joinville, Estado de Santa

Catarina, CEP: 89202-300.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrições	Qdte.	Unid.	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
02	Colar Cervical Resgate, confeccionado em polietileno de alta densidade 1 mm, revestido com espuma macia E.V.A. (acetato vinil etil), fechados em velcro. No tamanho: PP (circunferência 44 cm); Peso: PP (0,66kg) cor branco.	10	Unidade	15,99	159,90
03	Colar Cervical Resgate, confeccionado em polietileno de alta densidade 1 mm, revestido com espuma macia E.V.A. (acetato vinil etil), fechados em velcro. No tamanho: P (circunferência 53 cm); Peso: P (0,90kg) cor branco.	10	Unidade	15,99	159,90
04	Colar Cervical Resgate, confeccionado em polietileno de alta densidade 1 mm, revestido com espuma macia E.V.A. (acetato vinil etil), fechados em velcro. No tamanho: M (circunferência 56 cm); Peso: M (0,120kg) cor branco.	10	Unidade	15,99	159,90
05	Colar Cervical Resgate, confeccionado em polietileno de alta densidade 1 mm, revestido com espuma macia E.V.A. (acetato vinil etil), fechados em velcro. No tamanho: G (circunferência 59 cm); Peso: G (0,130kg) cor branco.	10	Unidade	15,99	159,90
VALOR R\$ TOTAL					639,60

Valor: R\$ 639,60 (Seiscentos e trinta e nove reais e sessenta centavos).

Data da Assinatura: 24/09/2010 - Vigência: 24/09/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal



ATA DE REGSITRO DE PREÇO PR 24/2010-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/2

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010****Número do Registro de Preços: 11/2010****Data do Registro: 24/09/2010****Válido até: 24/09/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Termômetro digital infravermelho Infantil Auricular mede a temperatura instantaneamente através de sensor infravermelho. Sua precisão é comprovada clinicamente, emite beeps, memória das 9 últimas medições e visor digital. Design anatômico, leve e compacto com 6 funções em um único aparelho. Termômetro de testa, de ouvido infravermelho, temperatura ambiente, cronômetro e relógio/visor com data. Dispensa uso de capa higiênica; embalagem unitária; Escala da temperatura: 34-42, 2°C/F; resolução: 0,1C/F; precisão: +-0,2° C/F; resultado em apenas 1 segundo.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	INCOTERM	98,9300	1
			COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSP. MACROSUL LTDA (7130)	NCOTERM	169,5000	2
			TAMBORÃO QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA (10258)	INCOTERM	1.400,0000	3
2	Colar Cervical Resgate, confeccionado em polietileno de alta densidade 1 mm, revestido com espuma macia E.V.A. (acetato vinil etil), fechados em velcro. No tamanho: PP (circunferência 44 cm); Peso: PP (0,66kg) cor branco.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	POLARFIX	15,9900	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	MARIMAR	16,0000	2
			COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSP. MACROSUL LTDA (7130)	MARIMAR	16,2000	3
3	Colar Cervical Resgate, confeccionado em polietileno de alta densidade 1 mm, revestido com espuma macia E.V.A. (acetato vinil etil), fechados em velcro. No tamanho: P (circunferência 53 cm); Peso: P (0,90kg) cor branco.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	POLARFIX	15,9900	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	MARIMAR	16,0000	2
			COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSP. MACROSUL LTDA (7130)	MARIMAR	16,2000	3
4	Colar Cervical Resgate, confeccionado em polietileno de alta densidade 1 mm, revestido com espuma macia E.V.A. (acetato vinil etil), fechados em velcro. No tamanho: M (circunferência 56 cm); Peso: M (0,120kg) cor branco.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	POLARFIX	15,9900	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	MARIMAR	16,0000	2
			COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSP. MACROSUL LTDA (7130)	MARIMAR	16,2000	3
5	Colar Cervical Resgate, confeccionado em polietileno de alta densidade 1 mm, revestido com espuma macia E.V.A. (acetato vinil etil), fechados em velcro. No tamanho: G (circunferência 59 cm); Peso: G (0,130kg) cor branco.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	POLARFIX	15,9900	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	MARIMAR	16,0000	2
			COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSP. MACROSUL LTDA (7130)	MARIMAR	16,2000	3
6	Aparelho para tricotomia: material plástico, descartável, cabo anatômico, embalagem individual 02 (duas) lâminas paralelas afiadas e capa protetora para as lâminas.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	LORD	0,4400	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	CORAL II	4,5500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010****Data do Registro: 24/09/2010****Válido até: 24/09/2011****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
7	Mascara de venturi com tubo extensão, uso adulto com conectores de diluição (Fio2) para administração de oxigênio com concentração de 24% a 50% e com débito de 4 LPM a 10 LPM. Composição: máscara transparente, flexível, atóxica com elástico para ajuste facial e orifícios laterais; traquéia; 6 diluidores coloridos para diferentes concentrações de % de FIO2, nas cores azul (24%), amarelo (28%), branco (31%), verde (35%) rosa (40%), laranja (50%) copo (branco) com entrada para ar comprimido, prolongamento de oxigênio, livre de látex, produto de uso único.	UN	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSP. MACROSUL LTDA (7130)	PROTEC	22,2800	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	PROTEC	22,5400	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	PROTEC	60,2000	3
8	Máscara de venturi com tubo extensão, uso infantil com conectores de diluição (Fio2) para administração de oxigênio com concentração de 24% a 50% e com débito de 4 LPM a 10 LPM. Composição: máscara transparente, flexível, atóxica com elástico para ajuste facial e orifícios laterais; traquéia; 6 diluidores coloridos para diferentes concentrações de % de FIO2, nas cores azul (24%), amarelo (28%), branco (31%), verde (35%) rosa (40%), laranja (50%) copo (branco) com entrada para ar comprimido, prolongamento de oxigênio, livre de látex, produto de uso único.	UN	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSP. MACROSUL LTDA (7130)	PROTEC	22,2800	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	PROTEC	22,5400	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	PROTEC	60,2000	3

SCHROEDER, 24 de Setembro de 2010.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PR 52/2010-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2010**Número do Registro de Preços: 31/2010****Data do Registro: 25/06/2010****Válido até: 25/06/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais operacionais para manutenção, ampliação e consertos em geral para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Luva para ligações prediais de água, fabricada por processo de injeção a partir de PVC 6,3, PN 750 KPa, extremidades com bolsas para tubo de PVC Junta Soldável, conforme com a norma da ABNT NBR 5648:1999 e respectivas referências normativas da mesma, DE 25.	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TUBOZAN	0,2600	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	KRONA	0,2800	2
2	Luva de dupla compressão em PP, 20 mm.	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TIGRE	2,2800	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	DOAL	2,3000	2
3	Cap para ligações prediais de água, fabricado por processo de injeção a partir de PVC 6,3, PN 750 KPa, extremidade com bolsa para tubo de PVC Junta Soldável, conforme com a norma da ABNT NBR 5648:1999 e respectivas referências normativas da mesma, DE 25.	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TUBOZAN	0,4300	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	KRONA	0,4500	2
4	Cap para ligações prediais de água, fabricado por processo de injeção a partir de PVC 6,3, PN 750 KPa, extremidade com bolsa para tubo de PVC Junta Soldável, conforme com a norma da ABNT NBR 5648:1999 e respectivas referências normativas da mesma, DE 32.	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TIGRE	0,6900	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	KRONA	0,7000	2
5	Luva de Redução, fabricada por processo de injeção a partir de PVC Rígido 6,3, PN 750 KPa, extremidades com Bolsas para Tubo de PVC de Junta Soldável, conforme com a norma da ABNT NBR 5648:1999 e respectivas referências normativas da mesma, DE 25 x ¾	PC	SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	KRONA	0,4700	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TUBOZAN	0,7400	2
6	Curva 90° de Raio Curto (Joelho), para JUNTA SOLDÁVEL, com bolsas em ambas as extremidades, fabricada a partir de PVC Rígido 6,3, por processo de injeção, PN 750 KPa, conforme com a norma da ABNT NBR 5648:1999 e respectivas referências normativas da mesma, DE 25.	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TUBOZAN	1,1400	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	KRONA	1,1500	2
7	COLAR DE TOMADA 200 X ¾ (FERRO FUNDIDO)	PC	SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	FANUEL	29,0000	1
8	Adaptador para tubo PEAD DN - 20mm x 3/4 conforme norma ABNT NBR - 9798.	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TIGRE	2,2500	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	DOAL	2,3000	2
9	Tubete Cego, medida 3/4 na cor branca	PC	COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	HAHNEMAN	1,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 31/2010**Número do Registro de Preços: 31/2010****Data do Registro: 25/06/2010****Válido até: 25/06/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais operacionais para manutenção, ampliação e consertos em geral para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
	SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	LH			1,8500	2

SCHROEDER, 25 de Junho de 2010.



Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1334/2010 de 24 de setembro de 2010.

DECRETO Nº 1334/2010 de 24 de setembro de 2010.

Dispõe sobre a anulação do processo de licitação nº 67/2010, modalidade Convite nº 022/2010, do Município de Tunápolis e contém outras providências.

VOLMIR PEDRO LAWISCH, Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, as disposições da Lei Orgânica Municipal e considerando; Que, a licitação nº 067/2010, modalidade Convite nº 022/2010 do Município de Tunápolis, tendo como Objeto a contratação de serviços de assessoria para elaboração de projeto pedagógico e demais serviços pertinentes a Rede Municipal de Educação Básica. Que, houve a participação de três empresas apresentando nos devidos prazos apresentando os envelopes da documentação e das propostas exigidos para participação do certame.

Que, o Município tem como regra para que a contratação seja possível, haver a necessidade de pelo menos três propostas válidas, isto é, que atendem a todas as exigências do ato convocatório.

Que, no setor de Compras do Município, após a revisão habitual dos processos de licitação, constatou-se que a empresa UCEFF - Unidade Central de Educação FAEM Faculdade Ltda, vencedora do certame 067/2010, modalidade Convite, apresentou a Certidão de Regularidade relativos aos Tributos da Fazenda Nacional vencida na data da abertura dos envelopes.

Que, houve apenas a assinatura do contrato da prestação de serviços, não havendo ainda a execução dos mesmos e conseqüentemente nenhum dispêndio financeiro pela Municipalidade.

Que, é dever da Administração anular seus próprios atos quando perceber que praticou ato contrário ao direito vigente, para restaurar a legalidade administrativa.

DETERMINA:

Art. 1º Anular o processo de licitação 067/2010, modalidade Convite nº 022/2010 do Município de Tunápolis, que tendo como Objeto a contratação de serviços de assessoria para elaboração de projeto pedagógico e demais serviços pertinentes a Rede Municipal de Educação Básica, e todos os atos decorrentes em função do referido processo, fundamentado pelo art. 49, da Lei 8.666/93.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis - SC,
Em 24 de setembro de 2010.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito em Exercício.

Este Decreto foi publicado em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

Processo de Licitação Nº 95/2010

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 95/2010

Edital de Pregão Presencial nº 37/2010

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto

receber propostas para contratação de serviços de assessoria para elaboração de projeto pedagógico e demais serviços pertinentes a Rede Municipal de Educação Básica envolvendo 110h/a (cento e dez horas)

Entrega das propostas até às 8h15min do dia 08/10/2010.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 24 de setembro de 2010.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito em Exercício

Extrato de Contrato nº 90/2010

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Extrato de Contrato nº 90/2010

PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e a Transportes Hen-car Ltda ME

Objeto: O presente instrumento tem por objeto a outorga, mediante regime de concessão, da prestação do serviço de transporte coletivo urbano municipal de passageiros, por Ônibus, conforme Projeto Operacional Básico.

Origem Processo Licitatório nº 76/2010 e Concorrência Pública nº 02/2010

Vigência 01/09/2010 a 31/12/2010

A tarifa custará o valor de R\$ 1,93 (Um real e noventa e três centavos), por passageiro, sendo que o Município complementa com um incentivo no valor de R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos), por quilômetro rodado, para as empresas que executam os serviços de transporte rodoviário de passageiros, totalizando no ano o valor de R\$ 8.812,80 (Oito mil oitocentos e doze reais e oitenta centavos).

Tunápolis, SC, aos 01 de Setembro de 2010

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 91/2010

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Extrato de Contrato nº 91/2010

PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e a Franklin Meurer
Objeto: O presente instrumento tem por objeto a outorga, mediante regime de concessão de uso, da prestação do serviço por Empresa para explorar as dependências do Ginásio Municipal "Francisco Cacildo Froelich", e do Campo de Futebol anexo ao Centro Esportivo Municipal, objetivando a exploração comercial de bar do ginásio e aluguéis de horários do ginásio, com o comprometimento da limpeza do mesmo, e do aluguel dos horários do campo de futebol, quando necessitar de iluminação para a realização dos eventos.

Origem Processo Licitatório nº 79/2010 e Concorrência Pública nº 03/2010.

Vigência 06/09/2010 a 31/12/2010

Valor: R\$ 260,00 (Duzentos e sessenta reais)

Tunápolis, SC, aos 06 de Setembro de 2010

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 92/2010

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Extrato de Contrato nº 92/2010

PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e a Pré Lajes Materiais



de Construção Ltda

Objeto: O Presente contrato tem por objeto a Contratação de mão-de-obra, com fornecimento de materiais Contratação de mão-de-obra, com fornecimento de materiais para "Execução de reforma geral das Escolas das Linhas São Pedro, Fátima e Pitanguera com 969.45 m² de reforma e 208,22 m² de ampliação" Origem Processo Licitatório nº 85/2010 e Edital Tomada de Preços 07/2010

Vigência 09/09/2010 a 31/12/2010

Valor: R\$ 159.998,28 (Cento cinquenta e nove mil novecentos e noventa e oito reais e vinte oito centavos)

Tunápolis, SC, aos 09 de Setembro de 2010

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 2418/10

LEI Nº 2418/10, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.064 - Atenção de Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0012.0 - Aplicações Diretas 100.000,00

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

2.080 - Manutenção da Saúde no Município

3.3.90.00.00.00.00.00.03.00003.0 - Aplicações Diretas... 350.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 450.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2009 e excesso de arrecadação de 2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de setembro de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de setembro de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto nº 9.524/10

DECRETO Nº 9.524/10, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010

Institui horário especial, em turno único, em órgãos e repartições da Administração Municipal que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, usando das atribuições que lhe confere o art. 72, incisos IX e XII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de expediente, em turno único, a partir de 1º de outubro de 2010 até 31 de dezembro de 2010, nos seguintes órgãos da Administração Municipal:

I - das 7:00 h às 13:00 h:

- a) Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- b) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- c) Departamento de Notas de Produtores Rurais;
- d) Fundação Municipal de Esportes;
- e) INPREVID.

II - das 12:30 h às 18:30 h:

- a) Gabinete do Prefeito;
- b) Secretaria Municipal de Administração;
- c) Secretaria de Finanças;
- d) Secretaria de Planejamento;
- e) Secretaria da Assessoria Jurídica;
- f) Secretaria Municipal de Turismo e Cultura;
- g) Museu do Vinho "Mário de Pellegrin";
- h) Departamento de Ação Social;
- i) Departamento de Vigilância Sanitária;
- j) Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- k) FASM;
- l) Departamento de Notas de Produtores Rurais.

Parágrafo Único - Todos os órgãos supramencionados deverão atingir suas metas atinentes e previstas sob pena de revogação imediata do horário especial de expediente.

Art. 2º Fica mantido o atual horário de expediente nos seguintes órgãos da Administração Municipal:

- a) Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Secretaria Municipal de Educação;
- c) Biblioteca Municipal;
- d) Administração do Terminal Rodoviário "Waldemar Kleinubing";
- e) Departamento Administrativo dos Cemitérios Municipais.

Art. 3º Fica reduzido em 50% (cinquenta por cento) o vale-transporte dos servidores abrangidos pelo horário especial estabelecido neste Decreto.

Art. 4º A critério do Chefe do Poder Executivo e mediante exposição de motivos devidamente fundamentada do titular da Secretaria ou órgãos pertinentes, poderão ser estabelecidas exceções ao horário especial instituído pelo presente Decreto.

Parágrafo Único - Nas Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e Infraestrutura poderá ser estabelecida escala de plantão para até 2 (dois) servidores de cada uma das referidas secretarias.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Administração editará todos os atos complementares necessários à plena execução deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 9516/10.



Videira, 22 de setembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias de setembro de 2010.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto nº 9.526/10

DECRETO Nº 9.526/10, DE 23 DE SETEMBRO DE 2010.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09 de 10 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 - Secretaria de Administração
02 - Encargos Especiais
2.016 - Contribuições à AMARP
3.3.5.0.00.00.00.00.0.3.0000.0..... 57.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 57.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2.009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de setembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de setembro de 2010.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria nº 1266/10

PORTARIA nº 1266/10
Torna sem efeito a Portaria nº 0553/09 que designou servidor para exercer Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Tornar sem efeito, a partir de 1º de setembro de 2.010, a Portaria nº 0553/10, que designou o servidor GUSTAVO SCHENATTO, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Trabalho, símbolo FG-4.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2.010.

Videira, 21 de setembro de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de setembro de 2.010.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria nº 1267/10

PORTARIA nº 1267/10
Designa Gustavo Schenatto para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar GUSTAVO SCHENATTO, Agente de Serviços de Manutenção, CE08L, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus a 1º de setembro de 2.010.

Videira, 21 de setembro de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 de setembro de 2.010.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Dispensa de Licitação N. 20/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2010 - PMV
O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2010 - PMV
HOMOLOGAÇÃO: 23/09/2010
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PINTURA MECANIZADA DE FAIXA AMARELA CONTÍNUA NO EIXO E PINTURA BRANCA NAS BORDAS DA PISTA, NAS RUAS CAÇADOR E 10 DE SETEMBRO.
CONTRATADA: SINALTEC - TECNOLOGIA E SINALIZAÇÃO LTDA.
VALOR: R\$ 10.135,44 (dez mil cento e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso I e IV da Lei de Licitações.

Videira - SC, 23 de Setembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação Nº 02/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
VIDEIRAFEST
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2010
A VIDEIRAFEST comunica a homologação dos seguintes atos:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2010



HOMOLOGAÇÃO: 23/09/2010
CONTRATADO: Metromix Ltda
OBJETO: Locação de tenda para cobertura do espaço onde acontecerão os Shows Nacionais, durante a realização das festividades da VIDEIRAFEST 2010, nos dias 23 a 26 de setembro de 2010.
VALOR DA DESPESA: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 23 de Setembro de 2010.
VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Presidente da Comissão Central Organizadora Videirafest 2010
Prefeitura Municipal de Videira

VANDERLEI DOMINGUES DE MATOS
Presidente da Comissão Central Organizadora Videirafest 20
SERP

PR 20/2010 - FME

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2010 - FME

O Prefeito Municipal, através da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 20/2010 - FME. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TABUAS PARA SUBSTITUIÇÃO NAS ARQUIBANCADAS DO GINÁSIO MEDALHÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 15 de Outubro de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9034-3566-9012.

Videira/SC, 23 de Setembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO I RREO**ANEXO I RREO**

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	70.322.392,47	70.322.392,47	14.164.248,81	20,14	54.518.426,75	77,53	15.803.965,72
RECEITAS CORRENTES	69.777.984,70	69.777.984,70	13.972.546,84	20,02	53.274.721,82	76,35	16.503.262,88
RECEITA TRIBUTARIA	9.709.338,89	9.709.338,89	1.575.981,31	16,23	8.174.705,77	84,19	1.534.633,12
IMPOSTOS	8.263.813,46	8.263.813,46	1.456.958,43	17,63	6.799.281,15	82,28	1.464.532,31
TAXAS	1.402.586,98	1.402.586,98	109.138,89	7,78	1.317.018,17	93,90	85.568,81
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	42.938,45	42.938,45	9.883,99	23,02	58.406,45	136,02	-15.468,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.861.582,09	2.861.582,09	599.941,63	20,97	1.924.462,40	67,25	937.119,69
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.121.025,76	2.121.025,76	474.565,04	22,37	1.675.083,34	78,98	445.942,42
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	740.556,33	740.556,33	125.376,59	16,93	249.379,06	33,67	491.177,27
RECEITA PATRIMONIAL	5.026.503,45	5.026.503,45	1.952.510,74	38,84	4.783.785,94	95,17	242.717,51
RECEITAS IMOBILIARIAS	98.910,29	98.910,29	16.153,02	16,33	59.392,18	60,05	39.518,11
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	4.853.134,47	4.853.134,47	1.923.996,63	39,64	4.679.134,19	96,41	174.000,28
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	53.910,69	53.910,69	10.394,50	19,28	37.873,34	70,25	16.037,35
Outras Rec. Patrimoniais	20.548,00	20.548,00	1.966,59	9,57	7.386,23	35,95	13.161,77
RECEITA DE SERVIÇOS	582.515,62	582.515,62	202.847,88	34,82	715.152,08	122,77	-132.636,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	48.552.844,46	48.552.844,46	9.192.927,15	18,93	36.049.121,59	74,25	12.503.722,87
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	48.518.608,52	48.518.608,52	9.113.362,85	18,78	35.948.576,36	74,09	12.570.032,16
Transf. de Instituições Privadas	13.516,00	13.516,00	83,51	0,62	258,87	1,92	13.257,13
Transf. de Conv.	20.719,94	20.719,94	79.480,79	383,60	100.286,36	484,01	-79.566,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.045.200,19	3.045.200,19	448.338,13	14,72	1.627.494,04	53,44	1.417.706,15
Multas e Juros de Mora	1.052.704,30	1.052.704,30	198.985,92	18,90	665.372,35	63,21	387.331,95
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	898.501,07	898.501,07	125.671,92	13,99	468.017,53	52,09	430.483,54
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	530.539,09	530.539,09	94.160,98	17,75	381.734,79	71,95	148.804,30
RECEITAS DIVERSAS	563.455,73	563.455,73	29.519,31	5,24	112.369,37	19,94	451.086,36
RECEITAS DE CAPITAL	544.407,77	544.407,77	191.701,97	35,21	1.243.704,93	228,45	-699.297,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	37.095,98	37.095,98	0,00	0,00	0,00	0,00	37.095,98
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4.622,85	4.622,85	0,00	0,00	0,00	0,00	4.622,85
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	32.473,13	32.473,13	0,00	0,00	0,00	0,00	32.473,13
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	105.867,96	105.867,96	20.813,84	19,66	85.386,69	80,65	20.481,27
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	201.443,83	201.443,83	170.888,13	84,83	1.158.318,24	575,01	-956.874,41
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	201.443,83	201.443,83	125.785,66	62,44	412.715,77	204,88	-211.271,94
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	45.102,47	0,00	745.602,47	0,00	-745.602,47
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.566.906,05	4.566.906,05	904.828,83	19,81	3.114.944,91	68,21	1.451.961,14
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.566.906,05	4.566.906,05	904.828,83	19,81	3.114.944,91	68,21	1.451.961,14
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.566.906,05	4.566.906,05	904.828,83	19,81	3.114.944,91	68,21	1.451.961,14
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	165.000,00	165.000,00	70.233,14	42,57	220.642,62	133,72	-55.642,62
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.401.906,05	4.401.906,05	834.595,69	18,96	2.894.302,29	65,75	1.507.603,76
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	74.889.298,52	74.889.298,52	15.069.077,64	20,12	57.633.371,66	76,96	17.255.926,86

Continua 1/3



Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	74.889.298,52	74.889.298,52	15.069.077,64	20,12	57.633.371,66	76,96	17.255.926,86
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	74.889.298,52	74.889.298,52	15.069.077,64	20,12	57.633.371,66	76,96	17.255.926,86
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	9.000.987,99	—	—	4.061.886,61	—	—
Superávit Financeiro	—	9.000.987,99	—	—	4.061.886,61	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	71.996.762,92	15.064.446,99	87.061.209,91	12.709.837,06	50.144.201,63	12.466.459,18	41.267.613,63	47,40	45.793.596,28
DESPESAS CORRENTES	51.192.469,89	11.804.294,51	62.996.764,40	10.780.387,13	44.731.022,27	10.551.239,73	37.636.168,40	59,74	25.360.596,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.808.624,11	2.062.546,76	30.871.170,87	5.333.231,05	21.727.113,19	5.528.830,55	20.434.155,50	66,19	10.437.015,37
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.150.000,00	0,00	1.150.000,00	208.432,94	855.090,27	208.432,94	855.090,27	74,36	294.909,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.233.845,78	9.741.747,75	30.975.593,53	5.238.723,14	22.148.818,81	4.813.976,24	16.346.922,63	52,77	14.628.670,90
DESPESAS DE CAPITAL	13.722.490,05	3.260.152,48	16.982.642,53	1.929.449,93	5.413.179,36	1.915.219,45	3.631.445,23	21,38	13.351.197,30
INVESTIMENTOS	12.222.490,05	3.260.152,48	15.482.642,53	1.673.607,08	4.377.835,78	1.659.376,60	2.596.101,65	16,77	12.886.540,88
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	255.842,85	1.035.343,58	255.842,85	1.035.343,58	69,02	464.656,42
RESERVA LEGAL DO RPPS	6.781.802,98	0,00	6.781.802,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.781.802,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.892.535,60	1.012.938,56	3.905.474,16	646.290,27	2.551.706,01	646.290,27	2.551.706,01	65,34	1.353.768,15
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.892.535,60	1.012.938,56	3.905.474,16	646.290,27	2.551.706,01	646.290,27	2.551.706,01	65,34	1.353.768,15
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	74.889.298,52	16.077.385,55	90.966.684,07	13.356.127,33	52.695.907,64	13.112.749,45	43.819.319,64	48,17	47.147.364,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	74.889.298,52	16.077.385,55	90.966.684,07	13.356.127,33	52.695.907,64	13.112.749,45	43.819.319,64	48,17	47.147.364,43
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	13.814.052,02	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	74.889.298,52	16.077.385,55	90.966.684,07	13.356.127,33	52.695.907,64	13.112.749,45	57.633.371,66	48,17	47.147.364,43

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 5.637.040,84

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 24/09/2010

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

RENATA CHRISTINA MELILLO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO II RREO**ANEXO II RREO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	71.996.762,92	87.061.209,91	12.709.837,06	50.144.201,63	12.466.459,18	41.267.613,63	94,18	47,40	45.793.596,28
Legislativa	909.500,00	909.500,00	133.199,66	568.818,11	143.542,68	515.324,15	1,18	56,66	394.175,85
Ação Legislativa	909.500,00	909.500,00	133.199,66	568.818,11	143.542,68	515.324,15	1,18	56,66	394.175,85
Administração	5.926.236,49	7.261.936,49	1.166.128,12	4.943.758,71	1.101.451,47	4.496.790,71	10,26	61,92	2.765.145,78
Planejamento e Orçamento	550.000,00	606.000,00	126.522,77	431.224,63	122.537,41	423.340,34	0,97	69,86	182.659,66
Administração Geral	4.888.236,49	6.087.936,49	950.123,43	4.090.956,08	883.133,08	3.673.541,05	8,38	60,34	2.414.395,44
Normatização e Fiscalização	488.000,00	568.000,00	89.481,92	421.578,00	95.780,98	399.909,32	0,91	70,41	168.090,68
Segurança Pública	362.007,74	481.007,74	149.443,33	362.479,47	80.503,87	200.851,25	0,46	41,76	280.156,49
Policiamento	362.007,74	481.007,74	149.443,33	362.479,47	80.503,87	200.851,25	0,46	41,76	280.156,49
Assistência Social	2.904.293,00	3.262.512,96	343.662,57	1.733.046,32	406.896,85	1.376.806,54	3,14	42,20	1.885.706,42
Assistência ao Idoso	187.862,00	274.554,18	28.879,31	114.288,41	24.324,87	54.070,60	0,12	19,69	220.483,58
Assistência ao Portador de Deficiência	79.809,00	79.809,00	0,00	79.309,00	13.932,10	60.121,37	0,14	75,33	19.687,63
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.797.062,00	1.979.238,51	287.618,40	1.273.176,36	310.290,70	1.098.591,66	2,51	55,51	880.646,85
Assistência Comunitária	839.560,00	928.911,27	27.164,86	266.272,55	58.349,18	164.022,91	0,37	17,66	764.888,36
Previdência Social	2.619.279,44	4.539.279,44	535.718,93	2.039.259,87	525.739,14	2.011.454,35	4,59	44,31	2.527.825,09
Previdência do Regime Estatutário	2.619.279,44	4.539.279,44	535.718,93	2.039.259,87	525.739,14	2.011.454,35	4,59	44,31	2.527.825,09
Saúde	9.524.963,00	13.418.610,57	2.444.958,77	10.423.081,26	2.187.589,15	7.226.591,25	16,49	53,85	6.192.019,32
Atenção Básica	2.565.671,00	4.139.746,52	976.277,15	2.715.588,49	538.591,42	1.777.694,77	4,06	42,94	2.362.051,75
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.416.611,00	8.211.770,87	1.389.689,26	7.405.647,71	1.590.140,53	5.189.457,07	11,84	63,20	3.022.313,80
Vigilância Sanitária	304.737,00	660.892,17	47.199,09	147.997,93	27.541,47	114.014,69	0,26	17,25	546.877,48
Vigilância Epidemiológica	237.944,00	406.201,01	31.793,27	153.847,13	31.315,73	145.424,72	0,33	35,80	260.776,29
Educação	17.364.879,40	19.018.745,66	2.763.782,88	11.856.771,29	3.037.670,65	10.210.497,95	23,30	53,69	8.808.247,71
Administração Geral	1.066.500,00	1.141.100,00	198.402,73	762.912,29	184.793,54	713.509,45	1,63	62,53	427.590,55
Alimentação e Nutrição	308.960,00	508.960,00	9.549,86	173.926,57	48.371,89	117.455,62	0,27	23,08	391.504,38
Ensino Fundamental	8.496.400,00	8.496.400,00	1.201.164,42	5.103.789,55	1.260.415,45	4.144.264,88	9,46	48,78	4.352.135,12
Ensino Médio	151.000,00	580.266,26	2.590,05	106.336,93	27.207,66	32.990,74	0,08	5,69	547.275,52
Ensino Superior	520.000,00	520.000,00	0,00	514.249,10	77.773,73	335.395,57	0,77	64,50	184.604,43
Educação Infantil	6.822.019,40	7.772.019,40	1.352.075,82	5.195.556,85	1.439.108,38	4.866.881,69	11,11	62,62	2.905.137,71
Cultura	336.500,00	249.750,00	33.986,70	154.279,79	38.011,69	139.153,32	0,32	55,72	110.596,68
Difusão Cultural	336.500,00	249.750,00	33.986,70	154.279,79	38.011,69	139.153,32	0,32	55,72	110.596,68
Urbanismo	11.112.350,87	13.534.640,87	2.909.880,97	8.241.670,95	2.444.583,55	6.741.247,77	15,38	49,81	6.793.393,10
Infra-estrutura Urbana	5.917.095,98	7.225.595,98	1.393.163,69	4.552.930,47	1.197.101,89	4.111.705,07	9,38	56,90	3.113.890,91
Serviços Urbanos	5.195.254,89	6.309.044,89	1.516.717,28	3.688.740,48	1.247.481,66	2.629.542,70	6,00	41,68	3.679.502,19
Habitação	413.000,00	413.000,00	82.887,35	129.887,35	0,00	0,00	0,00	0,00	413.000,00
Habitação Urbana	413.000,00	413.000,00	82.887,35	129.887,35	0,00	0,00	0,00	0,00	413.000,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	71.996.762,92	87.061.209,91	12.709.837,06	50.144.201,63	12.466.459,18	41.267.613,63	94,18	47,40	45.793.596,28
Saneamento	248.500,00	248.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248.500,00
Saneamento Básico Urbano	248.500,00	248.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248.500,00
Agricultura	2.027.950,00	2.962.050,00	544.436,62	2.022.494,04	584.832,08	1.663.009,31	3,80	56,14	1.299.040,69
Abastecimento	2.027.950,00	2.962.050,00	544.436,62	2.022.494,04	584.832,08	1.663.009,31	3,80	56,14	1.299.040,69
Indústria	165.000,00	165.000,00	447,66	1.114,61	447,66	1.114,61	0,00	0,68	163.885,39
Promoção Industrial	165.000,00	165.000,00	447,66	1.114,61	447,66	1.114,61	0,00	0,68	163.885,39
Comércio e Serviços	607.000,00	1.291.000,00	259.580,46	766.190,02	268.172,72	648.287,42	1,48	50,22	642.712,58
Turismo	607.000,00	1.291.000,00	259.580,46	766.190,02	268.172,72	648.287,42	1,48	50,22	642.712,58
Transportes	3.530.000,00	4.150.000,00	240.653,72	1.324.699,23	329.462,48	1.091.590,60	2,49	26,30	3.058.409,40
Transporte Rodoviário	3.500.000,00	4.120.000,00	240.653,72	1.324.699,23	329.462,48	1.091.590,60	2,49	26,49	3.028.409,40
Outros Encargos Especiais	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Desporto e Lazer	981.500,00	2.053.973,20	166.161,91	1.219.870,02	250.054,68	711.086,67	1,62	34,62	1.342.886,53
Desporto Comunitário	981.500,00	2.053.973,20	166.161,91	1.219.870,02	250.054,68	711.086,67	1,62	34,62	1.342.886,53
Encargos Especiais	5.882.000,00	6.019.900,00	934.907,41	4.356.780,59	1.067.500,51	4.233.807,73	9,66	70,33	1.786.092,27
Transferências	295.000,00	352.900,00	46.000,00	350.660,00	98.566,00	279.926,00	0,64	79,32	72.974,00
Outros Encargos Especiais	5.587.000,00	5.667.000,00	888.907,41	4.006.120,59	968.934,51	3.953.881,73	9,02	69,77	1.713.118,27
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
 RESERVA DO RPPS	 6.781.802,98	 6.781.802,98	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 0,00	 6.781.802,98
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.892.535,60	3.905.474,16	646.290,27	2.551.706,01	646.290,27	2.551.706,01	5,82	65,34	1.353.768,15
Legislativa	2.000,00	2.000,00	348,64	1.355,32	348,64	1.355,32	0,00	67,77	644,68
Ação Legislativa	2.000,00	2.000,00	348,64	1.355,32	348,64	1.355,32	0,00	67,77	644,68
Administração	419.000,00	462.000,00	78.967,79	310.669,09	78.967,79	310.669,09	0,71	67,24	151.330,91
Planejamento e Orçamento	45.000,00	47.000,00	8.421,29	33.925,97	8.421,29	33.925,97	0,08	72,18	13.074,03
Administração Geral	342.000,00	360.000,00	61.619,21	238.182,08	61.619,21	238.182,08	0,54	66,16	121.817,92
Normatização e Fiscalização	32.000,00	55.000,00	8.927,29	38.561,04	8.927,29	38.561,04	0,09	70,11	16.438,96
Assistência Social	97.300,00	97.300,00	15.732,22	65.369,45	15.732,22	65.369,45	0,15	67,18	31.930,55
Assistência à Criança e ao Adolescente	97.300,00	97.300,00	15.732,22	65.369,45	15.732,22	65.369,45	0,15	67,18	31.930,55
Saúde	388.000,00	392.000,00	77.893,20	305.634,54	77.893,20	305.634,54	0,70	77,97	86.365,46
Atenção Básica	75.000,00	75.000,00	12.217,00	50.312,49	12.217,00	50.312,49	0,11	67,08	24.687,51
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	290.000,00	290.000,00	60.971,68	237.332,13	60.971,68	237.332,13	0,54	81,84	52.667,87
Vigilância Sanitária	8.000,00	12.000,00	2.693,12	10.156,03	2.693,12	10.156,03	0,02	84,63	1.843,97
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	15.000,00	2.011,40	7.833,89	2.011,40	7.833,89	0,02	52,23	7.166,11

Continua 2/3

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.892.535,60	3.905.474,16	646.290,27	2.551.706,01	646.290,27	2.551.706,01	5,82	65,34	1.353.768,15
Educação	1.325.235,60	2.147.174,16	329.673,24	1.309.662,91	329.673,24	1.309.662,91	2,99	60,99	837.511,25
Administração Geral	100.000,00	119.000,00	21.310,25	85.781,09	21.310,25	85.781,09	0,20	72,08	33.218,91
Ensino Fundamental	646.793,00	859.731,56	124.409,19	499.733,63	124.409,19	499.733,63	1,14	58,13	359.997,93
Educação Infantil	578.442,60	1.168.442,60	183.953,80	724.148,19	183.953,80	724.148,19	1,65	61,98	444.294,41
Urbanismo	500.000,00	542.000,00	101.453,41	396.806,31	101.453,41	396.806,31	0,91	73,21	145.193,69
Infra-estrutura Urbana	500.000,00	542.000,00	101.453,41	396.806,31	101.453,41	396.806,31	0,91	73,21	145.193,69
Agricultura	72.000,00	113.000,00	20.724,78	82.559,85	20.724,78	82.559,85	0,19	73,06	30.440,15
Abastecimento	72.000,00	113.000,00	20.724,78	82.559,85	20.724,78	82.559,85	0,19	73,06	30.440,15
Comércio e Serviços	18.000,00	58.000,00	3.621,00	15.341,84	3.621,00	15.341,84	0,04	26,45	42.658,16
Turismo	18.000,00	58.000,00	3.621,00	15.341,84	3.621,00	15.341,84	0,04	26,45	42.658,16
Desporto e Lazer	21.000,00	31.000,00	5.646,19	22.424,46	5.646,19	22.424,46	0,05	72,34	8.575,54
Desporto Comunitário	21.000,00	31.000,00	5.646,19	22.424,46	5.646,19	22.424,46	0,05	72,34	8.575,54
Encargos Especiais	50.000,00	61.000,00	12.229,80	41.882,24	12.229,80	41.882,24	0,10	68,66	19.117,76
Outros Encargos Especiais	50.000,00	61.000,00	12.229,80	41.882,24	12.229,80	41.882,24	0,10	68,66	19.117,76
TOTAL (III) = (I + II)	74.889.298,52	90.966.684,07	13.356.127,33	52.695.907,64	13.112.749,45	43.819.319,64	100,00	48,17	47.147.364,43

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 24/09/2010

CRISTINA KLOCK

Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI

Secretario de Finanças

RENATA CHRISTINA MELILLO

Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ANEXO III RREO

ANEXO III RREO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	Jul/2010	Ago/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	6.811.989,09	6.813.326,97	6.617.050,73	10.514.231,19	6.194.897,80	6.211.300,01	7.656.042,54	7.413.953,12	9.419.186,88	7.122.800,38	7.783.346,57	7.769.165,09	90.327.290,37	76.434.948,71
RECEITA TRIBUTÁRIA	789.116,76	613.509,76	821.257,44	791.646,02	503.700,33	537.075,13	852.731,27	1.018.291,14	3.033.533,64	653.392,95	840.275,52	735.705,79	11.190.235,75	9.709.338,89
I.P.T.U.	197.141,35	28.047,92	181.934,61	43.630,83	0,00	450,48	27.302,70	211.479,55	1.874.279,68	43.969,35	174.902,50	35.502,06	2.818.641,03	2.620.942,69
I.S.S.	358.180,62	389.076,29	354.057,73	417.284,14	360.216,54	319.779,04	357.162,27	384.966,49	347.227,70	430.584,47	436.223,62	471.790,20	4.626.549,11	3.874.122,62
I.T.B.I.	73.372,01	85.954,58	97.347,53	96.467,65	57.466,53	77.805,07	148.617,90	84.975,73	96.847,56	74.137,02	57.260,37	97.580,12	1.047.832,07	785.061,50
I.R.R.F	74.895,23	69.023,58	77.880,92	186.355,48	43.029,68	76.244,34	98.392,90	69.476,11	91.540,43	66.371,18	89.887,57	93.811,99	1.036.909,41	983.686,65
Outras Receitas Tributárias	85.527,55	41.407,39	110.036,65	47.907,92	42.987,58	62.796,20	221.255,50	267.393,26	623.638,27	38.330,93	82.001,46	37.021,42	1.660.304,13	1.445.525,43
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	288.919,94	287.504,78	283.539,96	702.398,56	18.033,67	249.622,93	231.448,84	234.457,57	289.320,89	301.636,87	299.700,87	300.240,76	3.486.825,64	2.861.582,09
RECEITA PATRIMONIAL	391.689,98	399.153,09	380.402,27	444.776,99	430.529,10	464.960,27	778.533,75	384.620,51	137.574,61	635.056,96	1.046.769,16	905.741,58	6.399.808,27	5.026.503,45
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	39.921,37	20.879,64	22.446,80	26.123,86	15.796,35	85.954,30	128.167,39	98.301,27	91.326,66	92.758,23	99.428,99	103.418,89	824.523,75	582.515,62
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.056.684,29	5.279.787,67	4.909.314,41	6.743.056,40	5.097.303,43	4.696.313,38	5.390.680,70	5.473.495,21	5.670.849,25	5.243.558,22	5.299.692,94	5.473.199,03	64.333.934,93	55.209.808,47
Cota-Parte do F.P.M.	819.551,27	942.755,72	1.176.806,53	1.810.905,58	970.984,97	1.185.502,71	880.657,95	1.055.160,35	1.299.117,31	1.127.468,56	829.071,02	1.111.120,72	13.209.102,69	12.785.918,48
Cota-Parte do I.C.M.S.	2.599.416,08	2.200.699,13	1.964.931,57	3.330.285,68	2.514.230,50	2.082.448,01	2.605.016,90	2.554.961,07	2.375.660,92	2.473.168,96	2.484.783,93	2.553.245,58	29.738.848,33	24.629.672,63
Cota-Parte do I.P.V.A.	356.555,80	508.631,31	350.573,15	178.793,00	193.924,95	265.128,95	384.795,88	396.143,07	422.774,59	392.975,68	394.327,24	377.406,13	4.222.029,75	3.270.684,72
Cota-Parte do ITR.	1.022,47	10.477,92	314,06	350,43	3.368,52	228,83	30,72	424,18	102,92	70,56	0,00	8,81	16.399,42	13.103,34
Transferências da LC 61/1989	44.624,35	56.765,11	45.034,22	65.372,94	48.180,74	50.113,17	45.815,62	48.286,35	47.576,48	55.589,28	59.185,33	57.262,53	623.806,12	833.618,66
Transferências da LC 87/1996	0,00	17.048,64	17.048,64	0,00	16.707,50	16.707,50	16.707,50	16.707,50	16.707,50	16.707,50	16.707,50	16.707,50	167.757,28	244.427,75
Transferências do FUNDEB	828.864,94	838.829,55	888.267,86	951.322,43	952.804,11	845.541,13	935.402,80	991.197,83	976.415,50	979.205,20	932.248,87	990.227,94	11.110.328,16	9.300.000,00
Outras Transferências Correntes	406.649,38	704.580,29	466.338,38	406.026,34	397.102,14	250.643,08	522.253,33	410.614,86	532.494,03	198.372,48	583.369,05	367.219,82	5.245.663,18	4.132.382,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	245.656,75	212.492,03	200.089,85	1.806.229,36	129.534,92	177.374,00	274.480,59	204.787,42	196.581,83	196.397,15	197.479,09	250.859,04	4.091.962,03	3.045.200,19
DEDUÇÕES (II)	995.788,70	972.963,34	934.651,16	1.615.963,82	767.512,91	969.648,56	1.018.047,41	1.048.793,86	1.059.136,11	1.053.385,20	995.030,30	1.059.499,56	12.490.420,93	8.777.989,77
Contribuição Assit.Médica Servidores Vinc. ao RPPS	95.116,57	90.597,36	88.450,95	239.896,23	16.824,32	95.194,18	89.505,00	93.887,62	88.524,88	93.095,97	91.635,79	90.269,74	1.172.998,61	680.000,00
Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	0,00	0,00	150,00	3.925,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.075,00	0,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	136.438,30	135.090,61	135.108,74	403.455,34	1.209,35	154.428,75	141.943,84	140.569,95	138.241,09	147.093,35	146.579,75	146.079,76	1.826.238,83	1.441.025,76
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	764.233,83	747.275,37	710.941,47	968.687,25	749.479,24	720.025,63	786.598,57	814.336,29	832.370,14	813.195,88	756.814,76	823.150,06	9.487.108,49	6.656.964,01
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	5.816.200,39	5.840.363,63	5.682.399,57	8.898.267,37	5.427.384,89	5.241.651,45	6.637.995,13	6.365.159,26	8.360.050,77	6.069.415,18	6.788.316,27	6.709.665,53	77.836.869,44	67.656.958,94

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
 VIDEIRA, 24/09/2010

CRISTINA KLOCK
 Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
 Secretário de Finanças

RENATA CHRISTINA MELILLO
 Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

ANEXO IX RREO**ANEXO IX RREO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	971.875,50	-	971.635,87	239,63	175,96	2.286.655,04	103.863,70	1.803.105,16	379.862,14
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	826.200,33	0,00	825.960,70	239,63	0,00	1.791.220,36	58.150,50	1.514.283,57	218.786,29
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	78.750,00	26.250,00
FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255,00	0,00	255,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	13.916,79	0,00	13.916,79	0,00	0,00	12.114,04	355,35	1.290,34	10.468,35
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	18.790,96	0,00	18.790,96	0,00	0,00	246.490,44	17.293,47	111.296,51	117.900,46
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT	0,00	13.420,02	0,00	13.420,02	0,00	0,00	4.769,17	0,00	2.066,50	2.702,67
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMIC	0,00	846,30	0,00	846,30	0,00	0,00	19.328,00	149,87	18.452,13	726,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	84.011,60	0,00	83.803,62	207,98	0,00	807.719,34	914,47	775.151,80	31.653,07
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	22.860,99	0,00	22.860,99	0,00	0,00	2.854,59	0,00	2.023,41	831,18
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	661.861,01	0,00	661.829,36	31,65	0,00	587.270,78	39.356,79	522.054,73	25.859,26
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	0,00	368,82	0,00	368,82	0,00	0,00	692,65	0,00	197,90	494,75
SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL	0,00	4.685,85	0,00	4.685,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	0,00	5.437,99	0,00	5.437,99	0,00	0,00	4.726,35	80,55	2.745,25	1.900,55
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA	0,00	5.573,51	0,00	5.573,51	0,00	0,00	5.649,76	5.481,68	168,08	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV	0,00	5.573,51	0,00	5.573,51	0,00	0,00	5.649,76	5.481,68	168,08	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA	0,00	18.281,12	0,00	18.281,12	0,00	0,00	58.407,89	18.598,46	35.414,76	4.394,67
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FM	0,00	18.281,12	0,00	18.281,12	0,00	0,00	58.407,89	18.598,46	35.414,76	4.394,67
FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIC	0,00	1.461,84	0,00	1.461,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESC	0,00	1.461,84	0,00	1.461,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA	0,00	120.358,70	0,00	120.358,70	0,00	175,96	431.377,03	21.633,06	253.238,75	156.681,18
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS	0,00	120.358,70	0,00	120.358,70	0,00	175,96	431.377,03	21.633,06	253.238,75	156.681,18
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	8.495,55	-	8.495,55	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	8.495,55	0,00	8.495,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	8.495,55	0,00	8.495,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	980.371,05	0,00	980.131,42	239,63	175,96	2.286.655,04	103.863,70	1.803.105,16	379.862,14

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 24/09/2010

CRISTINA KLOCK
 Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
 Secretário de Finanças

RENATA CHRISTINA MELILLO
 Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

ANEXO V RREO**ANEXO V RREO**

Município de VIDEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.999.176,37	4.999.176,37	1.901.403,62	4.754.192,90	3.684.870,36
RECEITAS CORRENTES	4.999.176,37	4.999.176,37	1.957.873,60	4.926.222,05	3.684.870,36
Receita de Contribuições dos Segurados	1.441.025,76	1.441.025,76	292.659,51	1.016.145,84	943.262,18
Pessoal Civil	1.441.025,76	1.441.025,76	292.659,51	1.016.145,84	943.262,18
Ativo	1.437.778,09	1.437.778,09	291.058,45	1.010.379,44	935.506,44
Inativo	3.247,67	3.247,67	1.601,06	5.766,40	7.755,74
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.551.890,14	3.551.890,14	1.665.214,09	3.910.076,21	2.741.608,18
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	3.551.890,14	3.551.890,14	1.665.214,09	3.910.076,21	2.741.608,18
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	6.260,47	6.260,47	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	-56.469,98	-172.029,15	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.401.906,05	4.401.906,05	834.595,69	2.894.302,29	2.783.680,22
RECEITAS CORRENTES	4.401.906,05	4.401.906,05	834.595,69	2.894.302,29	2.783.680,22
Receita de Contribuições Patronais	2.806.861,18	2.806.861,18	579.559,40	2.013.211,23	1.839.098,95
Pessoal Civil	2.806.861,18	2.806.861,18	579.559,40	2.013.211,23	1.839.098,95
Ativo	2.806.861,18	2.806.861,18	579.559,40	2.013.211,23	1.839.098,95
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	1.595.044,87	1.595.044,87	255.036,29	881.091,06	944.581,27

Continua 1/3

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	9.401.082,42	9.401.082,42	2.735.999,31	7.648.495,19	6.468.550,58
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	9.401.082,42	11.321.082,42	525.739,14	2.011.454,35	1.665.081,92
ADMINISTRAÇÃO	6.790.708,12	6.810.708,12	0,00	6.224,15	94.097,53
Despesas Correntes	6.781.802,98	6.781.802,98	0,00	0,00	93.965,53
Despesas de Capital	8.905,14	28.905,14	0,00	6.224,15	132,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.610.374,30	4.510.374,30	525.739,14	2.005.230,20	1.570.984,39
Pessoal Civil	0,00	0,00	489.240,18	1.865.812,53	1.570.984,39
Aposentadorias	0,00	0,00	356.504,30	1.366.275,84	1.167.861,17
Pensões	0,00	0,00	132.735,88	499.536,69	403.123,22
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	2.610.374,30	4.510.374,30	36.498,96	139.417,67	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	2.610.374,30	4.510.374,30	36.498,96	139.417,67	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	9.401.082,42	11.321.082,42	525.739,14	2.011.454,35	1.665.081,92
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	0,00	-1.920.000,00	2.210.260,17	5.637.040,84	4.803.468,66

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	6.781.802,98

BENS E DIREITOS DO RPPS	JULHO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2010	2009
Bancos Conta Movimento	44.019,50	45.284,51	71.703,81
Investimentos	51.391.320,90	52.447.708,19	43.240.461,56

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 24/09/2010

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretario de Finanças

RENATA CHRISTINA MELILLO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ANEXO VI RREO
ANEXO VI RREO

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Jun 2010 (B)	Em 31 Ago 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	22.269.120,44	21.523.135,50	21.267.292,65
DEDUÇÕES (II)	16.951.735,96	24.632.059,58	24.145.985,59
Disponibilidade de Caixa Bruta	17.854.797,94	24.725.169,02	24.112.661,23
Demais Haveres Financeiros	77.309,07	33.715,74	33.563,99
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	980.371,05	126.825,18	239,63
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.317.384,48	-3.108.924,08	-2.878.692,94
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	5.317.384,48	-3.108.924,08	-2.878.692,94

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2010 (C - A)
VALOR	230.231,14	-8.196.077,42

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	698.026,45

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Jun 2010 (B)	Em 31 Ago 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	47.267.343,09	47.267.343,09	47.267.343,09
Passivo Atuarial	47.267.343,09	47.267.343,09	47.267.343,09
DEDUÇÕES (VIII)	46.565.662,15	50.215.910,03	52.492.992,70
Disponibilidade de Caixa Bruta	85.808,53	62.865,12	45.284,51
Investimentos	46.479.853,62	50.153.044,91	52.447.708,19
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	701.680,94	-2.948.566,94	-5.225.649,61
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	701.680,94	-2.948.566,94	-5.225.649,61

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 24/09/2010

 CRISTINA KLOCK
 Contadora CRC/SC 020534/O-0

 ALEXANDRE GANASINI
 Secretário de Finanças

 RENATA CHRISTINA MELILLO
 Coord Sistema Controle Interno

 WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal


ANEXO VII RREO
ANEXO VII RREO

Município de VIDEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	69.491.756,28	12.953.379,04	51.710.532,54	46.137.750,36
Receita Tributária	9.709.338,89	1.575.981,31	8.174.705,77	7.718.300,59
I.P.T.U.	2.620.942,69	210.404,56	2.367.886,32	2.230.715,92
I.S.S.	3.874.122,62	908.013,82	3.107.950,33	2.889.322,90
I.T.B.I.	785.061,50	154.840,49	694.690,30	715.284,36
I.R.R.F.	983.686,65	183.699,56	628.754,20	482.595,02
Outras Receitas Tributárias	1.445.525,43	119.022,88	1.375.424,62	1.400.382,39
Receita de Contribuição	7.428.488,14	1.504.770,46	5.039.407,31	4.722.478,38
Receitas Previdenciárias	5.842.931,81	1.127.255,20	3.910.448,13	3.726.942,40
Outras Contribuições	1.585.556,33	377.515,26	1.128.959,18	995.535,98
Receita Patrimonial Líquida	173.368,98	28.514,11	104.651,75	86.710,50
Receita Patrimonial	5.026.503,45	1.952.510,74	4.783.785,94	3.623.817,84
(-) Aplicações Financeiras	4.853.134,47	1.923.996,63	4.679.134,19	3.537.107,34
Transferências Correntes	48.552.844,46	9.192.927,15	36.049.121,59	31.971.857,55
F.P.M.	10.676.899,94	1.552.153,45	6.767.267,08	6.414.853,77
I.C.M.S.	20.493.031,00	4.030.423,79	15.714.813,37	13.265.108,11
Convênios	20.719,94	79.480,79	100.286,36	30.927,51
Outras Transferências Correntes	17.362.193,58	3.530.869,12	13.466.754,78	12.260.968,16
Demais Receitas Correntes	3.627.715,81	651.186,01	2.342.646,12	1.638.403,34
Dívida Ativa	530.539,09	94.160,98	381.734,79	363.529,88
Diversas Receitas Correntes	3.097.176,72	557.025,03	1.960.911,33	1.274.873,46
RECEITAS DE CAPITAL (II)	544.407,77	191.701,97	1.243.704,93	613.278,71
Operações de Crédito (III)	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	105.867,96	20.813,84	85.386,69	56.171,69
Alienação de Ativos (V)	37.095,98	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	201.443,83	170.888,13	1.158.318,24	557.107,02
Convênios	0,00	45.102,47	745.602,47	313.319,50
Outras Transferências de Capital	201.443,83	125.785,66	412.715,77	243.787,52
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	201.443,83	170.888,13	1.158.318,24	557.107,02
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	69.693.200,11	13.124.267,17	52.868.850,78	46.694.857,38
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	66.902.238,56	11.197.530,00	40.187.874,41	35.037.201,95
Pessoal e Encargos Sociais	34.776.645,03	6.175.120,82	22.985.861,51	21.194.197,71
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.150.000,00	208.432,94	855.090,27	862.693,33
Outras Despesas Correntes	30.975.593,53	4.813.976,24	16.346.922,63	12.980.310,91
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	65.752.238,56	10.989.097,06	39.332.784,14	34.174.508,62
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	16.982.642,53	1.915.219,45	3.631.445,23	2.319.122,67
Investimentos	15.482.642,53	1.659.376,60	2.596.101,65	1.081.351,30
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	217.122,24
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	217.122,24
Amortização da Dívida (XIV)	1.500.000,00	255.842,85	1.035.343,58	1.020.649,13
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	15.482.642,53	1.659.376,60	2.596.101,65	1.298.473,54
	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	300.000,00	-	-	-



Município de VIDEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	6.781.802,98	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	88.316.684,07	12.648.473,66	41.928.885,79	35.472.982,16
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-18.623.483,96	475.793,51	10.939.964,99	11.221.875,22
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	4.061.886,61	0,00
Superávit Financeiro	-	-	4.061.886,61	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-2.546.098,41

FORTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

VIDEIRA, 24/09/2010

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretario de Finanças

RENATA CHRISTINA MELILLO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal



ANEXO X RREO **ANEXO X RREO**

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	9.191.486,63	9.191.486,63	1.631.390,14	7.344.822,28	79,91
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.267.906,29	3.267.906,29	298.207,87	2.698.770,91	82,58
1.1.1- IPTU	2.620.942,69	2.620.942,69	210.542,05	2.368.192,01	90,36
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	30.861,89	30.861,89	4.745,29	6.128,41	19,86
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	315.526,22	315.526,22	48.879,65	198.024,64	62,76
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	300.575,49	300.575,49	34.178,37	126.763,07	42,17
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(137,49)	(337,22)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	785.061,50	785.061,50	154.840,49	694.690,30	88,49
1.2.1- ITBI	785.061,50	785.061,50	155.340,49	697.934,17	88,90
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(500,00)	(3.243,87)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.154.832,19	4.154.832,19	994.642,22	3.322.606,87	79,97
1.3.1- ISS	3.874.122,62	3.874.122,62	908.764,84	3.109.342,67	80,26
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	81.977,19	81.977,19	51.505,28	89.696,83	109,42
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	101.808,31	101.808,31	16.613,26	59.021,31	57,97
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	96.924,07	96.924,07	18.509,86	65.938,40	68,03
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(751,02)	(1.392,34)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	983.686,65	983.686,65	183.699,56	628.754,20	63,92
1.4.1- IRRF	983.686,65	983.686,65	183.699,56	628.754,20	63,92
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	41.777.425,58	41.777.425,58	7.899.826,29	31.479.979,99	75,35
2.1- Cota-Parte FPM	12.785.918,48	12.785.918,48	1.940.191,74	8.459.083,59	66,16
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.785.918,48	12.785.918,48	1.940.191,74	8.459.083,59	66,16
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	24.629.672,63	24.629.672,63	5.038.029,51	19.643.515,87	79,76
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	244.427,75	244.427,75	33.415,00	133.660,00	54,68
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	833.618,66	833.618,66	116.447,86	412.009,50	49,42
2.5- Cota-Parte ITR	13.103,34	13.103,34	8,81	4.234,54	32,32
2.6- Cota-Parte IPVA	3.270.684,72	3.270.684,72	771.733,37	2.827.476,49	86,45
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	50.968.912,21	50.968.912,21	9.531.216,43	38.824.802,27	76,17

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	820.000,00	820.000,00	181.590,08	745.445,59	90,91
5.1- Transferências do Salário-Educação	790.000,00	790.000,00	164.620,01	692.056,35	87,60
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	30.000,00	30.000,00	16.970,07	53.389,24	177,96
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	64.389,94	64.389,94	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	64.389,94	64.389,94	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	390.009,53	390.009,53	130.467,26	389.304,36	99,82
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.210.009,53	1.210.009,53	376.447,28	1.199.139,89	99,10

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.656.964,01	6.656.964,01	1.579.964,82	6.295.970,57	94,58
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.109.018,54	2.109.018,54	388.038,29	1.691.816,51	80,22
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	4.136.641,63	4.136.641,63	1.007.605,72	3.928.702,50	94,97
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	40.551,41	40.551,41	6.683,00	26.732,00	65,92
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	138.168,67	138.168,67	23.289,55	82.401,86	59,64
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	896,27	896,27	1,76	823,12	91,84
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	231.687,49	231.687,49	154.346,50	565.494,58	244,08
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	9.375.235,60	9.375.235,60	1.947.262,04	7.671.141,16	81,82
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	9.300.000,00	9.300.000,00	1.922.476,81	7.603.043,38	81,75
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	75.235,60	75.235,60	24.785,23	68.097,78	90,51
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.643.035,99	2.643.035,99	342.511,99	1.307.072,81	49,45

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.625.141,36	7.828.079,92	1.540.339,36	5.161.544,08	65,94
13.1- Com Educação Infantil	1.607.065,56	2.597.065,56	630.426,06	2.055.607,69	79,15
13.2- Com Ensino Fundamental	4.018.075,80	5.231.014,36	909.913,30	3.105.936,39	59,38
14- OUTRAS DESPESAS	3.750.094,24	2.720.094,24	424.057,36	1.531.391,92	56,30
14.1- Com Educação Infantil	1.071.377,04	1.241.377,04	288.174,80	1.064.453,45	85,75
14.2- Com Ensino Fundamental	2.678.717,20	1.478.717,20	135.882,56	466.938,47	31,58
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	9.375.235,60	10.548.174,16	1.964.396,72	6.692.936,00	63,45
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					67,29
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3ª)	12.742.228,05	12.742.228,05	2.382.804,11	9.706.200,57	76,17
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.977.862,00	8.417.862,00	1.564.404,49	5.524.849,97	65,63
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.678.442,60	3.838.442,60	918.600,86	3.120.061,14	81,28
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.299.419,40	4.579.419,40	645.803,63	2.404.788,83	52,51
24- ENSINO FUNDAMENTAL	8.398.793,00	8.411.731,56	1.291.790,75	4.346.552,16	51,67
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.696.793,00	6.709.731,56	1.045.795,86	3.572.874,86	53,25
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.702.000,00	1.702.000,00	245.994,89	773.677,30	45,46
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	15.376.655,00	16.829.593,56	2.856.195,24	9.871.402,13	58,66
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					396.965,43
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					68.097,78
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO¹					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					465.063,21
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					9.406.338,92
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,23

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	820.000,00	1.120.000,00	120.256,63	250.135,81	22,33
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	820.000,00	1.120.000,00	120.256,63	250.135,81	22,33
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	16.196.655,00	17.949.593,56	2.976.451,87	10.121.537,94	56,39
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	17.573,10	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.603.043,38	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	6.466.415,20	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	68.097,78	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.222.299,06	0,00

VIDEIRA, 24/09/2010

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretario de Finanças

RENATA CHRISTINA MELILLO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

ANEXO XVI RREO

ANEXO XVI RREO

Município de VIDEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	50.968.912,21	50.968.912,21	38.824.802,27	76,17
Impostos	8.263.813,46	8.263.813,46	6.799.281,15	82,28
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.620.942,69	2.620.942,69	2.367.886,32	90,34
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	785.061,50	785.061,50	694.690,30	88,49
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	3.874.122,62	3.874.122,62	3.107.950,33	80,22
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	983.686,65	983.686,65	628.754,20	63,92
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	927.673,17	927.673,17	545.541,13	58,81
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	112.839,08	112.839,08	95.825,24	84,92
Dívida Ativa dos Impostos	417.334,53	417.334,53	257.014,42	61,58
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	397.499,56	397.499,56	192.701,47	48,48
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	41.777.425,58	41.777.425,58	31.479.979,99	75,35
Da União	13.043.449,57	13.043.449,57	8.596.978,13	65,91
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	12.785.918,48	12.785.918,48	8.459.083,59	66,16
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	13.103,34	13.103,34	4.234,54	32,32
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. N° 87/96	244.427,75	244.427,75	133.660,00	54,68
Do Estado	28.733.976,01	28.733.976,01	22.883.001,86	79,64
Cota-Parte do ICMS	24.629.672,63	24.629.672,63	19.643.515,87	79,76
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	833.618,66	833.618,66	412.009,50	49,42
Cota-Parte do IPVA	3.270.684,72	3.270.684,72	2.827.476,49	86,45
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	1.725.965,00	1.725.965,00	1.459.612,96	84,57
Da União para o Município	1.631.577,00	1.631.577,00	1.268.426,85	77,74
Do Estado para o Município	94.388,00	94.388,00	191.186,11	202,55
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	28.851.385,32	28.851.385,32	23.644.927,00	81,95
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-6.656.964,01	-6.656.964,01	-6.295.970,57	94,58
TOTAL	74.889.298,52	74.889.298,52	57.633.371,66	76,96

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	8.696.862,00	11.692.245,24	7.069.978,46	60,47
Pessoal e Encargos Sociais	5.136.963,00	6.143.509,76	4.295.642,88	69,92
Outras Despesas Correntes	3.559.899,00	5.548.735,48	2.774.335,58	50,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.216.101,00	2.118.365,33	462.247,33	21,82
Investimentos	1.216.101,00	2.118.365,33	462.247,33	21,82

Continua 1/2



Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	1.216.101,00	2.118.365,33	462.247,33	21,82
Investimentos	1.216.101,00	2.118.365,33	462.247,33	21,82
TOTAL (IV)	9.912.963,00	13.810.610,57	7.532.225,79	54,54

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	9.912.963,00	13.810.610,57	7.532.225,79	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.174.500,00	3.579.081,70	1.435.632,04	19,06
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.745.965,00	3.150.546,70	1.061.071,40	14,09
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	428.535,00	428.535,00	374.560,64	4,97
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	7.738.463,00	10.231.528,87	6.096.593,75	80,94

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	444.895,09	20.988,33

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $< \frac{V}{V+VI} \geq 2$ [(V - VI) / I]	15,65
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	2.640.671,00	4.214.746,52	1.828.007,26	24,27
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.706.611,00	8.501.770,87	5.426.789,20	72,05
Vigilância Sanitária	312.737,00	672.892,17	124.170,72	1,65
Vigilância Epidemiológica	252.944,00	421.201,01	153.258,61	2,03
TOTAL	9.912.963,00	13.810.610,57	7.532.225,79	100,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

VIDEIRA, 24/09/2010

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretario de Finanças

RENATA CHRISTINA MELILLO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal



Associações de Municípios

AMAI

Segunda Audiência Pública do Plano Local de Habitação de Interesse Social

A Administração Municipal de Ipuacu em parceria com a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), tem a honra de convidar Vossa Senhoria para participar da 2ª Audiência Pública do Plano Local de Habitação de Interesse Social para Apresentação do Diagnóstico do Setor Habitacional.

Local: Câmara de Vereadores

Data: 27/9/2010

Horário: 9h

Segunda Audiência Pública do Plano Local de Habitação de Interesse Social

A Administração Municipal de Entre Rios em parceria com a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), tem a honra de convidar Vossa Senhoria para participar da 2ª Audiência Pública do Plano Local de Habitação de Interesse Social para Apresentação do Diagnóstico do Setor Habitacional.

Local: Pavilhão Comunitário

Data: 27/9/2010

Horário: 14h

AMURES

Estatuto Social da AMURES

ESTATUTO SOCIAL

TÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 1º - A Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES - é uma entidade com personalidade jurídica, de direito privado, sem fins econômicos e com duração indeterminada, visando o desenvolvimento e à integração administrativa, econômica e social dos Municípios que a compõem, regendo-se pelo presente Estatuto.

Art. 2º - A Associação é constituída dos Municípios seguintes: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Painel, Palmeira, Ponte Alta, Otacílio Costa, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urupema e Urubici, e de futuros Municípios que vierem a ser criados por fusão, incorporação, adesão ou desmembramento na região de abrangência da AMURES.

CAPÍTULO II

DA SEDE E DO FORO

Art. 3º - A sede e foro da Associação será a cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, na rua Otacílio Vieira da Costa, nº 112, centro.

Art. 4º - A Associação atuará em regime de íntima cooperação com as entidades congêneres e afins, bem como, órgãos estaduais, federais, e entidades públicas e privadas.

Parágrafo único - A AMURES não remunerará os membros da Diretoria e não distribuirá lucros, dividendos ou remuneração de qualquer espécie aos seus associados.

TÍTULO II

DOS OBJETIVOS

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º - Além dos objetivos previstos na legislação vigente, artigo 114, § 3º da Constituição de Santa Catarina e respeitadas as autonomias municipais, a Associação tem por finalidade:

I - ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos Municípios, prestando-lhes assistência técnica:

a) nas atividades meios de suas Prefeituras:

1 - auxiliar a administração dos municípios associados, a promover a modernização administrativa, através da reorganização dos serviços públicos municipais;

2 - promover a discussão da legislação tributária, de pessoal, Lei Orgânica e outras leis básicas municipais, visando sua uniformização nos Municípios associados;

3 - assessorar na articulação com as Câmaras de Vereadores dos Municípios associados visando a adoção de medidas legislativas que concorram para melhoria das administrações municipais;

4 - mobilizar os municípios, visando defender e reivindicar os interesses das administrações municipais da Micro-Região, junto às demais esferas de Governo, bem como frente à sociedade;

5 - assessorar os Municípios associados, na adoção de políticas econômicas, fiscais e administrativas;

6 - estimular e incentivar a elaboração de planos governamentais visando orientar a elaboração de projetos-de-lei orçamentários - PPA, LDO e LOA;

7 - coordenar ações para a elaboração e implementação de planos local e regional integrado na Micro-Região;

8 - participar de convênios e contratos para financiar a elaboração e implementação de estudos, planos, projetos e programas de interesse dos municípios associados.

b) nas atividades fins de suas Prefeituras:

1 - estimular a sustentabilidade e o bom uso dos recursos naturais renováveis;

2 - auxiliar e estimular a discussão, e a implementação junto aos municípios associados, de políticas públicas visando o desenvolvimento local e regional;

3 - assessorar na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com:

a) educação, saúde pública, assistência social, habitação, cultura, esporte, turismo, agropecuária, meio ambiente, finanças e tributação;

b) serviços urbanos, obras públicas e outros;

c) transportes, comunicações, eletrificação e saneamento básico.



4 - incentivar e auxiliar a implantação de um sistema intermunicipal de transportes e comunicações na Micro-Região;

5 - promover iniciativas para elevar as condições de bem estar econômico e social das populações rurais da Micro-Região;

6 - planejar, coordenar, orientar, controlar e executar as políticas de pesquisa agropecuária e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural a produtores rurais nos municípios associados;

7 - desenvolver e executar projetos no setor cultural, estimulando ou executando a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais através de CDs, DVDs, espetáculos musicais, teatrais, de dança, filmes e outras produções na área Audiovisual, exposições, livros nas áreas de Ciências Humanas, Artes, jornais, revistas, cursos e oficinas na área cultural e afins; ainda ações que visem proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico; estimular a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional e étnico-cultural, entre outras;

8 - incentivar, organizar, apoiar, patrocinar e promover projetos desportivos e paradesportivos nos municípios filiados, como jogos, campeonatos, copas, dias atléticos, formação de seleções e outras competições visando o incentivo das atividades esportivas.

9 - promover ações de defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável através de articulação dos seus municípios ou diretamente realizando atividades de pesquisa, capacitação, projetos de licenciamento de atividades ou recuperação de áreas degradadas;

10 - realizar atividades em promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza e promoção da segurança alimentar e nutricional;

11 - promover ações e projetos que visem a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

12 - realizar estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.

13 - apoiar os processos de modernização tributária municipal, praticar consultoria e apoio à fiscalização e atividades de melhoria tributária aos municípios filiados;

II - promover, incentivar, viabilizar a cooperação intermunicipal e intergovernamental, visando:

1. divulgar na Micro-Região, as normas e exigências dos órgãos públicos e instituições de assistência técnica e financeira dos Municípios;

2. conjugar, estimular, coordenar a utilização de recursos técnicos e financeiros da União, Estado e Municípios associados, mediante acordos ou contratos intermunicipais para solução de problemas sócio-econômicos comuns;

3. estimular e auxiliar na organização de Fóruns de Secretários Municipais, nas diversas áreas de atuação dos municípios, visando ações integradas;

4. reivindicar a descentralização dos serviços públicos estaduais e federais, garantindo aos municípios recursos para a prestação destes serviços;

5. estimular e promover o intercâmbio técnico-administrativo no

plano intermunicipal integrado;

6. elaborar estudos e levantamentos sobre os problemas e potencialidades da Micro-Região que indiquem prioridades para atendimentos pelos poderes públicos;

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS

Art. 6º - A Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, terá a seguinte estrutura organizacional:

1. Assembléia Geral
2. Diretoria Executiva
3. Conselho Fiscal
4. Secretaria Executiva
5. Unidade de Apoio Administrativo e Técnico
6. Consórcios

CAPÍTULO II DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 7º - A Assembléia Geral da AMURES - Associação dos Municípios dos municípios da Região Serrana é constituída pelos Prefeitos ou seu substituto legal.

Art. 8º - A Assembléia Geral é órgão soberano em suas decisões.

Art. 9º - A Assembléia Geral reunir-se-á na sede da Associação ou em qualquer um dos Municípios associados, previamente escolhidos.

Art. 10 - As reuniões realizadas na sede da Associação serão presididas pelo seu Presidente.

Parágrafo único - As reuniões realizadas fora da sede serão presididas pelo Prefeito do Município em que as mesmas se realizarem, cabendo a Vice-Presidência dos trabalhos ao Presidente da Associação.

Art. 11 - O "quorum" exigido para realização da Assembléia Geral será no mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos Municípios associados.

Art. 12 - Somente terão direito a voto, para eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, os Prefeitos Municipais ou quem os tiver substituindo no exercício do mandato.

Art. 13 - É vedada a representação extra municipal.

Art. 14 - As deliberações da Assembléia Geral, exceto nos casos previstos no artigo 59, deste Estatuto, serão tomadas por maioria simples dos Municípios associados presentes.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal somente serão destituídos mediante o voto favorável de dois terços dos municípios associados em assembléia especialmente convocada para essa finalidade em primeira convocação ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 15 - As decisões normativas da Assembléia Geral tomarão a forma de "resoluções", numeradas anual e sequencialmente, devendo o número de ordem vir acompanhado dos dois últimos algarismos indicativos do ano de referência.

Art. 16 - Poderão participar da Assembléia Geral, sem direito a voto, os Vice-Prefeitos e Vereadores dos Municípios associados, pessoas de organismos públicos ou privados, especialmente con-

vidados pelos representantes dos Municípios e pela Diretoria da Associação.

Art. 17 - A Assembléia Geral pode ser ordinária ou extraordinária.

Art. 18 - As Assembléias Gerais Ordinárias serão em número de 9 (nove), durante cada exercício, realizadas, entre os meses de fevereiro a dezembro e sua convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Art. 19 - A Assembléia Geral Extraordinária será convocada sempre que haja matéria urgente para ser deliberada, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, por iniciativa do Presidente da Associação, garantido a um quinto dos associados o direito de promovê-la.

Art. 20 - Os Municípios que solicitarem convocação de Assembléia Geral Extraordinária deverão formalizar o pedido ao Presidente da Associação, relatando os motivos e indicando os assuntos a serem tratados.

Art. 21 - É de competência da Assembléia Geral:

a) deliberar sobre assuntos relacionados com os objetivos da Associação;

b) estabelecer a orientação coletiva da Associação, recomendando o estudo de soluções para os problemas administrativos, econômicos e sociais da Micro-Região;

c) eleger, por votação secreta ou aclamação no caso de chapa única os membros da Diretoria: Presidente, os Vice-Presidentes da Associação, e Presidentes dos Consórcios, pelo período de 1 (um) ano;

d) eleger os membros do Conselho Fiscal, titulares e suplentes;

e) homologar o Plano Anual de Trabalho proposto pela Diretoria;

f) homologar o quadro de pessoal técnico e administrativo da Associação, bem como os níveis salariais e de reajustes, propostos pela Diretoria,;

g) fixar a contribuição percentual sobre a arrecadação efetiva dos Municípios associados, para atender às despesas de custeio, bem como, formação do Patrimônio da Associação;

h) apreciar as atividades desenvolvidas pela Associação;

i) homologar o Relatório Geral e a Prestação de Contas anual da Diretoria da Associação, com parecer prévio do Conselho Fiscal da Associação;

j) reformar o presente Estatuto na forma do disposto no artigo 59;

k) deliberar sobre qualquer assunto de interesse dos Municípios associados ou da Micro-Região;

l) deliberar sobre a destituição e ou desligamento de associados;

m) deliberar sobre os procedimentos e ações a serem tomadas em relação aos associados inadimplentes;

n) contratar e exonerar o Secretário Executivo.

§ 1º - A reeleição dos membros da Diretoria somente será permitida em períodos distintos de mandato frente ao executivo municipal.

§ 2º - A eleição dos membros da Diretoria da Associação e do Conselho Fiscal será realizada na primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano sendo que o mandato irá iniciar no dia 01 de janeiro do próximo ano, finalizando em 31 de dezembro do respectivo ano.

§ 3º - No primeiro ano de mandato dos prefeitos, a eleição para a Diretoria da Associação e do Conselho Fiscal ocorrerá na primeira semana de fevereiro, iniciando-se o mandato naquela data e com término no dia 31 de dezembro do mesmo ano.

§ 4º - A Presidência da Associação, após o término dos mandatos dos prefeitos até a data da primeira eleição prevista no parágrafo anterior, será ocupada pelo Prefeito do município detentor deste cargo.

Art. 22 - No início de cada reunião da Assembléia Geral, a ata da reunião anterior deverá ser submetida à aprovação do plenário.

Art. 23 - As deliberações da Assembléia Geral serão executadas pela Secretaria Executiva, auxiliada pela Unidade de Apoio Administrativo e Técnico, ou até pela própria Diretoria.

Art. 24 - A Assembléia Geral poderá constituir Comissões Especiais para estudar e apreciar as proposições submetidas à deliberação do plenário.

Parágrafo Único - Poderão participar dos trabalhos das Comissões técnicas, convidados especialistas nas matérias objeto de sua constituição.

Art. 25 - Compete à Comissão constituída pela Assembléia Geral

a) emitir parecer sobre as proposições para cuja apreciação foi constituída;

b) sugerir emendas ou substitutivos às proposições submetidas à sua apreciação.

CAPITULO III DA DIRETORIA

Art. 26 - A Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES é administrada pela Diretoria com auxílio da Secretaria Executiva.

Art. 27 - A Diretoria compor-se-á dos seguintes membros eleitos pela Assembléia Geral:

a) Presidente;

b) 1º Vice-Presidente;

c) 2º Vice-Presidente;

d) Presidente de Consórcios.

§ 1º - O Presidente da Associação, será sucedido em caso de vacância, e substituído nas suas faltas, licença ou impedimento, pelo 1º Vice-Presidente e este pelo 2º Vice-Presidente.

§ 2º - O Presidente da Associação é o seu representante legal, podendo constituir procuradores com fim específico.

Art. 28 - A Diretoria exercerá suas funções administrativas através da Secretaria Executiva.

Art. 29 - São atribuições do Presidente da Associação:

a) representar legal e administrativamente a Associação;



- b) presidir as reuniões da Assembléia Geral, observado o disposto no art. 10 deste Estatuto;
- c) dirigir aos poderes competentes as reivindicações da Associação;
- d) firmar convênios, acordos ou contratos com entidades públicas e privadas;
- e) supervisionar os trabalhos da Secretaria Executiva;
- f) encaminhar as resoluções da Assembléia Geral para estudo e pronunciamento dos técnicos da Unidade de Apoios Administrativo e Técnico, e da Secretaria Executiva;
- g) constituir Grupos de Trabalhos com objetivos específicos e duração temporária, com a participação de técnicos e da Secretaria Executiva da Associação e de convidados especiais;
- h) convidar técnicos de órgãos municipais, estaduais, federais e entidades privadas e profissionais liberais, para participar dos Grupos de Trabalho previsto no item anterior;
- i) contratar, pessoal técnico e administrativo, mediante aprovação em reunião de diretoria e homologação em Assembléia.
- j) solicitar que sejam postos à disposição da Associação, servidores dos Municípios associados, sem ônus para a Associação; com o objetivo de prestar serviços exclusivamente para a associação, após aprovação pela assembléia, para os municípios.
- k) contratar, total ou parcialmente, a prestação de assistência técnica aos Municípios associados mediante justificativa;
- l) autorizar pagamentos e movimentar recursos financeiros da Associação, através de cheques bancários nominais, juntamente com o Secretário Executivo;
- m) zelar pelo cumprimento do presente Estatuto e das deliberações da Assembléia Geral;
- n) promover a elaboração do Plano Anual de Trabalho, do Relatório Geral e da Prestação de Contas Anual da Diretoria.
- o) convocar a Assembléia Geral, nos termos deste Estatuto;
- p) receber as proposições dos Municípios associados para posterior encaminhamento à Assembléia Geral;
- q) preparar a agenda dos trabalhos da Assembléia Geral;
- r) executar e fazer executar as deliberações da Assembléia e determinar a divulgação das mesmas;
- s) submeter à Assembléia Geral, para aprovação, o Quadro de Pessoal técnico e administrativo da Associação, bem como, a respectiva remuneração;
- t) prestar contas à Assembléia Geral, no fim do mandato, através de Relatório Geral e Prestação de Contas Anual de sua gestão administrativa e financeira, com o parecer do Conselho Fiscal.
- u) contratar e demitir o Secretário Executivo com aprovação da Assembléia Geral.

CAPÍTULO IV DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 30 - São atribuições da Secretaria Executiva:

- a) organizar e supervisionar os serviços da Secretaria, zelando pela eficiência dos mesmos;
- b) dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades do pessoal técnico e administrativo da Associação;
- c) representar oficialmente a Diretoria da Associação, sempre que credenciado;
- d) despachar os expedientes dirigidos à Associação;
- e) promover a arrecadação de recursos financeiros;
- f) movimentar recursos financeiros da Associação, através de cheques bancários nominais, juntamente com o Presidente, ou no impedimento ou falta deste, com o 1º Vice-Presidente ou com o 2º Vice-Presidente;
- g) dar divulgação às deliberações da Assembléia Geral com prévia autorização do Presidente da Associação;
- h) colaborar com o Presidente na elaboração do Relatório Geral de Atividades, bem como, na Prestação de Contas Anual a serem apresentados ao Conselho Fiscal e posteriormente à Assembléia Geral;
- i) acompanhar as reuniões de Assembléia Geral da Associação, determinando à Secretaria Geral, a lavratura das respectivas atas;
- j) determinar a prestação de assistência técnica aos Municípios associados;
- k) organizar os Grupos de Trabalho incumbidos de estudar os problemas administrativos municipais, bem como, os problemas sócio-econômicos da Micro-Região;
- l) elaborar o Plano Anual de Trabalho da Associação e o Orçamento-Programa, em conjunto com a Presidência;

m) solicitar ao Presidente a contratação de técnicos e propor que sejam postos à disposição servidores dos Municípios associados;

n) estabelecer e manter intercâmbio de natureza técnica e administrativa entre a Associação e entidades públicas e particulares;

o) executar outras tarefas que lhe venham a ser atribuídas pelo Presidente da Associação.

Parágrafo Único - O cargo de Secretário Executivo é de confiança da Diretoria Executiva observado o disposto no Art. 21 alínea n, cujos requisitos indispensáveis para o preenchimento de relevante função é privativa de curso superior nas áreas de afinidade da administração pública, encontrando-se entre eles os de elevada capacidade técnica, idoneidade e responsabilidade.

CAPÍTULO V DA UNIDADE DE APOIO ADMINISTRATIVO E TÉCNICO

Art. 31 - A Unidade de Apoio Administrativo e Técnico será o órgão responsável pela coordenação técnica e financeira das atividades desenvolvidas pela Associação, junto aos Municípios filiados, bem como das atividades burocráticas e administrativas internas da entidade.



Art. 32- A Unidade de Apoio Administrativo e Técnico compõe-se dos seguintes setores:

Apoio Administrativo interno:

1. Secretaria Geral
- 1.1 - Secretaria Executiva
- 1.2 - Contabilidade
- 1.3 - Secretaria e recepção
- 1.4 - Auxiliar de Serviços Gerais
- 1.5 - Motorista

Apoio Técnico:

1. Assessoria Jurídica
2. Assessoria de Planejamento Urbano , Arquitetura e Engenharia
3. Assessoria de Imprensa
4. Assessoria Nutricional da Merenda Escolar
5. Assessoria do Movimento Econômico
6. Assessoria Contábil, Orçamentária e Controle Interno
7. Assessoria Tributária

Parágrafo único: Havendo necessidade a Diretoria poderá contratar outras assessorias específicas, com homologação da Assembléia Geral.

CAPÍTULO VI DA UNIDADE DE APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 33 - A Unidade de Apoio Administrativo é o órgão responsável pelos serviços burocráticos da Associação.

Art. 34 - Compete à Unidade de Apoio Administrativo, executar os serviços relativos à secretaria geral, expediente, contabilidade, administração de pessoal e material, e outros que lhe forem conferidos, dentro dos objetivos da Associação.

§ 1º - A Unidade de Apoio Administrativo será dirigida pela Secretaria Executiva

CAPÍTULO VII DA UNIDADE DE APOIO TÉCNICO

Art. 35 - A Unidade de Apoio Técnico, é o órgão responsável pela prestação de assistência aos municípios associados nas atividades, meio e fim de suas administrações direta e indireta, bem como pelas demais atribuições que lhe forem conferidas dentro dos objetivos da Associação.

Art. 36 - Para o desempenho de suas atribuições a Unidade de Apoio Técnico contará, dentro das possibilidades da Associação, com um corpo técnico de nível superior e médio, especializado nos diferentes campos de atividades.

Parágrafo Único - Para auxiliar nos serviços poderão ser contratados estagiários, conforme legislação vigente.

Art. 37 - Compete à Unidade de Apoio Técnico:

- a) desenvolver e coordenar, juntamente com os técnicos dos Municípios, as atividades de planejamento em níveis micro-regionais e municipal;
- b) coordenar, em nível técnico, os interesses micro-regionais, junto aos órgãos locais e entidades públicas, autarquias ,fundações região;
- c) prestar assistência técnica às administrações dos Municípios associados, dentro dos setores apontados no artigo 32 ;

d) organizar sistema de dados e informações dos municípios associados, visando à elaboração de programas setoriais pelos municípios;

e) organizar sistema de controle para avaliação dos resultados da ação administrativa dos Municípios filiados;

f) promover intercâmbio técnico-administrativo entre os Municípios associados, para o estudo de soluções de problemas específicos;

g) emitir pareceres sobre os assuntos especializados que lhe forem submetidos;

h) executar outras atribuições dentro dos objetivos da Associação.

§ 1º - A Unidade de Apoio Administrativo e Técnico será dirigida pela Secretaria Executiva.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO FISCAL

Art. 38 - O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos, e os respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, devendo seu mandato coincidir com os membros da Diretoria.

Parágrafo Único - O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de um ano, podendo ser reeleitos.

Art. 39 - Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados.

Art. 40 - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) eleger o seu Presidente dentre os membros;
- b) examinar a Prestação de Contas do Presidente da Associação a ser submetida à homologação da Assembléia Geral, emitindo o seu parecer sobre a mesma.

CAPÍTULO VIX DOS CONSÓRCIOS

Art.41 - Os municípios associados poderão constituir consórcios e entidades intermunicipais para a realização de ações, obras e a prestação de serviços de interesse comum.

Art. 42 - A constituição de consórcio ou entidade intermunicipal será decidida pela voto favorável da maioria absoluta dos municípios integrantes da associação.

Art. 43 - Somente poderão participar dos consórcios ou entidades intermunicipais criadas pela Associação os municípios que dela participem.

Art. 44 - Serão excluídos dos Consórcios os municípios que deixarem de cumprir com as obrigações previstas nos respectivos atos de constituição.

TÍTULO IV DOS RECURSOS FINANCEIROS CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45 - Fontes de Recursos:

- a) contribuição dos Municípios, a título de subvenção no mínimo de 1,0% (um vírgula zero por cento) e máximo de 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor bruto do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, sendo afixado por decisão de maioria simples

em Assembléia Geral Ordinária.

b) recursos de crédito especiais e suplementares e consignados pelos Municípios;

c) recursos consignados nos orçamentos estadual e federal;

d) produto de operações de crédito;

e) recursos provenientes de sua receita industrial;

f) recursos provenientes de receita de serviços

g) recursos eventuais que lhe forem atribuídos;

h) outros.

§ 1º - Os municípios que estiverem em atraso com suas contribuições, não terão direito a voto nas deliberações da Assembléia Geral.

§ 2º - As contribuições em atraso sofrerão atualização monetária, na data de seu pagamento pelo INPC, ou outro índice que vier a substituir.

TÍTULO V DOS ASSOCIADOS

Art. 46 - Além dos municípios mencionados pelo art. 2.º deste Estatuto, outros poderão ingressar na Associação, satisfazendo os seguintes requisitos:

I - Estejam localizados na micro-região de abrangência da AMURES no Estado de Santa Catarina.

II - Tenham a admissão aprovada pela maioria dos membros associados.

Art. 47 - Será excluído, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos municípios associados presentes em Assembléia Geral Extraordinária para este fim especialmente convocada, o município-membro que deixar de contribuir financeiramente com a Associação por mais de 3 (três) meses.

Parágrafo Primeiro - A exclusão do Município da Associação implica no cancelamento automático de sua participação nos Consórcios por ela patrocinados.

Parágrafo Segundo - Será suspensa a prestação de serviços dos Consórcios ao município que deixar de contribuir financeiramente com a Associação por mais de 15 (quinze) dias.

CAPÍTULO ÚNICO DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

Art 48 - Constituem direitos sociais:

I - participar das Assembléias Gerais e discutir assuntos submetidos à apreciação dos associados;

II - votar e ser votado;

III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento da associação.

Art. 49 - Constituem deveres sociais:

I - cumprir e fazer cumprir o Estatuto;

II - acatar as determinações dos órgãos da Associação;

III - cumprir as obrigações e compromissos contraídos com a Associação;

IV - cooperar para a ordem, prestígio e desenvolvimento da Associação, municípios associados e com a região metropolitana;

V - comparecer às reuniões e Assembléias Gerais;

VI - pagar em dia, a contribuição estatutária.

Art. 50 - Os municípios que tenham suas contribuições em atraso por mais de 15 dias não terão direito a serviços da Associação.

Art. 51 - Os municípios com mais de 3 (três) meses em atraso com suas obrigações financeiras, por deliberação da Assembléia Geral, poderão ser desligados da Associação.

TÍTULO VI DO PATRIMÔNIO CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52 - Constituem patrimônio da Associação

a) bens móveis;

b) títulos diversos;

c) bens imóveis;

d) recursos financeiros.

Art. 53 - Nenhum bem pertencente à Associação poderá ser alienado sem expressa autorização da Assembléia Geral, salvo os imprestáveis, desde que móveis, que poderão ser baixados por resolução do Presidente, autorizado pela Diretoria.

Art. 54 - É vedado a AMURES envolver-se em assuntos que não estejam de acordo com os seus objetivos, especialmente de natureza político-partidária ou religiosa.

Art. 55 - Os equipamentos da AMURES só podem ser utilizados para os serviços da entidade, ficando vedada a cessão, empréstimo ou qualquer forma de utilização.

Art. 56 - Fica vedado a utilização da Associação para a contratação de serviços de terceiros alheios as finalidades e objetivos da instituição.

TÍTULO VII DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 57 - A dissolução da Associação da Região Serrana - AMURES somente poderá ser efetivada em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, por decisão de dois terços (2/3) dos Municípios filiados.

Art. 58 - Em caso de dissolução da Associação, o seu patrimônio reverterá em benefício dos Municípios associados, sendo rateado proporcionalmente ao montante dos recursos entregues pelos mesmos à entidade, atendendo-se previamente às indenizações e outras exigências da legislação em vigor.

Art. 59 - Qualquer município associado poderá retirar-se da Associação mediante decisão do Prefeito Municipal. A decisão de afastamento não exime, no entanto, o município de recolher as importâncias devidas até a data da respectiva retirada.

Parágrafo Único - O Município retirante assume a responsabilidade de respeitar proporcionalmente os compromissos assumidos durante a sua permanência como membro ativo da AMURES.

TÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
CAPÍTULO ÚNICO
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 60 - A organização administrativa e técnica e o funcionamento da Secretaria Executiva, bem como da Unidade de Apoio Administrativo e Técnico serão fixados em seu regimento interno, aprovado por Resolução da Assembléia Geral.

Art. 61 - A reforma estatutária será procedida em Assembléia Geral Ordinária, sendo as decisões tomadas por maioria de dois terços (2/3) dos Municípios associados.

Art. 62 - Anualmente deverão ser divulgados:

- I - relatório das Atividades da Associação;
- II - relatório demonstrando a sua situação econômico-financeira.

Art. 63 - Cada Município reconhecerá em lei especial sua condição de associado, obrigando-se aos deveres impostos pelo presente Estatuto.

Art. 64 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil

Art. 65 - A Associação será filiada a Federação Catarinense de Municípios - FECAM e a outras entidades de caráter municipalista, com a aprovação da Assembléia Geral.

Art. 66 - A Diretoria providenciará, junto aos Poderes Públicos, o reconhecimento da Associação, como entidade de caráter público.

Art. 67 - Fica o mandato da atual Diretoria prorrogado até o dia 31 de janeiro de 2.006, sendo que o eleito em dezembro de 2005, terá o mandato de fevereiro a dezembro de 2006.

Art. 68 - O presente Estatuto entrará em vigor a partir da data de sua aprovação pela Assembléia Geral, revogado o Estatuto Social aprovado pela Assembléia Geral de Constituição, e com as alterações posteriores especialmente as efetuadas pela Assembléia Geral de alteração realizada aos 29 dias do mês de julho e 1977 na cidade de Alfredo Wagner com o seu devido registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos.

Lages, 13 de agosto de 2010

Janerson José Delfes Furtado
Presidente
Prefeito Municipal de Cerro Negro

CONSELHO EXECUTIVO AMURES

Presidente: Janerson José Delfes Furtado
Prefeito de Cerro Negro
Brasileiro, casado, end.: Av. Orides Delfes Furtado, 150 -
cep:88.585.000 - Cerro Negro-SC.
RG 2.475.804 - CPF 737.764.329-34

1º Vice-Presidente: Vânio Forster
Prefeito de Correia Pinto, Brasileiro, casado, Técnico Agrícola,
End.: Presidente Kennedy, 229 - centro - cep.: 88.535.000 - Cor-
reia Pinto - SC.
RG 1.824.028 - CPF: 664.496.859-72

2º Vice-Presidente: Marta Regina Góss
Prefeita de Bocaina do Sul
Brasileira, casada, funcionária pública. End: Fazenda dos Assink -
Cep: 88.538.000 - Bocaina do Sul - SC.

RG 2.825.785-5 - CPF: 776.650.829-04

CONSELHO FISCAL

Titulares

Everaldo José Ranson
Prefeito de São José do Cerrito
Brasileiro, casado, madeireiro, residente na localidade de Toca da
Onça, Cep.: 88570.000 São José do Cerrito - SC.
RG 379.272-2 - CPF: 195.118.689-34

José Belizário Borges Andrade
Prefeito de Painei
Brasileiro, casado, pecuarista, End. Rua: Caetano Vieira da Costa,
s/n - Cep.; 88.543.000 - Painei - SC.
RG 471.270.-6 - CPF: 386.581.279-15

Osni Francisco de Souza
Prefeito de Palmeira
Brasileiro, casado, Empresário, Av. Roberto Henckmaier, 11 - cen-
tro Cep.: 88.545.000 - Palmeira - SC.
RG 594.937.-8 - CPF: 020.869.999-68

